



O Ideário Patrimonial

Metafísica do Belo e Tríade Cultural



O Ideário Patrimonial

www.cph.ipt.pt

N. 2 // Julho 2014 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar
NIPC 503 767 549

DIRETORA

Ana Cruz, Centro de Pré-História

SUB-DIRETORA

Ana Graça, Centro de Pré-História

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem

Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO Centro de Pré-História



Os textos são da responsabilidade dos autores.

PERIODICIDADE Semestral

ISSN 2183-1394

ANOTADA NA ERC

CONSELHO DE REDAÇÃO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor Luís Mota Figueira, ESGT, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Doutora Hália Santos, ESTA – Instituto Politécnico de Tomar, Diretora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, ESTT, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Davide Delfino, Câmara Municipal de Abrantes – Projeto Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
(M.I.A.A.)
Mestre Raquel Botelho, ESTA – Instituto Politécnico de Tomar, Diretora-adjunta do ESTAJornal

COMITÉ DE LEITURA

Professor Doutor Carlos Cupeto, Departamento de Geociências, Universidade de Évora.
Professora Doutora Estrela Melo Jorge, Centro de Química e Bioquímica, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Campo Grande C8, 1749-016 Lisboa.
Professor Doutor Gilson Rudolfo Martins, MuArq - Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Professor Doutor João Brigola, Professor Auxiliar com Agregação da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Investigador do CIDEHUS-UÉ.
Professor Doutor Luiz Oosterbeek, Pró-Presidente para a Cooperação e Relações Internacionais do Instituto Politécnico de Tomar. Instituto Terra e Memória, Mação. Secretary-General UISPP - International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences.
Professor Doutor Luís Mota Figueira, Professor Coordenador – Escola Superior de Gestão de Tomar – Instituto Politécnico de Tomar. Director do Curso de Licenciatura em Gestão Turística e Cultural. Director do Curso de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural. Doutoramento em História da Arte – Universidade de Coimbra. Estágio de Pós-Doutoramento em Turismo – Universidade de Aveiro.
Professora Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Catedrática de Prehistoria da Universidad de Alcalá de Henares.
Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar. CIEBA - Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. ARTIS – IHA da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Mestre Ana Saraiva, Diretora do Museu Municipal de Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
Mestre Florbela Estevão, Câmara Municipal de Loures.
Professor Adjunto António Martiniano Ventura, Comissão Coordenadora do Mestrado em Fotografia. Unidade Departamental de Artes, Comunicação e Design, Instituto Politécnico de Tomar.
Dr. Francisco Lopes, Bibliotecário. Biblioteca Municipal António Botto, Abrantes.

Índice

EDITORIAL.....	6
-----------------------	----------

PATRIMÓNIO TENTACULAR

A MÁSCARA E A MORTE: O RETRATO FOTOGRÁFICO. UMA LEITURA DE <i>METAMORPHOSEN DES GESICHTS</i> , DE HELMAR LERSKI <i>Laura Almeida</i>	9
FOTOGRAFIA E IDEOLOGIA: OS “ROSTOS” DA ALEMANHA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930 <i>Laura Almeida</i>	18
O RESTAURO DO TRASLADO DE 1286 DO FORAL DE D. HUGO À CIDADE DO PORTO <i>Maria João Calheiros, Madalena Oliveira</i>	27
METALÚRGICA DUARTE FERREIRA: ACHEGAS PARA UMA POSSÍVEL MUSEALIZAÇÃO <i>Lígia Marques</i>	43
ESTAUS E A MALHA URBANA GENERATIVA – TOMAR <i>Fernando Sanchez Salvador, Tatiana de Sousa Coelho</i>	81
PROMOÇÃO DA LITERACIA NUMA CULTURA DA INFORMAÇÃO PARA AFIRMAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, IDENTIDADE E CIDADANIA <i>Vera Maria da Silva, Francisco Vaz</i>	102
A IMPRESSIONANTE TELA DO JUÍZO FINAL DO MUSEU REGIONAL DE BEJA <i>Helena Duarte Tadeia</i>	133
DEAMBULANDO PELO SANTUÁRIO DE PANÓIAS: UM ESTUDO DOS PÚBLICOS DA CULTURA <i>Rute Teixeira</i>	155

ANTROPOLOGIA

ÍNDIOS, NEGROS E CAIÇARAS: ETNOGRAFIA E IMAGEM NA ANTROPOLOGIA PARANAENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950 <i>Maria Fernanda Campelo Maranhão</i>	186
---	-----

ARQUEOLOGIA

PRÉ-HISTÓRIA: NA RAIA ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO? <i>Ana Cruz, Ana Graça</i>	222
ARQUEOLOGIA PÚBLICA – EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO: SERVIÇOS EDUCATIVOS E DIAS ABERTOS NO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS. UMA ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL À COMUNIDADE. <i>Jorge Lopes, Ana Correia</i>	257
AÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA DEFESA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E CULTURAL NO SUL DE MINAS GERAIS: O EXEMPLO NO NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO ALTO RIO GRANDE, BRASIL <i>Márcio Mota Pereira</i>	270

Editorial

Editorial

O conceito de ‘Metafísica do Belo’, enquanto percepção idealizada da matéria, tem a sua raiz no pensamento grego, sendo Platão o seu ‘teorizador’. A combinação da Estética e da Poética na Antiguidade Clássica resultou na génese da Filosofia da Arte, onde os procedimentos técnicos se aliam ao ambiente social vivido pelos intervenientes, em ordem à conceptualização do “artístico”.

Contudo, ainda que considerada pelos nossos contemporâneos como obsoleta e dogmática, a nomenclatura “Metafísica do Belo” combina com “Ideário Patrimonial” na medida em que o acervo de ideias se plasma na identidade da nossa herança ocidental dos últimos 2.000 anos. Esta herança assenta nos nossos dias, numa rede complexa, sistematicamente desdobrada, cujo primado reflecte a transdisciplinaridade nas chamadas Ciências Sociais e Humanas.

O Belo é uma metáfora que se expressa em qualquer actividade humana, tendo, como é óbvio, as suas próprias singularidades quando aplicada ao vasto universo de disciplinas que se dedicam ao estudo das acções humanas.

Na esteira deste raciocínio o número 2 da revista “O Ideário Patrimonial” está organizado em três grandes áreas: Património Tentacular, Antropologia e Arqueologia.

O núcleo “Património Tentacular” introduz contribuições multidisciplinares num vasto leque disciplinar que inclui a área de Fotografia, de Conservação e Restauro, de Museografia, de Reconstituição Arquitectónica, de Educação Patrimonial, de História de Arte e de Turismo. Neste agrupamento o Belo transfigura-se, focalizando o “artístico” na intervenção activa do investigador e na partilha social e ideológica do “seu” Belo.

O núcleo “Antropologia” conta apenas com uma contribuição chegada do outro lado do Atlântico, apresentando-nos reflexões teóricas sobre a História da Antropologia no Paraná (Brasil). Neste campo, o Belo é entendido como contribuição teórica no estudo da individualização de sociedades indígenas sobreviventes ao impacto colonizador, o “artístico” está patente no fluxo de pressupostos e fundamentações explicativas de um modo de vida particular.

O núcleo “Arqueologia” aborda a perspectivação da Pré-História como elemento agregador de duas posturas opostas - Ciência e Religião. Nesta área o Belo reflecte-se no sentido de anterioridade, no passado, centrando-se na compreensão das sociedades sem escrita e nas opções de salvaguarda em contextos geográficos diferentes. Termina com a contribuição temática sobre o papel actual da Arqueologia Pública na sociedade portuguesa e a problemática da conservação do Património em Arqueologia Pré-Histórica em Minas Gerais (Brasil).

Que a leitura seja profícua.

Património Tentacular

**A MÁSCARA E A MORTE: O RETRATO FOTOGRÁFICO
UMA LEITURA DE *METAMORPHOSEN DES GESICHTS*,
DE HELMAR LERSKI**

Laura Almeida

Aluna de mestrado em História da Arte Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa

A máscara e a morte: o retrato fotográfico. Uma leitura de *Metamorphosen des Gesichts*, de Helmar Lerski

Laura Almeida

Artigo recebido: 2014-04-16;

Artigo revisto recebido: 2014-06-02;

Artigo aceite: 2014-06-20.

Resumo

O presente trabalho surge do feliz encontro que a obra fotográfica *Metamorfoses pela Luz* (1935-36)¹, de Helmar Lerski², proporciona com o conceito de máscara. Esta obra é constituída por uma série de 140 retratos, os quais apresentam um conjunto de características formais que se relacionam com a noção de máscara. A máscara, na variedade de dicotomias que encerra, permite pontos de contacto com a prática fotográfica; esta afirmação ganha mais expressão quando se estreita a comparação para a relação máscaras mortuárias – retrato fotográfico. Colocam-se então algumas questões pertinentes: qual o interesse da presença do conceito de máscara na exploração formal de um rosto? Que ligações podemos estabelecer entre a máscara e o retrato fotográfico? Em que medida contribui a primeira para enriquecer o segundo?

Palavras-chave: máscara; retrato; fotografia; morte; metamorfose

Abstract

The present paper establishes a connection between the photographic work of Helmar Lerski known as *Metamorphosis through Light*, a set of 140 photographs that has a number of formal characteristics intrinsically connected to the concept of «mask». This concept encompasses a great variety of dichotomies which establish several points of contact with the practice of photography, which becomes especially relevant with the comparison between death-masks and the photographic portrait. This analysis gives rise to a few interesting questions: what is the interest of the concept of mask in the formal exploration of a face? What connections can be established between the mask and portrait photography? And how does the first enrich the second?

Keywords: mask; portrait; photography; death; metamorphosis

¹ Na tradução literal, *Metamorphosen des Gesichts* significa “Metamorfoses do Rosto”, contudo convencionou-se a tradução *Metamorfoses pela Luz*, devido ao subtítulo da obra: *Verwandlungen durch Licht*, que significa “Transformações pela Luz”. O mesmo sucede na língua inglesa (*Metamorphosis through Light*) e francesa (*Metamorphoses par la Lumière*).

² Helmar Lerski (1871-1956) foi um importante cineasta e fotógrafo modernista. Nasceu em Estrasburgo e viveu em Zurique entre 1876 e 1888, altura em que emigrou para os E.U.A.. Começou a fotografar por volta de 1910 e em 1915 regressou à Europa, onde começou a trabalhar em cinema – chegando a participar no famoso filme *Metropolis*, de Fritz Lang. Na década de 1920, viu reconhecido o seu trabalho fotográfico como *avant-garde*, tendo mesmo participado na exposição *Film und Foto* de 1929.

1. DA METAMORFOSE NO RETRATO FOTOGRÁFICO: AS METAMORFOSES PELA LUZ

A obra em estudo, *Metamorfoses pela Luz*, resulta de um culminar de princípios que Lerski ensaiou durante a sua carreira cinematográfica, como diretor fotográfico no cinema expressionista alemão, os quais foi paralelamente aplicando à fotografia. É igualmente interessante observar o “absorver” de experiências contemporâneas que o artista apresenta, revelando pontos comuns com a prática da *Neue Sachlichkeit* (Nova Objetividade)³, que então também se desenvolvia em contexto alemão, com particular expressão.

Tratando-se de uma série de retratos, de representações do Outro, a obra “surge como manifestação de uma presença no mundo, como ponto de vista sobre esse mundo, mas também como forma de potencialmente o recriar ou restaurar” (Medeiros, 2000: 36). As *Metamorfoses* abordam o retrato do rosto humano, recriando-o segundo uma nova forma de visão: a fotográfica. Trata-se de uma série fotográfica constituída apenas por retratos, nos quais o rosto do modelo fotografado é formalmente explorado pelo artista.



Figura 1. *Metamorphosen des Gesichts*, #569



Figura 2. *Metamorphosen des Gesichts*, #571

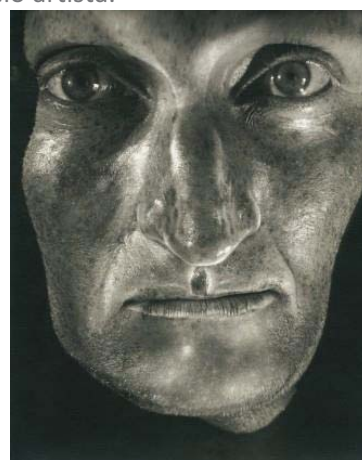


Figura 3. *Metamorphosen des Gesichts*, #588



Figura 4. *Metamorphosen des Gesichts*, #515



Figura 5. *Metamorphosen des Gesichts*, #441



Figura 6. *Metamorphosen des Gesichts*, #587

³ Trata-se de um movimento artístico que surgiu na Alemanha em meados da década de 1920, como reação ao Expressionismo. No campo da fotografia, de um modo geral, a Nova Objetividade expressa-se segundo um caráter, ou antes pretensão, documental e focagem nítida. Para além de Lerski, destacam-se nesta prática August Sander, Karl Blossfeldt, Erich Retzlaff, Erna Lendvai-Dircksen e Albert Renger-Patzsch.

Ao direcionar o seu campo de trabalho para o retrato fotográfico, o autor denota uma apropriação do sujeito enquanto objeto, explorando o rosto do mesmo como se de uma escultura se tratasse: rosto como motivo, ao invés de rosto como espelho psicológico do indivíduo. Deste modo, Lerski frisa uma característica inerente à fotografia: transforma o(s) seu(s) sujeito(s) em “coisa[s]” (Medeiros, op. cit.: 50). De qualquer maneira, mantém-se o estatuto mimético da fotografia relativamente ao modelo fotografado; a este propósito, Derrida considera que o conceito de *mimesis* se situa no intervalo entre não ser “a própria coisa (porque é uma representação) nem completamente outra (porque se referencia a ela ostensivamente)” (Derrida, 1971 *apud* Medeiros: 38), sendo que é nesta “brecha” que “se instala a subjetividade e a (re)criação” artística (Medeiros, op. Cit.: 39). Com a metamorfose do sujeito em objeto, ou “coisa”, o fotógrafo permite a sua própria subjetivação da prática fotográfica, descobrindo vários sujeitos num só indivíduo.

O rosto fotografado é então tomado como uma variedade de rostos, fazendo do(s) mesmo(s) “o rosto genérico de todos os homens” (Musées de Strasbourg. ed.lit., 2003: 23). Esta “transformação” formal decorre da utilização da luz – que se torna incisiva e dramática, teatral – e do enquadramento – sempre cerrado, em *close-up* -, resultando no isolamento do sujeito, o qual é apreendido sem qualquer pretensão de exploração das suas características psicológicas. Também se entrevê, nas palavras do artista, a sua conceção do retrato fotográfico, ao afirmar que “tudo está no homem, tudo depende de onde a luz cai nele” (op.cit., 2003: 23). Posto isto, excluem-se as tentativas de interpretar a representação do sujeito fotográfico como um retrato psicológico ou social do mesmo.

A luz, eleita protagonista por Lerski, permite metamorfosear a realidade em imagem – através da fotografia – e o rosto em objeto – esculpindo-o numa multiplicidade de rostos. Trata-se de um retrato da forma: forma da face, fonte de uma imensidade de perspectivas de captação – mutável em si mesma através das expressões faciais – que também se presta a uma transformação através dos métodos e princípios de iluminação, sendo este, maioritariamente, o propósito do fotógrafo⁴. A fotografia surge como o *medium* ideal para esta finalidade, na medida em que produz “imagens em contiguidade física com a realidade” que propiciam “a ficcionalidade do Eu” (Medeiros, op. cit.: 113).

“A esfinge é antes de tudo uma máscara, cuja face, no entanto, muda de expressão no decorrer do dia graças ao jogo de sombra e de luz dos seus relevos”

(Allard e Lefort, 1984: 48)

O anteriormente descrito é ilustrado pelo excerto acima citado, o qual funciona como charneira, elucidando uma possível ligação entre as *Metamorfoses* e o conceito de máscara: a exploração do carácter mutável do rosto, através de um meio essencial à prática fotográfica – a luz.

Da mesma maneira que a esfinge se presta a esta metamorfose, também o rosto humano é passível de ser encarado como uma escultura, através da exploração formal: também Lerski encara o rosto do indivíduo como uma máscara, capaz de reunir em si uma multiplicidade de rostos, os quais são revelados pela manipulação da iluminação e do aparelho fotográfico - pela ocultação do “verdadeiro” rosto. Esta prática permite ao artista explorar os relevos e formas que a face humana pode tomar, resultando num verdadeiro “travestimento” do sujeito, o qual, afinal, encerra várias máscaras: o modelo apaga a sua identidade para se prestar à representação de tantas outras.

Uma vez que Helmar Lerski se propôs, nas suas *Metamorfoses pela Luz*, metamorfosear, transformar a aparência do sujeito através da luz, parece também pertinente estabelecer aqui alguns pontos de ligação entre a noção de metamorfose e a de máscara: “a

⁴ “La manière dont j’utilise ma lumière ... voilà qui fait de mon modèle un optimiste ou un mélancolique, un héros ou un être faible...” (Musées de Strasbourg. ed.lit., 2003: 23).

máscara é ... sobretudo, um instrumento de metamorfose” (Bédouin, 1961: 73). Dito de outro modo, a máscara proporciona uma transformação, uma mudança de uma forma para outra, na maioria das vezes, consciente. Esta questão é ainda realçada por Jean-Pierre Vernant, o qual também concebe a máscara como proporcionadora da metamorfose do sujeito, uma vez que “usar uma máscara, é cessar de ser o próprio e encarnar durante o disfarce” a personagem pretendida; trata-se de um processo de mimetização (Vernant, 1981 *apud* Allard e Lefort, 1984: 48). No limite, este exercício leva a uma busca incessante do homem no Outro, ao colocar as várias máscaras “disponíveis”, ou à rejeição de todas as aparências; de qualquer forma, ambos os casos nos levam ao desconhecido, o qual constitui a máscara da máscara (Bédouin, 1961: 74).

2. DA MÁSCARA E DA MÁSCARA MORTUÁRIA NO RETRATO FOTOGRÁFICO

Aborde-se agora o conceito de máscara, através de algumas considerações importantes para o desenvolver desta problemática. A noção de máscara, mais abrangente do que primeiramente possa aparentar, reúne em si uma variedade de significados, os quais variam consoante o domínio de aplicação do mesmo. Para o presente estudo, convencionou-se adotar a definição presente no *Grand Larousse de la Langue Française* (1975: 3183): a máscara é descrita como um rosto falso, de matéria rígida, que colocamos para obter um aspeto diferente ou para nos disfarçarmos; uma reprodução plástica da cara, tomando como exemplo as máscaras mortuárias.⁵ Posto isto, a máscara define-se como um instrumento que permite o disfarce e a dissimulação, encobrendo o rosto e dando-lhe uma falsa aparência. De um modo geral, a máscara parece compreender três funções: cobrir, suste e expressar.

Em termos etimológicos, a palavra “máscara” provém do grego *prosopon* – cuja derivação latina é *persona* – significando rosto, máscara, pessoa ou personagem teatral (Morey, 1995: 18). O seu uso advém, aparentemente, de uma dupla função: funerária e teatral (Allard e Lefort, 1984: 7).

No domínio da psicologia, o conceito de máscara presta-se a novas leituras. Num capítulo dedicado a este assunto, “Le Masque, Sa psychologie” (1961), Jean-Louis Bédouin oferece-nos algumas elucidações acerca desta matéria. A máscara, sempre referente ao rosto humano, é considerada um espelho, um veículo de transmissão do nosso estado interior; é encarada como suporte, onde as diferentes expressões faciais tomam forma. Bédouin ressalva o facto de este “reflexo” não ser uma projeção: a sua manifestação “pode também ser o produto de uma vontade consciente de exteriorização” (Bédouin, 1961: 10) podendo, por isso, tratar-se de uma ação voluntária ou involuntária, consciente ou inconsciente. Ao referir-se aos atores, os quais tendem a tornar-se conscientemente no Outro, entende-os como personagens sem rosto, passíveis de adotar qualquer expressão, qualquer máscara. Quando o autor afirma que “é característico da máscara superar esta contradição, isto porque ... só raramente se trata da máscara de um indivíduo determinado” (Bédouin, op. cit.: 18), torna-se claro o carácter universal e mutável desta conceção de máscara, que abole o individualismo. A máscara constitui-se como um simulacro perceptível.

Contudo, a noção de máscara encerra mais questões do que as previamente expostas. O conceito em estudo permite uma problematização vasta, a qual pode ser levada a cabo através de, por exemplo, um exercício dicotómico: trata-se simultaneamente de um processo de ocultação e de revelação, ou de universalização e individualização. A máscara oculta o rosto do sujeito, despersonalizando-o e estereotipando-o segundo traços-padrão, tais como os olhos, o nariz e a boca; do mesmo modo, revela uma personagem individual, sendo-nos possível projetar qualquer sujeito numa máscara, isto é, tornando-o passível de ser qualquer um indivíduo. Também o binómio presença-ausência é aplicável à máscara, de modo

⁵ Salvaguarda-se a existência de outras definições, as quais não foram incluídas por não serem relevantes para o presente trabalho.

semelhante ao procedido com os conceitos de revelação e ocultação: a máscara oculta o sujeito, constituindo-se como um signo de ausência do mesmo; inversamente, revela e, por isso, torna presente, a (ou as) identidade-máscara.

No que respeita às máscaras funerárias (mortuárias ou fúnebres), trata-se normalmente de um molde, em cera ou gesso, da cara da pessoa falecida. Contudo, no início da utilização deste tipo de máscaras, o qual remonta à época egípcia, a máscara está estritamente ligada ao processo de mumificação de um indivíduo: é a mumificação que permite a fixação das características faciais da pessoa, constituindo, ela mesma, uma máscara. Era, posteriormente, esculpida uma (segunda) máscara que se colocava sobre o rosto do cadáver. Em épocas posteriores o mesmo não se verifica: realizava-se um decalque do rosto do defunto; neste caso, a máscara fúnebre funcionou como uma recordação do morto, perpetuando a sua imagem, ou como modelo para retratos póstumos. A utilização de máscaras mortuárias para a identificação de corpos também constituía uma prática recorrente. Esta tipologia de máscaras caiu em desuso aquando do advento da fotografia, uma vez que esta constitui um registo mecânico e imediato da imagem da pessoa falecida, quer para fins recordativos, quer para fins identificativos.

Prosseguindo com o exercício de caracterização do conceito de máscara mortuária, podem assinalar-se alguns pontos referentes às mesmas que mais tarde serão retomados. As máscaras fúnebres constituem uma duplicação do rosto do defunto; trata-se de uma reprodução da face de um sujeito, de um duplo, de uma representação e, mais do que um signo, de um índice deste. Ao fixar a cara do indivíduo, a máscara conserva a aparência física e também a identidade do mesmo - a sua *persona*. Numa altura em que não existia fotografia, a máscara retrata as pessoas, preservando, como se referiu, a memória das mesmas.

3. RETOMANDO AS METAMORFOSES PELA LUZ

Helmar Lerski representa o rosto do modelo segundo uma visão fotográfica, explorando-o formalmente. A noção de metamorfose é desde logo colada à série fotográfica, através do título que Lerski lhe atribui - *Metamorfoses pela Luz* -, o qual funciona como descrição, evidenciando a transformação a que o sujeito fotográfico se presta (principalmente) através da luz. O conceito de máscara é notado após uma observação atenta da série em questão, na medida em que Lerski faz uso desta mesma noção, utilizando-a como instrumento para a conceção da referida obra, ao reconhecer vários rostos numa só cara. O sujeito-objeto fotografado é manipulado e “metamorfosado” através destes mecanismos fotográficos, cedendo mesmo o protagonismo a estes.

O fotógrafo em estudo descobre a máscara no rosto do sujeito fotográfico: são descobertos vários sujeitos num mesmo indivíduo; as várias “faces”, ou até mesmo “facetadas”, de um rosto. Contudo, há ainda que considerar uma outra máscara: para além de Lerski evidenciar este conceito, também o sujeito fotografado - que primeiramente se encarava como um mero objeto - faz uso dele, através de mecanismos teatrais. Assim, o sujeito pode também ser encarado como ator devido à componente de encenação que os retratos em estudo compreendem: são utilizados atributos e o modelo trabalha, conscientemente, a sua expressão facial, num esforço para sublinhar as diferentes identidades que se pretendem extrair do sujeito. Em última instância, o facto de o modelo estar a ser fotografado, vai permitir-lhe também a “inclusão mágica, de si mesmo, no olhar do Outro”, ao mesmo tempo que a componente de encenação sublinha esta consciência e percepção de si (Medeiros, op. cit.: 55). Num distanciamento do Eu, as *Metamorfoses pela Luz* de Helmar Lerski constituem uma “experiência radical que tenta libertar o rosto humano da sua presença psicológica e da sua autenticidade social para o tornar objeto de uma encenação renovada” (op.cit., 2003: 23).

Denotam-se, portanto, duas perspetivas: uma “extrínseca” à composição, a máscara formal que o fotógrafo explora; e outra “intrínseca”, relativa à perspetiva e máscara do modelo representado. Com isto em mente mas atentando agora na origem da máscara, é

possível definir duas funções iniciais: a funerária e a teatral. Posto isto, podemos interpretar as *Metamorfoses pela Luz*, ora tomando o sujeito fotográfico como um agente passivo, ora encarando-o através de uma postura ativa⁶, participativa, interventiva; respetivamente, ora como um objeto artístico fúnebre – através das relações que a fotografia estabelece com as máscaras funerárias através do conceito de morte – ora como uma representação teatral – onde o modelo faz uso da “máscara” como um simulacro perceptível (à semelhança de um ator). E, como simulacro, constitui uma “falsidade” e “ilusão” puras, razão pela qual “a partir deste é impossível o acesso à Ideia ou à Verdade” (Medeiros, op. cit.: 37). Ou seja, quer se trate de uma ou outra situação, o sujeito está velado – o sujeito em si é inacessível -, mostrando, através dessa ocultação, várias máscaras.

Seguindo a primeira via – a qual atenta no paralelismo entre a fotografia e morte – importa estabelecer algumas relações: segundo Roland Barthes, a morte é o *eidós* da fotografia, a sua essência (Barthes, 1984: 29); também Louis Marin sublinha esta ligação, estabelecendo a morte como parte integrante do processo do retrato (Marin, 1993). Sem chegar a abordar a fotografia, Morey acaba por sublinhar esta ligação, ao afirmar que as “máscaras fúnebres e máscaras mortuárias cumprem desde sempre ... a dupla função de proteger a imagem (a alma) do morto e mantê-lo ainda presente (representá-lo) nos funerais” (Morey, 1995: 18). Assim, à semelhança das máscaras mortuárias, a fotografia mumifica e mimetiza o sujeito, mantendo os seus traços faciais e conservando a sua identidade. Para além disto, ambas conservam a condição de signo, de índice do real (do sujeito). Nos dois casos, é constituído um duplo, uma representação do sujeito, através da reprodução da sua imagem (facial). Apesar de não tratar especificamente a fotografia, quase que podemos decalcar as palavras de M. Morey, relativas às máscaras funerárias, para domínio da fotografia quando afirma:

“[a máscara fúnebre] é sempre a manifestação da presença de uma ausência, o homem que ainda não éramos, o que já não somos – espaço de virtualidade que oculta para revelar, que faz aparecer uma ficção, mas uma ficção que convoca[ndo] à presença visível o invisível...” (Morey, op. cit.: 19)

Posto isto, retomam-se as dicotomias que as máscaras funerárias partilham com a fotografia – presença/ausência e revelação/ocultação -, acrescentando que ambas criam um espaço virtual, fictício de representação do sujeito: trata-se de uma pseudopresença, baseada na aparência física, apenas visualmente “presente”, em suporte material (à semelhança de um cadáver). A este propósito, “o humanista Lerski não via nenhuma contradição no facto de projetar sobre a superfície de um rosto as qualidades humanas, individuais ou universais, que ele suponha encontrarem-se no interior do seu sujeito, sem tomar conta da personalidade verdadeira do seu modelo.” (op.cit., 2003) Assim, e explorando a segunda “face” da questão, desta vez focada na perspectiva do sujeito, Miguel Morey, nas suas “Conjeturas sobre a máscara”, acrescenta que “o distanciamento do mundo quotidiano mediante este artifício [máscara de encenação] tem como objetivo alcançar a máxima expressividade” (Morey, 1995: 24). É, deste modo, sublinhada a performance desempenhada pelo indivíduo fotografado por Lerski, o qual, ao “usar” a máscara da teatralidade, contribui para o sucesso do pretendido pelo fotógrafo.

À expressividade do *medium* e do fotógrafo alia-se a expressividade do sujeito.

⁶ Bem patente na postura de Helmar Lerski quando, por exemplo, afirma: “Avec ma lumière, c’est la vie que je lui insuffle” (Musées de Strasbourg ed. lit., 2003, p. 23).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões colocadas na introdução do presente estudo, que interesse revela então a presença do conceito de máscara na exploração formal de um rosto?

A forma como Lerski concebeu o rosto e o retrato está dependente desta conceção de rosto como um objeto, passível de ser trabalhado segundo uma análise estritamente formal, com o propósito de dele extrair uma multiplicidade de personagens, vinculando-o assim com uma noção de máscara. O facto de ter encarado o retrato fotográfico desta forma, ignorando a profundidade psicológica do “objeto fotográfico”, permite-lhe retirar grande partido das características intrínsecas e possibilidades do *medium* fotográfico na exploração das formas visuais. A desumanização do sujeito constitui um meio intencional e necessário.

Se, por outro lado, analisarmos a utilização que o modelo faz da sua “máscara”, defrontamo-nos com o conceito de *performance*, que também aqui merece um apontamento. Apesar de, etimologicamente, o vocábulo não estar relacionado com a ideia de encenação ou desempenho de papéis – mas sim com “dar forma” –, esta conceção é corrente e permite alguns pontos de contato com a prática fotográfica. Vejamos, “o corte produzido pelos enquadramentos e montagens, a modificação que a luz introduz na forma dos objectos, a intervenção a nível das escalas, e, sobretudo, a possibilidade de construir cenários como se de instantes da vida se tratasse” (Medeiros, op. cit.: 113), juntamente com a dimensão de autoconsciência do modelo, despertam-nos, portanto, para a dimensão cénica da fotografia.

Inversamente, em que medida contribui o retrato fotográfico para enriquecer a noção de máscara? Se a fotografia substituiu historicamente a máscara funerária, contribuiu também para o enriquecimento da conceção da mesma, estendendo o seu campo de aplicação para o campo fotográfico. No caso em estudo, tanto o fotógrafo como o sujeito fotografado contribuem para a introdução da máscara neste domínio⁷.

Mais uma vez à semelhança do sucedido no Cubismo, apesar da variedade de perspetivas representadas, a representação revela-se sempre redutora e incapaz (à semelhança da máscara mortuária) de capturar a essência do sujeito. No caso em estudo, isto é sublinhado pelo facto de o sujeito fazer uso de uma outra máscara ou artifício – a encenação. Máscara dentro de máscara. Encenação na representação visual, a qual constitui mais uma barreira no acesso ao sujeito. As *Metamorfoses* constituem portanto um travestimento do sujeito fotográfico. No entanto, ao não revelar a essência individual do sujeito, vincando exatamente o seu carácter versátil e mutável, “torna visível a essência invariável de todo o ser ... o rosto humano universal” (op.cit., 2003: 29). A máscara cria uma ilusão: apreende-nos o rosto e molda-nos o comportamento, levando-nos a experimentar ser o Outro. Talvez seja pertinente retomar o observado por Bédouin, em *Les Masques* (1961), quando expõe que a busca incessante do homem no Outro, no limite, leva ao desconhecido, o qual constitui a máscara da máscara (op. cit.: 74). Também Margarida Medeiros, conclui que o retrato fotográfico, como “imagem especular fixa” abre acesso ao sujeito a “especulações sobre o seu Eu”, fornecendo-lhe um espelho «manuseável» (Medeiros, op. cit.: 50), observação que Helmar Lerski parece ter compreendido: o estatuto (mutável) do sujeito no retrato fotográfico.

⁷ No caso da pintura, este interesse pela máscara foi protagonizado, no séc. XX, por Pablo Picasso, aquando da realização das *Les demoiselles d'Avignon* em 1907. Esta referência internacional constitui certamente uma forte influência para Lerski, a qual é bem visível na aplicação do perspectivismo e procura da captação de todas as faces de um rosto.

BIBLIOGRAFIA

- ALLARD, G.; LEFORT, P. (1984) – Le Masque. Paris: Presses Universitaires de France.
- BARTHES, R. (1984) – A Câmara Clara. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- BÉDOUIN, J. (1961) - Vingt ans de surréalisme, 1939-1959. Paris: Denoël.
- LERSKI, H. (2003) – Métamorphoses par la Lumière. Strasbourg: Musées de Strasbourg, Catálogo escrito em 1871.
- GRAND LAROUSSE DE LA LANGUE FRANÇAISE EN SEPT VOLUMES (1975) – Tome quatrième. Disponível na www.gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1200535k/f631.image.r=Cin%C%A9ma.langP [http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1200535k/f631.image.r=Cin%C%A9ma.langP] (Consultado a 28-05-2013).
- MARIN, L. (1993) – Le portrait, le masque et la mort. Paris : Art Press, p. 31-35.
- MEDEIROS, M. (2000) – Fotografia e Narcisismo: o auto-retrato contemporâneo. Lisboa: Assírio & Alvim.
- MOREY, J. M. (1995) – Conjeturas sobre la máscara. Madrid, Lapiz, Revista Internacional de Arte, 117, p. 16-25.

**FOTOGRAFIA E IDEOLOGIA:
OS “ROSTOS” DA ALEMANHA NO INÍCIO DA DÉCADA DE
1930**

Laura Almeida
Aluna de mestrado em História da Arte Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa

Fotografia e ideologia: Os “rostos” da Alemanha no início da década de 1930

Laura Almeida

Artigo recebido: 2014-04-21;

Artigo revisto recebido: 2014-06-02;

Artigo aceite: 2014-06-20.

Resumo

No início da década de 1920 surgiu, na Alemanha, uma nova tendência fotográfica dedicada ao retrato, de caráter documental, inventariante e nacionalista. Como veremos, estes três vocábulos constituem uma questão de duas faces. Também a prática fotográfica nos mostra um seu outro lado: a fotografia cessa de ser uma prática objetiva para se afirmar em todo o seu poder persuasivo e deturpador. A análise dos retratos fotográficos de August Sander, Helmar Lerski, Erich Retzlaff e Erna Lendvai-Dircksen, revela-nos os dois lados de um retrato que se propunha representar a “verdadeira” cara dos alemães, ou melhor, da Alemanha.

Palavras-chave: Alemanha, retrato, fotografia, subjetividade, ideologia

Abstract

In Germany, at the beginning of the 1920's, there was an emergence of a new photographic tendency dedicated to the portrait, which was more documental, inventory-oriented and nationalist. As we will see, these three words constitute a two-sided matter. The photographical practice also shows us one of its other sides: photography ceases to be an objective practice to establish itself in all of its persuasive and disfigurative power. The analysis of the photographic portraits of August Sander, Helmar Lerski, Erich Retzlaff and Erna Lendvai-Dircksen, reveals to us two sides of a portrait that intended to represent the “true” face of the Germans, but ended up showing the face of Germany.

Keywords: Germany, portrait, photography, subjectivity, ideology

1. DO CONCEITO DE ROSTO

O termo “rostos” surge definido no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (s.d. B) segundo quatro pontos especialmente elucidativos para o presente estudo, os quais transcrevo:

1. Conjunto da testa, olhos, nariz, boca, mento e faces das pessoas ou suas representações.
3. Fisionomia, expressão, cara.
4. Presença.
5. Parte das medalhas oposta ao reverso.

6. Primeira página impressa no princípio do livro em que está o título, o nome do autor, o volume, o nome da editora e outras indicações. = fachada, frontispício

fazer rosto: estar defronte.

oferecer resistência. = enfrentar, resistir”

É claro que a noção de rosto se revela mais complexa quando atentamos nos seus diversos significados: mais do que um conjunto de características fisionómicas, uma imagem ou uma representação, o rosto, pode também significar presença (a expressão “dar a cara” ilustra bem esta noção). Para além disto, o ponto 5. do excerto acima citado faz-nos refletir acerca de questões dicotómicas, com duas “faces”⁸. Não menos interessante, a ideia de fachada como sinónimo para rosto, desperta-nos para questões relacionadas com a aparência exterior (que muitas vezes funciona como “cartão de entrada”), puramente física.

Num exercício de transposição, podemos relacionar as questões raciais, as quais criam tipologias fisionómicas, com a “fachada” de um povo. A constatação de que a imagem da realidade empírica racial é heterogénea (*versus* sociedade coesa, de “fachada” harmoniosa) pode não favorecer a ideia de nação⁹ como um organismo unido e coeso. Ironicamente, o “rosto” de uma nação é uma questão de duas “faces”: ora constitui uma “bonita” “primeira impressão”, ora denuncia esta mesma construção idealizada. Conforme as convicções e intenções do artista, a imagem do “rosto” de uma nação surge, no presente estudo, ora claramente comprometida ideologicamente, ora vinculada com um registo de carácter mais documental (e, por isso, denunciador, no sentido em que mostra/revela/ilustra os rostos de uma nação que, claro, são diferentes entre si e não favorecem um ideal de nação homogénea em termos de traços físicos).

2. DA PRESSUPOSTA OBJETIVIDADE DO *MEDIUM* FOTOGRÁFICO

“Se a fotografia é considerada como um registo perfeitamente realista e objetivo do mundo visível, foi porque lhe atribuímos (desde a origem) usos sociais tidos por ‘realistas’ e ‘objetivos’” (Dubois, 1990: 35)

Através do anteriormente citado, Philippe Dubois alerta-nos para a ligação que se tende a estabelecer entre a imagem fotográfica e a realidade. Na base desta assunção – da fotografia como “captação não mediada da natureza”, como janela – está o que John Tagg identifica como o “mito da fotografia «bruta»”, referindo-se à evocação do real pela fotografia devido ao facto de esta estar “enraizada no «natural»”, conservando “o carácter privilegiado de testemunha de eventos que realmente presenciou” (Medeiros, 2010: 194, 195). Esta conceção da fotografia e a sua vinculação com o real e o “objetivo”, advém da sua capacidade de reproduzir mimeticamente, e instantaneamente, o visível¹⁰. Parte-se então do pressuposto de que é possível captar o real de forma imparcial, segundo um postura documental e passiva do fotógrafo: a objetividade absoluta parece possível através de um *medium* mecânico. A

⁸ O termo “face” diferencia-se da noção de “rosto”: apesar de conservarem algumas semelhanças, a face refere-se, maioritariamente a uma parte, fracção de um objecto ou rosto. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, s.d. A)

⁹ Entende-se por “nação” o proposto por Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas*: “uma comunidade política imaginada como inerentemente limitada e soberana”. Tradução da autora. No original: “una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana” (Anderson, 1993, p. 23).

¹⁰ Convém, no entanto, e antes de mais, considerar a probabilidade de que desde a génese da prática fotográfica existissem posturas mais céticas relativamente à objetividade total do *medium*.

fotografia é, como bem observou Flusser, uma “imagem técnica”, por ser produzida por um aparelho, o que lhe atribui um significado codificado, e fiável, por “aparentemente não necessitar[em] de ser decifrada[s]” (Flusser, 1998: 33). Por isso, confiamos nas imagens que produz.

Contudo, apesar de a fotografia constituir sempre um índice do real, a relação fotografia-realidade pode ser questionada, ou seja, a objetividade fotográfica pode ser discutida através do seu grau de comprometimento com o real. Ainda que um registo fotográfico de determinado objeto ou sujeito não sofra nenhuma manipulação posterior, este pode, ainda assim, transmitir a “imagem errada”.

Para além disto, também as já introduzidas aplicações da fotografia a práticas sociais e científicas, que desde a sua origem a pautaram, contribuíram para esta crença. No séc. XIX, este aspeto é bem visível: por exemplo, através da cronofotografia, foi possível estudar e conhecer, de modo científico e verificável, através da fotografia, o movimento e a locomoção; a microfotografia permitiu a análise de formas microscópicas, antes impercetíveis a olho nú; no campo da psicologia, os registos fotográficos auxiliavam no registo e acompanhamento do doente; a fotografia constituiu ainda uma ferramenta para as ciências forenses e criminais na identificação de indivíduos (como é exemplo o conhecido método de Bertillon). A fotografia constitui-se então como documento, prova e ferramenta de auxílio em domínios ditos objetivos e científicos; para além disto, permite-nos ainda melhorar a perceção visual humana. Deste modo, a fotografia é encarada como proporcionadora de conhecimento objetivo, verificável e não sujeito a qualquer marca subjetiva.

Também a corrente da *Neue Sachlichkeit* (Nova Objetividade) – a qual se desenvolveu no período posterior à Primeira Guerra Mundial, com especial enfoque na Alemanha –, sublinha esta ligação entre a imagem e a realidade empírica. Surgindo como reação à “velha” objetividade reclamada pelo Expressionismo alemão, esta Nova Objetividade, reclama a primazia do visual no acesso ao real. Moholy-Nagy afirma mesmo que “na câmara fotográfica encontramos a ajuda mais confiável para um início da visão objetiva. Todos vão ser levados a ver que o que é opticamente verdade, é explicável nos seus próprios termos, é objetivo, antes de poder chegar a qualquer possível posição subjetiva” (Moholy-Nagy, 1967).

Torna-se então compreensível que a relação fotografia-realidade aparentasse conservar um elo de ligação baseado na dependência: a realidade “verdadeira”, “objetiva”, surge como uma implicação inerente do registo fotográfico. Entretanto, ao mesmo tempo que a fotografia continua “fabricando a transparência do mundo”, vai sendo descortinada “a fronteira entre o que é visível e oculto, o que se ilumina e o que fica na sombra”... (Medeiros, op. cit.: 265).

Posto isto, colocam-se algumas questões: pode a realidade ser completamente compreendida através de imagens? Qual o grau de comprometimento da fotografia com a realidade empírica? São as imagens capazes de transmitir conhecimento objetivo? É o fotógrafo capaz de produzir registos imparciais do real?

Desenvolvendo a outra face da problemática, podemos argumentar que uma fotografia não é só uma imagem, é também uma interpretação do real (e que por isso, varia consoante o sujeito atrás da câmara). A fotografia como *medium* subjetivo e a câmara fotográfica como mediadora do olhar.

Para além de constituir um índice, um “rasto” do real e de conservar sempre essa vinculação, o *medium* fotográfico permite, ou impõe, uma representação subjetiva do real. Para além de ser possível fotografar um objeto ou sujeito segundo inúmeros pontos de vista – cada um único –, uma fotografia é sempre uma exclusão: o enquadramento envolve escolha, constituindo portanto um exercício de inclusão e exclusão. Trata-se de uma seleção arbitrária e por isso subjetiva. A subjetividade manifesta-se então sem recorrência a manipulações fotográficas.

Sublinhando este carácter não-tão-objetivo da imagem, Philippe Dubois afirma que

“ela [a fotografia] não é mais um veículo incontestável da verdade empírica. A questão é particularmente pertinente em relação ao campo antropológico ou científico: pode-se elaborar uma análise científica com base em documentos fotográficos?” (ob. cit.: 37)

A questão aqui colocada revela-se bastante pertinente quando aplicada ao tema em estudo. Também a constatação de que “as câmaras estabelecem uma relação dedutiva com o presente ... e proporcionam uma visão da experiência instantaneamente retroativa” (Sontag, 1978), afirmada por Susan Sontag, nos alerta para o perigo sugestivo, ou especulativo, da fotografia; transportando isto para os casos em estudo conseguimos facilmente perceber que podemos ser induzidos em erro ao supor que as pessoas na Alemanha, no início dos anos 30 do séc. XX, tinham aquele aspeto – e só aquele.

John Tagg, por sua vez, desperta-nos para a seguinte questão: é a fotografia capaz de veicular uma ideologia política? Para este autor, “tal como o Estado, a câmara nunca é neutra” (Tagg *apud* Batchen, 1997: 9), ou seja, a fotografia representa um conteúdo de forma codificada quando em relação com práticas sociais mais fortes, como, por exemplo, a prática política, na transmissão das suas convicções e ideologias. Rejeitando o poder individual da fotografia, acrescenta ainda que o poder que a fotografia empunha nunca é o seu próprio” (ob. cit.), a fotografia revela então o seu poder persuasor quando em diálogo; quando se estabelece um discurso que lhe confere significado. Este pode ser obtido através da compilação e organização em tipologias de várias fotografias, como é o caso das obras em estudo.

A prática fotográfica alerta-nos então para o carácter pseudo-objetivo da imagem, a qual, afinal se presta a manipulações ainda que as mesmas não resultem de uma intervenção física numa fotografia.

Depois de equacionada a questão da crença na objetividade do *medium* fotográfico, abordemos então as fotografias em análise na complexidade da sua contextualização, de forma a obter uma leitura e problematização mais completas em torno da sua pretensa objetividade.

3. IDEOLOGIA E FOTOGRAFIA: RETRATANDO A ALEMANHA DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930

É importante considerar os antecedentes históricos, sociais, económicos, políticos, artísticos e culturais que antecedem a concretização do conjunto de obras em estudo. O Tratado de Versailles de 1919 é um acontecimento-chave para o entendimento da subsequente época, na qual se assiste a uma generalizada humilhação e crise identitárias nacionais. “Aparentemente, a quebra com a antiga ordem social e política após a I Guerra Mundial despoletou a necessidade de uma nova imagem humana do ‘eu’” (Faber e Frecot, 2005: 63) e do ‘eu’ com os meus, sem o ‘outro’: na procura de um sentido de coesão e “retorno à ordem”, a associação em grupos sociais e orientações ideológicas.

Esta busca de identidade coletiva, esta necessidade de pertencer, refletiu-se também no campo científico, onde foram levados a cabo estudos na área da fisionometria e antropometria, os quais permitiram e facilitaram a cada “grupo social identificar os seus ídolos e vilões” (Sander, 1993: 8). Os estudos que foram desenvolvidos no campo da antropometria, na Alemanha de finais do séc. XIX, constituem alguns dos antecedentes teóricos e ideológicos da concretização das obras fotográficas em estudo, as quais procuram capturar este sentido de “nação”, despoletado por esta necessidade de encontrar estabilidade. É curioso observar a variedade de estudos que se vinham a desenvolver neste domínio, os quais tratam a imagem do “outro” indesejado, por oposição ao “nacional”, característico e “bom”.

Vislumbremos então a “miscelânea pós-darwiniana” de finais do século, a qual ambicionava criar uma “super-raça humana” (Hobsbawm, 1999: 124). No campo dos estudos

antropométricos, Arthur de Gobineau publicou, em 1853-55, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, no qual disserta acerca da superioridade da raça ariana. (Esta publicação foi posteriormente sujeita a algumas modificações pelo Partido Nazi.) Também a obra *The Foundations of the Nineteenth Century*, de Houston Chamberlain, publicada em 1899, constituiu uma leitura de referência para a ideologia antissemita nazi. Madison Grant, com *The Passing of the Great Race/The Racial Basis of European History* (1916), publicado no início do séc. XX, sustentou a obra de Alfred Rosenberg, *The Myth of the Twentieth Century*, publicada já em 1930.

Para além dos escritos teóricos relacionados com os conceitos de raça, origem e antropometria, esta tendência nacionalista, eugenética e antissemita fez-se também sentir em outras áreas do saber. Na área da filosofia, Karl Marx publicou em 1844, *On the Jewish Question*, apresentando o povo judeu de forma pejorativa. Também Nietzsche (assumido antissemita) publicou em 1886 *Além do Bem e do Mal* e, em 1895, *O Anticristo*, fornecendo à corrente nazi fundamentos – ainda que deturpados – de base para tal ideologia. Ainda neste domínio, Martin Heidegger foi adepto do Partido Nazi, no qual esteve brevemente filiado. No campo da música, Richard Wagner, publicou *Jewishness in Music* (1850), um ensaio onde criticava dois compositores judeus, servindo portanto como ferramenta utilizada pelos nazis na sua crítica generalizada aos judeus. Até mesmo os contos dos irmãos Grimm do séc. XIX, *The Good Bargain* e *The Jew among Thorns*, utilizam os judeus como vilões.

Nesta procura de um “regresso à ordem”, a “ordem” à qual se regressou encontra portanto as suas origens no final do séc. XIX. Esta recente tradição baseia-se, no entanto, na ideologia política nazi, absolutamente focada nas “raízes” da “raça” tida como pura, em grande parte devido aos estudos de carácter eugénico.

E se o panorama económico havia prejudicado a fotografia no campo da retratística, este desejo identitário propiciou um renovado interesse por esta prática. Procurou-se criar uma “base de dados” de imagens, de modo a registar, definir, identificar, reconhecer e afirmar uma ordem baseada na “pureza” racial. As tipologias raciais humanas são elencadas e catalogadas: constitui-se um “arquivo” onde residem ora a ordem e homogenia social, ora a imagem (no sentido mais amplo) “degenerada” da sociedade – embora ambas as fações representem a imagem por eles considerada “correta”. Surgem então variados livros de fotografia que ilustram um debruçar sobre a situação e a história contemporâneas de então. Vocábulos como “Time”, “Our Time”, “Present” e “Present-Day” (Sander, op. cit.: 9) constam nos títulos das referidas publicações e revelam este interesse em documentar a nação presente, deste tempo, do “nosso” tempo. Esta sede de registo documental, cru, aliado a uma *Neue Sachlichkeit*, resultou numa interpretação da história recente, absolutamente ligada a questões visuais e de aparência exterior, e muitas vezes “de acordo com pressupostos ideológicos em vez de para registar factos cronológicos” (op. cit.: 9).

É deste contexto que a corrente antropométrica e inventariante em estudo surge, na Alemanha, no campo artístico da fotografia do início dos anos 30 do séc. XX, focada no retrato da face da Alemanha - entendida de modo diferente por cada um dos artistas -, fazendo uso do mais “verdadeiro” e “realista” *medium* artístico: August Sander, Helmar Lerski, Erich Retzlaff e Erna Lendvai-Dircksen constituem um grupo ilustrativo desta prática, absolutamente vinculada com um pretenso registo documental, “objetivo”, quase jornalístico do real. Contudo, conservam algumas diferenças: Retzlaff e Lendvai-Dircksen seguem uma prática seletiva que, ao nível dos sujeitos fotográficos/fotografados, está em linha com ideais de perfeição e pureza do partido Nazi, ao qual irão, aliás, prestar os seus serviços. Por seu turno, Sander fotografou indiferenciadamente os variados indivíduos da sociedade alemã (incluindo arianos, ciganos, judeus, sem-abrigo...); também Lerski, ele mesmo um judeu, seguiu esta linha.¹¹ Os retratos de

¹¹ Importa, no entanto, salvaguardar eventuais leituras ideológicas que se podem extrair do trabalho destes artistas. August Sander, por exemplo, em *Face of Time* apresenta uma lógica discursiva na apresentação das imagens que deixa transparecer uma

Sander e Lerski representam então uma Alemanha pré-nazi, heterogênea, ainda socialmente “impura”, ideologicamente influenciada pelo marxismo e contaminada por um “cultural bolshevism”. No que respeita à publicação das obras mais significativas de cada fotógrafo, *Face of Time*, de August Sander, foi publicada em 1929; em 1931, Helmar Lerski publica *Everyday Heads*. Como consequência, ambos se viram forçados a deixar a Alemanha no início dos anos 30, aquando da subida do Partido Nacional-Socialista ao poder.

Distinguem-se então duas correntes dentro da mesma prática: ora uma tendência para a idealização, ora uma visão mais vinculada com um “verismo”¹² social. Apesar das diferenças formais, intencionais ou ideológicas da obra de cada um dos artistas, o sujeito fotográfico é, em certa medida, partilhado: trata-se do rosto, ou melhor, da “máscara” da Alemanha pré-nazi (ainda da República de Weimar). São tematicamente inventariados os rostos, ora dos habitantes da Alemanha, ora dos que pertencem à delimitada “nação” alemã. De qualquer forma, ilustram sempre a forma como o artista “vê” e identifica a sua nação: trata-se de um retrato segundo a perspetiva individual do autor.

Para o presente estudo, interessa atender a Retzlaff e Lendvai-Dircksen, na medida em que ambos contribuíram para a construção de uma imagem idealizada, seletiva e perfeitamente circunscrita da sociedade alemã. O trabalho destes fotógrafos, de entre tantos outros, ilustra o ideal do Partido Nacional-Socialista de “pureza” racial, contribuindo para a criação de uma imagem aparentemente verdadeira e ilustrativa da “típica” nação alemã: estes álbuns “ensaiam” a pretendida imagem de uma nação, projetando o futuro através de um presente pré-concebido. O *medium* por eles eleito não podia ser mais adequado para a manipulação e veiculação de ideologias. Contudo, é preciso lembrar que a fotografia esconde sempre mais do que revela, também ela é altamente seletiva.

No que respeita às principais obras publicadas por estes dois artistas, Retzlaff publica em 1930, *Face of the Age* e, em 1931, *Those of the Soil (Die von der scholle)* e *People at Work (Menschen am Werk)*; Lendvai-Dircksen publica, em 1930, *German Folk Faces* e *The True Face of Germany*, bem como *The Face of the German Volk*, em 1932. Num exercício de comparação entre os títulos das obras agora referidas e os das obras de Sander e Lerski – *Face of Time* e *Everyday Heads*, respetivamente -, constatamos que os nomes das obras dos primeiros se revelam mais restritivas e específicas. Embora se conserve o enfoque no retrato fotográfico do rosto individual, é dado um “rosto” aos que trabalham no solo, à “característica” fação social *volk*¹³ e aos “genuínos” alemães. Já aqui prevalecem os ideais defendidos por Hitler: raça, solo e sangue.

De acordo com Benedict Anderson, as nações a que um estado nacionalista dá expressão presumem sempre um passado imemorial, o qual, no presente caso, se atinge com recurso à exclusão de tipologias raciais e “extratos” sociais absolutamente padronizados, numa “depuração” social. No caso em estudo, o Partido Nazi irá encontrar os seus fundamentos ideológicos num passado recente, incutindo na sociedade uma ideologia baseada na “purificação” racial e justapondo isto à promessa de um futuro mais risonho. Este futuro, ilustrado nos álbuns de Retzlaff e Lendvai-Dircksen, alcança, através dos mesmos, grande divulgação e conseqüente impacto ideológico. Esta sociedade, mais “saudável” e livre “degeneração” segue então um percurso que se apresenta ascendente. Este conjunto de

ideia estratificada e hierarquizada da sociedade, sugerindo ainda uma visão decadentista da mesma: representação nacionalista mas contradição do ideal marxista.

¹² É aqui feita referência à escola artística italiana *verista* (do italiano *vero*, que significa “verdadeiro”) de finais do século XIX, a qual reivindica a capacidade de representar a realidade integral, numa postura positivista e pretensiosamente realista.

¹³ Como definido em *Perfecting Mankind: Eugenics and Photography*, “o *Volk* é um conceito semimístico que combina a ideia de uma pura identidade racial alemã com a linguagem alemã e a ligação com a terra”. Tradução da autora. No original: “The *Volk* is a semi-mystical concept that combines the idea of a pure German racial identity with the German language and an attachment to the land” (Squiers, 2001: 16).

fotografias favorecem então a valorização de um estado nacionalista – encontrando-se em linha com os ideais nazis que então conheciam crescente aceitação – que, segundo Anderson, normalmente se concebem como “novos” e “históricos”. No que respeita ao carácter de novidade, estes artistas fazem, de facto, uso de um *medium* moderno e já em muito melhorado: a fotografia providencia os meios técnicos necessários para a “representação da classe de comunidade imaginada que é a nação”, de modo rápido e verosímil. Também a conceção de retrato é diferente: os retratos não se centram no sujeito enquanto indivíduo, mas no indivíduo entendido como constituinte da sociedade. E a temática é nova: a “nova nação”, melhorada. Graças à impressão em série, estes álbuns serviam como veículo para a transmissão e divulgação de uma ideologia através do registo do real, mas, de uma realidade que afinal não se verifica verdadeira.

E Roland Barthes explicita bem esta questão ao afirmar que “a fotografia é subversiva...quando é pensativa”, quando apela à reflexão. A fotografia pode então induzir-nos em erro devido à relação dedutiva que estabelece com a realidade e a experiência. Trata-se de uma “sinédoque visual”: as fotografias representam uma amostra ínfima da população alemã. Esta relação tende a variar de intensidade e “tom” quando é estabelecido um discurso de imagens. Isto é, quando apresentadas segundo uma lógica dispositiva, separada por tipologias. Constitui-se então um “atlas” fotográfico, aparentemente capaz de fornecer conhecimento empírico baseado no pressuposto de que a realidade pode ser encarada como uma totalidade compreensível através da imagem. Em conjunto, estas fotografias constituem um “atlas” fotográfico que dá a conhecer – ou “conhecer” – o povo alemão.

Ainda em relação a este assunto, Geoffrey Batchen, ao comentar o defendido por Victor Burgin (Batchen, 1997), refere que a característica primária da fotografia é “a sua capacidade para produzir e disseminar significado”, sendo que este significado não se encontra confinado às fotografias em si, já que o mesmo é produzido pelo contexto em que estas de inserem. Um outro autor, Sekula, afirma que a fotografia nos confronta com um duplo sistema: é “um sistema de representação capaz de funcionar honorificamente e repressivamente” (Sekula *apud* Batchen, 1997). Estas constatações encontram exemplo no caso em estudo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo e citando: o que vemos ao contemplar uma fotografia “não é o «mundo», mas determinados conceitos relativos ao mundo” (Flusser, op. cit.: 34). Jamais neutra, a fotografia acumula em si várias camadas de significado que a vinculam com um determinado discurso. Descobrimos então uma outra realidade por detrás da aparência física, puramente visual. Posto isto, revela-se a incapacidade da fotografia de, por essência, dar a conhecer a verdade empírica; reverte-se a noção da fotografia como espelho do mundo. No caso em estudo, propõe-se a fotografia como máscara: a fotografia capaz de encerrar o individual e coletivo através de imagens estereotipadas e generalistas.

Retomando o conjunto de significados inicialmente propostos para o termo “rostos”, este toma um novo “fôlego” uma vez aplicado às fotografias em estudo: mais do que um conjunto de características físicas, formais e visuais, representadas, o “rostos” – no sentido mais amplo, encarado como máscara – marca presença como testemunho de uma realidade: também a noção de verso e reverso da medalha ilustra a postura de Sander e Lerski *versus* a de Retzlaff e Erna Lendvai-Dirksen: duas “faces” da mesma realidade; e o modo como nos damos a ver e a conhecer constitui a nossa fachada, a nossa máscara. E se todos criaram uma máscara para a nação, apenas Sander e Lerski “fizeram rostos” – no sentido em que adotaram uma postura denunciadora, de resistência, face a uma construção idealizada que se impunha. Retomando a questão inicial do estudo: ver é conhecer? A máquina fotográfica dá-nos a conhecer os aspetos puramente visuais de uma realidade, segundo um enquadramento limitador. Sujeita aos juízos subjetivos (ideológicos, estéticos...) do fotógrafo, a máquina

fotográfica retoma a sua posição como mediadora do olhar. A fotografia impõe uma postura ativa ao fotógrafo, que a utiliza como ferramenta para a divulgação da sua visão e a manipula em função da sua intenção: “o fotógrafo age pós-ideologicamente” (Flusser, op. cit.: 54). Esta condição da fotografia torna-a altamente subjetiva. Considerando as fotografias como “imagens de conceitos”, recebemos a mensagem (visual) que o fotógrafo quis espalhar: verifica-se então uma “inversão do vector da significação”, já que “não é o significado, mas o significante que é a realidade” (Flusser, op. cit.: 52-3).

É, de resto, compreensível a ingenuidade na receção das imagens fotográficas, uma vez que as mesmas se situam entre “o real e a sua negação”, entre a “realidade interna (interpretação) e a realidade externa observada”, pólos que se encontram, e coincidem, no plano da imagem (Medeiros, 2010: 267). Surge oportuna a irónica – ou nem tanto – ilação de Flusser: “A fotografia é a realidade; não o que se passa lá fora” (op. cit.: 53).

BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA

- ANDERSON, B. (1993) - *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. (E. Suárez, Trad.) México: Fondo de Cultura Económica.
- BARTHES, R. (1984) - *A Câmara Clara*. (J. Guimarães, Trad.) Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- BATCHEN, G. (1997) - *Burning with desire: the conception of photography*. London: The MIT Press.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. [s.d. A]. [Consult. 1 Jun. 2013]. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=face>.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. [s.d. B]. [Consult. 1 Jun. 2013]. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=rosto>.
- DUBOIS, P. (1990) - *L'Acte Photographique*. Paris: Nathan Université.
- RETZLAFF, E. (s.d.) - *A career overview*. [Consult. 2 Jun. 2013]. Disponível em http://users.aber.ac.uk/cpw/Site_2/Erich_Retzlaff.html
- FABER, M.; FRECOT, J. (ed.) (2005) - *Portraits of an Age: Photography in Germany and Austria 1900-1938*. Ostfildern-Ruit: Hatje Cantz.
- FLUSSER, V. (1998) – *Ensaio sobre a fotografia : para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio d'Água
- HOBSBAWM, E. (1999) - *Age of extremes. The short twentieth century : 1914-1991*. London: Abacus.
- LANGE, S. (1999) - *August Sander, 1876-1964*. Köln: Taschen.
- MEDEIROS, M. (2010) – *Fotografia e Verdade: uma história de fantasmas*. Lisboa: Assírio & Alvim
- MOHOLY-NAGY, L. (1967) - *Painting, Photography, Film*. Cambridge : The MIT Press.
- PFRUNDER, P. [s.d.] - *Helmar Lerski: Metamorphosis*. Fotostiftung Schweiz, Alemanha. [Consult. 16 Maio 2013]. Disponível em <http://www.fotostiftung.ch/en/exhibitions/past/helmarlerskimetamorphoses-of-the-face/>
- SANDER, G. (1993) - *August Sander, Citizens of the Twentieth Century: Portrait Photographs, 1892-1952* (3ª ed.). Cambridge: The MIT Press.
- SONTAG, S. (1978) - *On Photography*. New York: Straus and Giroux.
- SQUIERS, C. (2001) - *Perfecting Mankind: Eugenics and Photography*. New York: International Center of Photography.

O RESTAURO DO TRASLADO DE 1286 DO FORAL DE D. HUGO À CIDADE DO PORTO

Maria João Lopes Calheiros de Carvalho

Responsável pelo Sector de Conservação e Restauro
Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico/Casa do Infante
Rua da Alfândega, 10, 4050-029 Porto
mariacalheiros@cm-porto.pt

Madalena Maria Borges Moreira Sousa Oliveira

Técnica de Conservação e Restauro
Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico/Casa do Infante
Rua da Alfândega, 10, 4050-029 Porto
madalenaoliveira@cm-porto.pt

O restauro do Traslado de 1286 do Foral de D. Hugo à cidade do Porto

Maria João Calheiros, Madalena Oliveira

Artigo recebido: 2014-04-29;

Artigo revisto recebido: 2014-07-01;

Artigo aceite: 2014-07-16.

Resumo

O pergaminho restaurado é o documento mais antigo do arquivo camarário da Cidade do Porto, datando de 1286. Trata-se de uma carta dirigida pelo rei D. Dinis ao procurador do concelho do Porto, com a cópia do foral concedido pelo bispo D. Hugo ao burgo em 1123.

O documento encontrava-se em mau estado de conservação, apresentando vestígios da aplicação de um preparado destinado a avivar as letras. Esta solução concentrou-se no quadrante inferior esquerdo do documento, originando a perda do texto e a deterioração do suporte.

O restauro teve como objetivo aplicar ações de preservação e conservação de modo a minimizar a deterioração do suporte.

Neste artigo serão apresentados os procedimentos, as técnicas e os materiais empregues no restauro deste pergaminho.

Palavras-Chave: Restauro, Pergaminho, Foral, Bispo D. Hugo, Arquivo Histórico Municipal do Porto

Abstract

The restored parchment is the oldest document from the Municipal Historical Archive of Oporto, dating up to 1268. It consists in a letter, addressed to the assignee of the town's hall, from the King, D. Dinis. The document includes a copy of the charter letter given by the bishop, D. Hugo, to the city in 1123.

The document, due to his poor state of preservation, presented traces of a solution that was meant to make the lettering of the paper stand out, in order to assure a proper reading. Unfortunately this solution concentrated itself on the lower left quadrant of the document, originating the loss of text and deterioration of the paper itself.

The restoration intended to diminish the damage of time, resorting to various ways of preservation and conservation during the process.

This article will expose the procedures, techniques and supplies used throughout the

restoration of the parchment mentioned.

Key words: Restoration, Parchment, Charter, Bishop D. Hugo, Municipal Historical Archive of Oporto.

INTRODUÇÃO

O Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante) possui um serviço de Conservação e Restauro de documentos em suporte papel e pergaminho que, desde a sua criação nos anos oitenta do século passado, se tem dedicado à preservação, conservação e restauro do acervo camarário, bem como dos arquivos particulares e das coleções doadas ou adquiridas pelo Município do Porto.

A este serviço compete a aplicação de medidas que visam controlar os fatores de degradação dos documentos, nomeadamente: a manutenção física do edifício, o cumprimento do plano de emergência, o uso de equipamento adequado ao acondicionamento do acervo, a monitorização e controlo ambiental. Cabe-lhe também zelar pela conservação preventiva dos documentos designadamente: a desinfestação da documentação por anoxia, a limpeza sistemática dos depósitos e dos documentos e o acondicionamento e manuseamento adequados. Mas é no restauro dos documentos em papel e em pergaminho que a sua atividade tem tido maior impacto e visibilidade. Nos últimos anos foram objecto de restauro os pergaminhos do Fundo Municipal, do Arquivo de João Martins Ferreira e do Arquivo dos Brandões Pereira. Os documentos em suporte papel têm sido alvo de uma intervenção sistemática, sobretudo os mais consultados, designadamente: os processos de licenças de obras, as atas de reunião da Câmara, as plantas antigas da Cidade, entre outros.

No Plano de Atividades da Divisão Municipal de Arquivo Histórico de 2013, foi decidido proceder ao restauro do traslado do Foral de D. Hugo à Cidade do Porto de 1286.

Com a divulgação pública do trabalho técnico desenvolvido pretende-se dar a conhecer o pergaminho mais antigo do arquivo camarário, documento de grande valor histórico e patrimonial, e os desafios e opções encontradas para o seu restauro.

CONTEXTO HISTÓRICO

O pergaminho restaurado é o documento mais antigo do arquivo camarário da Cidade do Porto e data de 1324 da Era de César ou seja, 1286 da Era Cristã. Trata-se de uma carta dirigida pelo rei D. Dinis ao procurador do concelho do Porto, contendo a cópia do foral dado pelo bispo D. Hugo ao burgo em 1123. Este documento atesta a existência de uma estrutura municipal já organizada e com interesses definidos, quer para os burgueses da Cidade quer para o Bispo já nos inícios do séc. XII.

Esta cópia terá sido pedida pelos homens-bons do Porto ao Rei D. Dinis para fazer prova dos seus direitos e deveres junto do Bispo, senhor da Cidade.

Uma vez que o original de 1123 não chegou até aos nossos dias, é este traslado da Chancelaria do Rei D. Dinis, que comprova a existência do Concelho do Porto, mesmo antes da nossa Nacionalidade.

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO

O documento é um pergaminho, escrito em Português e em Latim. Encontra-se registado em letra gótica, tipo de escrita comum na época em que foi elaborado.

Faz parte do conjunto documental “Pergaminhos”, núcleo que inclui mais de 800 manuscritos originais e encontra-se identificado com a cota B1. É o documento nº 3 do antigo Livro 1 de Pergaminhos, número que aparece inscrito a vermelho no canto superior direito.

O documento mede 370 mm de altura e 250 mm de largura. Apresenta uma fita em algodão que fazia parte do selo de validação, medindo 683 mm de comprimento. Esta fita encontrava-se unida por nós e seccionada em quarto partes.

No verso são visíveis diversas anotações como se pode ver na Figura 1.



Figura 1. Pergaminho (frente e verso) antes do tratamento.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O pergaminho encontrava-se em mau estado de conservação, sendo visível uma grande mancha escura que impossibilitava a leitura de parte do texto. Apresentava outras patologias, como a alteração de cor, observável no escurecimento, e a presença de manchas devidas à ação humana. Eram visíveis roturas e deformações, nomeadamente, três vincos de dobragem na horizontal, um deles fragilizando o suporte (Figura 1). Este já se encontrava desgastado e com aberturas, por se encontrar na zona da mancha. Num dos vincos era igualmente visível um pequeno rasgão na margem e uma perfuração. Na orla lateral do pergaminho observava-se uma linha de picotagem e resíduos de cola por, até ao final do século XIX, ter estado encadernado. Era igualmente observável uma sujidade superficial, excrementos de insetos, focos de ferrugem, pequenas lacunas nas margens e uma ligeira ondulação do suporte.

A fita do selo pendente encontrava-se muito fragilizada, com sujidade acumulada e com vários nós, por se encontrar fragmentada. Não apresentava vestígios do selo pendente.

A nossa maior preocupação incidiu sobre a grande mancha, concentrada no quadrante inferior esquerdo do documento, provavelmente provocada pela aplicação de uma solução para avivar a escrita e que se concentrou nesta área, originando a perda do texto e a deterioração do suporte. Foi-nos impossível determinar os constituintes do preparado e a data da sua aplicação.

ESTUDOS PRELIMINARES

Foram realizadas fotografias do estado de conservação antes, durante e após a intervenção, quer para documentar a intervenção, quer para memória futura.

Efetuaram-se observações diretas no documento através de lupa binocular (Figura 2), da luz UV e luz transmitida.



Figura 2 – Observação do pergaminho com a lupa binocular.

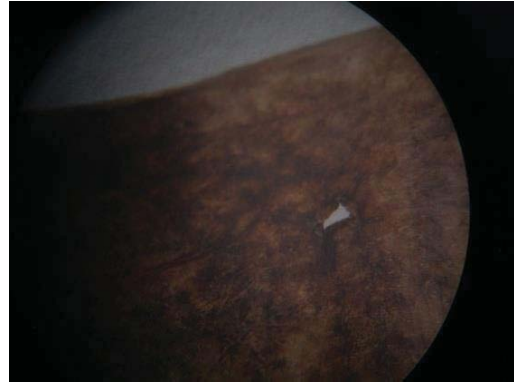
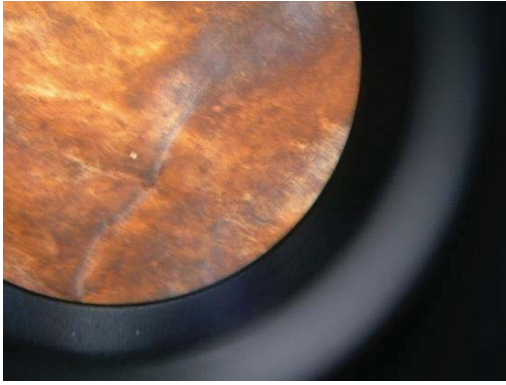


Figura 3. Pormenor da deformação do suporte. Figura 4. Orifício.

Na imagem da esquerda (Figura 3) observa-se a deformação do verso do pergaminho, enquanto na imagem da direita (Figura 4) é observável a diferença da cor devido à mancha que penetrou no verso do documento. Nesta mesma imagem é visível uma perda do suporte (orifício).

Destas observações e com os meios técnicos disponíveis, não nos foi possível determinar a existência de texto sob a zona da mancha.

Foram realizados testes de solubilidade às tintas (Figura 5), verificando-se que a tinta manuscrita, provavelmente ferrogálica, não era solúvel por contacto com a água e a gelatina. Isto permitiu que o documento fosse submetido a humedificação controlada, sem correr o risco de dissolução da tinta e perda do texto. O pigmento vermelho revelou-se solúvel por contacto com a solução de água e gelatina.



Figura 5. Teste de solubilidade às tintas.

TRATAMENTOS REALIZADOS

Após o estudo preliminar deu-se início à intervenção física no documento, sendo o primeiro passo a remoção da fita do selo pendente, cujo tratamento se efetuará posteriormente.

Iniciou-se o tratamento com a limpeza mecânica de superfície, usando-se a borracha ralada e a borracha em bloco. Foi utilizado o método de janelas de limpeza para controlar as áreas intervencionadas e determinar a necessidade de uma insistência mais prolongada (Figura 6).



Figura 6. Limpeza mecânica de superfície com borracha ralada.

Concluída a fase anterior, iniciou-se a limpeza com gelatina neutra aplicada com cotonetes, usados para circundar o texto e desvanecer as manchas pontuais presentes no documento. O mesmo procedimento foi usado na zona da mancha mais concentrada. Apesar da insistência, permanentemente monitorizada (Figura 7), só se conseguiu um ligeiro desvanecimento da mesma.



Figura 7 - Limpeza com gelatina.

O passo seguinte seria a humedificação do pergaminho, operação bastante delicada. Nesta fase foi feita a análise de vários procedimentos até à definição do mais adequado. O método escolhido foi realizado em diversas fases e com recurso a várias técnicas, que passamos a enumerar:

1ª – Colocou-se um pano de linho húmido por baixo do pergaminho que foi simultaneamente enrolado com o documento (Figura 8).



Figura 8. Humidificação com pano de linho.

Como na zona da mancha o suporte estava bastante fragilizado e apresentava uma tensão diferente, aplicou-se uma proteção com papel mata-borrão, para controlar melhor o processo de humedificação. Pelo mesmo motivo, a zona da pigmentação vermelha foi protegida com melinex (Figura 9).



Figura 9. Proteção da área da mancha com papel mata-borrão e do pigmento vermelho com melinex.

A opção pela execução de um invólucro em melinex (Figura 10 e Figura 11) permitiu encapsular o documento num pequeno espaço, controlando de forma eficaz o processo de humedificação. Este primeiro encapsulamento teve uma duração de 30 minutos.



Figura 10 Execução do encapsulamento.



Figura 11 – Encapsulamento.

2ª Após 30 minutos a cápsula foi aberta para monitorizar a humedificação, sendo retirado o mata-borrão da zona da mancha. Voltou-se a repetir a operação, só que desta vez por todo o documento, durante 3 horas. A cada 30 minutos a cápsula era aberta para controlar o processo. Em todas as fases da humedificação a zona da pigmentação vermelha foi protegida com melinex (Figura 8).

3ª O documento humedificado foi colocado entre reemay e mata-borrão e, em seguida, entre tábuas com peso distribuído uniformemente pela área, durante 3 dias. Diariamente era efetuada a observação direta do processo.

Findo este processo, encetou-se o preenchimento das pequenas lacunas, das perfurações e dos rasgões.

Esta operação foi realizada com pergaminho compatível com o original (espessura e cor) e cola de amido de trigo (Figura 12). Os rasgões foram unidos com cola de amido de trigo e reforçados com película de colagénio. No vinco existente na área da mancha foi realizado um preenchimento com pergaminho e um reforço pontual com uma película de colagénio (Figura 13).

Como já tínhamos referido este pergaminho, até meados do século XIX, encontrava-se encadernado juntamente com outros, daí apresentar uma picotagem na margem esquerda. Esta foi corrigida com recurso à sonda, durante a operação de humedificação, o que permitiu unir as perfurações da picotagem. Nalgumas foi necessário o preenchimento com pergaminho compatível.



Figura 12. Preenchimento das lacunas.



Figura 13. Reforço do suporte com colagénio.

Seguiu-se o processo de secagem e prensagem que se prolongou por 3 meses, utilizando-se para o efeito a prensa manual. O documento foi colocado, entre tábuas e protegido com reemay e mata-borrão e colocado na prensa (Figura 14 e Figura 15). Durante este período os materiais de proteção foram substituídos, sempre que se julgou necessário.



Figura 14. Preparação da proteção do documento.



Figura 15. Prensagem controlada.

TRATAMENTO DA FITA DO SELO DE VALIDAÇÃO

O tratamento da fita compreendeu a remoção dos nós, dando origem a 4 fragmentos. Para retirar a sujidade existente, efetuou-se o seu encapsulamento em reemay (Figura 16).



Figura 16. Encapsulamento em reemay.



Figura 17. Lavagem da fita.

Com a utilização desta técnica, foi possível proceder à lavagem sem correr o risco de perda das fibras (Figura 17). Para o efeito usou-se um detergente neutro (com o Ph = 7) dissolvido em água. A fita foi mergulhada várias vezes até se eliminar a sujidade impregnada, substituindo-se sempre o líquido da lavagem. Posteriormente foi colocada a secar ao ar, ainda dentro do invólucro e em seguida planificada com pressão controlada.

Devido ao mau estado de conservação em que se encontrava, foi necessário efetuar a união dos fragmentos, o realinhamento das fibras (Figura 18), bem como, aplicar no verso um reforço com papel japonês lens tissue muito fino (Figura 19), unindo as fibras com cola de amido de trigo.



Figura 18. Realinhamento das fibras.



Figura 19. Reforço da fita com papel japonês.

Para se obter uma tonalidade próxima do original foi feito um retoque no papel japonês lens tissue, usado no restauro das fibras, com aguarela para melhor integração cromática (Figura 20).



Figura 20. Integração cromática.

Por último, procedeu-se à recolocação da fita do selo de validação no pergaminho. Operação delicada dada a sua fragilidade e a necessidade de repormos o laço original (Figura 21). Ou melhor, o que chegou até aos nossos dias.



Figura 21. Colocação da fita de validação no pergaminho.

ACONDICIONAMENTO

No planeamento do acondicionamento atendeu-se às seguintes necessidades: a conservação do pergaminho e, simultaneamente, permitir a sua divulgação sem riscos. Assim, optou-se pela realização de uma caixa rígida de cartolina acid-free forrada no interior com placas de plastazote com o formato do pergaminho, tendo como base uma placa de art sorb e, por cima, uma proteção em melinex (Figura 22). Estes materiais permitirão controlar as diferenças de temperatura e humidade relativa, sempre que o pergaminho sair do depósito. A sua execução foi realizada por um técnico de encadernação da Biblioteca Pública Municipal do Porto.



Figura 22 – Acondicionamento do pergaminho.

CONCLUSÃO

Os procedimentos adotados tiveram como objetivo a conservação futura do documento. Apesar de não termos podido avançar na limpeza total da mancha, como atrás se expôs, os tratamentos realizados contribuirão para sua conservação e preservação. O reforço de zonas mais fragilizadas, a limpeza de sujidades acumuladas e a planificação do documento, foram operações delicadas, mas essenciais para a sua preservação. Nestas incluímos o tipo de acondicionamento especialmente desenhado para este documento. Estas operações irão permitir, seguramente, conservar este documento, tão importante para a História da Cidade do Porto, pelo menos por mais algumas centenas de anos.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, A. M. L. (1995) – *Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação*. Lisboa: CELPA, ISBN 972-96838-0-8, nº 125, 2 p.

COSTA, A. J. (1993) - *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Coimbra: Faculdade de Letras: Instituto de Paleografia e Diplomática, 3ª ed, nº 80, 30 p.

CRESPO ARCÁ, L. (2001) - El pergamino: tratamientos de conservación y de preparación para exposiciones en el laboratorio de restauración del Archivo Histórico Nacional. *Pátina: Revista de la Escuela de Conservación y Restauración de Bienes Culturales*. Madrid: ECRBC, ISSN 1133-2972, nº 10 e 11, p. 72-87.

MUSEU DE LAMEGO (2002) – *Museu de Lamego: pergaminhos*. [Lisboa]: Instituto Português de Museus, ISBN 972-776-151-8, 92 p.

NUNES, E. B. (1981) - *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. 3ª ed. Lisboa: [s.n.], 122 p.

OLIVEIRA, M. (1959) – O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos. *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica. ISSN 0076-1508. 4, p. 29-60.

RAMOS, L. A. O. (1995) - *História do Porto*. 2ª ed. Porto: Porto Editora, ISBN 972-0-06276-2, 719 p.

RUIVO, T. L. [et al.] (2007) – Relatório de intervenção de conservação e restauro do foral Manuelino de Mafra elaborado pelo Laboratório de Conservação e Restauro da Biblioteca Nacional de Portugal. *Boletim Cultural: 2006*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra. ISSN 0872-704-X, p. 476-492.

METALÚRGICA DUARTE FERREIRA: ACHEGAS PARA UMA POSSÍVEL MUSEALIZAÇÃO

Lígia Marques

Museóloga estagiária pela Câmara Municipal de Abrantes
Núcleo Museológico Industrial do Tramagal
ligia_f@sapo.pt

Metalúrgica Duarte Ferreira: chegadas para uma possível musealização

Lígia Marques

Artigo recebido: 2014-05-30;

Artigo revisto recebido: 2014-07-02;

Artigo aceite: 2014-07-18.

Resumo

Onde antes havia atividades de industrialização e agora apenas restam memórias e património arqueológico é reinventada a utilização desses testemunhos. A reinvenção das tradições contém esta dinâmica bivalente que, de resto, se iniciou com a industrialização, por razões de perda da ruralidade e hoje, na pós-industrialização reaparece perante as perdas da industrialização.

Com a Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, intitulada "Abordagem à Metalúrgica Duarte Ferreira: proposta de musealização", apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar, pretendeu-se dar a conhecer o Tramagal como detentor de património arqueológico industrial suscetível de ser turistificado com intuito também à preservação e didática do património e memória desse legado.

Palavras-chave: Memória; Património e Arqueologia Industrial; Museologia; Turismo.

Abstract

Where once there were activities of industrialization and now only memories and archaeological heritage remains, is reinvented the use of these testimonies. The reinvention of tradition contains this bivalent dynamics, which began with industrialization, for reasons of loss of rurality and today, on post industrialization reappears before the losses of the industrialization.

With the dissertation entitled "Approach to Metallurgical Duarte Ferreira: proposal of musealisation", presented to the Polytechnic Institute of Tomar, was intended to make known Tramagal as holder of industrial archaeological heritage susceptible of being used by tourism in order also to preservation and teaching of heritage and memory of that legacy.

Keywords: Memory; Industrial Heritage and Archeology; Museology; Tourism.

BREVE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E RESENHA HISTÓRICA

O Tramagal é uma vila localizada na Região Centro, na margem sul do Tejo e na parte ocidental do concelho de Abrantes. É sede de freguesia e tem uma área de 24,06 km² e 3.500 habitantes (Censos 2011).



Ilustração 1. Localização de Tramagal no mapa nacional. Fonte: Adaptado de <http://www.mapquest.com/print?a=app.core.ff856734c0ff3938eec45ed8>

É freguesia desde 24 de Junho de 1754 e vila desde 23 de Agosto de 1986, devendo grande parte da sua evolução e ‘fisionomia’ atual, à Metalúrgica Duarte Ferreira, que foi um grande pólo industrial nacional desde os inícios do séc. XX e até 1995.



Ilustração 2. Heráldica da Freguesia de Tramagal. Fonte: http://www.portalfreguesias.cm-abrantes.pt/tramagal_freguesia.html

A grande figura local e pioneiro industrial é Eduardo Duarte Ferreira que nasceu a 10 de Fevereiro de 1856.



Ilustração 3. Eduardo Duarte Ferreira. Fonte: Foto da autora sobre original do Espólio da MDF.

Segundo filho de um barqueiro da, então, aldeia de Tramagal, Eduardo sempre foi uma criança franzina, reservada e extremamente tímida, tendo deixado a escola aos 8 anos de idade, devido às carências económicas da família e pelo enorme custo da educação de seu irmão mais velho que estudava farmácia.

Sendo bastante tímido e reservado era alvo de chacota e incompreensão. Contudo, sempre sentiu dentro de si uma ambição de querer ser mais do que o futuro parecia reservar-lhe.

Essa ambição leva-o a querer aprender a fundir. É então que Eduardo Duarte Ferreira se dirige a 7 de Julho de 1879, a uma fundição no Porto, a “Fundição do Ouro” (Ferreira, 1946: 14; Fonseca, 2006: 19).

Ao regressar a casa, Eduardo vem com a ideia de montar um negócio seu e consegue comover e convencer seu pai a pedir o empréstimo necessário para iniciar o seu negócio (fazendo uso àquele que foi sempre o seu lema de vida: “*Menos que ferreiro, se tiver saúde, não deixo de ser. Se puder ser mais alguma coisa, porque não tentar consegui-lo?*”) (Ferreira, 1946: 11; Fonseca, 2006: 17). Em 1880 começa a trabalhar por conta própria.

A sua Forja era bastante rudimentar e ele próprio ainda aprendia a dominar as técnicas aprendidas no Porto. Os clientes eram poucos e começou por fazer pequenas ferramentas agrícolas que depois iam vender aos domingos à porta da igreja de St^a Margarida.

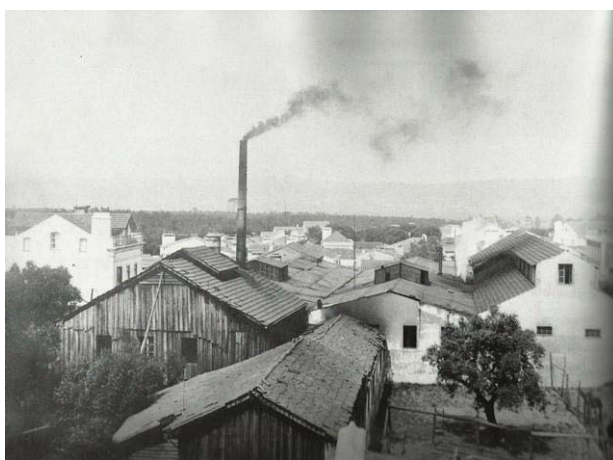


Ilustração 4. Primeiras instalações no centro de Tramagal (por volta de 1910). Fonte: Foto da autora sobre original do Espólio da MDF.

Com o passar dos anos a Forja passa a ser uma grande fábrica de metalurgia e torna-se uma referência pela altíssima qualidade e inovação – Eduardo D.F. criou e patenteou invenções ligadas ao aperfeiçoamento de alfaias agrícolas como por exemplo a invenção de relha com bico ou ponta, fixa ou móvel e substituível.

Eduardo Duarte Ferreira teve três filhos: Joaquim, Manuel e Eduardo. Todos foram estudar: Joaquim e Manuel licenciaram-se em Engenharia Mecânica em Lisboa, realizando depois estágios na Alemanha e Inglaterra e Eduardo graduou-se nos Estados Unidos da América em Comércio e Ciências Económicas (Fonseca, 2006: 30).

Os seus filhos mais velhos regressaram a casa em 1915, já como engenheiros, e receberam logo do pai várias responsabilidades na fábrica. Esta contava já com cerca de duzentos operários. Foi por iniciativa deles que em 02 de Junho de 1917, se registou a famosa borboleta como marca e logótipo exclusivo da unidade de Tramagal (Fonseca, 2006: 32). Utilizada já desde os primórdios da fundição, era reconhecida como símbolo de qualidade em qualquer máquina ou ferramenta agrícola por eles produzida.



Ilustração 5. Placa publicitária à Fábrica do Tramagal. Fonte: Foto da autora sobre original do Espólio da MDF.

Referência ao seu destaque na indústria nacional é também o facto de esta fábrica fazer parte do Programa de Estudos do Instituto Superior Técnico (Fonseca, 2006: 74).

Em 1926 abre a primeira filial da Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) em Lisboa e em 1927 Eduardo Duarte Ferreira é agraciado com a Ordem da Comenda de Mérito Industrial, pelo Governo da República.

Com o início dos anos 1930, vivia-se uma época de grande crise e instabilidade, tanto a nível nacional como internacional.

Como sabemos, teve início em 24 de Outubro de 1929 a Grande Depressão, considerada a maior e pior crise financeira do século XX, quando os valores da Bolsa de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, caíram abruptamente, considerada a maior e pior crise financeira do século XX. Os efeitos da crise de 1929 foram sentidos por todo o mundo e a Duarte Ferreira não passa intacta a toda esta conjuntura. A empresa teve de pedir empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, para evitar a falência. Aí foi-lhe imposto como condição para se conceder o dito empréstimo, a aquisição da “Fábrica de Louça Esmaltada” do Porto - em 1933 (Gaspar, 2004: 14).

Em 1937 a MDF contava já com quinhentos funcionários, chegando aos dois mil operários em 1964 com a parceria da Divisão Auto da MDF à francesa Berliet, atingindo uma área de implantação fabril de cento e cinquenta mil metros quadrados.

Apesar das dificuldades por que foi passando a empresa, o velho industrial tramagalense, bem como os seus descendentes, sempre fizeram questão de investir uma parte dos lucros da fábrica em obras de beneficência cultural e social. Eis alguns exemplos:

- nasce a 01 de Julho de 1901, com o apoio e financiamento do Comendador, a Sociedade Artística Tramagalense, sob o nome de União Fabril, assim como a primeira banda filarmónica do Tramagal;

- em 1917 é fundada por sugestão de Manuel Cordeiro Duarte Silva (um dos três filhos de Eduardo Duarte Ferreira) a Cooperativa Operária Tramagalense;

- em 1923 surge o Campo de Jogos Comendador Eduardo Duarte Ferreira com pista de atletismo e campo de futebol;

- em 1927, a MDF funda uma das primeiras Caixas de Previdência do país (só dez anos mais tarde é que o Governo legislou sobre esta temática);

- no mesmo ano inaugura-se o Posto Médico da Caixa de Previdência do Pessoal da MDF, que dispunha de maternidade e equipamentos de raio-X, eletrocardiograma e laboratório de análises;

- em 1943, com a sua ajuda, forma-se o Teatro Tramagalense Lda., que dispunha de cinema, ringue de patinagem, clube e esplanada ao ar livre para realização de festas e sessões de cinema, jazz privativo e grupo cénico amador (Fonseca, 2006: 60-73).

Além de tudo isto, ao longo de vários anos, e já durante a administração dos seus filhos, ao abrigo da Lei nº 2092 de 9 de Abril de 1958, foram sendo construídos bairros habitacionais (alguns da autoria do Arquiteto Keil do Amaral), que para além de servirem de habitação aos altos quadros da empresa, foram de igual forma construídos para apoiar a permanência e constituição de família de muitos operários que por estarem deslocados das suas terras natais tinham assim a possibilidade de se estabelecerem no Tramagal.



Ilustração 6. Selo da Caixa de Previdência do Pessoal da MDF. Fonte: Foto da autora sobre original do Espólio da MDF.

De referir ainda, que na Metalúrgica Duarte Ferreira sempre se comemorou o 1º de Maio de forma bastante entusiasta, mesmo durante o Estado Novo.

Por tudo isto o Senhor Eduardo era, e continua a ser na memória daqueles que o lembram, muito acarinhado.

Eduardo Duarte Ferreira morreu aos 92 anos, numa tarde de quarta-feira, a 21 de Abril de 1948, vítima de uma pneumonia. Trabalhou e teve sempre novas ideias para o futuro da fábrica até ao último dos seus dias, andando sempre muito depressa de chapéu-de-chuva na mão e lembrando que venceria a morte, se a sua obra não morresse (Ferreira, 1946: 27; Fonseca, 2006: 102).

Em 1964 com a quebra do investimento na agricultura, começa a produção de viaturas para o exército português com os camiões Berliet-Tramagal. Até 1974 foram produzidas mais de três mil e quinhentas viaturas Berliet-Tramagal (Gabirro *et. al.*, 1997: 20).



Ilustração 7. Frente de um camião militar Berliet-Tramagal. Fonte: Foto de Victor Hugo Cardoso.

No entanto com o fim da guerra colonial, em 1974, inicia-se um período de decadência, já que tinham apostado tudo na produção dos camiões em detrimento das suas atividades tradicionais (Gabirro *et. al.*, 1997: 21).

A MDF é intervencionada entre 1974 e 1980, pelo Governo Português, estando em risco os dois mil e trezentos postos de trabalho que possuía então (Fonseca, 2006: 100).

Em 1985 é desmembrada em 6 unidades: Metalúrgica Duarte Ferreira S.A.; Industrias de Automóveis e Montagens, Lda.; FUTRA, Lda.; MDF- GESTE, Lda.; MDF - Angola, S.A. e MDF - Moçambique, S.A. (Gabirro *et. al.*, 1997: 21).

A Metalúrgica Duarte Ferreira é oficialmente extinta em 1995.

O ACERVO MUSEOLÓGICO

Durante um século a família Duarte Ferreira foi muito importante para esta freguesia, mas também para a região e para o país como ícone da industrialização em Portugal.

Este é um legado que ainda hoje se encontra vivo nesta população e na vida de todos aqueles que trabalharam na Fábrica do Tramagal – a MDF.

Este legado que ainda encontramos tem várias proveniências e dessa forma marcou em várias vertentes – tangíveis e intangíveis: património edificado industrial e civil, marcas culturais (dizeres, folclore, artesanato, formas de estar, gastronomia, etc.), marcas relacionadas com o acervo museológico existente propriamente dito (fotografias, documentos, exemplares da produção da Metalúrgica, desenhos técnicos de máquinas e peças, material de escritório, etc.), e ainda marcas da memória coletiva relacionadas com o passado comum na laboração desta fábrica e das vivências do quotidiano desta vila.

BREVE ENQUADRAMENTO TEÓRICO: MUSEUS, EVOLUÇÃO MUSEOLÓGICA E NOVA MUSEOLOGIA

Hoje em dia pensamos ser incontestável a importância dos museus para o turismo cultural e para a divulgação, dinamização e desenvolvimento do património e cultura locais. Assim julgamos ser fundamental que o especialista em turismo cultural conheça o conceito de museu e que saiba tirar partido dos vários tipos de museus para fins turísticos.

Segundo José Manuel Lopes Cordeiro *apud* Georges Henri Rivière (1989), museologia define-se como uma ciência aplicada, a ciência do museu. Ela estuda a história, as funções na sociedade e as técnicas de investigação e conservação mais adequadas, bem como as formas de apresentação, animação, divulgação, de reabilitação arquitetónica e ainda a tipologia e a deontologia (2001:43).

Já a museografia, de acordo com o mesmo autor citando Roberto Rojas (1979), caracteriza-se por ser a teoria e a prática da construção dos museus, desde os aspetos arquitetónicos e de circulação às instalações técnicas e logísticas dos mesmos. São assim “(...) *um conjunto de técnicas e de práticas aplicadas aos museus (...)*” (tradução da autora) [Cordeiro, 2001: 43 *apud* Rivière (*ibidem* 1989)].

Ambas atuam em simultâneo, complementando-se e de forma interdependente. A museologia diz respeito a uma técnica mais teórica, enquanto a museografia é mais prática e concretizante do ato de construir um museu, uma exposição museológica.

Os objetivos principais dos museus são então o de investigar, conservar e preservar o património cultural e natural, aliando a estes, ainda, os deveres de educar e difundir a cultura, a história, a memória e a identidade de uma população e de um território para as gerações futuras e para os *outsiders* que têm curiosidade e interesse em conhecer a sociedade anfitriã.

Tal como diz Xerardo Pérez “(...) o museu tem por objeto ser espelho das comunidades para ajudá-las a descobrir quem são, de onde vêm e para onde vão (...)” (2009: 183), além de que, podemos afirmar, o museu se converteu “(...) numa montra para turistas (...)” e é um “(...) instrumento fundamental do desenvolvimento local(...)” através da sua exploração por parte do turismo (2009: 184). Assim podemos concluir que “(...) o museu é um elemento fundamental para o turismo cultural: nalguns casos o turismo cultural precisa do museu e noutros o museu precisa do turismo cultural para a sua própria sobrevivência (...)” (Perez, 2009: 184).

Existe em nós enquanto seres humanos uma necessidade intrínseca, quase inata, para a preservação da memória do *nosso eu* enquanto seres coletivos pertencentes a um grupo a que chamamos de sociedade, perpetuando-nos assim de alguma forma, daí a própria memória ser “(...) um objetivo e um instrumento de governo (...)” (Legoff, 1984: 38), por parte de todos os Governos, sejam quais forem as suas ideologias políticas.

Nesta perspetiva os museus desempenham um papel fulcral, uma vez que estes permitem a preservação e comunicação do nosso património cultural, tangível e intangível, para as gerações vindouras e para os outros, que não pertencendo nem descendendo do nosso grupo social e cultural, pela visita ao museu conseguem conhecer-nos (através dos valores intrínsecos no património cultural exposto e transmitido), e identificar-nos enquanto elementos pertencentes a um determinado grupo que não o seu (através das características diferenciadoras desse património cultural). Desta forma o museu cumpre a sua função social na interpretação do *genius loci* e dos modos de vida do território e da comunidade em que se insere possibilitando e promovendo o intercâmbio cultural, sendo assim, ele mesmo, instrumento de multiculturalismo.

Uma das funções dos museus é comunicar e estes comunicam através das exposições, publicações, anúncios, mas também por outros meios como vídeos, etc.. Desta forma e segundo Eilean Hooper-Greenhill são eles mesmos caracterizados como meios de comunicação em massa, mas com a particularidade de a essa vertente massificada juntarem ainda a comunicação *face-to-face*, interpessoal [1994a): 12]. São então os museus meios de comunicação privilegiados.

Devemos, assim, pensar os museus como uma estratégia de desenvolvimento integral que promova o desenvolvimento local com base da melhoria da qualidade de vida e da autoestima coletiva por meio da valorização dos recursos endógenos.

Esta valorização promovida pelos museus deve ser cada vez mais, pensamos nós, sob uma perspetiva holística, ou seja, uma valorização dos recursos endógenos obtida através do desenvolvimento social, cultural, político, ambiental, educativo e também económico, pois o consumo cultural promovido através do turismo permite gerar direta ou indiretamente riqueza económica, questão tão fulcral na conjuntura que atravessamos atualmente.

Nesta perspetiva, hoje em dia, os museus aliados ao turismo cultural poderão fazer toda a diferença principalmente em comunidades onde abundam a escassez de fontes de rendimento e a carência de dinamização económica, uma vez que poderão associar e/ou espoletar atividades económicas ligadas ao artesanato, ao *merchandising*, a atividades de cariz cultural complementares à função social do museu como atividades decorrentes da atividade

turística (restauração, transportes, alojamento), e até proporcionar oportunidades em que o empreendedorismo possa acontecer.

Tal como o define atualmente o ICOM, museu é:

“(...) uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu envolvente com fins de educação, estudo e deleite (...)”,

e grosso modo também é assim que é definido pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº 47 de 2004).

No entanto a história dos museus remonta a tempos bem mais antigos. Poderá dizer-se que teve início com os ideais que levaram à prática do colecionismo na Antiguidade Clássica (Anico, 2008: 105).

Com o passar dos séculos e a mudança de paradigmas e de pensamento, surge no Renascimento, com a ascensão da burguesia e do gosto pelos ideais clássicos, tendo em conta o desenvolvimento do humanismo e da necessidade de investigação dos testemunhos artísticos clássicos (Anico, 2008: 106). Os objetos deixam então de ter um simples valor estético e económico, para lhes ser reconhecido um valor científico e didático. Evoluiu-se desta forma para a corrente de pensamento que levará ao conceito de museu moderno.

É então que chegam à Europa todo o tipo de curiosidades, de objetos considerados raros, estranhos vindos do Novo Mundo, fruto da *Era Expansionista* dos séculos XV e XVI e que merecem tratamento expositivo. Surgem assim os Gabinetes de Curiosidades, que se irão manter até aos séculos XVIII e XIX (Anico, 2008: 112). É pois no decorrer desta época que surgem muitos dos museus nacionais europeus como o Museu Ashmolean (em Oxford), o Museu Britânico (em Londres) e o Museu do Louvre (em Paris).

Poderemos dizer que o primeiro museu português foi o Real Museu da Ajuda, criado pelo Marquês de Pombal para o príncipe D. José, em finais do século XVIII e que era constituído por um Museu de História Natural, um Jardim Botânico e um Gabinete de Física (Ramos, 1993: 21-23)

Contudo, em Portugal os primeiros museus públicos surgem no pós triunfo do movimento liberal, em 1834. Só quando sobe ao poder o governo liberal, com a extinção das ordens religiosas e a nacionalização dos seus tesouros e propriedades é que estão criadas as condições para surgirem os museus públicos em Portugal (Pimentel, 2005: 102, 103).

De referir que com a Revolução Industrial surge um novo tipo de património e de conhecimento - o industrial.

É então no início da segunda metade do século XIX que nascem em Portugal, em Lisboa e no Porto, os Museu de Industria e os Museus Tecnológicos, tidos como estabelecimentos complementares dos Institutos Industriais das duas cidades (Ramos, 1993: 38).

Posteriormente, em 1883, António José Aguiar, Ministro das Obras Públicas, Industria e Comércio, cria por decreto os Museus da Industria e Comércio em Lisboa e no Porto (Pimentel, 2005: 107-108). A principal finalidade destas instituições era contribuir para a educação dos trabalhadores fabris nos “(...) *princípios do design industrial (...)*”, impulsionando

assim a produção industrial (Pimentel, 2005: 108). Para tal foram anexadas a estes museus, uma escola industrial e comercial.

Contudo, ambos os museus falharam por não cumprirem os intuitos a que se propuseram e foram encerrados por decreto em 1899 (Pimentel, 2005: 108).

As últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX são marcadas pelo crescimento do movimento nacionalista, que também se fez sentir em Portugal. Pretende-se construir uma identidade nacional com valorização da memória coletiva (Anico, 2008: 133).

Com a Implantação da República considera-se extremamente importante, para o desenvolvimento do país, o património da Nação (Anico, 2008: 133).

Esta “(...) *glorificação nacionalista* (...)” perdura e acentua-se com o Estado Novo, marcado pela criação de museus etnográficos em todas as capitais de distrito (Anico, 2008: 135; Ramos, 1993: 51), tornando-se assim os museus verdadeiros instrumentos ao serviço do Estado.

No pós 25 de Abril, acompanhando os movimentos europeus das décadas de 1960 e 1970 que censuravam o tradicionalismo patente nos museus, surge também em Portugal o conceito de Nova Museologia (Maure *apud* Dias, 2008).

Os novos museus têm na participação dos membros da comunidade uma fonte de conhecimento, em que estes deixam de ser meros visitantes, atores passivos, para passarem a ser também eles sujeitos da musealização (Maure *apud* Dias, 2008).

Em contradição do que eram os museus tradicionais que dispunham de um edifício, de uma coleção e de um público; os novos museus dispõem de um território, de património regional e de uma comunidade.

É neste contexto que surge o Ecomuseu.

O conceito de ecomuseu foi utilizado pela primeira vez em 1971, criado por Hugues de Varine (Pimentel, 2005:166).

Embora inicialmente o termo ecomuseu estivesse intimamente ligado com a ecologia, atualmente refere-se tanto ao meio natural como ao meio social.

Mais do que qualquer outro tipo de museu, o ecomuseu depende da comunidade em que se insere e da participação ativa da mesma. O ecomuseu pretende representar o saber-fazer, valorizar o património natural, cultural e social de uma determinada comunidade, contribuindo dessa forma para uma verdadeira didática do património (Santos, 2009: 13).

Na região francesa de Creusot, Borgonha, surge na década de 1970 o primeiro ecomuseu do mundo: Le Creusot-Montceau-les-Mines. Este projeto teve também a participação de Hugues de Varine e de G. H. Rivière (ambos antigos diretores do ICOM), foi baseado no património industrial dos Schneider e seria um museu do homem e da indústria espalhado por toda a região e contando com a participação ativa e fundamental da população local (Soares, 2006: 11).

Já em Portugal, apenas em 1982 com o Ecomuseu Municipal do Seixal tivemos o verdadeiro primeiro ecomuseu a nível nacional, que se estende por todo o território municipal e que conta com a participação fundamental da comunidade local e que desta forma transmite ao visitante as características essenciais daquela região (Santos, 2009: 13).

Depois deste e conjuntamente com o desenvolvimento da arqueologia industrial, muitos ecomuseus e museus de sítio surgiram por todo o país, principalmente a nível da preservação e/ou recuperação de espaços industriais (Santos, 2009: 15; Lopes, 2012: 12-13).

A nova museologia trouxe ainda a ideia de que os museus devem ter novas e mais valências. Valências que permitam aos seus públicos permanecerem nos museus por mais tempo, que essas experiências perdurem nas suas memórias e tragam com elas a vontade do visitante regressar, sem com isto descuidar das funções cultural, geradora de conhecimento e ciência, de preservação e de lazer dos museus.

Estas novas valências potenciam ao turismo e à criação de receitas financeiras que permitem aos museus a sua autossustentabilidade financeira e que ainda poderão contribuir para um ciclo automático de geração de economia e de dinâmica e projeção programática nos museus.

Este paradigma prende-se inclusive com os novos tempos, em que é fundamental a criação de riqueza, ou de recursos financeiros que possibilitem pelo menos a autossustentação das entidades e instituições, incluindo as que por natureza ou decreto não devem ter fins lucrativos. Com a atual conjuntura é imperativo que as organizações sejam independentes financeiramente e para isso há que ser criativo e atento a novas tendências, possibilidade e tecnologias, em que neste caso se encaixa na perfeição o turismo cultural ao serviço da nova museologia e dos novos museus, dando conseqüentemente origem a novos públicos.

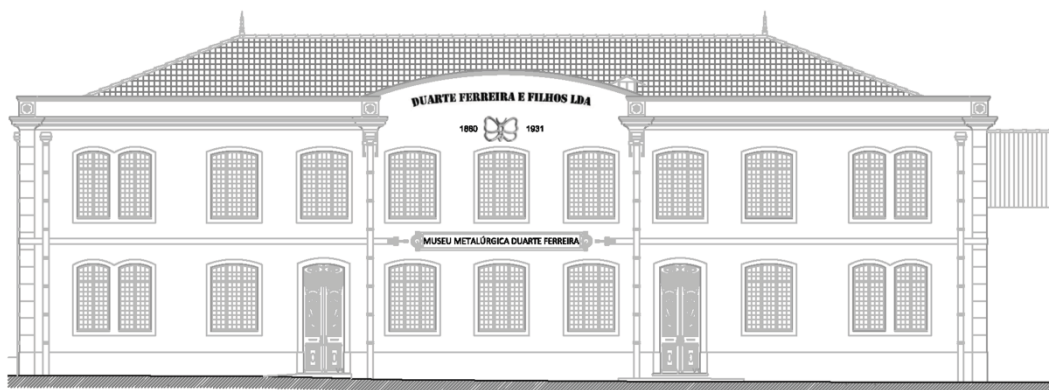
Estes são certamente novos paradigmas que os museus terão de enfrentar. Terão de responder à dicotomia oferecer cultura/ gerar riqueza, encontrar nela o equilíbrio e a sustentabilidade e aceitar os prós e os contras que possam daí decorrer. Para que isso aconteça é fundamental, na nossa opinião, que haja um planeamento e uma gestão eficaz e eficiente dos recursos, um conhecimento profundo do que se pretende e da forma como se poderão atingir esses objetivos, do caminho a percorrer, bem como uma adequada e consciente programação museológica.

A PROPOSTA - MUSEU METALÚRGICA DUARTE FERREIRA

O museu será instalado na rua Eduardo Duarte Ferreira, num edifício dos inícios do século XX, onde funcionava o escritório principal da MDF, em frente à Estação de Caminhos-de-ferro.



Ilustração 8. Edifício do antigo Escritório Principal da MDF. Fonte: Foto da autora.



FACHADA PRINCIPAL (ESC.: 1/150)

Proposta de Musealização do Museu Metalúrgica Duarte Ferreira
Projeto de arquitetura: Arq. Joana Chambel
Projeto de Museografia: Eng. Renato Sousa e Dra. Lígia Marques

Desenho1. Projeto de arquitetura e museografia da fachada do edifício.

Escolhemos este nome pois por si só é identificador do tipo de acervo que comporta, bem como da razão de ser da sua existência.

Como marca é reconhecida por todo o país e até internacionalmente (através da Berliet-Tramagal e das filiais da MDF em Angola e Moçambique), o que de certo modo ajuda à divulgação, implementação e venda do conceito do museu e seu *merchandising*. Fazer

igualmente uso do logótipo da fábrica – a borboleta, parece-nos, pois, uma excelente aposta em termos de estratégia de *marketing*.

Este é um projeto há muito sonhado e ansiado pela população do Tramagal, principalmente por aqueles que de forma direta ou indireta se relacionaram e tiveram as suas vidas ligadas à MDF. Assim, este terá de ser um projeto também para a comunidade, de portas abertas à população, quer através de ações e atividades, quer da disponibilidade do próprio espaço para eventuais necessidades culturais da população (como por exemplo reuniões, conferências, apresentações culturais, etc.).

O Museu Metalúrgica Duarte Ferreira deverá ainda ter em atenção as novas tendências tecnológicas. Deverá servir-se delas não só como apoio e/ou suporte da sua exposição museográfica, mas também para assim captar os públicos mais jovens. Por exemplo através da projeção de filmes didáticos sobre o passado da MDF e representando o trabalho numa fundição [já que isso não será possível ver de outra forma e era isso que a MDF fazia na sua origem – fundia ferro (assim como cobre e bronze, ainda que com menor representatividade) e transformava-o em alfaias e ferramentas agrícolas, ornamentos e cercaduras em ferro fundido, peças de mobiliário em ferro fundido etc.] – ou através da agenda digital europeia (sugerido pelo Comité de Sábios¹ e que originou a *Europeana*), e/ou ainda de visitas virtuais ao museu e com recurso à tecnologia 3D, sendo estas propostas obviamente a longo prazo. Além de ter uma plataforma *online* atual, com informação simples e apelativa e ainda participação nas redes sociais, tão importantes nos dias de hoje.

Deverá dispor de contactos com pessoal qualificado para manter e preservar o espólio, numa estratégia de *outsourcing*, uma vez que devido à dimensão e arquitetura pré existente do museu, do seu espólio e correspondente percurso museológico, não é de todo possível dispor de uma sala de conservação e restauro com todas as condições necessárias e legalmente exigíveis para trabalhos dessa natureza.

Deverá ainda dispor de pelo menos um funcionário qualificado a tempo inteiro para fazer as visitas guiadas.

Deverá igualmente dispor de contactos para criação de uma bolsa de formadores que assegurem o *atelier* de fundição e os *workshops* promovidos pelo museu. Pensamos contudo, que poderia haver aqui também uma parceria com o IEFP e/ou com as escolas locais que tenham no seu plano de estudos a metalurgia ou metalomecânica).

Seria ainda interessante haver uma bolsa de voluntariado ligado ao museu – por exemplo voluntariado de antigos funcionários da MDF que assegurassem algumas das visitas guiadas. Assim, o Museu Metalúrgica Duarte Ferreira teria uma importante carga social, no apoio, integração e ocupação desde os mais idosos aos mais novos, numa troca de experiências e conhecimentos. No Tramagal, poderíamos recorrer à Universidade da Terceira

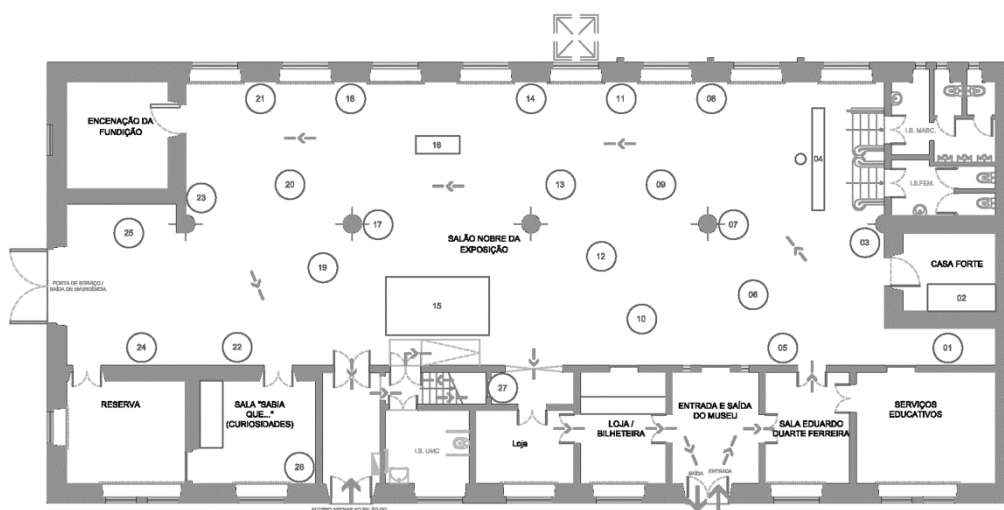
¹Grupo de reflexão de alto nível sobre uma determinada matéria em estudo. Neste caso específico compunham o Comité dos Sábios, contratado pela Comissão Europeia em 2011: Elisabeth Niggemann (Diretora da Biblioteca Nacional Alemã), Maurice Lévy (CEO da Publicis) e Jacques De Decker (escritor). Estes eruditos tinham como objetivo analisar e elaborar um conjunto de recomendações sobre a digitalização do património cultural europeu, no sentido de o preservar e mais facilmente difundir. No relatório final que apresentaram à CE, estes “sábios” aconselharam os Estados-Membros da EU a acelerarem os seus esforços para colocarem *online* as coleções das suas bibliotecas, arquivos e museus e sublinham as vantagens, até económicas, de colocar a cultura e os conhecimentos europeus mais acessíveis. Neste sentido aprovam o objetivo da Agenda Digital Europeia de reforçar a sua biblioteca digital - a *Europeana*, e até defendem que esta deve tornar-se o ponto de referência para o património cultural *online* da Europa, com metas a 2016 para a digitalização das principais obras-primas dos Estados-Membros, aconselhando estes a divulgar e generalizar ativamente a *Europeana*. (em linha: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-17_pt.htm> [Consult. 06 de Outubro de 2012]).

Idade para esta bolsa de voluntariado. Não apenas para as visitas guiadas, mas também para outras atividades lúdico-pedagógicas a desenvolver no museu.

Além do seu financiamento através do LEADER-PRODER, será importante atrair mecenato cultural, previsto pela Direção Geral do Património Cultural como uma importante forma de garantir a preservação e continuidade de projetos culturais, principalmente no paradigma conjuntural que hoje vivemos.

Além disso, pensamos que o museu deverá ter capacidade para se autofinanciar (ainda que por definição não preveja o lucro) através da venda de ingressos, de *merchandising* e outros artigos da loja do museu, bem como das atividades promovidas pelos serviços educativos.

Em termos museográficos e de percurso museológico o que propomos é o seguinte:



PLANTA DO PISO 0 (ESC.: 1/150)

Proposta de Musealização do Museu Metalúrgica Duarte Ferreira
Projeto de arquitetura: Arq. Joana Chambel
Projeto de Museografia: Eng. Renato Sousa e Dra. Lúcia Marques

LEGENDA:

- | | | |
|--|--|---|
| 01 TORNO DE MADEIRA | 10 BOMBA DE ÁGUA | 18 SERROTE DE FERRO ALTERNATIVO |
| 02 COFRE | 11 BOMBA DE RELÓGIO | 20 SINO |
| 03 GRADÉ DE FASCAS (MALHADOR DE FAVAS) | 12 DESCAROLADOR DE MILHO | 21 ENGENHO DE FURAR |
| 04 MONUMENTO "O MIRANTE" | 13 MOINHO DE CAFÉ | 22 MÁQUINA DE REBORDAR CHAPA |
| 05 CHARRUA DUPLA | 14 SERROTE MANUAL | 23 RELÓGIO DE PONTO 1 |
| 06 MOINHO DE RESINA | 15 LAGAR | 24 COMPONENTE DE LABORATÓRIO DE ENSAIOS MECÂNICOS |
| 07 CHARRUA | 16 DISPLAY INTERATIVO | 25 PEÇA DE LABORATÓRIO DE ENSAIOS MECÂNICOS |
| 08 SACHADOR DE TRACÇÃO ANIMAL | 17 DISPOSITIVO MANUAL PARA REALIZAR FURROS | 26 MÁQUINA DE COSTURA |
| 09 CORTADOR MANUAL | 18 CAPACHOS | 27 FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS |

Desenho 2. Projeto de arquitetura e museografia do Piso 0.

Piso 0:

- Entrada – Recepção/ Bilheteira;
- Início do percurso pela “Sala Eduardo Duarte Ferreira” onde estará exposto a secretária e cadeira do Sr. Eduardo bem como busto, fotografias e outros elementos que digam respeito à figura pioneira da MDF e onde se dará início à narrativa museológica com a história de Eduardo Duarte Ferreira que se confunde com a da MDF;
- De seguida segue-se para a “Sala Nobre da Exposição” onde, ainda que haja lógica na disposição das peças, o visitante poderá circular mais livremente ou acompanhado pelo guia que irá prosseguindo com a narrativa e explicação das peças:
 1. Torno de Madeira;
 2. Cofre;
 3. Grade de facas (malhador de favas);



Ilustração 9. Grade de facas (malhador de favas). Fonte: Foto da autora sobre original do Espólio da MDF.

4. Réplica do Monumento de Homenagem a Eduardo Duarte Ferreira edificado no Miradouro da Penha (servirá como barreira física e visual para a zona das casas de banho);



Ilustração 10. Monumento de homenagem a Eduardo Duarte Ferreira. Fonte: Foto da autora.

5. Charrua dupla;

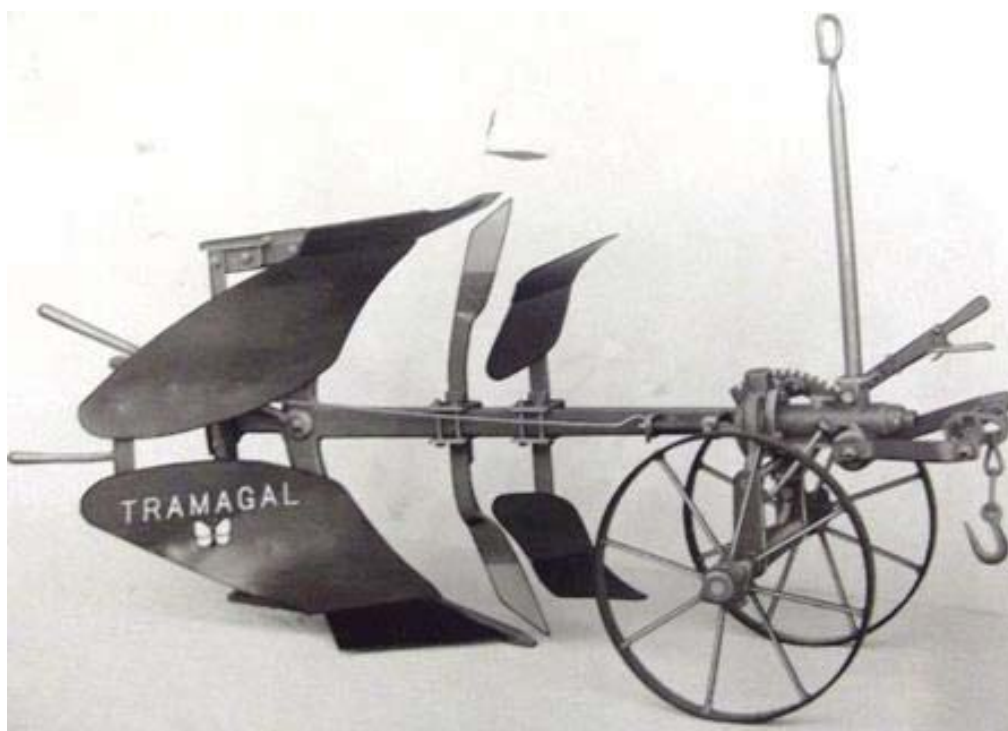


Ilustração 11. Charrua dupla. Espólio MDF. Fonte: Foto da autora sobre original do Espólio da MDF.

6. Moinho de resina;
7. Charrua;
8. Sachador de tração animal;
9. Cortador manual;
10. Bomba de água;



Ilustração 12. Bomba de água do tipo Califórnia. Fonte: Foto da autora.

11. Bomba de relógio;
12. Descarolador de milho;
13. Moinho de café;
14. Serrote manual;
15. Lagar;



Ilustração 13. Maquete/Réplica de Lagar MDF. Fonte: Foto da autora.

16. *Display* interativo;
17. Dispositivo manual para realizar furos;
18. Capachos;
19. Serrote de ferro alternativo;
20. Sino;
21. Engenho de furar;
22. Máquina de rebordar chapa;
23. Relógio de Ponto 1;
24. Componente de laboratório de ensaios mecânicos;
25. Peça de laboratório de ensaios mecânicos;
26. Máquina de costura;
27. Fichas de identificação dos funcionários.

- Os visitantes terão ao seu dispor um *display* interativo a meio da exposição onde poderão ver dois filmes interativos: por um lado um sobre a evolução histórica do uso do ferro e sua importância na história da humanidade e outro sobre a evolução histórica e importância da azeitona e do azeite no quotidiano do Homem. O visionamento de um ou de outro dependerá da ordem em que visitarem a “Encenação da Fundição” ou a “Maquete-Réplica de Lagar MDF”.
- Na “Maquete-Réplica de Lagar MDF²” (15) o visitante poderá ver à escala como era e funcionava um dos afamados lagares da MDF, uma vez que todo ele funciona e produz de facto azeite, à sua escala obviamente. Lagares que representaram uma importante fatia dos lucros desta fábrica e do seu reconhecimento a nível nacional e internacional,
- O percurso seguir-se-á no sentido da casa forte que servirá de “Encenação da Fundição”, que pelas suas características de quase *bunker* permitirá a escuridão e características acústicas necessárias para a projeção de filme sobre o quotidiano na fundição e de som, bem como possibilitar as melhores condições para que sejam imputadas no visitante sensações térmicas (calor) e odoríficas (cheiro a ferro, a óleos, etc.) para que este tenha uma ideia aproximada do que era trabalhar numa fundição.

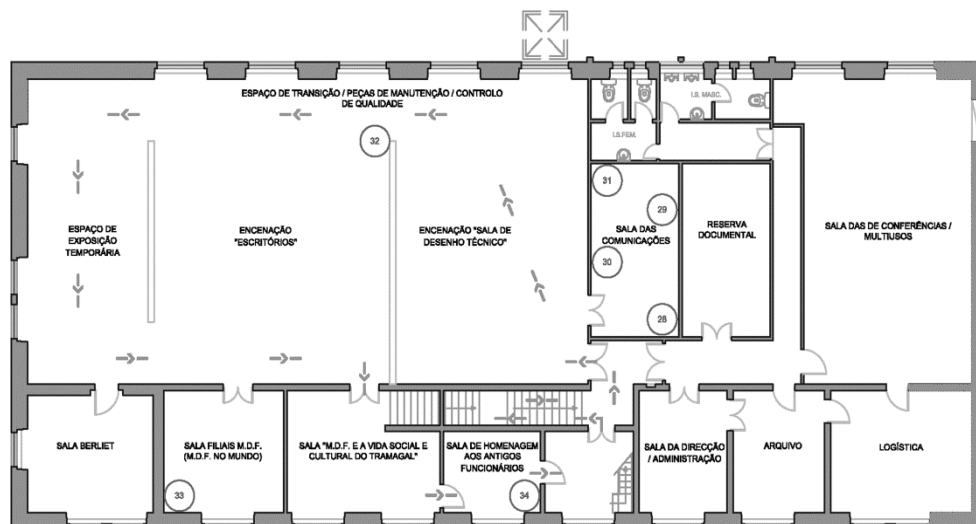


Ilustração 14. Porta da Casa Forte. Fonte: Foto da autora.

² Lagar feito por operários da MDF e que já percorreu o país em várias feiras alusivas ao tema ou simplesmente referente à história da indústria portuguesa, sendo a mais importante delas a Expo'98.

- A última paragem de visita no piso 0 será na “Sala Sabia que...” onde o visitante terá contacto com peças que contam histórias e curiosidades particulares - como a máquina de costura que servia para se fazerem luvas, proteções para os braços e outros acessórios de proteção pessoal e de trabalho, ou ainda o cofre que aquando do 25 de Abril, no meio do frenesim revolucionário se cometeram alguns excessos e alguns funcionários assaltaram as instalações dos escritórios principais com o intuito de arrombar com o auxílio de um maçarico um dos cofres que segundo os mesmos estaria cheio de dinheiro, mas que no fim de contas continha dinamite usado nas prospeções mineiras da família Duarte Ferreira e que assim estes tiveram muita sorte por não fazerem explodir tudo e perderem as próprias vidas - entre outras.

É neste piso que se encontram ainda os Serviços Educativos do museu, por uma questão funcional e de acessibilidade.



PLANTA DO PISO 1 (ESC.: 1/150)

Proposta de Musealização do Museu Metalúrgica Duarte Ferreira
 Projeto de arquitetura: Arq. Joana Chambel
 Projeto de Museografia: Eng. Renato Sousa e Dra. Lígia Marques

LEGENDA:

- 28 TRIPÉ DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA
- 29 TELEX
- 30 MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS
- 31 MÁQUINA DE TIPOGRAFIA
- 32 RELÓGIO DE PONTO 2
- 33 ESMALTADOS
- 34 TAÇAS PRÉMIOS

Desenho3. Projeto de arquitetura e museografia do Piso 1.

Piso 1:

- Entrar-se-á no espaço “Encenação Sala de Desenho”, com exposição de estiradores e material de desenho, bem como de desenhos projetistas, assim como aplicação de vinil fotográfico em parede com fotografia-cenário da sala e de antigos desenhadores como era à época. Esta sala pretende representar a realidade deste edifício e deste piso, pois era onde se encontrava a Divisão Técnica (de desenho) da MDF.



Ilustração 15. Um dos primeiros estiradores da secção de desenho da MDF. Fonte: Foto da autora.

- A “Sala das Comunicações” exporá peças relacionadas com as comunicações no início do século XX, mas também com a comunicação enquanto meio de divulgação,

propagação e preservação da memória: telex, centrais telefónicas, máquina tipográfica, máquinas fotográficas, máquina de projetar slides, etc.



Ilustração 16. Máquinas fotográficas Ernest Leitz Wetzlar. Fonte: Foto da autora.

- No espaço de transição entre a primeira encenação e a segunda encontrar-se-ão expostas pequenas peças de manutenção e de controlo da qualidade.
- O segundo espaço de encenação dirá respeito à “Encenação dos Escritórios”, com exposição de secretárias e material de escritório variado usado em diversas épocas, assim como aplicação de vinil fotográfico em parede com fotografia-cenário dos antigos escritórios que eram neste edifício no piso térreo. Pretende-se assim, também, lembrar a génese do edifício.



Ilustração 17. Acessório de secretária em prata. Espólio MDF. Fonte: Foto da autora.

- Neste piso haverá ainda um espaço reservado para exposições temporárias que, quando não as haja, poderá ser integrado na exposição permanente.
- A “Sala Breliet” exporá fotografias e pequenos elementos destes lendários camiões.
- A “Sala Filiais MDF” exporá imagem e placas representativas e indicativas da existência de filiais da MDF em Portugal e em Angola e Moçambique. Sendo que no caso da filial da MDF no Porto expor-se-á peças de loiça esmaltada da marca “Águia” que eram lá produzidas, mas que pertenciam igualmente à MDF e representam uma outra vertente de negócio.
- Na “Sala MDF e a vida social e cultural do Tramagal” serão expostas peças e imagens do contributo da família Duarte Ferreira e da MDF na vida cultural e social do Tramagal, como por exemplo as comemorações do 1º de Maio, a sua contribuição para o desporto (TSU), a Caixa de Previdência do Pessoal da MDF, o incentivo e apoio na fundação da Sociedade Artística Tramagalense e do Cineteatro Tramagalense, bem como na fundação de escolas, etc.
- Com a “Sala de Homenagem aos Antigos Funcionários”, que é a última da visita, estarão expostos os troféus que eram atribuídos aquando dos concursos de decoração intersecções nas comemorações dos 1º de Maio e que eram formas de promover o convívio e manter uma certa disputa salutar entre secções envolvendo os trabalhadores no espírito deste dia comemorativo. Estarão ainda expostas algumas fichas de identificação de funcionários e nas paredes estarão colocadas fotografias e painéis de montagem fotográfica de antigos funcionários. Esta sala, sendo a última tem uma importância e conotação bastante fortes, pois servirá um propósito de agradável surpresa e consagração para os locais e antigos funcionários, cumprindo assim de forma mais acentuada e direta o papel a que se propõe o museu na sua identificação com a população local e antigos operários e para os visitantes externos à comunidade servirá também para transmitir a ideia de importância que os funcionários sempre tiveram nesta fábrica e que de certo modo se perpetua com o museu.

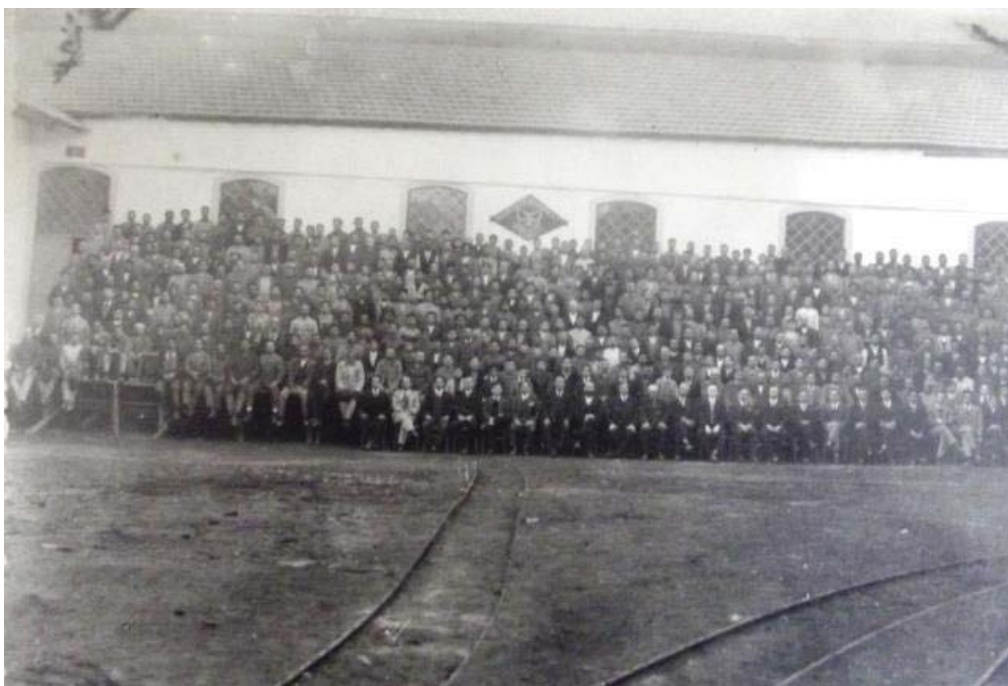


Ilustração 18. Foto de ‘família’ – mais de 500 funcionários em 1937. Fonte: Foto da autora sobre original do espólio da MDF.

A visita termina com a saída pela loja do museu onde o visitante poderá adquirir *merchandising*, mas também outros produtos de origem local, como artesanato, mel, vinho, azeite, queijos, etc. que poderão advir da rede de parcerias expostas no subcapítulo seguinte.

Importa referir que por toda a exposição estarão expostas fotografias e outros documentos (quadros de propaganda institucional contra acidentes, publicidade, desenhos projetistas que poderão complementar a informação das peças expostas, diplomas de honra, prémio e participação, etc.), considerados relevantes para a narrativa, interpretação e compreensão da história, do legado patrimonial e da memória da MDF. Estes elementos poderão ir sendo substituídos por outros com a periodicidade que se considerar adequada no decorrer da atividade do museu, por os haver em tão grande número e pela relevância histórica que têm.

Estarão expostos no Piso 1:

- 28. Tripé de máquina fotográfica (máquina com fole, do início do século XX);
- 29. Telex;
- 30. Máquinas fotográficas;
- 31. Máquina de tipografia;



Ilustração 19. Máquina tipográfica. Fonte: Foto da autora.

32. Relógio de Ponto 2;



Ilustração 20. Relógio de Ponto. Fonte: Foto da autora.

- 33. Esmaltados (Frigideiras, tachos, cafeteiras, etc. da marca “Águia”);
- 34. Troféus (Taças de prémios dos concursos entre secções durante comemorações do 1º de Maio).

No piso 1 encontra-se ainda a parte logística e administrativa do museu, bem como uma sala de conferências/multiusos com respetiva sala de apoio onde poderá ser montada uma pequena cozinha de apoio a eventos que aqui decorram.

Para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida o museu disporá de um elevador exterior, por questões de arquitetura estrutural do edifício, que sairá do piso térreo e parará no início da exposição do piso 1, o que permitirá a estas pessoas não perderem nada da exposição nem do percurso museológico definido.

ACESSIBILIDADES E PARCERIAS

Localizado privilegiadamente no centro do país e bem próximo da sede de concelho (cerca de 10 km), o Tramagal dispõe de uma boa rede de acessibilidades. É servido pela EN118 e pela A23 (em Abrantes), além da Linha Ferroviária da Beira Baixa que tem a sua estação localizada estrategicamente em frente ao futuro Museu Metalúrgica Duarte Ferreira.

Por esta proximidade entre o Museu e a Estação de Caminhos de Ferro do Tramagal, seria de todo o interesse realizarem-se parcerias com a CP, que poderão passar por:

- Integração do Museu Metalúrgica Duarte Ferreira no Roteiro Turístico da Linha da Beira Baixa, disponível *online* no *site* da CP³ e *link* para *site* da CP na página oficial na *Internet* do Museu Metalúrgica Duarte Ferreira;

- Descontos nos bilhetes de comboio e nas entradas do museu mediante apresentação dos ingressos de comboio ou de entrada no museu.

Sugerimos ainda que a médio longo prazo sejam estabelecidas parcerias de troca de informação, publicidade e divulgação e até de visitas com outros museus e roteiros industriais de Portugal, bem como até internacional, através da rede do TICCIH⁴. Para esta parceria com TICCIH, será fundamental a ligação com a APPI, que tem a representação nacional desta entidade, que por sua vez é o representante do ICOMOS – UNESCO, para as questões do património industrial.

Além destas parcerias mais ligadas ao tema do património industrial, seria pertinente realizar parcerias com as associações de desenvolvimento local, como a Tagus, e com a própria DGPC na tentativa da preservação do património e do aconselhamento e troca de informação legal e de boas práticas para essa mesma preservação.

Será igualmente pertinente realizar parcerias com agentes do turismo locais e regionais e também com empresas e associações locais e que possam melhorar e exponenciar o número de visitantes, obtendo também contrapartidas dessa parceria.

Fundamentais, na nossa opinião, serão ainda as parcerias com as associações locais e instituições de ensino e investigação. Com a finalidade da troca de experiências e da didática dessas mesmas experiências às gerações mais jovens, mas também com a finalidade de estabelecer uma “linha de investigação MDF” que se dedicasse ao caso de estudo da MDF em todas as suas vertentes – indústria, gestão administrativa e organizacional, gestão da qualidade, da sociologia da indústria, etc.. Portanto, num olhar incidente à época de laboração e existência da MDF, contribuindo assim para o retrato da história da industrialização em Portugal, mas também numa vertente de boas práticas tidas em conta ainda nos dias de hoje na indústria local e nacional.

³ <http://www.cp.pt/cp/displayPage.do?vgnextoid=a477aef98368c310VgnVCM100000be01a8c0RCRD>

⁴ Rede de que fazem parte vários países do mundo e que para o caso português identifica os seguintes museus como museus industriais: Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu da Pólvora Negra, Museu da Indústria de Chapelaria, Museu do Papel Terras de Santa Maria, Museu de Lanifícios, Museu da Água, Museu da Eletricidade, Museu de Cerâmica de Sacavém, Museu das Comunicações, Museu da Fábrica de Cimento Maceira-Liz, Museu de Eletricidade "Casa da Luz", Museu do Café da NOVADELTA, Museu do Carro Elétrico, Museu do Trabalho Michel Giacometti, Museu do Vidro da Marinha Grande, Museu Nacional do Azulejo, Museu Santos Barosa. Museu Nacional da Imprensa/Jornais e Artes Gráficas.

Propomos ainda a uniformização da marca Tramagal, cujo símbolo é a borboleta, logótipo da MDF, e que ainda hoje está tão patente no auto reconhecimento por parte da comunidade tramagalense e na sua identificação por terceiros. Assim pensamos que esta marca identitária poderá estar presente de alguma forma por toda a rede empresarial e de serviços da freguesia, por exemplo, através de papel de embrulho ou sacos de compras disponibilizados aos clientes.

Consideramos ainda que seria interessante e produtivo se se estabelecessem parcerias com indústrias da região, no sentido de estas poderem fazer mostras dos seus produtos no museu – Feira Industrial – e em contrapartida estas sugerirem e promoverem junto dos seus clientes a visita ao museu, bem como, se assim o entendessem, poderem ser elas mesmas alvos de visita por parte de turistas e visitantes do museu.

Fundamentais seriam ainda as parcerias estabelecidas com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - Médio Tejo Empreendedorismo em Rede - e com a Tagus, uma vez que a própria Comunidade propõe uma Rota Industrial.

Sugerimos ainda a possibilidade interessante de parceria com o museu Casa-Estúdio Carlos Relvas, na Golegã, devido ao grande número de espólio fotográfico, bem como a existência de algumas máquinas fotográficas e de projetar bastante interessantes. Poderia haver exposições temporárias com troca de peças em cada um dos museus, bem como uma rede de visita integrada e complementar em cada museu.

Propomos ainda algum *merchandising* que se poderá vender na loja do museu e tendo em conta a versatilidade e cariz atrativo e animado da borboleta, imagem da marca da MDF e do museu, estamos seguros que os exemplos que aqui apresentamos não se esgotam em si:

- Blocos de notas;
- Blocos e Lápis de colorir para os mais pequenos;



Ilustração 21. Bloco para colorir. Fonte: Foto da autora.

- Canetas;
- Porta-chaves;
- Cinzeiros;
- Acessórios: malas, carteiras, pins, etc.;
- Bijuteria com a borboleta (anéis, colares, pregadeiras, brincos, molas de cabelo, bandoletes para meninas, pulseiras, etc.);



Ilustração 22. Pregadeira⁵. Fonte: Foto da Sr^a Maria Maximiano.

- T-Shirts;
- Bonés;
- BD “A Borboleta” – história da MDF contada aos mais pequenos;
- Livros e Publicações sobre a MDF, o museu e outros assuntos relacionados;
- Peluches;
- Brinquedos;



Ilustração 23: Pista para carrinhos de brincar⁶. Fonte: Foto da autora.

⁵ Pregadeira usada no colarinho pelas empregadas domésticas da família Duarte Ferreira.

⁶ Elaborado pelo Sr. Marçalo Maximiano e cedido para fotografar pelo Sr. José Filipe Maximiano.

- Bolachas e outra doçaria;



Ilustração 24: Bolacha⁷. Fonte: Foto da autora.

- Miniaturas fundidas;
- Miniaturas de máquinas e alfaias agrícolas, bem como de Berliet-Tramagal;
- Entre muitos outros artigos que poderão rentabilizar e ajudar monetariamente o museu na sua gestão e missão.

Tal como afirmou Eilean Hooper-Greenhill “(...) *museum and gallery education is now acknowledged in the museum world as a vital and integral part of all well-managed museums, and in the educational field as an essential aspect of enlightened state provision (...)*” (1994b:65), e são estes mesmos serviços educativos “(...) *a driving-force behind the establishment of many museums (...)*” (*ibidem*, 1994b: 187). Desta forma os Serviços Educativos (SE) são por excelência o setor do museu especializado em comunicar/educar/sensibilizar os públicos e são por isso, um serviço indispensável em qualquer museu dos tempos modernos.

Os SE terão por missão promover o Museu MDF como lugar de vivência coletiva, diálogo e partilha de experiências, bem como de desenvolver atividades lúdico-pedagógicas promovendo a educação não formal e dirigidos a diversos públicos, nomeadamente, escolas, famílias e adultos. Promove ainda a reflexão e experimentação da relação entre o património cultural e o papel histórico-simbólico da MDF, em articulação com as exposições permanentes e temporárias e outros eventos que o museu promova.

⁷ Confeção de Ana Maximiano.

Através dos SE pretende-se sensibilizar o público para a existência do espólio e do património material e imaterial da MDF, bem como a sua importância para o desenvolvimento social, tecnológico e urbano do Tramagal.

Partindo de programas educativos que tenham em conta o contexto social, económico e cultural da comunidade em que está inserido, pretende-se que os SE dinamizem o museu.

Os SE facilitarão ainda, através de atividades lúdico-pedagógicas a compreensão, interpretação e intercâmbio de conhecimento e experiências das coleções, permitindo assim que os visitantes sejam ativos, sejam eles mesmos protagonistas na construção, reconhecimento e interpretação museológica. Possibilitando assim que o museu seja desta forma participativo e participado.

Cabe aos SE promover a visita frequente dos seus públicos, em especial, do público local, possibilitando assim uma aprendizagem ao longo do tempo.

Os SE deverão dispor de um funcionário qualificado a tempo inteiro que assegure o seu funcionamento e que sempre que se justifique entre em contacto com formadores e com a bolsa de voluntários.

Posto isto, apresentamos de seguida propostas para atividades a desenvolver pelos SE, numa programação anual e estratégia de curto, médio e longo prazos:

– *Atelier* e *workshops* de fundição, agricultura, lagares, azeite, indústria de uma forma geral, etc.. Irão desenvolvendo-se ao longo do tempo e consoante a adesão que as justifique;

– “Conversas com”: o ferreiro; o carpinteiro de moldes; o lagareiro; o desenhador técnico; a secretária; o menino de recados; o segurança; a mãe de família e dona de casa do operário MDF; a bordadeira; a parteira; etc. Proporcionar a troca de experiências intergerações e a perpetuação das memórias. (A desenvolver a médio prazo);

– “No tempo em que os objetos falavam” – promover o debate e a educação informal sobre diversas temáticas, tendo por base um determinado objeto/peça do museu para que os que as fizeram e/ou usaram possam desenvolver uma narrativa de experiência própria e transmiti-la aos mais novos e às gerações futuras. Esta atividade poderá ser desenvolvida com as escolas, centros de dia, ARTRAN e antigos funcionários e com uma calendarização específica - um objeto por mês (a desenvolver a longo prazo);

– BD “*A Borboleta*” (história em BD da MDF contada aos mais pequenos) (a desenvolver a curto prazo);

– Maleta pedagógica “*A Borboleta Ensina*” para os mais pequenos com: maquete em gesso da Borboleta e/ou de outras miniaturas e desenhos para colorir, lápis de cor e tinta acrílica (guaches), BD “*A Borboleta*”. Também uma maleta pedagógica que seja direcionada para os mais velhos – centros de dia, para que estes sejam também integrados no museu e nas suas atividades. Estas maletas poderão ainda ter a valência de poderem ser emprestadas a outros museus, mediante protocolos de intercâmbio de relações e de troca de conhecimento e divulgação da didática do património industrial da MDF (a desenvolver respetivamente a curto, médio e longo prazo);

– Recriação histórica/encenação teatral da vivência industrial ativa da MDF, através de protocolos com os grupos cénicos locais (grupo cénico da SAT, grupo cénico Palha de Abrantes, grupo cénico Fatias de Cá) – visita encenada - museu vivo (a desenvolver a longo prazo);

– Exposição da Indústria – nova edição desta exposição em parceria com o Museu da Eletricidade, uma vez que a primeira edição teve tanto sucesso (a desenvolver a longo prazo);

– Atividades direcionadas para o início do ano escolar, em Setembro, em que depois de uma visita guiada será proposto aos alunos em parceria com as escolas, a execução de projetos direcionados para a temática do museu compaginados com as suas áreas de estudo ou

formação, a desenvolver durante o ano letivo e que serão depois expostos no museu no final de cada ano (a desenvolver a curto prazo);

–Direcionar atividades ou mudança de exposições temporárias na época de verão, com a finalidade de captar a maior afluência de turistas à região (a desenvolver a curto prazo);

–Promover a ideia de “Praxes Criativas” através do desafio à comunidade estudantil das engenharias dos Institutos Politécnicos de Santarém e Tomar, para que venham ao museu fazer uma praxe diferente aos seus caloiros (a desenvolver a médio prazo);

–Desenvolver um plano anual de conferências, palestras e reuniões para a sala com esse fim no museu (a desenvolver a curto, médio e longo prazo);

–O museu disponibiliza-se para ser recetor e mediador das atividades (inscrições, divulgação, reuniões, programação segundo o pretendido pela entidade promotora, etc.), que possam surgir na região no âmbito da Rota Industrial do Médio Tejo e da Rede Museológica de Abrantes. Desta forma o museu assegura o seu papel fundamental no desenvolvimento cultural da região, bem como o seu papel de dinamizador, investigador e comunicador da didática do património a nível local e regional (a desenvolver a longo prazo);

–Visitas guiadas por ex-operários (a desenvolver a médio prazo);

–Atividades para famílias – visitas temáticas especiais para este segmento de público; maleta pedagógica; *workshops* direcionados, etc. (a desenvolver a médio prazo);

–Fidelizar visitantes através de um “cartão de fidelização”, em que ao atingir um determinado número de entradas pagas o visitante poderá usufruir de uma atividade gratuita ou de uma visita gratuita, a definir mediante número de entradas realizadas (a desenvolver a curto prazo);

–Criar e dinamizar o “Passaporte Cultural de Abrantes”, em que o turista ao adquirir esse documento tem acesso, a um preço mais reduzido, a uma panóplia de atividades e visitas culturais no concelho. Estes passaportes poderão estar ordenados por temática e/ou tempo de estadia e ainda poderão oferecer descontos ou outras vantagens a quem o adquirir (a desenvolver a médio prazo);

–Promover a edição de uma monografia do museu (a desenvolver a curto prazo);

–Promover atividades específicas e comemorativas no 1º de Maio – renovar o espírito comemorativo e corporativo que se vivia na MDF (a desenvolver a médio prazo).

Cabe ainda aos SE fazerem a monitorização e avaliação da qualidade do impacto dos serviços do museu na satisfação dos seus visitantes e do cumprimento da sua missão, através de inquéritos de satisfação/avaliação (a desenvolver a médio e longo prazo).

DEFINIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO (SEGMENTAÇÃO)

Definida a nossa proposta museológica e museográfica e apresentadas as nossas sugestões de gestão e dinamização de atividades e Serviços Educativos, julgamos ser pertinente, ainda no âmbito deste artigo e de uma forma geral, apresentarmos o nosso público-alvo:

Direcionado para os mercados:

–Turismo cultural;

–Turismo Industrial;

–Turistas de city-breaks que visitem Abrantes;

Com o perfil de visitante:

- De todas as regiões nacionais e de todas as nacionalidades;
- Perpendicular a todos os estratos sociais;
- Grupos (escolas, séniores, excursionistas, etc.);
- Alunos do ensino tecnológico que podem ter no Museu MDF uma forma de olharem para o passado e para a forma como era a indústria “antigamente”;
- Infanto-juvenil – escolas (serviços educativos);
- Adultos com interesse pela cultura e preservação do património (industrial);
- Adultos mais idosos que possam transmitir os seus conhecimentos e memórias sobre o espólio e legado deste museu (serviços educativos);
- Professores, investigadores, historiadores da área da museologia, da arqueologia industrial, da história, do turismo.

A segmentação mostra-se assim muito importante para melhor se definir as estratégias a adotar para alcançar o público pretendido e dessa forma atingir os objetivos a que nos propusermos e, obviamente, o sucesso do nosso produto.

LIMITAÇÕES DA PROPOSTA

Tratando-se de uma proposta estamos plenamente conscientes que esta possa ser alterada e adaptada posteriormente e sempre que se justifique, por não ser detentora de verdades absolutas e por muitas vezes a teoria e a prática serem bastantes dispare. Esta proposta está sujeita a escrutínio e não está, portanto, fechada ou totalmente encerrada. Merece ser atualizada e terá certamente limitações no sentido de que por vezes a falta de tempo e o nosso envolvimento, a nossa proximidade ao projeto por vezes não nos permitem desenvolver mais ou alcançar mais além, ainda que tentemos sempre ter e dar uma perspetiva científica desta proposta.

Assim apontamos como principais limitações as seguintes:

- Obrigatoriedade de seguir a arquitetura pré-existente.
- Distribuição do acervo pelo espaço segundo uma leitura histórica (diacrónica).
- Dificuldade em identificar algumas peças por não haver informação suficiente (desaparecimento de grande parte do espólio e documentação da fábrica).

- As propostas apresentadas têm uma validade e dimensão concetual, sendo que depois na realidade algumas delas poderão ser de difícil execução por diversas razões alheias à nossa vontade.
- Limitações financeiras devido à conjuntura atual.
- O espaço de tempo de um ano para a realização desta dissertação de mestrado revelou-se de certo modo insuficiente para que pudéssemos aprofundar tanto quanto gostaríamos algumas questões pertinentes da proposta.

De referir no entanto que ao se tornar realidade esta proposta caberá à sua administração, entidade gestora, ultrapassar as dificuldades aqui encontradas, bem como melhorar e adaptar a mesma à realidade empírica do museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela importância que a MDF teve para esta comunidade e para o país, pela lição de vida que nos foi legada pelo seu fundador, Eduardo Duarte Ferreira, pensamos ser imperativo que este museu se concretize, para que, através da sua memória e tal como era o seu desejo, nunca morra assim perdure a sua obra.

Seguindo o lema da fábrica que o originará, o Museu MDF deverá ser sinónimo de qualidade, de inovação e ser marco determinante de diferenciação, aliando a criatividade que lhe permita ser mais que pioneiro, um líder e um exemplo.

Tendo por base as teorias da Nova Museologia pensamos que este museu deverá, mais que um simples local de depósito e exposição do património industrial da MDF, ser um lugar aberto à sua comunidade, como o era, uma vez mais, esta empresa, onde estes possam ser protagonistas ativos da experiência museológica e não meros atores passivos. Deverá ser um lugar de aprendizagem, de troca de conhecimento, de inspiração, de bem-estar – atento às novas tecnologias e às exigências, cada vez maiores, dos mercados sedentos de autenticidade e do que é genuíno e diferente e que rapidamente ficam enfadados.

Este património arqueológico industrial torna-se elemento essencial de parte da história das populações residentes onde se incluem os trabalhadores dessas unidades industriais, pelo que deverá ser preservado não só o património físico, material, mas também o património intangível desses sítios arqueológicos.

A rentabilização económica é outra faceta a considerar. Para se cumprirem aqueles objetivos há que planear e executar, tendo em vista a acessibilidade e fruição universal que estes testemunhos exigem. Por outro lado, a exposição do espólio arqueológico deverá resultar da forma eficaz e eficiente como se desenvolverá a ação global e continuada no tempo, de preservação e rentabilização (a todos os níveis) desta Memória Industrial onde estão representadas as Pessoas, o Território e as Organizações.

A proposta de museu industrial com cariz territorial que propomos para este acervo, pretende ser um modelo que reative e dinamize este património e esta localidade, mas que seja também passível de ser adaptado a outras realidades. A sua estruturação e funcionalidade

pode corresponder ainda às necessidades locais e regionais animando iniciativas nos domínios da cultura, da tecnologia, da didática, da pedagogia, do turismo, em suma, da vida desta localidade mas também, de uma forma mais abrangente, da Região e do País.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial

ARTRAN – Associação de Reformados de Tramagal

CMA – Câmara Municipal de Abrantes

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (Concelho Internacional de Monumentos e Sítios)

IMC – Instituto dos Museus e da Conservação

MDF - Metalúrgica Duarte Ferreira

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RPM – Rede Portuguesa de Museus

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial)

TSU – Tramagal Sport União

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UTIT – Universidade da Terceira Idade do Tramagal

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1999) - *Arqueologia e Indústria*. Lisboa: Edições Colibri, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Número 2/3.

AA.VV. (1998) - *Arqueologia e Indústria*. Lisboa: Edições Colibri, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Número 1.

AA.VV. (coord.) (2003) - *Estructuras y paisajes industriales: proyectos socioculturales y turismo industrial*. Espanha, Incuna: Asociación de Arqueologia Industrial.

- AA.VV. (2012) - *Plano Estratégico Nacional do Turismo – Horizonte 2013-2015*. Lisboa: Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego.
- ANICO, M. (2008) - *Museus e Pós-Modernidade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CASANELLES I RAHOLA, E. (2001) - *El Patrimonio Industrial*. In *Arqueología Industrial, Patrimonio y Turismo Cultural*. Espanha. Incuna: Asociación de Arqueologia Industrial, p. 33-40.
- CORDEIRO, J. M. L. (2001) - *Museología y Museografía Industrial*. *Arqueologia industrial, património y turismo cultural*. Espanha, Incuna: Asociación de Arqueologia Industrial, p. 41-52.
- CORDEIRO, J. M. L. (2002) - Uma tarefa urgente: salvar arquivos de empresas. *Fórum*. Braga: Universidade do Minho – Conselho Cultural, nº 32, Jul-Dez, p. 97-134.
- CORDEIRO, J. M. L. (2007) - O património industrial em Portugal. Situação atual e perspectivas de futuro. *Separata de Arqueologia Industrial*. Espanha, Incuna: Asociación de Arqueologia Industrial, quarta série, volume III, nº 1-2, p. 41-50.
- CUSTÓDIO, J. (1991) - Os museus industriais e a arqueologia industrial. *Museologia e Arqueologia Industrial – Estudos e Projetos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Arqueologia industrial, p. 7-74.
- DE VARINE, H. (em linha, 24 Setembro de 2007) - Reflexões sobre um museu de território. *Atas do I Encontro de Museus do Douro*. [Consult. 18 de Junho de 2013]. Disponível na [www: <http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/hugues.pdf>](http://www.museudodouro.pt/exposicao_virtual/pdf/hugues.pdf).
- FERREIRA, M. de M. B. D. (1946) - *Eduardo Duarte Ferreira – A lição de sua vida*. Tramagal: Metalúrgica Duarte Ferreira.
- FONSECA, P. (2006) - *Nas asas de uma borboleta*. Lisboa. Página Seguinte, Edições Lda.
- GABIRRO, C.; et al. (1997) - *Condição Económico-Social da família operária da vila do Tramagal. Influência do Ex-empregador Metalúrgica Duarte Ferreira S.A.*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, trabalho académico orientado pelo professor Salazar Campos.
- GASPAR, J. M. (2005) - *A Primeira República em Abrantes*. Abrantes: Palha de Abrantes.
- GASPAR, J. M. (2004) - Metalúrgica Duarte Ferreira – o longo voo da borboleta. *Revista Zahara*. Abrantes: CEHLA - Centro de Estudos de História Local de Abrantes, ano 2, nº 3, p. 11-22.
- HOOPER-GREENHILL, E. (1994a) - *The educational role of the museum*. London: Routledge.
- HOOPER-GREENHILL, E. (1994b) - *Museum and gallery education*. Leicester: Leicester University Press.
- ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (em linha) - *Definição de museu*. [Consultado a 18 de Junho de 2013]. Disponível na [www: http://www.icom-portugal.org/](http://www.icom-portugal.org/).
- LEGOFF, J. (1984) - Memória. In GIL, F. (coord.) - *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: História / Imprensa Nacional Casa da Moeda.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (em linha 08 de Setembro de 2001) - *Lei nº 107 de 2001 – Património Cultural Português*. [Consultado a 09 de Janeiro de 2012]. Disponível na www: <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>.

DIÁRIO DA REPÚBLICA REPÚBLICA (em linha 19 de Agosto de 2004) – *Lei nº 47 de 2004 – Lei-quadro dos Museus Portugueses*. [Consultado em 18 de Junho de 2013]. Disponível na www: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20126194443.pdf>.

OOTGAAR, A.; *et all.* (2008) - *Industrial Tourism: opportunities for cities and enterprise*. Rotterdam: EURICUR - European Institute for Comparative Urban Research, Erasmus University of Rotterdam.

PÉREZ, X. P. (2009) - *Turismo cultural. Uma visão antropológica*. Espanha, Tenerife: Colección PASOS.

PIMENTEL, C. (2005) - *O sistema museológico português (1833-1991). Em direção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Lisboa / Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia / Imprensa de Coimbra, Lda.

RETI (em linha, 2012) - *Red Española de Turismo Industrial*. [Consultado em 04 de Outubro de 2013]. Disponível na www: <http://www.turismoindustrial.es/>.

SANTOS, L. (em linha, Junho 2009) - *Proposta de Musealização de Fornos de Carvão Vegetal, Torres Vedras*. Lisboa: ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, dissertação de Mestrado em Museologia em Conteúdos Expositivos orientado por Jorge Freitas Branco. [Consultado em 18 de Junho de 2013]. Disponível na www: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1792/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Luiza%20Santos.pdf>.

SOARES, B.; CÉSAR B. (em linha, Agosto de 2006) - Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. *Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Património*. Revista Eletrónica Jovem Museologia, ano 01, nº 02. [Consultado em 18 de Junho de 2013]. Disponível na www: <http://www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/2/artigobruno.pdf>.

TICCIH (em linha, 17 de Julho 2003) - *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial. Nizhny Tagil, atual*. [Consultada em 09 de Janeiro de 2012]. Disponível na www: <http://www.ticcih.org/pdf/NTagilPortuguese.pdf>.

ESTAUS E A MALHA URBANA GENERATIVA – TOMAR

Fernando Sanchez Salvador

Departamento de Conservação e Restauro
Escola Superior de Tecnologia de Tomar
Instituto Politécnico de Tomar
fssalvador@ipt.pt

Tatiana de Sousa Coelho

Finalista de Mestrado de Conservação e Restauro
Instituto Politécnico de Tomar
tatianasousa86@sapo.pt

Estaus e a Malha Urbana Generativa – Tomar

Fernando Sanchez Salvador, Tatiana de Sousa Coelho

Artigo recebido: 2014-03-26;

Artigo revisto recebido: 2014-05-07;

Artigo aceite: 2014-05-14.

Por vontade dos autores, o artigo não obedece ao acordo ortográfico.

Resumo

Classificados como “Imóvel de Interesse Público”, crê-se que os *Estaus* terão sido construídos na primeira metade do século XV. Afirmando-se como um marco na História da cidade de Tomar, os *Estaus* encontram-se esquecidos e absorvidos pela malha urbana da cidade. A realização deste trabalho assenta na obtenção, compilação de dados e apresentação de hipóteses de reconstituição arquitectónica, conseguidos pelo estudo da traça e da métrica dos vestígios tangíveis que até nós chegaram, da comparação com outras obras Henriquinas de traça semelhante e da análise dos poucos documentos de veracidade comprovada que foram escritos sobre os *Estaus*. Pretende-se que no final deste trabalho se tenham obtido informações rigorosas, não só do que foram os *Estaus*, mas também quem foi o seu encomendador, qual foi o seu objectivo enquanto obra urbana, propondo a demonstração do que teria sido a sua morfologia final a partir da obra inacabada. Será também proposto o seu contributo determinante para a compreensão da geometria do centro urbano da cidade de Tomar.

Palavras-Chave: Construções Henriquinas; *Estaus*; História Urbana; Património Arquitectónico; Cidade de Tomar.

Abstract

Classified as “Building of Public Interest”, it is believed the *Estaus* might have been built in the first half of the 15th century. Being asserted as a landmark in the history of the city of Tomar, the *Estaus* have been forgotten and absorbed by the urban grid. This paper is based on data compilation and presentation of hypothetical architectural reconstitution, by studying the features and metrics of the traces remaining today, by comparing them with other architectural works, with similar Henriquinas’ features, and by analyzing the few authentic documents written about the *Estaus*. The aim of this paper is to obtain new accurate data, not only about what the *Estaus* were, but also about this urban building’s purpose and its commissioner, reconstructing its final appearance through the analysis of the unfinished work. It will also be argued how the *Estaus* are fundamental to understanding the urban geometry of the city center of Tomar.

Keywords: Architectural Heritage; City of Tomar; Henriquinas buildings; *Estaus*; Urban History.



Figura 2. Santa Maria dos Olivais - Construção das naves central e laterais. Autor: Fernando Sanchez Salvador.

2. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DOS ESTAUS

Através do que chegou até nós e das descrições feitas pelo cronista Pedro Alvares Seco podemos dizer que os Estaus se inserem no período gótico português. De arquitetura civil feitos ou começados no tempo do Infante, são considerados os únicos vestígios em Portugal de Estaus medievais. Apresentam-se com arcos ogivais cinzelados, sustentados por pilares simples de pedra emparelhada num pedestal, sendo a sua traça idêntica a outras construções henriquinas, nomeadamente o piso inferior do Claustro da Lavagem do Convento de Cristo. As suas características construtivas levam-nos a supor, que poderá ter sido o Mestre Fernão Gonçalves¹ o seu autor. Para além da traça idêntica, a existência de pelo menos, uma marca de

¹ Mestre que traçou o Claustro do Cemitério; obra também Henriquina e com uma construção semelhante ao claustro da Lavagem e por sua vez aos Estaus.

cantaria semelhante à encontrada num dos trechos dos Estaus – a Cruz de Cristo – pode significar que os mesmos canteiros ou os mesmos mestres construtores trabalharam nas duas obras (Figura 3). Já em 1960, foi elaborado pelo arquiteto João Pedro de Figueiredo Mota Lima um projeto de reconstituição dos Estaus (Figura 4) no qual Mota Lima tinha-se referido e escrito esta constatação. Cita *“Comparando os elementos existentes no local com o Claustro Henriquino da Lavagem no Convento de Cristo nota-se uma semelhança total. Pela comparação das siglas existentes no Claustro e nos ESTAUS somos levados a supor que estamos em presença de obras contemporâneas. É de salientar a sigla com a Cruz de Cristo que apareceu num pilar dos ESTAUS. Estes elementos bastam para supor que foi o Infante D. Henrique quem mandou construir este conjunto, pois o Claustro foi por ele mandado edificar. Se a todos estes dados juntarmos o facto do rei D. Duarte ter falecido nos ESTAUS é de crer que esta bela obra se deve ao génio de D. Henrique e á riqueza da Ordem que por ele tão sabiamente foi administrada”*.



Figura 3. Siglas dos Arcos isolados existentes. Sigla do piso inferior do Claustro da Lavagem no Convento de Cristo. Autor: Tatiana de Sousa Coelho.

O referido estudo, enquadrava-se num conjunto mais vasto de dinâmicas culturais na época e em Tomar, de que faziam parte as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, do VIII Centenário da Cidade de Tomar. A par destas acções entusiásticas e organizadas sensivelmente na mesma altura, pela Comissão de Turismo (de que foram protagonistas, entre outros, o já citado João Pedro da Mota Lima, Fernando Rui Pereira Nunes, José Júlio Bento) com actividades que ainda hoje têm consequências visíveis na configuração de alguns lugares e equipamentos estruturais para a cidade, bem como diversas publicações e estudos de autores locais ou radicados na cidade, na tradição de Amorim Rosa, Santos Simões, Garcêz Teixeira, etc.



Figura 4. Estudo da Reconstituição Hipotética dos Estaus, 1960. De João Pedro de Figueiredo Mota Lima, arquitecto (Figueiredo e Silva, 1960).

A relevância da proposta de reinterpretação dos Estaus, enquanto arquitectura de dimensão urbanística, ultrapassa o contexto comemorativo da altura a que nos referimos. Apresentamos, agora, um contributo preliminar para o entendimento da morfologia da cidade histórica de Tomar, da sua génese de traçado geométrico inovador, apoiado na observação do cadastro e da divisão da propriedade, a partir do que resta dos Estaus e áreas adjacentes.

Cita: *“O cadastro é, pelas razões induzidas pelos desfasamentos cronológicos na transmissão da propriedade e transformação dos edifícios, o registo material de maior persistência, bem mais do que a rede viária ou a própria topografia”* (Rossa, Trindade 2006: 95)

São elementos como fundamentais para a compreensão por analogia com a cidade de fundação de raiz portuguesa, antecedendo experiências de maior escala na capital do país, e na era post-terramoto de reconstrução pombalina. *“Tomar ocupa um lugar particularmente interessante no seio do urbanismo criado português, uma vez que se trata de um caso precoce - Quer no quadro nacional, quer no quadro europeu - de urbanização regular promovida não pelo rei, mas por uma ordem religiosa militar: a Ordem do Templo.”* (Conde, 2012).

A estrutura de eixos-ruas, a norte, incentivava ao futuro desenvolvimento urbano, cita:

“A Corredoura, que está documentada desde 1178, tal como a Rua de S. João, assumiria a função de eixo ordenador do traçado do novo arrabalde de mesteiros e comerciantes, a Vila de Baixo, cuja tessitura ganhava uma forma singularmente regular. Mas as iniciativas da Ordem de Cristo, em particular durante as administrações de D. Henrique e D. Manuel, vieram revitalizar o tecido urbano da Vila de Baixo, expandindo a sua malha urbana e dotando-a de novas centralidades e de novos equipamentos.” (Conde, 2012).

E citando ainda o mesmo autor:

“Contudo, tais iniciativas não alteraram a lógica do plano urbano geometrizado inicial. Incidiram basicamente sobre as margens de uma malha urbana já consolidada: o saneamento/ loteamento de terrenos na Várzea Pequena, a norte, a instalação de novas unidades na Ribeira, a leste, a construção dos Estaus e da Rua dos Arcos, a sul, e, finalmente, a Praça de S. João, com o novo templo e a Casa da Câmara, a poente.”

Correspondem à expansão da vila, à criação de novas centralidades e à resposta aos desafios resultantes do desenvolvimento e da evolução política no decurso do século XV, de modo algum colidindo com a lógica da matriz inicial.” (Conde, 2012).

Esta implantação e desenvolvimento morfológico marcam a forma urbana que moldou a cidade de Tomar no tempo.

De geometria ortogonal “*próxima do quadrado*” (Conde, 2012), o plano de fundação da cidade, estrutura-a e constitui a base da futura expansão urbana.

O Estaus, arquitectura de escala urbana, que se transformaram numa parte da cidade antiga, e em simultâneo foram absorvidos por esta, protagonizaram a estrutura generativa que completa e fecha a cidade a sul.

O conjunto urbano a que nos referimos tem na sua métrica de raiz gótica, um módulo base (constituído por arco, janela em ogiva, duplo beirado, e gárgula) que se apoia no lote de 4,00 a 5,00 metros (4,90m ao eixo) de frente de rua (Figura 5) semelhante ao módulo do piso inferior do Claustro da Lavagem (Figura 6), constituindo a base do cadastro que persiste até à actualidade.

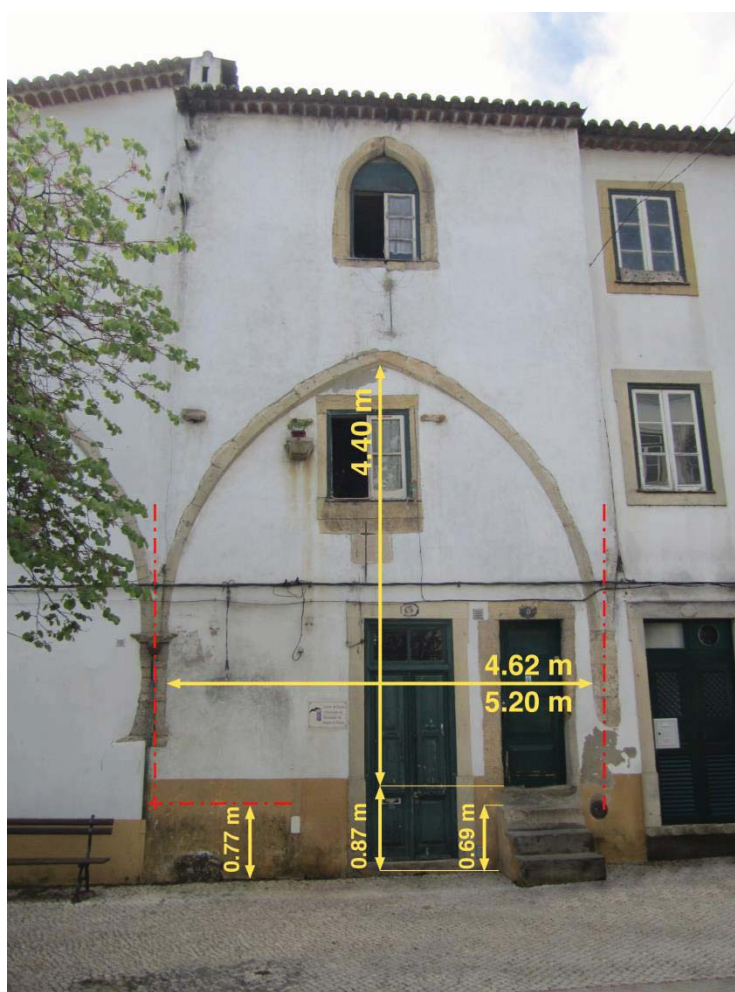


Figura 5. Módulo dos Estaus (lote), Métrica Arquitectónica. Autor: FSSMGN, arquitectos.

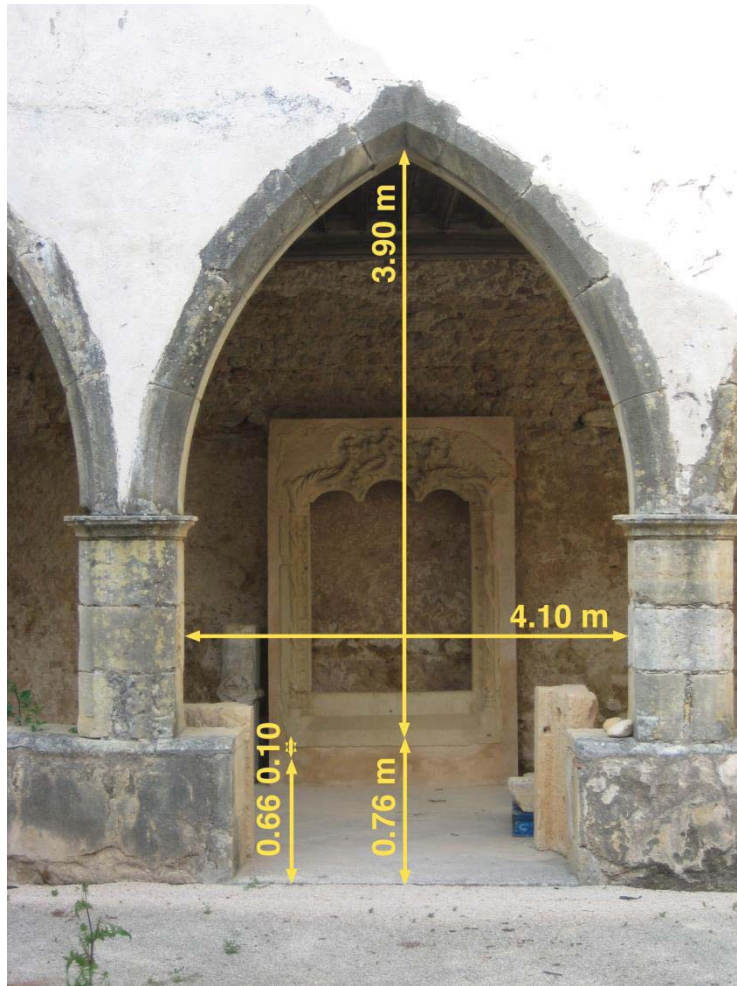


Figura 6. Claustro da Lavagem, piso inferior - Convento de Cristo, Métrica Arquitectónica.
Autor: Fernando Sanchez Salvador.

Por analogia, podemos observar noutras cidades europeias, a transformação de edifícios ou conjuntos, em partes de cidade com usos diferentes dos iniciais, mas persistindo a sua forma construída na morfologia urbana. Para a clarificação da ideia, Citando Rossi *“Estes elementos urbanos de natureza preponderante, indicámo-los como elementos primários, visto que participam da evolução da cidade no tempo de modo permanente, identificando-se frequentemente com os factos constituintes da cidade”* (Rossi, 2001); *“...de maneira geral são aqueles elementos capazes de acelerar o processo de urbanização de uma cidade e, relacionando-se com um território mais vasto, são os elementos que caracterizam os processos de transformação espacial do território. Atuam frequentemente como catalizadores”* (Rossi, 2001), sublinhados nossos; Analogamente referimo-nos à tese dos Estaus se constituírem como geradores de cidade. *“...Neste sentido um edifício histórico pode ser entendido como um facto urbano, ele resulta desligado da sua função originária, ou apresenta no tempo várias funções, no sentido do uso a que é destinado sem, no entanto, modificar a sua qualidade de facto urbano gerador de uma forma da cidade”* (Rossi, 2001).

Dando como exemplo: em Nîmes, o anfiteatro é transformado em fortaleza pelos Visigodos e encerra uma pequena cidade de 2000 habitantes (Rossi, 2001); Em Arles, (Figura 7) o anfiteatro converte-se em habitação, constituindo um quarteirão de dupla forma elíptica; Em Florença, (Figura 8), edifícios construídos sobre o anfiteatro romano; E em Lucca, (Figura 9) é a

praça do mercado. Se observarmos a área urbana ocupada pelos Estaus, esta converteu-se e transformou-se em dois quarteirões da cidade, identificados pela forma primitiva da sua edificação e implantação. São geradores de um fragmento na malha urbana e constituem-se (módulos) como parte da cidade.

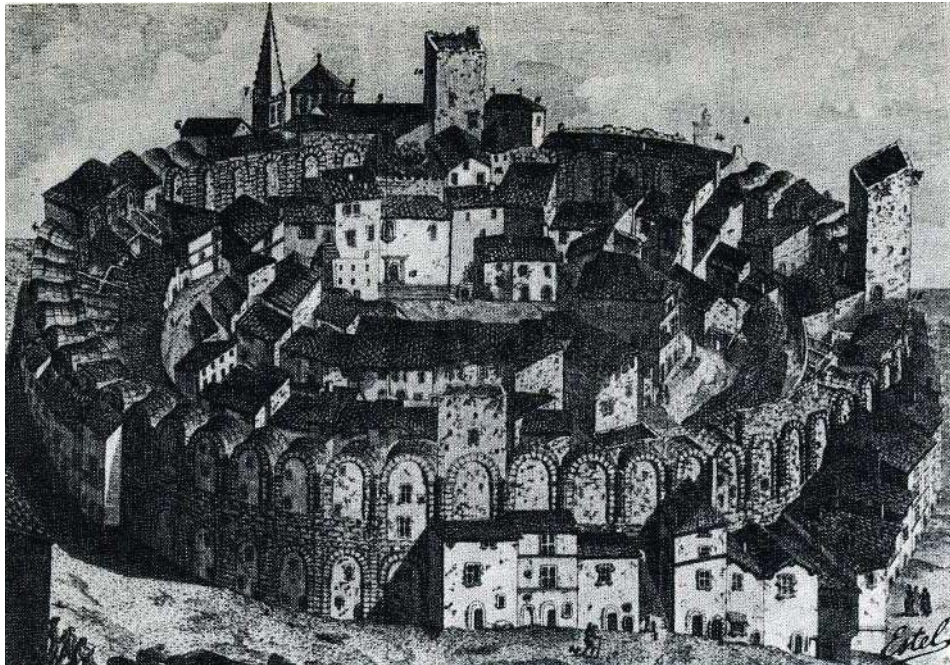


Figura 7. Anfiteatro de Arles (Rossi, 2001) Autor: Rossi, 2001.

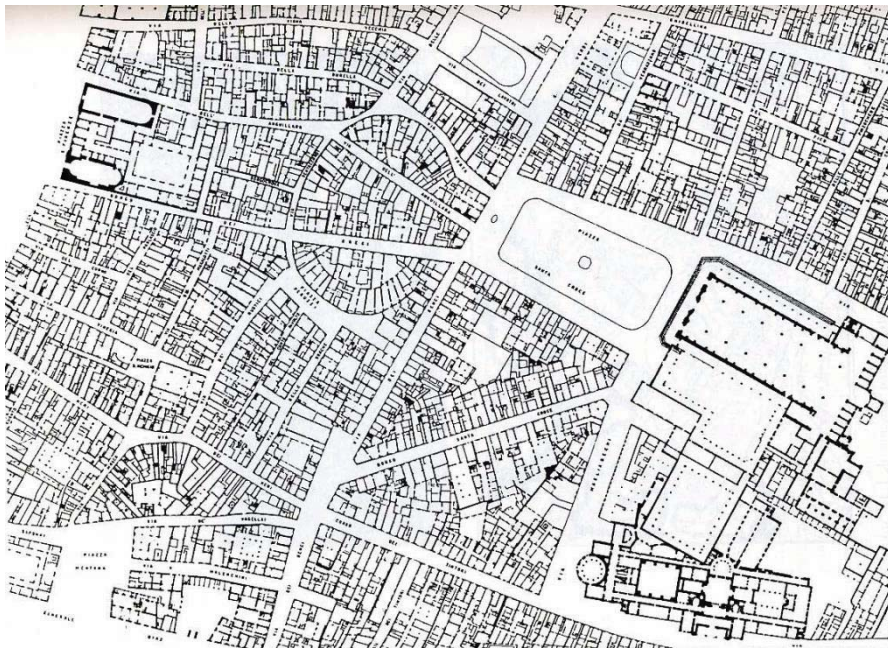


Figura 8. Anfiteatro romano, Florença (Rossi, 2001) Autor: Rossi, 2001.



Figura 9. Praça do mercado, Lucca. Autor: Google.

Podemos simular como hipótese de reconstituição do que teriam sido os Estaus, na concepção inicial do plano do Infante D. Henrique e entender a grandeza, singularidade e monumentalidade de que propomos dar visibilidade na proposta apresentada (Figura 10).



Figura 10. Proposta de simulação da Reconstituição dos Estaus. Vista lado nascente. Autor: Foto Luís Mateus.

3. DADOS HISTÓRICOS

Os Estaus passaram despercebidos no tempo, bem como o seu significado, e apesar de ter havido uma época em que a palavra *Estaus* era pronunciada diariamente em Tomar, por ter existido uma rua com este nome (*Rua de Christus*, atual Rua dos Arcos) (Figueiredo e Silva, 1960), a sua importância perdera-se com o passar dos anos. O propósito desta obra, que se adivinhava de extrema imponência e grandiosidade, atualmente é desconhecido pela maioria das pessoas e a sua presença discreta e quase invisível a quem lá passa. Sobre o significado da palavra Estaus diz-se, em Portugal, estar associado a uns Estaus que teriam existido em Lisboa, mandados construir pelo Infante D. Pedro durante a regência na menoridade de D. Afonso V, com o intuito de alojar a corte quando esta se deslocava à cidade. Contudo, a existência destes ditos Estaus Lisboetas não tem merecido atenção, não só por existir escassa documentação que o corrobore mas também por se desconhecerem quaisquer vestígios dos mesmos. Quanto à origem deste termo, verificou-se que vai buscar a sua origem ao latim – *Estáo* – mas, por outro lado, poderá derivar do termo francês *Stau* que significa – Corte no Açougue (Figueiredo e Silva, 1960). Diz-se ainda que a palavra *Estáos* ou *Estaes* decorre de Estales, nominativo plural do singular *Estal* que em francês significa “*tenda portátil como a de certos mercadores*”. Há ainda quem defenda que a palavra Estáo é derivada de *Stabulum*. Na língua portuguesa o termo Estaus, “(...) não era outra coisa senão de Estalagem, hospício, hospedaria, diversario ou Albergaria em que aquartelavão e pousavão viajantes, passageiros e outras quaesquer pessoas” (Figueiredo e Silva, 1960). Parece então indubitável que a palavra está associada ao conceito de estalagem e hospedaria. Terá então o Infante D. Henrique mandado construir os Estaus para o efeito já referido? Através do único documento até hoje conhecido e com veracidade comprovada sobre o antigo edifício dos Estaus – uma descrição feita pelo cronista Pedro Álvares Seco a 29 de Julho de 1549 (Dinis, 1974) – crê-se que os Estaus Tomarenses terão sido construídos na sequência do Rei D. João I – pai do Infante D. Henrique - permitir ao Infante licença para que na vila se realizasse uma feira. Assim sendo, os Estaus teriam sido delineados com o intuito de proporcionar, entre outros, e para além da nobreza e do clero, poiso aos feirantes e aos que à feira ocorriam, a outros forasteiros e ainda à criadagem dos Mestres de Cristo e dos seus freires que viviam então pela cidade para evitar as reclamações da população contra os direitos de aposentadoria que se conhecem da época. Outras hipóteses foram consideradas mas nenhuma se afirmou como conclusiva. A ocupação dos espaços e níveis, previsivelmente era feita em função da natureza e importância dos seus ocupantes

De acordo com o cronista o antigo edifício dos Estaus começava na atual Avenida Torres Pinheiro (Figura 11), sendo que o seu comprimento no sentido oeste era de 80 varas, aproximadamente 88 metros, (Figura 12) e teria dezasseis arcos ao longo dessa distância (Figura 13), de cada um dos lados, percorrendo parte da atual rua dos Arcos. A distância que separaria um assento do outro era de quinze varas e meia (cerca de dezassete metros), sendo que essa seria a largura da rua. As bases dos esteios ou colunas sobre os quais assentavam os arcos estavam colocadas sobre um poial, lajeado a pedra ao longo de todos eles e elevava-se a uma altura de três palmos e meio (cerca de setenta e sete centímetros) do leito da rua. Os arcos teriam cerca de quatro varas de altura (aproximadamente quatro metros e quarenta centímetros) e quatro varas e um quarto de largura (cerca de quatro metros e setenta centímetros). Eram em pedraria lavrada e terminação em ponto, característica dos arcos ogivais. Numa das partes do corpo do edifício, situado a sul, existiam casas cuja serventia era feita através de portas. Entre as portas que dariam acesso às casas e o poial em que assentavam os arcos ia uma distância de 5 varas de largura (aproximadamente cinco metros e meio). Nesta distância que ia desde os arcos às portas era o local onde ficariam resguardados os mercadores que se deslocassem à feira e mais tarde, já no séc. XVI, serviu para acoitar forasteiros (Dinis, 1974). Ao que parece a cobertura do edifício (dos poiais às portas das casas)

encontrava-se inacabada, apenas edificada, não coberta, sendo que apenas um total de vinte e uma varas de comprimento, aproximadamente 23 metros e 10 centímetros, estava completa (Figura 13). A intenção original seria cobrir toda esta área de sobrado, traves e barrotes fortes, montados a partir da ponta dos arcos. Do mesmo lado, anteriormente referido, para além do arco coberto existiam mais dois arcos que encerrariam a fachada frontal do edifício. Pensa-se ainda que os pisos das plantas (2ª e 3ª) seriam os aposentos superiores, por existirem sinais de corredores, portas de comunicação e eirados por cima dos arcos. O porquê de um edifício com esta magnitude e sumptuosidade ter desaparecido, percebe-se agora que, ao que parece, esta obra nunca foi terminada, e não sabe porquê, mas que o Infante deixara traçado como deveria ser a sua finalização. Apenas se tem a certeza que os edifícios ou parcelas que compunham os Estaus foram começados e mandados fazer pelo Infante Dom Henrique. Nas áreas que se encontravam acabadas estava planeado fazer-se uma cimalha de ameias em onda a rodeá-la. Esta não foi acabada porque, segundo Pedro Álvares Seco, a altura em que ficariam situadas (por cima dos arcos) não era segura e constituía um perigo para as pessoas e casas caso houvesse uma derrocada. Ainda assim, acrescenta, que o edifício mesmo inacabado, era um edifício muito nobre que em muito ornava a vila. Adita ainda que na parte do edifício que estava concluída existiam casas e cabeças de aforamentos, algumas das quais foram aforadas a Fernão Manhoz (Dinis, 1974).



Figura 11. Conjunto dos Estaus. Métrica Arquitectónica e Urbana. Autor: Fotografia aérea, Serviços Cartográficos do Exército.



Figura 12. Conjunto dos Estaus. Métrica Arquitectónica e Urbana. Autor: Fotografia aérea, Serviços Cartográficos do Exército.

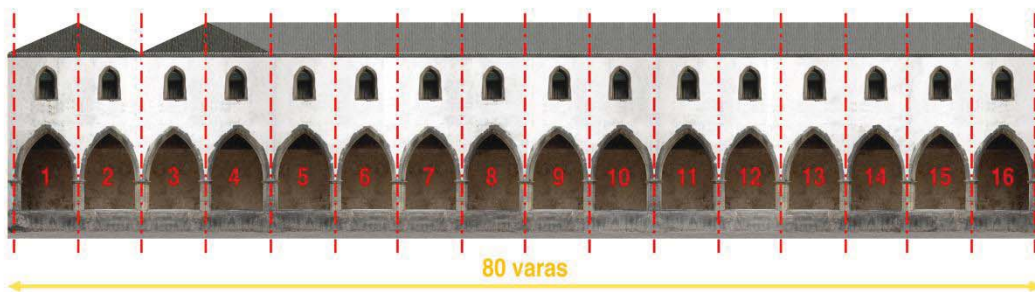


Figura 13. Proposta de estudo de composição de alçado sul dos Estaus. Autor: FSSMGN, arquitectos.

Os antigos Estaus situam-se na freguesia de São João Baptista (Figura 14). Os vestígios que chegam até nós são poucos e sofreram alterações ao longo dos tempos. São essencialmente dois arcos quebrados em ogiva, elevados a grande altura, a norte da rua dos Arcos, três aduelas de arcos ogivais, com vestígios de um pilar e de um pedestal inscritos na fachada de um dos imóveis da Rua Torres Pinheiro e três outras aduelas e arranque de uma quarta também com vestígios de pilares e pedestais, insertos nos prédios da Rua dos Arcos (Figura 15 - 19). São detectáveis outros elementos das cantarias que compunham os arcos, observáveis diretamente nas frontarias dos edifícios que definem a rua (Figura 20 - 22). Para além destes trechos exteriores verifica-se ainda em três locais de comércio distintos e uma habitação (três na Rua dos Arcos e um na Av. Cândido Madureira) três arcos de volta perfeita

no interior desses locais (Figura 23) e vestígios de pedras no outro que poderão ter pertencido a esta construção (Pinto, 2004). Julga-se que em 1840 foram demolidos os alpendres ainda existentes onde na altura os ferradores operavam (França, 1994). Até 1913, de acordo com a informação descrita pela União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, ainda existiam na rua dois arcos completos e muito bem conservados no sítio ocupado pelos edifícios (módulos) 16 a 18-B (Figueiredo e Silva, 1960).



Figura 14. Vista aérea de rio e cidade Tomar, (anos 40-50 do séc. XX) s/d - Coleção Antiga do Município. Prova em papel de revelação baritado, 16x22 cm Arquivo Fotográfico Silva Magalhães. Autor: Arquivo Fotográfico Silva Magalhães.



Figura 15. Recolocação dos Arcos dos Estaus. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 16. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edifícios dos Estaus na actualidade na Rua Torres Pinheiro. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 17. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edifícios dos Estaus na actualidade na Rua Torres Pinheiro. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 18. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edifícios dos Estaus na actualidade na Rua dos Arcos fachada sul. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 19. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edifícios dos Estaus na actualidade na Rua dos Arcos fachada sul. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 20. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edifícios dos Estaus na actualidade na Rua dos Arcos fachada sul. Autor: Fernando Sanchez Salvador.

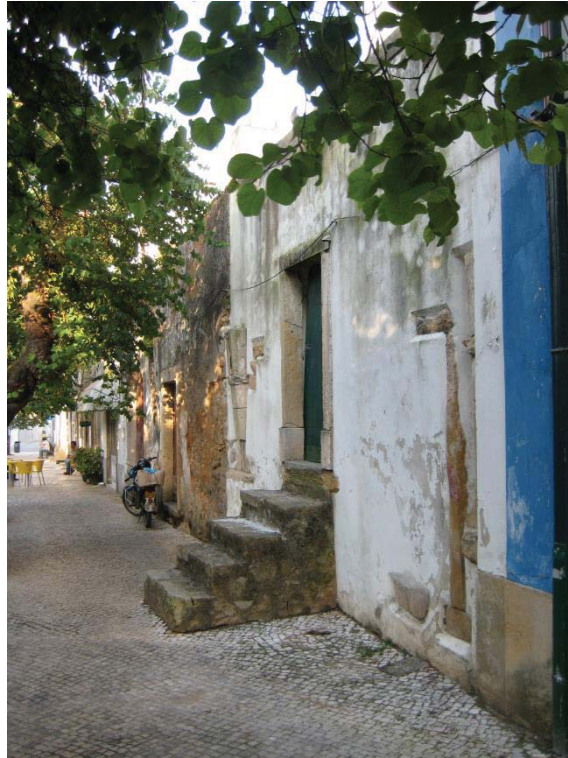


Figura 21. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edificios dos Estaus na actualidade na Rua dos Arcos fachada sul. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 22. Trechos arquitetónicos que restam dos antigos edificios dos Estaus na actualidade na Rua dos Arcos fachada sul. Autor: Fernando Sanchez Salvador.



Figura 23. Arcos de volta inteira da estrutura dos Estaus. Autor: Fernando Sanchez Salvador.

Segundo a União também houve a intenção de integrar o restauro dos Estaus nas Comemorações Henriquinas, mas não houve possibilidade de o fazer (Figueiredo e Silva, 1960).

Para o efeito, como já referido Mota Lima efectuou um estudo em 1960, que incluía a recomposição dos edifícios das alas norte e sul da Rua dos Arcos e das fachadas de topo do lado da antiga Rua dos Estaus. No estudo de reconstituição é acentuada a importância arquitetónica e urbana para a cidade. Citando Mota Lima *“Existindo na vizinhança a Saboaria, os Celeiros ou Cubos e os Moinhos, conforme atestam os nomes das Ruas, é de crer que esta zona fosse a parte comercial e industrial e por conseguinte a que a maior população teria”*. Da referida proposta salienta-se *“A parte que se pretende reintegrar apresenta-se com todos os elementos em relativo estado de conservação o que permite um fácil estudo”* Podemos sobre isto dizer que este projeto foi elaborado conscienciosamente e pretendia respeitar os elementos antigos presentes, mas citamos *“Há contudo uns elementos que conduzem a fortes dúvidas, tais como um troço de parede que poderia pertencer a uma escada exterior de acesso ao 1º andar. Existem perto desta parede, umas escadas, (...) que podem ser reminiscências da época, pois em toda a cidade só naquele local e naquela fachada é que elas existem. A cobertura também constitui uma forte dúvida pois não é possível que esta fosse de um só tipo. Julgamos apresentar uma solução possível, que seria constituída por troços de dois em dois arcos ou módulos, a qual seria constituída por 4 águas, com caleira comum escoando por gárgulas. A galeria certamente comunicava coma restante parte do r/c por meio de portas. Por enquanto é impossível descobrir como seriam essas portas, mas por elementos que seguir se descrevem é fácil encontrar uma porta tipo no Convento de Cristo. As janelas deviam ser do tipo da única que existe. (...) É natural que as restantes se desenvolvessem identicamente.”* (Mota Lima, 1960).

Em termos de alterações estruturais sabe-se ainda que no ano de 1967 se procederam a obras de demolição de dois edifícios da ala norte da Rua dos Arcos (sendo que o primeiro estaria avançado em relação ao que seriam os assentos dos Estaus e o segundo seria o que continha os arcos, que lá estão recolocados, aproximadamente no mesmo lugar) para a construção da rotunda ainda hoje existente no local. Foi também nesta altura que se procedeu à remoção da que agora se chama Fonte da Antiga Rua dos Estaus que se encontrava no lado oposto da avenida ao que se encontra hoje.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a sede da Ordem dos Templários, Tomar foi a cidade em que o Infante D. Henrique deixou uma das suas maiores obras do séc. XV. E, apesar de nunca terem sido concluídos, testemunham a grandiosidade que tiveram pela forma como foram projetados, bem como pela ampla visão urbanística que revelam. Localizados em pleno centro histórico da cidade de Tomar, o que resta dos Estaus encontra-se junto a uma das que terá sido das principais vias de circulação da época. Os Estaus se tivessem sido concluídos contariam com um total de 38 arcos, sendo que 16 ladeavam a Rua dos Arcos, e teria 3 outros de cada lado do edifício, no topo nascente da rua.

Não existem indícios nem documentais nem físicos que nos levem a crer que os edifícios fossem para além da atual Travessa dos Arcos. Após tudo o que foi dito pensa-se que os Estaus foram projetados para serem dois assentos separados pela *Rua de Christus*, atual Rua dos Arcos, e eram constituídos por dois pisos com arcarias voltadas umas para as outras. Não existe qualquer informação que nos leve a crer que as arcarias, ambos os assentos dessem para a Rua da Saboaria ou para a Av. Dr. Cândido Madureira. Julga-se que o lado sul era o lado em que o edifício estaria mais completo, tanto perante a informação analisada como através dos vestígios ainda hoje existentes.

A qualidade urbana proporcionada pela importância relativa dos Estaus, como conjunto arquitectónico de acolhimento e hospedaria aos visitantes, conjugada com outros programas de construção e transformação da cidade templária, é irrefutável. Os Estaus, para além da sua história e tangibilidade física, podem ser entendidos como peça-chave para a compreensão do desenho da cidade (hoje o centro histórico) a partir da sua localização a sul e das Ruas de S.João e Corredoura a norte. O aprofundamento do estudo, do ponto de vista apresentado neste texto, mas com novos meios de trabalho, entendemos como fundamental para a prossecução de estudos urbanos sobre a cidade e a sua urbanística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, M. J. T., (2013) - *O Convento de Cristo em Tomar. Do infante D. Henrique às Empreitadas Manuelinas*. [S.l.]: DGPC.

CARREIRAS, J. A, VAIRO, G. R. (ed.). (2012) - *Colóquio Internacional Cister, Os Templários e a Ordem de Cristo – Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: Os Anos de Transição – Actas*, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 341 p.

CONDE, M. S. A., (1996) - *Tomar Medieval – O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia, Coleção Patrimonia Historica Dissertações.

CONDE, M. S. A., (2012) - O urbanismo regular e as ordens religiosas militares do Templo e de Cristo: as “vilas novas” e a evolução urbana de Tomar na Idade Média. In CARREIRAS, J. A., VAIRO, G.R. (edição) (2012) - *I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo – Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo: Os Anos de Transição – Actas*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, p. 271-300.

CUNHA, R. M., (2003) - *As medidas na arquitectura. Séculos XIII-XVIII*. O Estudo de Monsaraz. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

DINIS, A. J. D. (1974) - *Monumenta Henricina*, Volume XV (1469-1620). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FRANÇA, J. A. (1994) - *Cidades e Vilas de Portugal, Tomar*. Lisboa: Editorial Presença, «Thomar Revisited», 1ª Edição.

FIGUEIREDO E SILVA, E. S. (1960) - Os Estaus. *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Tomar: Publicação subsidiada pelo Instituto - Para A Alta Cultura, volume IV (1960-1967), p. 45-54.

GASPAR, J., (1969) - A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, volume IV, nº 8, p. 198-215.

MARETTO, PAOLO (1960) - *L'Edilizia Gotica Veneziana. Problema Critico Dell'eta' Gotica*. Veneza: Filippi Editore (1978).

MOTA LIMA, J. P. F., (1960) - *Comemorações Centenárias de Tomar – VIII Centenário da Cidade de Tomar V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Disponível na www.monumentos.pt

PINTO, R. S. (coord.) (2004) - *Tomar: Na Terra dos Templários*. Paços de Ferreira: Héstia Editores.

ROSA, A. (1960) - *De Tomar. Edição Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do VIII Centenário da Cidade de Tomar*. Tomar: A Gráfica de Tomar, 2ª Edição, 1991.

ROSA, A. (1965) - “D. João III – r) Edifícios e Lugares Públicos Desta Época: (4) Estaus”. In ROSA, A. - *História de Tomar*. Tomar: Gabinete dos Estudos Tomarense, volume I, p. 152-153.

ROSA, A. (1965) - *História de Tomar*. Tomar: Assembleia Distrital de Santarém, 1982, volume II.

ROSSA, W., (2002) - Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico. *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*. Coimbra: Almedina, secção 4, p. 424-443.

ROSSA, W.; TRINDADE; L., (2006) - Questões e Antecedentes da “Cidade Portuguesa”: O Conhecimento sobre o Urbanismo Medieval e a sua Expressão Morfológica. *Revista Murphy*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 70-109.

ROSSI, A. (1975) - *Para una arquitectura de tendencia. Escritos: 1956-1972*. Milão: Clup – Cooperativa Libreria Universitaria del Politécnico, tradução de Francesc Serra i Cantarell para edición castellana.

ROSSI, A., MONTEIRO, J. C. (trad) (2001) - *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

RUWET, N., CHOMSKY, N. (1966) - *A Gramática Generativa*. Lisboa: Edições 70, tradução de Isabel Pascoal em 1979.

**PROMOÇÃO DA LITERACIA NUMA CULTURA DA
INFORMAÇÃO PARA AFIRMAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL, IDENTIDADE E CIDADANIA**

Vera Maria da Silva

Biblioteca Municipal do Seixal
Doutoranda da Universidade de Évora

Francisco Vaz

Director do Doutoramento em Ciências da Informação e da
Documentação na Universidade de Évora

Promoção da literacia numa cultura da informação para afirmação do património cultural, identidade e cidadania

Vera Maria da Silva, Francisco Vaz

Artigo recebido: 2014-04-25;

Artigo revisto recebido: 2014-06-30;

Artigo aceite: 2014-07-16.

Resumo

A promoção do património e da cultura são vertentes enquadradas no papel das bibliotecas públicas. Na sua lata missão social, educativa, informativa e cultural, inclui-se a da garantia pública ao acesso e promoção da leitura, cuja finalidade visa contribuir para a formação integral das pessoas e ampliação de leitores informados e competentes. Eles são fundamentais para uma cidadania atenta, activa e participada, o que contribui para o progresso social e cultural e para a afirmação de paradigmas democráticos. Progresso e democracia carecem de cidadãos com reais competências de leitura e de transliteracias para lerem amplamente o mundo e nele projectar uma acção crítica e informada, quer sobre a diversidade da realidade, desafios sociais e culturais, quer sobre o percurso histórico. Passado e presente inscrevem-se numa diacronia de continuidades e rupturas enformadas na cultura de cada presente e no património cultural dos colectivos humanos. Todavia, património cultural, conhecimento cultural validado, leitura e uso consistente de informação, mesmo sobre expressões culturais em voga—alternativas ou emergentes—no actual ambiente cultural e tecnológico, defrontam-se com um contexto cultural desfavorável, que não é promotor de reflexão, formulação de juízos críticos informados e fundamentados e construção de memória colectiva. Uma realidade que confere maior necessidade de promoção da leitura e de práticas para ampliar níveis de literacias.

Palavras-chave: bibliotecas públicas, promoção da leitura, literacia histórica, património cultural, cultura da informação.

Abstract

The promotion of heritage and culture are aspects which are framed in the role of public libraries. In its broad social mission, educational, informational and cultural, we can include a public assurance to access and reading promotion, whose purpose is to contribute to the integral formation of individuals and as such the expansion of informed and competent readers. They are fundamental to an aware, active and participatory citizenship which contributes to the social and cultural progress and the affirmation of democratic paradigm. Progress and democracy requires citizens with real skills of reading and transliteracias so that they can widely read the world and in it project a critical and informed action, whether about

the diversity of reality and challenges of the social and cultural present or on its historical route. Past and present fall within a diachronic continuity and informed ruptures also tailored to the culture of each and the cultural heritage of the human collective. However, cultural heritage, validated cultural knowledge, reading and consistent use of information, even about cultural expressions in vogue, alternative or emerging in the current cultural and technological environment are faced with unfavorable cultural context that does not promote reflection, that of making informed judgments and reasoned critics, that are essential to the construction of a collective memory. A reality which confers greater need to the promotion of reading and literacies practices.

Keywords: public libraries, reading promotion, historical literacy, cultural heritage, information culture.

A PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO E DA CULTURA NOS REFERENCIAIS PROGRAMÁTICOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A cultura e o património são domínios onde as bibliotecas públicas tradicionalmente inscrevem a sua acção. Perante novas necessidades informativas, educativas e de leitura, constata-se uma pertinente visão programática para a ampliação do campo de intervenção das bibliotecas públicas. Persiste nos seus documentos enquadradores a afirmação de um ideário de continuidade e sustentação de vertentes culturais e patrimoniais. Não deve, então, decorrer do actual alargamento do campo de intervenção das bibliotecas a exclusão de dimensões culturais referenciais, mesmo num contexto de *indústria cultural*, onde competências e interesse das pessoas por leituras, usufruto do património e produções culturais consistentes se restringem. Será conveniente visitar os principais documentos enquadradores das bibliotecas públicas, a base conceptual que sustenta promoção da leitura e literacias, e reflectir sobre a distância entre visões programáticas para a promoção da cultura e do património e a realidade social da sua produção, promoção e uso.

O *Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas* (IFLA/ UNESCO, 1994) atribui-lhes, entre outras missões, contribuir para a promoção do conhecimento da herança cultural; para o apreço pelas artes, realizações e inovações científicas; facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas; fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural e apoiar a tradição oral¹. As *directrizes da IFLA para a Biblioteca Pública* (Koontz, 2010, p. 13) determinam-lhes o objectivo de fornecer serviços e recursos em diversos suportes para responder a necessidades no domínio da educação, informação, desenvolvimento pessoal, recreação e lazer. Sendo legítimo considerar cultura e património como necessidades individuais e colectivas, então, será pacífica a aceitação da inclusão destas dimensões e da sua promoção nos objectivos das bibliotecas.

Estes documentos também reafirmam a importância das bibliotecas para assegurar às pessoas o direito ao acesso à informação e ao vasto campo do conhecimento, divulgação de ideias e emissão de opiniões visando o desenvolvimento de uma sociedade assente em paradigmas democráticos. Sendo as bibliotecas agentes relevantes para a sociedade e a

¹ Tradição oral e oralidade têm uma função básica na aprendizagem da leitura: “*Outra demanda que a leitura impõe sobre o uso da linguagem pelas crianças é que elas estejam cientes ou percebam suas actividades linguísticas básicas — ouvir e falar. Essa percepção se chama consciência metalinguística (...) a capacidade de focar a própria linguagem como objecto.*” (Cook-Gumperez, 2006: 208-209).

cidadania (Braga, 2009), elas não podem deixar de focalizar a sua acção na promoção da cultura, da informação e das literacias, pois a *“citizenship in a modern democracy involves more than knowledge of how to access vital information (...) capacity to recognize propaganda, distortion, and other misuses and abuses of information”*. (...) *information literacy is crucial to effective citizenship is simply to say it is central to the practice of democracy. Any society committed to individual freedom and democratic government must ensure the free flow of information to all its citizens in order to protect personal liberties and to guard its future.*” (ALA, 1989). Neste quadro, direitos individuais e colectivos remetem, também, para dimensões de cultura e património. É neles, no conhecimento transmitido, que se encontram dimensões referenciais e materiais em que se fundam as dinâmicas para os indivíduos e colectivos humanos afirmarem, infirmarem ou transformarem e transcenderem o social e o cultural anteriormente adquirido.

A *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* (UNESCO, 2003) considera o património imaterial um património ainda vivo, ter manifestações de excelência e poder estar em perigo de desaparecimento. Apesar deste risco, ele tem dimensões de memória e realidade para a construção e desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Mesmo num tempo histórico marcado pela globalização e inerentes dificuldades para afirmação de singularidades, as referidas directrizes da IFLA destacam a importância da cultura local: *“a biblioteca pública deve ser uma instituição-chave na comunidade, para recolha, preservação e promoção da cultura local em toda a sua diversidade (...). Para o seu sucesso a longo prazo, é importante que a biblioteca esteja assente na cultura, ou culturas, do país ou região onde opera”*. (op. cit.: 19-20). Esta importância implica que as bibliotecas visem a promoção e o conhecimento da cultura e do património e os enquadrem numa práxis de promoção de competências de leitura, particularmente no domínio da literacia histórica, cultural, mediática e de outras literacias. Estas conferem maior possibilidade de compreensão do presente; intervenção crítica informada na sociedade; acrescida sensibilidade e interesse pela preservação e valorização das diversas expressões do património cultural–actual e passado–e do seu imaginário cultural².

O *Manifesto da IFLA/UNESCO* (1994) também afirma o papel das bibliotecas para o desenvolvimento cultural das pessoas e conservação da memória cultural: *“As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória das realizações e da imaginação da humanidade”* (IFLA/UNESCO, 1994). E a sua missão de *“promover a sensibilização para o património cultural, o gosto pelas artes e as realizações e inovações científicas”* (op. cit.).

Assiste-se, contudo, a uma discursividade, ideologia e práticas questionadoras de aprendizagem³ e de conhecimentos validados. Destaque-se no referido informe (Yarrow, 2009), as afirmações de Roy Clare⁴. Ao abordar a relevância da interacção entre estas instituições, ele sublinha a importância da oferta cultural e reafirma o direito das pessoas à diversidade da *cultura validada*⁵ (sem recear designá-la por “cultura de alta qualidade”), bem como o interesse

² *Literacia do imaginário*, o domínio de competências de informação cultural e de interpretação sobre a criação e projecção de matéria cultural imaginativa, mítica e simbólica que se afirmam no imaginário colectivo como produções de memória/identidade ou como construções referenciais que sugerem e estimulam a expansão de horizontes éticos e sociais.

³ *Aprendizagem*, entendida como processo de aquisição e compreensão de conhecimento e informação que pode conduzir a uma melhoria ou mudança.

⁴ Presidente do MLA – Museums, Libraries and Archives Council.

⁵ *Cultura validada*, entendida como o reconhecimento e a autoridade atribuída ao conhecimento e às criações produzidas na sociedade, embora estas hierarquias de validação e investimento na criação artística e conhecimento possa ser condicionada ideológica, cultural e politicamente e reflectir desigualdades económicas e sociais.

do desenvolvimento de estratégias para que, na actual sociedade da informação, possa continuar a assegurar-se-lhe acesso e uma apropriação gratificante: *“El nuevo MLA se está desarrollando para contribuir de manera completa y equilibrada a la vida cultural del país. El MLA pretende encontrar un lugar para la cultura en el corazón de nuevas comunidades; [...] ayudando a las escuelas a asegurar que cada niño tenga el derecho a experimentar una variedad de cultura de alta calidad, (...) cultural, avanzando las estrategias de mejora de los museos y bibliotecas, encontrando nuevas maneras de compartir información en la era digital y asegurando que los servicios superen las expectativas del público”* (Yarrow, 2009: 18).

Considerando o recurso às novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, neste documento sublinha-se a diferença entre experiências de aceder à informação *online* e experiências de *vivenciar fisicamente* testemunhos, suportes culturais e patrimoniais. Ambos são procesos válidos, mas *não são experiências idênticas*: *“todos compartimos el interés en la conservación del conocimiento y del patrimonio cultural; actualmente una gran parte de esta información, independientemente de su formato, está disponible en Internet. Encontrar información ya no es equivalente a visitar una institución específica, sino a la experiencia de la información – el proceso de aprendizaje”* (op. cit.: 37). São distintas formas de acesso e não práticas que se excluam, antes realidades que se complementam, independentemente daquilo que é objecto de análise e apreciação *in loco* ser um testemunho, criação material ou digital (originais ou reproduções) e dos formatos em que o objecto se apresente (textual, visual ou outro). Une estas distintas realidades elas serem processos de aprendizagem e experiências de abordagem à cultura, ao património cultural da criação e conhecimento humano e, enquanto experiências adequadamente mediadas e enquadradas, partilharem a finalidade do seu objecto de experiência poder alcançar maior sentido e acrescentar mais as pessoas.

Estes documentos, de natureza referencial e genérica, não expressam orientações precisas sobre modelos e enquadramento de práticas de literacia ou de leitura, nem se estas devem desenvolver-se como actividades culturais, educativas, de animação ou lúdicas. Tal omissão não contrariará o entendimento de que práticas promovidas pelas bibliotecas devem ancorar-se no desenvolvimento de competências leitoras; e que essas práticas e a sua mediação são objectos culturais e sociais, pelo que a *aprendizagem*⁶ para a sua apreensão deve *“fazer-se preferencialmente pela acção, o que requer que os conteúdos conceptuais se corporizem em procedimentos, materializando-se em produto”* (Azevedo, 2009, p. 59). Se a mediação educativa e cultural pode inscrever-se em enquadramentos lúdicos e de socialização, ela não deve dissociar-se da dimensão de contributo para ampliação e desenvolvimento de capacidades de linguagem, leitura, audição, escrita e interpretação, nem do seu objectivo de visar leitores mais competentes e cidadãos informados e activos. No capítulo das Directrizes da IFLA dedicado às competências do pessoal das bibliotecas para assegurar a promoção e a mediação⁷ de diversas expressões de leitura este desiderato tem, porém, pouca objectivação.

Contudo, denota-se nestas directrizes uma elevada valorização dos recursos locais das bibliotecas. Tal não contrariará a possibilidade destas oferecerem às pessoas recursos externos, materiais ou digitais, e recursos humanos mais habilitados em literacias específicas, incluindo a digital, informática e outras. É incontornável que para assegurar processos de

⁶ Veja-se nota anterior.

⁷ *Mediação cultural*, organização e planeamento de actividades realizadas com o público para fazer conexões, inferências, antecipação e relações intertextuais. Desenvolve processos interactivos para explorar as diferentes possibilidades de leitura, descoberta e interpretação de mensagens explícitas e implícitas, partilhar e incentivar a interacção e participação activa e produtiva do público. Veja-se, em parte, Lourenço (2010).

mediação e promoção de distintas literacias na actual diversidade de campos científicos, tecnológicos e criativos, as bibliotecas necessitam de dispor de competências, sejam elas com maior ou menor internalização ou externalização de recursos, com apoio de colaborações (remuneradas, voluntárias ou cooperativas) ou contributos de outras áreas profissionais e de saberes. Independentemente da diversidade de modelos que existam para projectar, mediar, operacionalizar e avaliar práticas de promoção da leitura e literacias, aquilo que verdadeiramente importa é que as suas acções não sejam propostas avulsas e esvaziadas de conteúdo; que as suas finalidades não se confundam com objectivos de promoção da biblioteca; que o sentido das actividades não se esgote na realização da própria iniciativa. Estes aspectos, apesar de pouco desenvolvidos nos vários referenciais, devem ser equacionados para que as actividades das bibliotecas possam, efectivamente, contribuir para estimular o gosto e criar hábitos culturais e de leitura, promover relações intertextuais, ampliar literacias, acrescentar competências sociais, permitindo que as pessoas usufruam melhor as actividades e o façam de forma mais conhecedora e crítica⁸.

CONCEITOS BASE PARA PROMOÇÃO DA LEITURA NUMA CULTURA DA INFORMAÇÃO

A UNESCO considera *pessoa letrada* (functionally literate) “*a person is who can engage in all those activities in which literacy is required for effective functioning in is group and community and also for enabling him to continue to use reading, writing and calculation for his own and the community’s development*”. (UNESCO, 1986). Esta vinculação à comunidade remete para dimensões culturais e patrimoniais: informação e conhecimento envolvem processos pessoais de construção de significados que são “*essencialmente, actos sociais, quando se partilham e contribuem para o desenvolvimento colectivo*” (Azevedo, 2009: 157). Eles inscrevem-se em quadros culturais e patrimoniais da história e do património cultural material e imaterial que enforma cultura e identidade e abarcam dimensões tangíveis e intangíveis (tradições, lendas, actos celebrativos e festivos; costumes e suas expressões na vida material e simbólica; saberes, conhecimentos, aptidões e sua transmissão e uso) (UNESCO, 2003). O património cultural aporta contributos relevantes para a leitura, um processo construtivo onde o texto (ou outra forma em que a mensagem se expresse) e o *background* de conhecimento são recursos usados pelo leitor, seja como fonte para a construção de sentido desenvolvido e transmitido em contextos culturais e sociais, seja para proceder à sua reinterpretação e recriação.

A IFLA/UNESCO determina como missão e objectivos da biblioteca pública a promoção da *literacia* e *literacia da informação*. Vamos deter-nos nos conceitos de *leitura*, *literacia*, *literacia da informação*, apesar de outras literacias estarem particularmente associadas à cultura e ao património (*literacia do imaginário*⁹, *literacia social*¹⁰, *literacia cultural*¹¹, *literacia*

⁸ Veja-se Costa, (2007).

⁹ Veja-se na página 5.

¹⁰ *Literacia social*, as competências sociais necessárias num dado contexto social que permitem às pessoas a compreensão dos seus normativos e valores, comunicarem de forma assertiva e desenvolverem comportamentos que permitam o seu envolvimento informado, crítico e cooperativo na comunidade social.

¹¹ *Literacia Cultural*, a capacidade de compreender, adquirir e acrescentar informação e conhecimento sobre modelos e convenções culturais e de ter sobre eles uma percepção e reflexão consciente.

para a cidadania¹², literacia mediática¹³, literacia crítica¹⁴, literacia política¹⁵). Referimos estas literacias mas, se entendermos *cultura como totalidade*, todas as potenciais literacias podem ter com ela conexões. Destacamos a *literacia histórica* pois referiremos um projecto no seu âmbito. Consideramo-la como o “domínio de competências de interpretação e compreensão do passado que conferem às pessoas uma capacidade de leitura informada e crítica sobre a formação, percurso e consequências de fenómenos e acontecimentos históricos estruturais ou singulares no contexto do seu tempo, o que possibilita a construção de uma consciência social da História” (Silva, 2013: 17). Dado o lugar e o papel desta no património cultural e identidade de um povo¹⁶, do que resultou desse processo no tempo em termos sociais, culturais, produções científicas tecnológicas e artísticas, as bibliotecas devem, também, considerar a literacia histórica no âmbito da sua acção.

Centrando-nos nos conceitos nodais de literacia e literacia da informação, considera-se *literacia* a capacidade de interpretar e comunicar eficazmente signos, significantes e significados, cuja base assenta no domínio de operações de leitura, escrita e numeracia. Kathy Pike define literacia “as the ability to communicate effectively using all the language modes both for learning and for pleasure. Moreover, we believe that literacy is best attained through authentic reading, writing, listening, and speaking activities” (Pike, 1994). Acrescentando o que a literacia deve visar, consideramo-la a “capacidade de os indivíduos processarem e comunicarem informação, transmitida em distintos contextos e suportes, possuindo competências para a interpretar, seleccionar, tratar, produzir e transmitir com autonomia, responsabilidade e sentido crítico, o que pode ser indutor de criatividade e construção de conhecimento”. (Silva, 2011: 221). Por *literacia da informação*, entende-se o “conjunto de competências críticas e analíticas que quotidianamente permitem às pessoas reconhecer quando necessitam de uma informação, de a localizar, avaliar, contextualizar e a usar eficazmente”. (ALA, 1989). Este tornou-se o sentido corrente de *information literacy*, termo surgido em 1974 associado a uma nova realidade e à necessidade de os indivíduos se movimentarem num novo contexto histórico-cultural, o da sociedade da informação¹⁷. Nela, as pessoas necessitam de novas competências (*skills*), conhecimentos e valores para pesquisar, aceder, avaliar, organizar e difundir informação e conhecimento. Bill Johnston e Sheila Webber sintetizam *literacia da informação* como “uma nova disciplina para Idade da Informação” (Johnston, 2005: 108-121).

¹² *Literacia para a cidadania*, a capacidade das pessoas conhecerem, exercerem e observarem os seus direitos e deveres de cidadãos; participarem activa e criticamente no todo social; contribuirem para o bem comum; fazerem escolhas fundamentadas e participarem politicamente na vida social, quer através do seu voto, quer por outras instâncias participativas.

¹³ *Literacia mediática*, a capacidade de analisar conteúdos de informação veiculados pelos media, verificar fontes informativas, habilitando o receptor com pontos de vista críticos informados e se necessário alternativos.

¹⁴ Literacia crítica - a capacidade de pensar e projectar um pensamento crítico.

¹⁵ *Literacia política*, a capacidade de compreender a organização, direcção e administração do Estado, os poderes em que este se organiza e de participar activa e civicamente na sua condução social colectiva.

¹⁶ Pessoas que se identificam como tendo por pertença uma pátria, no sentido de uma raiz de origem matricial e simbólica comum; que partilham a mesma língua e cultura; que procuraram afirmar-se como nação, uma sociedade política organizada e independente.

¹⁷ *Sociedade da Informação*, modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenha um papel central na actividade económica, criação de riqueza, definição da qualidade de vida e práticas culturais. Corresponde a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação com impactos no trabalho, na educação, na ciência, na saúde, no lazer, nos transportes e no ambiente, entre outras. (Missão para a Sociedade da Informação, 1997: 5).

Apesar da generalização do conceito *literacia da informação*, as suas utilizações na literatura nem sempre são claras. O mesmo sucede com *literacia* e os anteriores conceitos de *alfabetização* e *leitura*¹⁸. Ainda que nem sempre sejam usados de forma rigorosa, da diversidade semântica atribuída, de em várias línguas existir ocorrência de sinonímia¹⁹, alfabetização (escolarizada ou não) e leitura (individual ou grupal) processam-se em contextos culturais e na sua lata envolvente patrimonial. A propósito desta síntese conceptual, entendemos por *práticas de promoção da literacia* actividades educativas culturais e informativas que contribuam para o domínio de literacias específicas, ampliação de competências de leitura e de compreensão leitora nesses domínios²⁰. Visam acrescentar as pessoas em diversas dimensões (informativa, de conhecimentos, enriquecimento e experiência do indivíduo e do grupo). Projectos para ampliar níveis de literacia são indissociáveis de processos de construção do conhecimento. Hooper-Greenhill considera que “*a construção de significados ou atribuição de sentido está dependente dos conhecimentos prévios, crenças e valores*” (Hooper, 1999: 11-13), o que remete para contextos culturais e sociais em que aprendizagem e partilha se desenrolam.

Considerando diversidade semântica, metonímia e plasticidade de contornos nos interfaces dos conceitos de *leitura*, *literacia* e *literacia da informação*, ocorrem reflexões sobre o seu conteúdo e sentido. Sobre *literacia da informação*, Le Deuff interroga-se: “*est-elle une nouvelle vision quelque peu améliorée de notre compréhension habituelle de la littérature? Ou est-ce en train de devenir une transformation d'un principe d'éducation à la lumière de l'évolution des réflexions dans la théorie de l'apprentissage? S'agit-il d'un concept ou d'un processus? Est-ce l'intégration d'habiletés essentielles dont le nom a simplement changé au cours des décennies? Ou bien est-ce une nouvelle littérature qui a été formée à partir des littératures existantes en complément des technologies émergentes pour lesquels les étudiants de l'âge de l'information doivent être qualifiés* (Le Deuff, 2010: 185-186).

Estas questões e interrogações não devem dissociar-se de um quadro cultural e social onde emergem actuais paradigmas culturais sobre educação. Ele influencia visões sociais da informação, promoção da leitura, literacias, cultura e património que, com frequência, associam o conceito da educação a valor de mercadoria (Adorno, 1987) e cultura e informação a dimensões de entretenimento desligado (ou até questionador) de uma aprendizagem formal, de efectivo domínio de competências de leitura, escrita e língua padrão. Tal apesar destas serem básicas para uma *maioridade de entendimento* (Kant, 1853) e condição para o exercício da cidadania que, para se realizar, carece do domínio de técnicas de leitura e de escrita e, actualmente, de diversas competências de literacias, incluindo literacias digitais²¹ para um uso efectivo hardware, software e redes de informação.

¹⁸ *Alfabetização*, as aquisições elementares decorrentes da frequência de graus básicos da escolaridade formal. *Leitura*, a capacidade básica ou desenvolvida de compreensão dos códigos humanos palavras, símbolos, signos e de sobre eles se poder projectar um entendimento e uso assertivos (no sentido de pertinência e objectividade adequadas ao contexto e finalidade visada).

¹⁹ Veja-se o título *La enseñanza de las ciencias: alfabetización científica o ciencia para futuros científicos*.

²⁰ *Promoção da leitura*, actividades culturais com o objectivo de impulsionar a procura e estimular o progresso da acção da leitura e a educação que dela resulta. (Faria, 2008).

²¹ *Literacia digital*, conjunto de competência para operar e manipular processos de pesquisa, leitura, interpretação, reprodução, produção e difusão de conteúdos em ambientes digitais e fazê-lo com capacidade crítica informada para uma adequada avaliação e aplicação de conhecimentos em ambientes digitais.

DISSONÂNCIAS ENTRE REFERENCIAIS E A REALIDADE SOCIAL E CULTURAL PARA A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DA INFORMAÇÃO

Justifica-se uma focalização e reflexão social na leitura²² e na literacia²³ por—apesar de estudos realizados apontarem para um positivo aumento dos índices de leitura— constatar-se que efectivas competências de leitura e de literacia continuam a registar resultados limitados²⁴ e a designada *leitura validada* (por cânones clássicos ou actuais) permanecer relativamente restrita. Tal, independentemente do suporte ou de ser objecto de práticas de *leitura intensiva* ou *leitura extensiva*. Registam-se, também, limitações de competências de leitura em áreas onde predominam actuais preferências e novos processos de leitura que exigem permanente aperfeiçoamento. Resumindo: “*existem substantivas evidências de [, ainda,] haver muitos leitores não competentes. Talvez que distintas realidades sociais, culturais e limitações percebidas por olhares posicionados num anterior contexto e tempo possam induzir sobre [práticas de] leitura (...) uma perspectiva desfasada do presente. (...) Constata-se – independentemente da ampliação de níveis académicos – que habilitações efectivas e competências de literacias continuam precárias face às necessidades de desenvolvimento social e económico e a realidades de pobreza e exclusão social*”. (Silva, 2012: 3). Esta situação de limitação de competências leitoras (entendemos a leitura de forma ampla e não restrita ao texto impresso ou literário), afecta o interesse pela cultura e pelo património, ainda que a sua preservação e promoção seja um objectivo social e politicamente afirmado e programaticamente previsto no campo de acção das bibliotecas.

Retornando aos referenciais profissionais, no capítulo das Directrizes da IFLA sobre promoção da leitura e literacia, valorizando naturalmente competências no domínio e uso de ferramentas tecnológicas, afirma-se: “*saber ler, escrever e ter a capacidade de usar os números são pré-requisitos básicos para se ser um membro integrado e ativo da sociedade. A leitura e a escrita são “também” técnicas básicas necessárias para fazer uso dos novos sistemas de comunicação. A biblioteca pública deve apoiar atividades que permitam às pessoas fazer o melhor uso possível das modernas tecnologias. Deve apoiar “outras” entidades que se dediquem a combater a iliteracia e a promover competências no uso dos meios de comunicação*” (Koontz, 2010: 44). Este enunciado sustenta claramente a *leitura, escrita, combate à iliteracia* como relevantes finalidades. Apesar desta referência (nela destacámos “também” e “outras”), na totalidade do documento, não lhes é dada idêntica centralidade à que é atribuída a uma necessária promoção da aprendizagem e uso de ferramentas tecnológicas²⁵. Ao abordar o interessante conceito de “biblioteca combinada” (se este não projectar uma visão dominante sobre arquivos e museus) pode surpreender a expressão “armazéns culturais”: “*as bibliotecas públicas enquanto armazéns culturais — o ambiente «vivo» a par do ambiente «registado» — arquivos, museus, bibliotecas e cultura combinadas: «a biblioteca combinada»* (Koontz, 2010: 107). Confirmámos que esta é a designação que consta no original²⁶; admitimos a liberdade do seu uso; opção pela tradução literal; eventual

²² *Leitura*, a compreensão básica ou desenvolvida das palavras humanas, de códigos, símbolos, signos e a capacidade de sobre ela projectar compreensão e de fazer dessa compreensão um uso assertivo.

²³ *Literacia*, o “*domain of specific competencies and knowledge which allow for a competent reading in several technological skills and from the knowledge that reading projects itself*”. (Silva, 2013, p.3). Veja-se, também, ALA (1989).

²⁴ Veja-se Benavente, 1996; CIES, 2010; Costa, 2011; Gomes, 2012; Lages, 2007; Lopes [2006?]; Neves, 2008a; Santos, 2007; Sim-Sim, 2007).

²⁵ Veja-se em Koontz (2010: 44) os pontos enunciativos e tópicos para promoção da leitura e da literacia comparativamente ao que nele exaustivamente se enuncia sobre competências tecnológicas.

²⁶ “*Public libraries as cultural storehouses – the “live” environment alongside the “recorded” one – archives, museums, libraries and culture combined: a “comby library”* (Koontz, 2010: 136). Versão em língua portuguesa em

diferença de sentido semântico. Mas será igualmente legítimo questionarmo-nos se a expressão pretende valorizar indicadores positivos de diversidade e quantidade de oferta, ou se “armazéns culturais” não exprimirá (consciente ou inconscientemente) um sentido minorizador que, concordante com o que algum actual ideário enformado pela indústria cultural se projecta negativamente sobre acervos culturais validados (materiais ou digitais), o que não contribui para a qualificação da literacia da informação, nem para uma cultura da informação. *“Il s’agit donc de percevoir l’information non pas selon le paradigme informationnel qui consiste à faire de l’information une valeur marchande qui ne cesse de décroître, mais de développer la formation à l’œuvre dans l’information pour aller vers la société des savoirs dont la valeur se maintient. L’information de la culture de l’information diffère donc de celle de la société de l’information. Elles proviennent toutes deux de la raison mais au sein de la société de l’information, elle devient surtout ratio, c’est-à-dire calcul. Dans la logique de la société de l’information, tout devient mesurable si bien que la quantité prime sur la qualité”* (LE DEUFF, 2009, p.408).

Reflectindo em possíveis implicações sobre o que neste documento se considera ser o apoio que as bibliotecas devem prestar aos utentes para o desenvolvimento de competências de *literacia da informação*²⁷, interrogamo-nos se tal não espelhará uma perspectiva algo restrita sobre esta e sobre a sua finalidade: *“o que a maioria da população tem é necessidade de informação e tecnologias em constante mudança. Os mais afortunados têm uma biblioteca pública, razoavelmente provida de pessoal e financiada, para os orientar. A infoesfera pode esmagar qualquer um em busca de informação. Por conseguinte, os bibliotecários do século XXI sabem que têm de fazer algo mais”* (KOONTZ, 2010, p. 45).

Mas o que deve entender-se por *“fazer algo mais”* e por *“informação”*? O que deve esta englobar? Poderá depreender-se que necessidades de conhecimento sobre humanidades, informação científica e social, saberes, memória cultural, competências de leitura sobre criações e expressões artísticas do passado e do presente, seja algo que as bibliotecas públicas podem não necessitar de perspectivar para a *generalidade* das pessoas? Será que se considera que sem um módico de bases validadas as pessoas poderão explorar competentemente as potencialidades de ferramentas de literacia da informação para pesquisar, seleccionar, avaliar e discorrer sobre um assunto? Será mesmo que aquilo que a *“generalidade das pessoas”* necessita restringe-se, essencialmente, a *“informação e tecnologias em constante mudança”*?²⁸ Tal não será uma perspectiva limitada e empobrecedora? (JONES, 2003). Será que aceitar esta afirmação não poderá significar a aceitação uma diferenciação prévia entre o que é suposto ser necessário e suficiente para a *“maioria”* das pessoas e aquilo que se pode depreender ser, apenas, do interesse de uma *“minoría”* potencialmente mais apetrechada em termos informativos e culturais, minoría que, também, não será tecnologicamente incompetente? Se assim for, sob que legitimidade e critérios se faz esta eventual dissociação restritiva e formatadora das pessoas que integram a *maioría*? A implícita aceitação de uma realidade desvalorizadora não será, também ela, social e culturalmente diferenciadora? Prescinde-se, então, de informação, cultura, conhecimento como instrumentos históricos democratizado(s)res e de mobilidade social, aceitando que se (re)cristalizem em instrumentos

<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>; versão original em língua inglesa em <http://www.degruyter.com/viewbooktoc/product/43971>.

²⁷ Literacia da informação – *“competências através das quais uma pessoa sabe reconhecer quando a informação é necessária e tem a capacidade para localizar, avaliar e usar eficazmente a informação pretendida”* (Koontz, 2010: 45)

²⁸ Será pertinente visitar Maurice Line e repensar o que significa objectivamente a distinção entre *necessidade* de informação, *uso* de informação e *desejo* de informação (Line, 1980), numa sociedade com um ambiente saturado por produtos da *indústria cultural*.

de reprodução de uma ordem social, de um quadro cultural dominante? (Bourdieu, 1977). Estas são questões, também, afloradas em preocupações que António Nóvoa²⁹, Carlos Fiolhais e Alexandre Castro Caldas exprimiram publicamente³⁰, apontando a ausência de racional no irracional que pressupõe que os indivíduos teriam capacidades inatas que os dispensariam de aprendizagem e de referenciais validados no seu processo de construção cultural e aquisição de conhecimentos. Aprender, compreender e usar são processos que se desenrolam num contexto cultural e material; aprendizagem e conhecimento válido não são, simplesmente, uma realidade produto espontâneo do presente e de experiência desenquadrada de referenciais a aferir ou a contraditar, ainda que “*our position in history, our own culture, affects the meaning of things since this meaning is constructed in and through culture. The perception (what we see), memory (what we choose to remember) and logical thinking (the direction we choose to assign to things) differ culturally because they are cultural constructions* (Hooper-Greenhill, 1999, 13).

A apropriação de informação e conhecimento carece de condições sociais de acesso e aprendizagem. A literacia de informação é uma disciplina da Idade da Informação; não é a totalidade do seu corpo curricular, sobretudo quando dela se tenha um conceito restrito. Visões sociais redutoras de aprendizagem e cultura podem afigurar-se algo contraditórias com uma sociedade do conhecimento, uma *cultura da informação* que implica cultura científica, tecnológica, humanística e onde o património cultural também se inscreve. Competências de escrita, leitura e actuais competências de literacia de informação devem enquadrar a formação dos indivíduos, conferir-lhes maiores possibilidades de desenvolvimento, de criação, e um papel activo criticamente fundamentado na construção e expressão cívica. Todavia, paradigmas e visões triunfantes na *consciência colectiva*³¹ nem sempre são facilitadores de uma participação pertinente das pessoas no todo social; de transmissão e construção de memória histórica colectiva; de acréscimo de conhecimentos e saberes; de interpretações e reformulações consistentes. Sobretudo num ambiente conquistado pela *indústria cultural* (Adorno, 1987) que tende a afunilar para o mero entretenimento (Vargas Llosa, 2012). As ofertas desta indústria, frequentemente limitadoras de participação intelectual e crítica, assentam numa produção massificada; numa manipulação do real e das escolhas e promovem desindividualização deformadora e diluidora de singularidades individuais e culturais. Um possível anacrónico “contra o tempo”³², colocando o passado e o presente numa dimensão de exterioridade desligada de dinâmicas históricas, sociais e culturais. Desta obliteração da memória (distante e recente) poderá resultar uma evanescência da realidade e afirmação de um presente validado por uma narrativa e discurso desvinculados e descaracterizados como alguns que circulam na esfera pública.

Todavia o processo educativo de construção de competências de leitura e literacias confere possibilidade de os indivíduos efectuarem interiorização crítica do que circula no

²⁹ No Congresso Internacional de Promoção da Leitura: formar leitores para ler o mundo, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009, em <http://www.leitura.gulbenkian.pt/naoperca/FormarLeitores2009.pdf>: 133-145.

³⁰ Na VII Conferência Internacional do Plano Nacional de Leitura: Ciências da leitura, leitura das Ciências, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, as intervenções por ambos proferidas no painel *Leitura e divulgação científica em Portugal – desafios e perspectivas*.

³¹ *Consciência colectiva*, o conjunto de crenças, valores, sentidos que os membros de uma sociedade projectam para a globalidade sua vida colectiva (Durkheim, 1984). Enforma estruturas sociais, económicas, políticas, culturais e mentais.

³² Não estamos a usar *anacronismo* no sentido que Marc Bloch o considerava como dissonância de interpretação na diacronia temporal ou Lucien Febvre se lhe referia como sendo o pecado mortal do historiador; mas no seu sentido etimológico de *contra o tempo*. *Deficit* de informação cultural e histórica contribuí para a ocorrência de dissonância e de falsas interpretações sobre o passado e o presente.

processo comunicacional da *esfera pública*³³, ainda que progressivamente “*a discussão como processo de sociabilidade foi substituída pelo fetichismo do envolvimento da comunidade*”. (Habermas, 1991: 158). Apesar desta observação, a esfera pública ao estar hoje amplificada pelo ambiente mediático e redes sociais pode ser perspectivada como estrutura de mediação mais alargada para a comunicação e intervenção dos cidadãos, o que remete para a importância da ampliação das suas competências leitoras e dos conceitos e práticas de *literacia cultural*³⁴, *literacia mediática*³⁵, *literacia crítica*³⁶ e *literacia política*³⁷. Estas conferem maior *possibilidade* de análise crítica, intervenção e resistência à envolvente influência dos médias e às acções e discursos que se cruzam no espaço social e mediático, o que remete para questões de cidadania: “*citizenship in a modern democracy involves more than knowledge of how to use vital information. It also involves a capacity to recognize propaganda, distortion, and other misuses and abuses of information*” (ALA, 1989)

Apesar da visão convergente deste enunciado com outros que se projectam nos referenciais profissionais sobre o valor da cultura e do património, esta visão nem sempre se projecta numa realidade onde se afirmam, também, perspectivas reducionistas, ainda que outras defendem que é numa pluralidade de dimensões que se deve inscrever a *cultura da informação* na sociedade contemporânea. Tal porque “*la culture technique et son héritage scientifique voire artisanal font pleinement partie d’un héritage culturel à transmettre, tout comme les composants techniques de la culture littéraire. Il faut donc plaider pour une réconciliation entre les deux cultures afin que la culture littéraire et la culture technique soient toutes deux pleinement constituantes de la culture de l’information*” (Le Deuff, 2009: 373). Reconciliação que carece de assegurar-se às pessoas amplas competências de leitura que lhes permitam dar *continuidade* à produção, apropriação e reiteração do desfrute do património cultural material e imaterial (Silva, 2001), tendo presente que a tecnologia disponível e processos produtivos que enformam cada época inscrevem-se, também, nos campos da cultura e da sua promoção.

Actuais conceitos sobre cultura, património, aprendizagem, e sobre a própria cultura da informação, inscrevem-se naturalmente em dimensões do seu quadro social, cultural e mental. Para uma melhor compreensão deste quadro será útil ponderar em anteriores e em actuais reflexões sobre a forma como aparelhos ideológicos (Althusser, 1980) e paradigmas culturais (Lipovetsky, 2012) dominam e enformam a sociedade e, naturalmente, a *cultura da informação*³⁸. Alguns pensadores anteciparam, outros alertam-nos agora, para as particulares dificuldades da sua promoção num contexto de *sociedade do espectáculo* (Debord, 1992),

³³ A *esfera pública*, que terá surgido no séc. XVII, originou a construção de canais privados de informação independentes do poder autocrático dos Estados. O seu surgimento ocorreu com o das publicações periódicas. Mas “*à medida que as pessoas privadas se tornavam públicas, a própria esfera assumia formas de isolamento privado. (...) O debate crítico e racional do público tornou-se também vítima desta refeudalização*” (Habermas, 1991: 158).

³⁴ *Literacia cultural* - a capacidade de compreender, adquirir e acrescentar informação e conhecimento sobre modelos e convenções culturais e de ter sobre eles uma percepção e reflexão consciente. Veja-se, também, o verbete “*Cultural literacy*” em http://en.wikipedia.org/wiki/Cultural_literacy.

³⁵ Para *literacia cultural* e *literacia mediática* veja-se nota 11 e 13.

³⁶ Veja-se nota 14.

³⁷ Veja-se nota 15.

³⁸ *La culture de l’information implique la conscience des tensions, nullement son élimination au contraire de l’« idéologie » qui accompagne les discours de la société de l’information, qui se veut en dehors de tout dispositif idéologique, voire a-historique, mais qui paradoxalement véhicule des forces qui s’imposent aux individus et aux sociétés.* (Le Deuff, 2009: 61).

onde a continuada afirmação de produtos de uma *indústria cultural*³⁹ (Adorno, 1987) promove o efémero, desvaloriza aprendizagem, conhecimento de referências culturais e reduz a cidadania. Esta *sobredeterminação*⁴⁰ dificulta a construção de uma memória colectiva sobre património cultural, afirmação de identidade, participação crítica e autónoma dos indivíduos numa sociedade que alguns consideram transfigurada numa *civilização do espectáculo* (Vargas Llosa, 2012), uma *cultura de entretenimento* dominada pelo *mainstream*⁴¹ (Martel, 2010) onde a substituição do real pelo virtual é a "*nouvelle économie psychique*" (Melman, 2005) instalada numa *sociedade da decepção*⁴² (Lipovetsky, 2012) que valoriza o efémero e limita uma apropriação com significado.

Para além dos aspectos criticamente apontadas por estes autores⁴³, registre-se que a sociedade contemporânea também assenta em paradigmas educativos que suprematizam destreza técnica e certificações. Estas são relevantes mas, podendo não ser objectivamente sustentadas em dimensões culturais e de conhecimentos, podem desembocar numa acumulação de competências mecanicistas esvaziadas e redutoras que não promovem, nem qualificam, uma efectiva *literacia cultural* e, conseqüentemente, uma *literacia da informação*. O predomínio de certificações avulsas pode, também, restringir o alargamento do campo de focalização do processo de aprendizagem a um básico cultural e científico, a uma mera *expertise* rudimentar no uso de ferramentas tecnológicas. A uma aprendizagem focalizada, apenas, no considerado útil num mercado massificado e que dispensa qualificações que não sejam subjectivamente vantajosas para uma focalização produtiva específica e não objectivamente centrada numa dimensão social⁴⁴.

Paralelamente ao domínio de competência técnica seria desejável informação e conhecimentos sobre os âmbitos em que se projectem as acções e usos da tecnologia. Não se tendo da literacia digital e da literacia da informação um estrito entendimento funcional que descure conteúdo e negligencie a base de saberes e de conhecimentos que as modela, estes devem ser valorizados e ampliados. De contrário, competências de uso de tecnologias poderão ser competências marcadas por *incompletude de compreensão leitora, por incapacidade de leitura e uso crítico informado*. Uma lacuna que se pode projectar nos livros, nos documentos digitais, na realidade da Web 2.0 e redes sociais... Tal poderá significar uma limitação na apropriação individual e social da informação e uma continuidade (ou alargamento) de

³⁹ Adorno criou e reflectiu sobre o conceito de indústria cultural e o significado dos resultados das produções de arte e cultura sob a lógica da produção industrial e comercial. Ela levou a criações culturais e artísticas esgotadas pela mercantilização mas que impõem um gosto massificado, consumo acrítico e alienação social do real.

⁴⁰ Conceito enunciado por Althusser, que circunscreve anteriores visões deterministas para a explicação de eventos e fenómenos sociais afirmando que estes não decorrerem de um único factor explicativo, antes podem resultar de uma multiplicidade de factores e interacção de processos.

⁴¹ *Mainstream* (pensamento ou gosto dominante), é um estudo extensivo transnacional e intercontinental onde Frédéric Martel, a partir dos resultados da sua ampla investigação, demonstra que a actual cultura dominante é uma *cultura do entretenimento*, apesar de "*la définition européenne de la culture historique et patrimoniale, élitiste souvent, anti-mainstream aussi, n'est plus forcément en phase avec le temps de la mondialisation et le temps numérique*". (Martel, 2010: 11).

⁴² Um tipo de sociedade que desenvolve uma espiral deceptiva onde descontentamento democrático alastra. Uma sociedade que gosta do novo não pelo seu conteúdo mas pelo "novo enquanto tal": "*como o mercado está sempre a exhibir algo melhor, o que nós temos é necessariamente decepcionante. A sociedade de consumo é como aquela que nos condena a viver num estado de carência perpétua, a desejar sempre mais do que podemos comprar*" (Lipovetsky, 2012: 45,46).

⁴³ Note-se que estas reflexões são produzidas por pensadores com posicionamentos ideológicos distintos e, por vezes, de quadrantes tão opostos como são os casos de um Debord e um Vargas Llosa.

⁴⁴ Abordagem desenvolvida em Silva, 2002: 10-15. Disponível em <http://www.bibliociencias.cu/gsd/collect/eventos/index/assoc/HASH015d.dir/doc.pdf>

desigualdades no acesso à leitura, à informação, à cultura e ao conhecimento. Veja-se, apesar do significado da ciência e tecnologia para o progresso social, segundo Fiolhais e Marçal (MARÇAL, 2013) o crescimento de pseudociência no universo digital e estime-se como a extensão do seu impacto pode afectar negativamente a sociedade e as pessoas destituídas de competências básicas de *literacia científica*, definida pela OCDE (2003: 12) como “*the capacity to use scientific knowledge, to identify questions and to draw evidence-based conclusions in order to understand and help make decisions about the natural world and the changes made to it through human activity*” ou simplesmente como “*capacidade de ler, escrever e compreender o conhecimento humano sistematizado*” (Azevedo, 2009: 179).

Cultura e património são necessários na sociedade da informação. E, também, Bibliotecas Públicas para providenciar acesso a recursos e apoiar a aquisição de competências leitoras e expressivas em diversos domínios, seja para finalidades educativas, lúdicas, culturais ou informativas. Actualmente o papel das bibliotecas será, até, mais relevante: os cidadãos necessitam de aceder a informação pertinente no espesso caldo sobrecarregado de informação e ruído que circula na Internet e estamos perante a afirmação de realidades potencialmente limitadoras do acesso público aos formatos digitais⁴⁵. Estas realidades e sinais ocorrem num contexto social e cultural enformado por paradigmas ideológicos e num ambiente, em parte, desfavorável ao que se poderia esperar corresponder a uma sociedade do conhecimento, o que reafirma que esta carece de uma cultura da informação. Esta sustenta-se⁴⁶ em *habilidades de acesso* técnicas e metodológicas; competências *culturais* para uso crítico e criativo da informação e *cultura de informação*. Supomos que tal não remete, apenas, para bases de cultura tecnológica e dos media mas, também, para uma *cultura geral* científica, humanística e tecnológica que confira sustentação e dê significado à relevância de uma necessária e útil *expertise* digital.

CULTURA DA INFORMAÇÃO E PATRIMÓNIO CULTURAL NAS PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA LEITURA E LITERACIA EM BIBLIOTECAS

O papel educativo da escola e bibliotecas pode ganhar maior relevância numa sociedade—apesar de enquadrada por paradigmas dominantes de reprodução, relações de produção e de controlo (Murad, 2013), ainda se possa, e queira, reconhecer como uma *cultura da informação*, uma *sociedade do conhecimento*. Ela só o será verdadeiramente se for uma sociedade educativa, reflexiva e crítica; se a sua cultura informativa englobar cultura científica, tecnológica, humanística e os referenciais culturais e patrimonial que a sustente.

Na construção e desenvolvimento do processo de conhecimento (entendido de forma ampla), na procura de aproximações ao seu significado, quer antes, quer agora na sociedade do conhecimento – com a acrescida utensilagem tecnológica que configura a cultura da informação – é suposto ampliarem-se possibilidades de apropriação, recriação e enriquecimento do património cultural humano na sua diversidade, transversalidade e interfaces. Esta perspectiva não é contrariada em *Novas ideias para melhorar os serviços de bibliotecas* expressas na actualização de 2009 do *Manifesto* da IFLA. Nelas afirma-se, como já

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, a realidade que se reflecte na petição da EBLIDA *The Right to E-Read*, in <http://www.change.org/en-GB/petitions/for-the-right-to-e-read#share>. Note-se que nas bibliotecas da generalidade dos países europeus já há muito que o empréstimo de audiovisuais não é gratuito.

⁴⁶ De acordo com Juanals (2003).

referimos, o interesse de desenvolver uma “world wide wisdom” – *a global knowledge and understanding by creating international cultural pathways on the web*⁴⁷ (Koontz, 2010, p.136). Desta perspectiva de interacção pode decorrer o cruzamento da acção de bibliotecas públicas, escolas e outras instituições que operam nos eixos da conservação, disponibilização e transmissão de conhecimento, cultura⁴⁸ e memória. Dimensão que, também, é destacada no documento sobre tendências de colaboração e cooperação: *“las bibliotecas, archivos y museos apoyan y aumentan oportunidades de aprendizaje para toda la vida, conservan el patrimonio de la comunidad y protegen y proporcionan acceso a la información”* (Yarrow, 2009: 5). Pode trata-se de uma procura de concertação de esforços perante uma duradoura desvalorização do património cultural e persistentes tendências questionadoras da “cultura validada”⁴⁹ (seja cultura das humanidades, literária, científica, tecnológica ou outra), o que pode prefigurar empobrecimento cultural e retrocesso na difusão e acesso ao conhecimento.

Todavia as bibliotecas continuam, ainda que com distintos níveis de prioridade, a dar continuidade à sua tradicional dimensão educativa. Esta cruza-se com actuais necessidades das pessoas no campo de múltiplas leituras e literacias. As directrizes da IFLA afirmam que existe *“una grande variedad de formas através das quais a biblioteca pública pode apoiar a educação, quer formal, quer informal. O modo de alcançar este objetivo irá depender do contexto local e do nível de recursos disponíveis”* (Koontz, 2010: 14). Mas se a leitura *“is a interactive process in which readers use information from the printed text [ou outros formatos e expressões de comunicação] along with what is in their heads to construct meaning in a given situational context”* e se leitura e escrita *“are related, and certain types of reading activities promote growth in write and vice versa”* (Pike, 1999: 22-43), nem sempre existe para a promoção da leitura (textual ou outra) enquadramento contextual, recursos materiais e humanos, oportunidades e ofertas para que a diversidade sugerida por Pike possa ser explorada.

Porém, a educação formal ou informal, actividades de promoção da leitura e literacias (Prole, 2009) podem ser um meio eficaz para aproximação aos resultados visados pela IFLA para uma literacia ajustada a uma cultura da informação e possibilidades de ampla fruição lúdica: *“O acesso a obras criativas e ao conhecimento é um importante contributo para a educação pessoal e para a realização de actividades recreativas construtivas”* (Koontz, 2010, p.16). Mas, como refere António Prole, *“os projectos de promoção da leitura não podem ser confundidos com as acções de divulgação e informação (...), nem com aquelas que (...) se desmultiplicam em acções lúdico/festivas (...), em que a leitura é perfeitamente secundária ou está mesmo ausente”*⁵⁰ (Prole, s.d.: 2). Claro que abordagens lúdicas, criativas, ficcionadas, não se regem, apenas, por lógicas normativas. Todavia estas abordagens devem processar-se num circuito social amplo e minimamente informado para que sejam assertivamente construídas e interpretadas (Silva, 2001) numa base esclarecida. Esta, tributária de um processo educativo construtivo (de educação escolarizada e/ou informal para transmissão de saberes e de inovação), pode operar na sociedade um processo mais consolidado de construção de uma *cultura da informação* e assegurar a passagem de testemunho cultural. Pode, então, entender-

⁴⁷ Update of IFLA Manifesto, em Koontz (2010), Appendix 5.

⁴⁸ Cultura - o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO 1982).

⁴⁹ Veja-se nota 5.

⁵⁰ Um texto que, apesar de se centrar sobremaneira na promoção da leitura literária para crianças a sua pertinência, é relevante para outras leituras e alguns aspectos processuais podem ser transversais a vários públicos.

se *mediação da leitura* como prática centrada em efectivas actividades de promoção da leitura e literacias. Uma prática concreta focalizada nesta finalidade e não em meras actividades de entretenimento ou que confundam a promoção da leitura com a promoção/produção dos serviços.

Estas situações e distinções nem sempre são evidentes, como se denota num estudo referencial sobre a promoção da leitura (Neves, 2008b). Se esta deve assentar em práticas inequívocas para elevar níveis de compreensão e reflexão leitora e ampliar uma educação integral, permanente e participada, então, não deve ser um conjunto de actividades avulsas; incapacidade de distinguir ofertas educativas e culturais de práticas artificializadas; substituição de conteúdos com significado por “artesanato” plastificado, um sucedâneo da indústria cultural. Nem deve equacionar os participantes de forma passiva. Antes como indivíduos activamente envolvidos no seu processo de ampliação de *informação*⁵¹ e base de *conhecimentos*.⁵² Nesta perspectiva, o objectivo das actividades de promoção da leitura e da mediação cultural é contribuir para a formação de *leitores competentes* para exercerem reflexão crítica, construir perspectivas fundamentadas e autónomas. A sua acção não se centra, apenas, na promoção da leitura textual, nem é exclusivo das bibliotecas públicas. Desenvolve-se, também, em actividades convergentes realizadas por diversas instituições (museus, centros de interpretação, arquivos, em centros culturais, galerias de arte, livrarias, teatros, redes sociais digitais ou outras), podendo a mediação ocorrer em distintos contextos e modelos (actividades lúdicas; culturais; educativas; informativas), desde que (e independentemente dos espaços, formatos, conceitos e conteúdos que os enformem) *“ultimately the goal— and therefore the true destination— of all literacy programs is to produce independent, reflective learners who can and do read and write effectively and for pleasure”*, e que *“literacy is a life-long challenge”*. (Pike, 1994: 93)

A importância de *competências de leitura* e de *literacia cultural, científica, humanística* e tecnológica mantêm igual relevância, seja nos universos do digital, do textual impresso ou noutras dimensões de leituras. Práticas de pesquisa, de produção e partilha, de sociabilização e lazer são uma crescente realidade positiva, pelo que denegrir diversificação de competências, TICs, ou considerá-las como *não-educativas* não faz sentido, como o não faz uma agenda ideológica, cultural e pedagógica de cujas premissas pode resultar uma amputação das pessoas, sobretudo as mais jovens, daquilo que é um capital cultural e patrimonial colectivo. Dizia-se que éramos como anões aos ombros dos gigantes que nos precederam⁵³. Neste sentido, património cultural material e imaterial, conhecimento adquirido, são um valor incontornável. Quer na sua função simbólica, quer como realidade que permite gerar novo conhecimento. Eles continuam a ser pertinentes, mesmo num quadro onde pode ser difícil: a afirmação de uma cultura da informação não amputada; construção de memória individual e colectiva; valorização do património cultural; participação cultural e social relevante. Mas ainda que tal possa assemelhar-se à tentativa de erguer “uma barragem contra o Pacífico”⁵⁴, cremos que as bibliotecas públicas devem persistir na promoção da leitura e das literacias. Estas podem estimular e resgatar um maior número de pessoas de uma situação de exclusão de referenciais culturais significativos. Um acréscimo de leitores

⁵¹ *Informação* – dados e factos que foram organizados e comunicados de uma maneira consistente e significativa e da qual se podem extrair conclusões. (APDSI, 2011).

⁵² *Conhecimento* – o conjunto de conceitos e princípios adquiridos por uma pessoa mediante o estudo, a observação ou a experiência e que ela pode integrar nas suas capacidades. (APDSI, 2011).

⁵³ Segundo Bernardo de Chartres; visão que, depois, foi também assumida pela cultura do Renascimento.

⁵⁴ Recorremos aqui ao título do romance de Marguerite Duras.

competentes e críticos também pode contribuir para a emergência na consciência colectiva⁵⁵ de pressupostos discursivos alternativos e de práticas distintas na esfera pública. Uma linha de resistência de “pequenas barragens” a contrariar um dominante e contraditório equilíbrio entre enunciações paradigmáticas parcialmente incumpridas e um evidente desequilíbrio social e cultural.

TÓPICOS SOBRE *ORIGEM E PRINCÍPIO*, UM PROJECTO PARA A PROMOÇÃO DA LITERACIA HISTÓRICA

*Origem e Princípio*⁵⁶ inscreveu-se num programa iniciado em 2002 na biblioteca Municipal do Seixal para a promoção de diversas literacias⁵⁷. É um projecto que pode estar em contramão com aquilo que alguns afirmam ser o interesse comum e um desinteresse pelo que designam “cultura cultivada” (como se fosse possível a qualquer cultura dispensar as bases de referenciais culturais, patrimoniais e de conhecimento que a enformam). *Origem e Princípio* visa contribuir para estimular nas pessoas interesse pelo conhecimento do seu passado histórico e conferir-lhes maiores competências de leitura para o abordarem de forma crítica, fundamentada e conectada com o presente. Cremos que este projecto enquadra-se nas perspectivas e objectivos enunciados nos textos referenciais da IFLA/UNESCO, ainda que as bibliotecas só pontualmente inscrevem na sua acção projectos sobre cultura e conhecimentos validados e promoção do património cultural⁵⁸. *Origem e Princípio* projecta o entendimento que a função de práticas para a promoção da literacia histórica (sendo que a interpretação da História é essencialmente uma competência do historiador) é a de oferecer uma visão da História e oportunidade de, sobre ela, se fazer e projectar leituras; contribuir para ampliar níveis básicos de conhecimento sobre o passado histórico; promover a exploração e gosto pela História. A promoção da literacia histórica contribui para garantir o lugar e o papel da História e da cultura no património colectivo, enforma o sentido de comunidade, identidade e pertença, quer dos cidadãos nacionais, quer dos oriundos de outras culturas, pois o conhecimento das diferentes raízes históricas e património cultural ajuda ao conhecimento do *outro* e à promoção da interculturalidade.

Origem e Princípio ocorreu nos novecentos anos do nascimento de Afonso Henriques e centrou-se no objectivo de um melhor conhecimento da Idade Média sustentado em práticas pedagógicas, premissas teóricas, estratégias e ferramentas de abordagem⁵⁹ complementadas

⁵⁵ Consciência colectiva no sentido de Um sistema próprio articulador que, progressivamente, se afirma numa duma sociedade.

⁵⁶ Informação detalhada de *Origem e Princípio* em *Contrarrestar lo efémero: prácticas para la alfabetización histórica y transliteracias para una cultura de la información*. Disponível em Novembro de 2014.

⁵⁷ Envolveu a concepção e produção de projectos e práticas de continuidade para a literacia digital (*Aprender numa tarde*, 2002), literacia de culturas da infância (*Histórias de bonecas*, 2004), literacia da informação e literacia literária (*Passa a Palavra*, 2004), literacia cívica (*Direitos por Direito? 2007*), literacia da informação e literacia mediática (*Dá-me Música*, 2007), certificação de competências básicas em literacia digital (*Seixal Qu@lífica*, 2007), literacia mediática (*Lupublicidade*, 2009), literacia visual (nos âmbitos da pintura – *Ver e Olhar*, 2009 e da fotografia – *Representações do Seixal e da Época no Olhar de Jorge Almeida Lima*, 2010). Veja-se informação sobre estes projectos em Silva (2011, 2010a, 2010b).

⁵⁸ De acordo com nos dados já recolhidos para uma pesquisa em curso sobre práticas de promoção da leitura em bibliotecas públicas.

⁵⁹ Estratégias de abordagem utilizadas: criação de cenários de aprendizagem, experimentação e contextos alusivos a fim de envolver os públicos, oferecer-lhes referências familiares e desafiadoras para estimular a sua intervenção e diálogo, gerar relações de empatia e interesse sobre o tema.

com actividades e conteúdos que envolviam possibilidade de explorar oportunidades de diversa leituras e acréscimo de competências de literacia histórica e outras literacias⁶⁰. Visou reforçar uma cultura humanística e da informação e contribuir activamente para a educação integral e permanente dos participantes. Procurou-se que estes percecionassem que toda a produção humana é moldada pelas relações económicas e sociais que se desenvolvem no seu quadro mental, cultural e tecnológico e inscreve-se no tempo como vestígio da sua época. Origem e Princípio desenvolveu-se num modelo de *projecto educativo*⁶¹ para que adultos, jovens e crianças desfrutassem de uma experiência válida; pudessem fazer uma melhor leitura do que fora aquela realidade cultural criativa e social; constatarem que a História se inscreve num espaço onde passado e presente se articulam. No núcleo final destacou-se a relevância da língua e do património cultural como realidades de uma cultura e da sua projecção no tempo e facultou-se informação para dimensões históricas que enformam o presente para os visitantes sentirem que antevendo-se no passado alguma prospecção para o futuro, pode projectar-se em cada presente acções adjuvantes ou oponentes a um percurso.

Origem e Princípio baseou-se numa exposição ilustração⁶² (fotografia 1) complementada com quadros cénicos (fotografias 2, 3 e 4) para uma ligação mais directa e eficaz dos públicos mais jovens ao conteúdo histórico, visual e material plasmado na exposição e nos cenários. Os objectos e produtos alimentares apresentados nestes quadros foram oferecidos e emprestados pela comunidade (pessoas singulares, associações, ecomuseu local). Eles permitiam inscrever mais consolidadamente a realização das actividades educativas⁶³ previstas e, também, apoiadas por auxiliares pedagógicos⁶⁴ produzidos para crianças e jovens (fotografia 5). As actividades envolviam conteúdos e abordagens para a promoção da literacia histórica num contexto de sociabilização e para uma exploração complementar de competências de audição, visão, oralidade, leitura e escrita⁶⁵ (fotografia 6-7).

⁶⁰ Alguma documentação produzida para *Origem e Princípio* (catálogo para públicos adulto e jovens adultos; *guia da exposição* para crianças; alguns *auxiliares pedagógicos* para crianças e para jovens e *instrumentos de avaliação* em <http://goo.gl/qgD2L2>.

⁶¹ *Projecto educativo – documento pedagógico que apresenta o modelo que confere coerência e unidade ao conjunto de acções desenvolvidas na actividade activa.*

⁶² Ilustrações originais em grande formato (1,50mX1m) da autoria de Sérgio Sequeira.

⁶³ *Actividades educativas*, entendidas como organização e execução de programas e práticas sustentadas em projectos coerentes destinadas a uma participação activa e interactiva dos participantes. Fornecem-lhes informação visando enriquecimento cultural e domínio de habilidades para utilizarem ferramentas tecnológicas e outros recursos. São apoiadas por mediadores credenciados; enquadradas por estratégias de abordagem, exploração e produção de conteúdos. Procuram ser atractivas e incutir *memórias activas* nos participantes. O seu objectivo principal não é focado no evento, mas na exploração do potencial da actividade para os participantes.

⁶⁴ *Auxiliares pedagógicos* - instrumentos com informações adicionais e outras propostas de actividades a serem realizadas pelos participantes. Destinam-se a incentivar a reflexão e produção de conteúdos, quer como um produto da acção da PPLL, quer como memória da acção, e serem motivação para melhorar habilidades básicas para pesquisar, processar e utilizar recursos de informação e aquisição de informações (Silva, 2010).

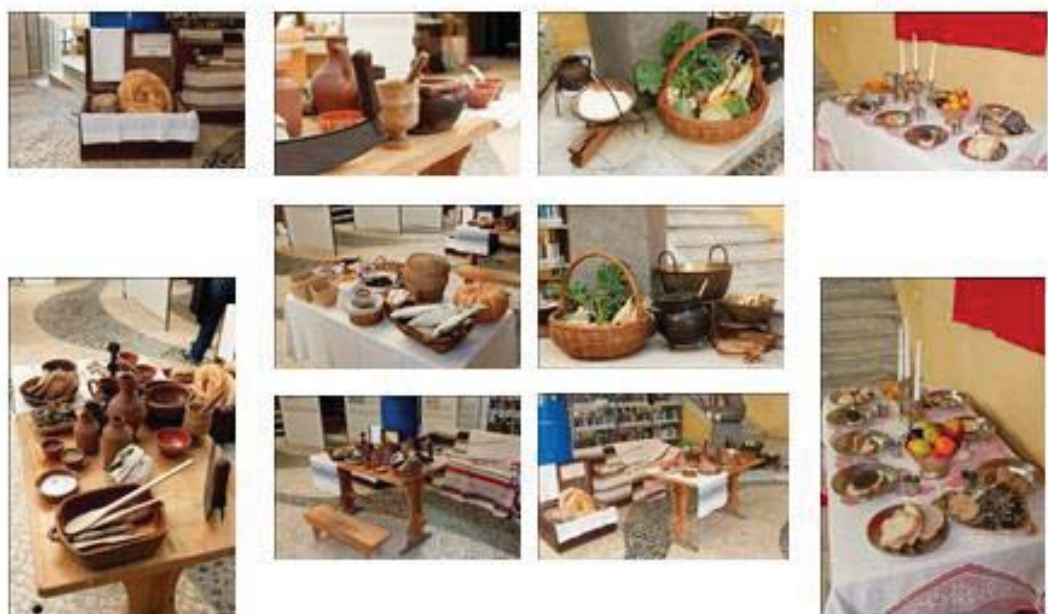
⁶⁵ Este modelo inscreve-se no conceito de *transliteracias* “l’habilité à lire, écrire et interagir par le biais d’une variété de plateformes, d’outils et de moyens de communication, de l’iconographie à l’oralité en passant par l’écriture manuscrite, l’édition, la télé, la radio et le cinéma, jusque aux réseaux sociaux (...) La transliteracy souhaite parfois englober les autres littératies”. (Le Deuff, 2009: 275).



Fotografia 1. Imagens das ilustrações originais em grande formato, da autoria de Sérgio Sequeira, para cada um dos nove núcleos da exposição.



Fotografia 2. Imagem geral da exposição de ilustração e do quadro cénico “Semear, colher, transportar, trocar”, para abordar e explorar o contexto socioeconómico medieval.



Fotografia 3. Imagens do quadro cénico “Alimentação e vida material”; para abordar e explorar os modos de vida dos diferentes grupos sociais.



Fotografia 4. Imagens do quadro cénico “Mesteres populares e modo de vida da nobreza” para abordar e explorar o quotidiano e as funções dos diferentes grupos sociais.

Actividades complementares

EXPOSIÇÃO

ORIGEM E PRINCÍPIO

900 anos do nascimento de Afonso Henriques: 1111-2011

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO SEIXAL - SETEMBRO 2011

VISITAS GUIADAS

ACTIVIDADES PARA O PÚBLICO INFANTIL

Animação de leitura: *D. Afonso Henriques, o Conquistador*, de André Letria. Coleção «Era uma vez um Rei», Lisboa, Expresso, 2008

ACTIVIDADES LÚDICAS E EDUCATIVAS

Conquistar um castelo, conservar uma cidade

Personagens fantásticas

Sabores com 9 séculos

Sou um(a) estilista medieval

Escrever com penas (actividade de manipulação)

ACTIVIDADES PARA O PÚBLICO JOVEM

O lazer na época de Afonso Henriques: ateliê de exploração de textos e imagens temáticas

O universo medieval inspirador de imagéticas e personagens: ateliê de pesquisa e de expressão

Fazedores de histórias no tempo dos castelos: ateliê de exploração e produção de textos relacionados

com a reprodução e recriação de personagens, ambientes/cenários

Penas de amor: ateliê de escrita inspirado na poesia de amor medieval

AUXILIARES PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS

PÚBLICO INFANTIL

Ler de trás para a frente I: descobrir expressões diferentes e divertidas

O báculo, o brasão e a picota: modos de vida do clero, da nobreza e do povo

A minha carta de foral: ser criança ontem e hoje

Como era brincar no tempo dos burgos e dos castelos

PÚBLICO JOVEM

Organização e produção de trabalho na Idade Média

Conquistar direitos: as cartas de foral

GóticoIN: olhar e recriar o traje medieval

Ler de trás para a frente II: descobrir expressões diferentes e divertidas

Jogos de estratégia

Como era o amor

Fotografia 5. Quadro das actividades complementares e auxiliares pedagógicas expressamente produzidos e disponibilizados. Numa segunda fase, foi realizado um torneio de jogos de estratégia (xadrez e jogos electrónicos) e concebida uma actividade em torno do cinema

focalizado na Idade Média e um auxiliar pedagógico sobre a ciência e o conhecimento medieval.



Fotografia 6. Imagem da Hora do Conto sobre a dinamização da leitura do livro *Afonso Henriques, o Conquistador*.



Fotografia 7. Imagens de actividades de escrita.

Origem e Princípio foi um projecto positivamente avaliado⁶⁶ e obteve visibilidade e impacto na comunidade. Destaque-se, para além da doação ou empréstimo da totalidade dos materiais da exposição, a projecção pública alcançada nos desfiles de Carnaval e das festas populares (Fotografia 8 e 9). Escolas e famílias investigaram e criaram letras, música⁶⁷ e cenografia; desenharam e confeccionaram “trajes medievais”. O tema também inspirou a peça, *Origens* (levada à cena na 16ª Mostra do Teatro de Almada)⁶⁸; uma exposição de pintura⁶⁹; um sarau musical apresentado no programa de aniversário do município, (fotografia 10); jogos tradicionais (fotografia 11); a reposição da exposição *Moinhos de Maré do Ocidente Europeu*⁷⁰. Foi, também, tema do projecto anual *Dá-me Música*⁷¹ e de uma conferência sobre evolução da estratégia militar e armamento medieval⁷². A receptividade e sucesso de *Origem e Princípio* evidencia-se ainda nas actividades e materiais produzidos pelas escolas⁷³. Dele resultou um significativo trabalho escolar (fotografia 12) apresentado no programa *Estação do Livro e na exposição Em Rede*⁷⁴, o que aportou reconhecimento público e motivação para as crianças, jovens, professores e familiares envolvidos no projecto.

⁶⁶ No primeiro mês, só o público escolar ascendeu a 804 visitantes. Modelos dos questionários de avaliação para diversos públicos sobre a exposição, actividades e materiais em <http://goo.gl/qgD2L2>. A avaliação à documentação produzida (com parâmetros de *Excelente, Muito Bom, Bom, Razoavel e Mau*) sobre o *Guia da Exposição para crianças e jovens* obteve uma qualificação de Muito Bom; o *Catálogo* para adultos e jovens adultos e os *Auxiliares Pedagógicos* obtiveram uma apreciação de Excelente.

⁶⁷ Na fase de pesquisa encontrou-se um poema medieval, a “Mourinha do Seixal”. (in *O Cancioneiro Popular de Portugal*). Verificou-se que existiam na Idade Média várias terras com esse nome, mas versos do poema inspiraram a letra da música e alguns trajes

⁶⁸ Evidencia da representação da peça *Origens*, em http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=imprimirAgenda&agenda_detalle_qry=BOUI=107782751&agenda_titulo_qry=BOUI=107782751.

⁶⁹ Evidencia da exposição colectiva da ARTES, a associação cultural de artistas locais, em <http://boletim.cm-seixal.pt/?69452#564/17>.

⁷⁰ Exposição produzida pelo Ecomuseu do Seixal (para o programa Cultura 2000 da EU, em itinerância desde 2005), que permitiu analisar os moinhos medievais como representantes do que eram grandes unidades industriais e tecnológicas na economia feudal.

⁷¹ *Dá-me Música* é um projecto anual para jovens das escolas e do Espaço Jovem da Biblioteca Municipal do Seixal. Os jovens pesquisam, seleccionam e produzem conteúdos informativos, culturais, musicais e de entretenimento. No final, estes são apresentados numa performance nocturna, uma emissão de rádio ao vivo. Além de literacia da informação os jovens também ampliam literacias específicas sobre as temáticas abordadas e competências de comunicação e tecnológicas associadas à produção de programa de rádio. Notícia em <http://boletim.cm-seixal.pt/?87493#569/13>.

⁷² Veja-se notícia da conferência sobre estratégia e armamento medieval em <http://boletim.cm-seixal.pt/?2779#562/11>.

⁷³ No final, ofereceu-se-lhes um CD-ROM com todo o material documental criado pela biblioteca e três PowerPoint: o de uma actividade formativa para a concepção de projectos educativos; das actividades e conteúdos desenvolvidos pelas escolas, biblioteca e outros serviços municipais para *Origem e Princípio*; um powerpoint produzido por um menino, João Crispim, na sequência da visita a um castelo e à exposição *Origem e Princípio*, cujo conteúdo é um positivo exemplo de aquisição e domínio de literacia da informação e literacia histórica estimulada por estas visitas.

⁷⁴ Veja-se notícia de *Em Rede* em <http://boletim.cm-seixal.pt/?33281#561/9>.



Fotografia 8. Participação de uma escola no desfile de Carnaval.



Fotografia 9. Participação de uma das escolas na marcha das Festas Populares.



Fotografia 10. Momento do recital sobre música medieval pelo agrupamento de professores do Seixal *Flamma Vocis*, na sessão comemorativa do aniversário do concelho.



Fotografia 11. Imagens de alguns torneios de jogos tradicionais (*jogo das andas*; *corrida de sacos*; *torneio de malha*; *jogo do burro*) promovidos pela Divisão Municipal de Desporto.

ORIGEM e PRINCÍPIO: Actividades e conteúdos desenvolvidos pelas escolas

E.B. 1 Alto do Moinho -- *Olimpíadas da História de Portugal* (conteúdo em formato digital com palavras cruzadas; preenchimento de lacunas; correspondência de frases; ordenação de frases num texto; correspondência de imagens; perguntas de escolha múltipla); *Maleta pedagógica*; *Participação nas Marchas Populares* (música, coreografia e guarda-roupa alusivo à Idade Média).

E.B. 1 Corroios -- Tela com a representação dos reinos da Península Ibérica; produção de castelo em 3D.

E.B. 1 de Fernão Ferro -- *Jogo À conquista de Portugal*

E.B. 1 Monte Sião + E.B. 1º Ciclo da Torre da Marinha -- Castelos elaborados no âmbito do concurso "Como era a vida no tempo dos castelos", com actividades de pesquisa e produção de castelos e trabalhos sobre Afonso Henriques e o tempo medieval.

E.B. 1 de Pinhal de Frades -- *Maleta pedagógica À conquista do Afonso*.

E.B. 1 Quinta do Campo -- *Olimpíadas da História de Portugal* (conteúdo em formato digital); Programa de Rádio Escolar sobre o tema.

E.B. 1 Quinta de São Nicolau, *Dramatização sobre Egas Moniz*.

E.B. 1 de Sta. Marta de Corroios -- Participação no desfile de carnaval com trajes alusivos; *Olimpíadas da História de Portugal* (conteúdo em formato digital).

E.B. 2/3 Dr. António Augusto Louro -- *Entrevista a D. Afonso Henriques* (com registo em suporte fotográfico/filme) a apresentar no programa *Dá-me Música*.

E.B. 2/3 da Cruz de Pau -- *Livro andante*; *exposição* elaborada a partir dos conteúdos desenvolvidos; *Teatro de fantoches* a disponibilizar à comunidade escolar no âmbito da ESTAÇÃO DO LIVRO.

EB 2/3 Nun'Álvares *Painel cronológico e painel gigante Afonso Henriques*; *Seleção de Lendas Medievais*; *Construção de castelos*; *Concepção de uma banda desenhada sobre Afonso Henriques*; *Produção de espectáculo teatral* a disponibilizar à comunidade escolar no âmbito da ESTAÇÃO DO LIVRO.

E.B. 2/3 Pedro Eanes Lobato -- *Produção de espectáculo teatral* a disponibilizar à comunidade escolar no âmbito da *Estação do livro*. *Construção de castelos*.

E.B. 2/3 Pinhal de Frades -- *Produção de espectáculo teatral*, opereta "Nos castelos de D. Afonso Henriques" a disponibilizar à comunidade escolar no âmbito da *Estação do livro*. *Passatempo Nos Castelos de D. Afonso Henriques*. (produção de folheto e filme).

E.B. 2/3 de Vale Milhaços: *Elaboração de filmes sobre a temática e envolvente social da Idade Média*. *Sessão de formação* "Como produzir um filme com recurso ao Moviemaker, para a produção de um vídeo sobre o tema.

E.S. Alfredo dos Reis Silveira -- *Construção de um jogo de xadrez utilizando materiais reciclados*; *produção de um teatro de sombras*.

E.S. João de Barros -- *Pintura colectiva Origens de uma nação*.

E.S. José Afonso *Produção de um painel temático a ser transposto para tela*.

Fotografia 12. Actividades e conteúdos produzidos pelas escolas e apresentados na biblioteca por ocasião do projecto anual de cooperação interescolar Em Rede 2011 e 2012 – ORIGENS.

Constatamos que o património cultural, histórico ou outro, pode ser promotor de aprendizagens e ter potencial criativo para o envolvimento e dinamização da comunidade. Uma ilação que, então, pode retirar-se de *Origem e Princípio*, e de outros projectos desenvolvidos sobre literacia cultural⁷⁵ numa *cultura da informação*, é que as pessoas, mesmo as mais jovens, não rejeitam à partida temas culturais passados ou contemporâneos. Para

⁷⁵ *Literacia cultural*, veja-se nota 35.

além das referidas eventuais lacunas orientadoras, do *mainstream* dominante na *cultura do entretenimento*, consideramos que propostas como estas democratizaram as artes, ciência, cultura, tecnologias e património. Para isso elas têm de ser acessíveis e relevantes para as pessoas, uma relevância que, para ser efectiva, necessita de transcender *edutainment desvirtuado*, consumo cultural efémero e procurar estratégias que, sem limitar os participantes os acrescentem com abordagens a conteúdos referenciais clássicos ou actuais. Estes podem estimular novas necessidades e ampliar interesses informativos das pessoas sem as excluir do acesso a dimensões educativas e culturais significativas. E fazê-las sentir que a sua participação nessas práticas é uma oportunidade de diversidade, de enriquecimento pessoal; experiências de aprendizagem; promoção da criatividade; sociabilização; acréscimo de conhecimento; elo de ligação ao passado e possibilidade de uma melhor compreensão do presente cultural e social. Literacia histórica, como outras, deve inscrever-se numa pluralidade de projectos para a promoção de diversas literacias, o que contribuirá para a existência de leitores mais informados e competentes⁷⁶ e para a continuidade do interesse pela preservação, uso, ampliação e transmissão do património cultural humano.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W. (1987) - Sobre a indústria cultural. In COHN, G. (org.) - *Comunicação e indústria cultural*. S. Paulo: T. A. Queiróz.

ALA- American Library Association (em linha, 1989) - *American Library Association Presidential Committee on Information literacy. Final Report*. Chicago: American Library Association, [Consultado em 23 de Março 2013]. Disponível na [www: http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential](http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential)

ALTHUSSER, L. (1980) - *A ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, Editorial Presença.

APDSI-Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (em linha, 2011) - *Glossário da Sociedade da Informação*. [Consultado em 15 de Janeiro de 2013] Disponível na [www: http://www.apdsi.pt/uploads/news/id432/glossário%20da%20si%20-%20versão%202011.pdf](http://www.apdsi.pt/uploads/news/id432/glossário%20da%20si%20-%20versão%202011.pdf)

AZEVEDO, F; SARDINHA, M. da G. (2009) - *Modelos e Práticas em Literacias*. Lisboa: Lidel, 259 p.

BENAVENTE, A. (1996) – *A literacia em Portugal. Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Conselho Nacional de Educação.

BOURDIEU, P. (1997) – Cultural Reproduction and Social Reproduction. In KARABEL, J.; HASLEY, A.H. - *Power and Ideology in Education*. Oxford: Oxford University Press.

BRAGA, I.; LOPES, M. C. O. (em linha, 2009) – Literacia como fundamento da cidadania. *CONGRESSO LUSOCOM- Comunicação, Espaço Global e Lusofonia*. Lisboa: ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, nº 8, [Consultado em 17 de Setembro de 2012]. Disponível na [www: http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/129/105](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/129/105)

⁷⁶ Um leitor competente deve ser capaz de entender um conteúdo seja na sua linearidade, seja na possível arbitrariedade semântica tomada pelos referentes.

CIES-CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA (em linha, 2010) – *Indicadores Representações acerca das práticas de leitura em Portugal: um hábito importante, mas menos cultivado do que na EU*. [Em linha]. Lisboa: Observatório das Desigualdades, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. [Consultado em 27 de Setembro de 2012]. Disponível na www: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=68>

COOK-GUMPEREZ, J. [et. al.] (2006) – *A construção social da alfabetização*. São Paulo: Artmed.

COSTA, A. F. da [et. al.] (em linha, 2011) - *Avaliação do Plano Nacional de Leitura: os primeiros cinco anos*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, [Consultado em 27 de Setembro de 2012]. Disponível na www: http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=364&fileName=PNL_5anos.pdf

COSTA, C. (em linha, 2007) – Animação da leitura em bibliotecas públicas: alguns esboços teóricos sobre aplicações práticas. *Práticas de Animação*. Ano I, nº 0, [Consultado em 19 de Fevereiro de 2013]. Disponível na www: <http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com/AnimaodaLeitura.pdf>

DEBORD, G. (1992) - *La Societé du Spectacle*. Paris: Gallimard. [Obra originalmente publicada em 1967].

DURKHEIM, E. (1984) - *As regras do método sociológico*. Lisboa, Editorial Presença.

FARIA, M. I.; PERIÇÃO, M. da G. (2008) - *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina.

GOMES, M do C. [et al.] (em linha, 2000) – Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais. *Actas do CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA*. Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia, nº 4, p. 1-12, [Consultado em 7 de Dezembro de 2012]. Disponível na www: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de53172c7d_1.PDF

HABERMAS, J. (1991) – *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press.

HOOPER-GREENHILL, E. (1999) - *The Educational Role of the Museum*. London, Routledge

IFLA/UNESCO (em linha, 1994) – *Public Library Manifesto*. [S.I.]: International Federation of Library Associations and Institutions. [Consultado em 1 de Junho de 2014]. Disponível na www: <http://www.ifla.org/publications/iflaunesco-public-library-manifesto-1994>

JOHNSTON, B.; WEBBER, S. (em linha, 2005) - As We May Think: Information Literacy as a Discipline for the Information Age. *Research Strategies*. Volume 20, nº 3, p. 108-121, [Consultado em 6 de Setembro de 2014]. Disponível na www: <http://eric.ed.gov/?id=EJ744963>.

JONES, K. (2003) - *Education in Britain 1944 to the Present*. Cambridge: Polity

JUANALS, B. (2003) - *La culture de l'information: du livre au numérique*. Paris: Lavoisier.

KANT, E. (em linha, 1853) - *Éléments métaphysiques de la doctrine du droit*. Paris: Auguste Durand, [Consultado em 19 de Março de 2013]. Disponível na www: http://books.google.pt/books?id=HLsxoO4lwzIC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=iluminisme%20&f=false

KOONTZ, C.; GUBBIN, B. (2010) - *Diretrizes da IFLA Sobre os Serviços da Biblioteca Pública*. [Em linha]. Berlin: De Gruyter Saur. [Consultado em 17 de Março de 2014]. Disponível na www: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>

LAGES, M. F. [et al.] (em linha, 2007) – *Os Estudantes e a Leitura*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, [Consultado em 27 de Setembro de 2012]. Disponível: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/PNLEstudos/uploads/ficheiros/estudantes-leitura.pdf>.

LE DEUFF, O. (Documento electrónico) (2009) - “La culture de l’information en reformation”. Dir. Yves Chevalier. Sciences de l’information et de la communication. Rennes: Université de Rennes, [Consultado em 10 de Março de 2013]. Disponível na www: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/42/19/28/PDF/theseLeDeuff.pdf>

LINE, M. B. (1980) - Ignoring the user: how when and why. ASLIB/IIS/LA Joint Conference, The nationwide provision and use of information.

LIPOVETSKY, G. (2012). - *A Sociedade da Dece[p]ção*. Lisboa: Edições 70.

LOPES, P. C. (em linha, 2006) – *Hábitos de leitura em Portugal: uma abordagem transversal-estruturalista de base extensiva*. [Consulta 27 Setembro 2012]. Disponível na www: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-paula-habitos-de-leitura-em-portugal.pdf>

LOURENÇO, K. C.). (Documento electrónico) (2010) - *Biblioteca escolar: da mediação à prática de leitura*. [Consulta 17 Maio 2014]. Disponível na www: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IICILLIJ/8/Artigo-Congresso-Katiane.pdf>

MARÇAL, D.; FIOLEAIS, C. (2012) - *Pipocas com telemóvel e outras histórias de falsa ciência*. Lisboa: Gradiva.

MARTEL, F. (2010) - *Mainstream, enquête sur la guerre globale de la culture et des médias*. Paris: Flammarion.

MELMAN, C. L. (2002) - *L’homme sans gravité: jouir à tout prix*. Paris: Denoël.

MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (em linha, 1997) - *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. [Consulta 2 Abril 2014]. Disponível na www: <http://www2.ufp.pt/~lmbg/formacao/lvfinal.pdf>.

MURAD, L. C. (em linha, 2013) - História e Cultura. *Revista História e Cultura*. Franca-SP, volume 2, nº 2, p. 3-19, [Consultado em 19 de Fevereiro de 2014]. Disponível na www: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/current>

NEVES, J. S. das (em linha, 2008a) - *A leitura em Portugal: perfis e tipos de leitores*. CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Mundos Sociais: Saberes e Práticas, nº 6, organizado pela Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. [Consultado em 27 de Setembro de 2012]. Disponível na www: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/290.pdf> . 6

NEVES, J. S. das (em linha, 2008b) - *Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. [Consulta em 2 de Outubro de 2012]. Disponível na www: <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/noticiasEventos/Documents/DSL%202009/promoção%20leitura%20ocde.pdf>

NÓVOA, A. (em linha, 2009) - *Um percurso pela pedagogia para ler a Casa da Leitura*. CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROMOÇÃO DA LEITURA Formar leitores para ler o mundo, organizado pelo Gabinete do Plano Nacional de Leitura e Fundação Calouste Gulbenkian, [Consulta em 7 de Abril de 2013]. Disponível na [www](http://www.leitura.gulbenkian.pt/naoperca/FormarLeitores2009.pdf):
<http://www.leitura.gulbenkian.pt/naoperca/FormarLeitores2009.pdf>

OCDE - Organization for Economic Co-operation and Development (Documento electrónico) (2003) - *The PISA 2003 Assessment Framework – Mathematics, Reading, Science and problem solving knowledge and skills*. [S.l.]: OCDE, [Consulta em 10 Fevereiro de 2013]. Disponível: <http://www.oecd.org/edu/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/33694881.pdf>

PIKE, K. [et.al.] (1994) - *Connections: an integrated approach to literacy*. New York: Harper Collins College Publishers

PROLE, A. (em linha, s.d.) - *Como fazer um projecto de promoção da leitura*. [Consulta em 18 de Janeiro de 2012]. Disponível na [www](http://www.casadaleitura.org/portalpha/bo/documentos/manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf):
http://www.casadaleitura.org/portalpha/bo/documentos/manual_instrucoes_projectos_a_C.pdf

PROLE, A. (em linha, 2009) – *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*. [Consulta em 14 de Abril de 2013]. Disponível na [www](http://www.oac.pt/pdfs/OAC_PromocaoLeituraBibliotecasPublicas.pdf):
http://www.oac.pt/pdfs/OAC_PromocaoLeituraBibliotecasPublicas.pdf

SANTOS, M. L. L. dos (coord.) (em linha, 2007) – *A leitura em Portugal*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. [Consulta em 29 de Setembro de 2012]. Disponível na [www](http://www.oei.es/fomentoleitura/v_integral_1.pdf): http://www.oei.es/fomentoleitura/v_integral_1.pdf

SILVA, S. G. da (2001) - O valor educativo do museu. In *Educar Hoje-Enciclopédia dos Pais*. Amadora: Lexi-Cultural-Actividades Editoriais, volume VI.

SILVA, V. M. da (em linha, 2002) - El futuro de las bibliotecas: perspectivas y realidades. *Congreso INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN. INFORMACIÓN, CONOCIMIENTO Y SOCIEDAD: Retos de Una Nueva Era*. Havana: Centro internacional de Conferencias, [Consultado em 30 de Março de 2013]. Disponível na [www](http://www.bibliociencias.cu/gsd/collect/eventos/index/assoc/HASH015d.dir/doc.pdf):
<http://www.bibliociencias.cu/gsd/collect/eventos/index/assoc/HASH015d.dir/doc.pdf>

SILVA, V. M. da (em linha, 2011) - Acrescentar e ampliar leituras: projectos da Biblioteca Municipal do Seixal para a literacia visual. *Actas do CONGRESSO NACIONAL LITERACIA, MÉDIA, E CIDADANIA*. Braga: Universidade do Minho – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, nº 1, p. 221-237. [Consultado em 30 de Março de 2013]. Disponível na [www](http://www.lasics.uminho.pt/OJS/index.php/lmc/article/viewFile/466/437):
<http://www.lasics.uminho.pt/OJS/index.php/lmc/article/viewFile/466/437>

SILVA, V. M. da (em linha, 2012) - *Identidade e Mudança: projectos de intervenção e empreendedorismo social em bibliotecas para captação de novos públicos*. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, nº 11, [Consultado em 5 de Abril de 2014]. Disponível na [www](http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/488/pdf):
<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/488/pdf>

SILVA, V. M. da; FILIPE, S. R. (em linha, 2010a) - Olhar a animação, visando Serviços Educativos para as literacias e competências de informação. *CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS*. Guimarães: Associação Portuguesa de Bibliotecários,

Arquivistas e Documentalistas, nº 10, [Consultado em 30 de Março de 2013]. Disponível na www: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/217/213>

SILVA, V. M. da; FILIPE, S. R.; MARTINS, L. . (em linha, 2010b) - Ver e Olhar, um projecto da Biblioteca Municipal do Seixal para a literacia visual. *ENCONTRO ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL. As Artes na Educação: Contextos de Aprendizagem Promotores de Criatividade*. Óbidos: Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual e Associação Nacional de Animação e Educação, [Consultado em 30 de Março de 2013]. Disponível na www: <http://www.youtube.com/user/ANAEASSOCIACAO#p/u/24/xrA4R4rOS0Y>.

SILVA, V. M. da; VAZ, F. (em linha, 2013) - Civic literacy projects in libraries: acting in the present thinking in the future. *IFLA - World Library and Information Congress, General Conference and Assembly*. Singapore: International Federation of Library Associations, nº 79, [Consultado em 29 Agosto de 2013]. Disponível na www: <http://library.ifla.org/264/1/099-silva-en.pdf>

SIM-SIM, I.; VIANA, F. L. (em linha, 2007). – *Para a avaliação do desempenho na leitura*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, [Consulta em 15 de Outubro de 2012]. Disponível na www: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/PNLEstudos/uploads/ficheiros/avaliacao-desempenho-leitura.pdf>

UNESCO (em linha, 2003) - *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO, [Consulta em 1 de Junho de 2014]. Disponível na www: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>

UNESCO (em linha, 1982) - *Declaração Universal da Diversidade Cultural*. Cidade do México: UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, [Consultado em 23 de Maio de 2013]. Disponível na www: <http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/site/diversidade-cultural.php>

UNESCO (em linha, 1986) - *Revised recommendations concerning the international standardization of educational statistics*. Paris: UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, [Consulta em 7 de Março de 2013] Disponível na www: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13136&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

VARGAS LLOSA, M. (2012) - *A civilização do espectáculo*. Lisboa: Quetzal.

YARROW A.; CLUBB B.; LYNN-DRAPER, J. (em linha, 2009) - *Bibliotecas públicas, archivos y museos: tendencias de colaboración y cooperación*. Haya: Oficina Central de la International Federation of Library Associations and Institutions, Informes Profesionales de la IFLA, nº 113, Spanish translation of IFLA Professional Report nº 108, [Consulta em 2 de Junho de 2013]. Disponível na www: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/113.pdf>).

A IMPRESSIONANTE TELA DO JUÍZO FINAL DO MUSEU REGIONAL DE BEJA

Helena R. Duarte Tadeia

Mestre em Estudos do Património pela Universidade Aberta
Docente do Ensino não Superior (Agrupamento nº 1 de Beja)

Código Postal: 7800-399 Beja
studyandwork.mail@gmail.com

A impressionante tela do Juízo Final do Museu Regional de Beja

Helena Duarte Tadeia

Artigo recebido: 2014-05-01;

Artigo revisto recebido: 2014-07-04;

Artigo aceite: 2014-07-21.

Sinopse

Juízo Final (416 cm x 285 cm), magnífica tela atribuída aos pincéis do *fa presto* Bento Coelho da Silveira, célebre mestre do Barroco nacional e um dos mais operosos pintores portugueses, activo no país na segunda metade do século XVII.

A sua obra era quase ignota até os estudos do Historiador de Arte Luís de Moura Sobral virem revelar o alto mérito deste artista, de tónus virtuosista, fácil no compor e solto no colorido, aberto a influências tenebristas de índole castelhana, inspirado em modelos nórdicos, mas também franceses e italianos.

Da sua vida pessoal pouco se sabe e da sua formação artística ressalta o facto de ter sido discípulo do mestre penumbrista Marcos da Cruz (c^a de 1610-1683), sendo os anos melhor documentados da sua carreira artística aqueles em que esteve integrado na *Academia dos Singulares*, como poeta e como pintor, onde conheceu grande sucesso profissional, tendo atingido a consagração com a nomeação para o cargo de pintor régio de D. Pedro II.

Provavelmente proveniente de uma igreja pacense, entretanto demolida, a assombrosa tela setecentista do Museu Rainha Dona Leonor/Museu Regional de Beja, de mais de quatro metros de altura, apresenta inúmeras semelhanças com a obra conhecida do artista, desde logo nas fisionomias cheias, em determinados traçados anatómicos, na utilização de certas tonalidades e de uma ou outra evidência, assumidas como evidentes marcas autorais.

Palavras-Chave: quadro, obra, Bento Coelho da Silveira, pintor, cotejo.

A gigantesca tela de mais de quatro metros de altura que se encontra exposta numa das salas do *Museu Rainha Dona Leonor* ou *Museu Regional de Beja* – adiante designado de MRDL – representando o *Juízo Final* (416 cm x 285 cm), está atribuída a Bento Coelho da Silveira (1620-1708), célebre mestre do Barroco português, activo em Portugal a partir da segunda metade do século XVII (Figura 1 e Figura2).



Figura 1. Bento Coelho da Silveira (1620-1708), Juízo Final (416 cm x 285 cm) – óleo sobre tela –, MRDL, Beja. Foto da Autora.



Figura 2. Bento Coelho da Silveira (1620-1708), Juízo Final (416 cm x 285 cm) – óleo sobre tela –, MRDL, Beja. Foto da Autora.

Bento Coelho foi um dos mais operosos pintores nacionais da segunda metade do séc. XVII, dirigindo uma oficina que produzia, literalmente, em série, para todo o império português. Com actividade documentada ao longo de seis décadas, o pintor apresenta por isso uma vastíssima obra, compreendida entre a pequena tela destinada a uma simples capela particular e os grandes ciclos de decoração, patrocinados sobretudo pelo Clero e Nobreza, abrangendo quase todos os temas que então se executavam na pintura, desde a história religiosa à mitológica, passando pelo retratismo¹ e pela pintura de género, como alguns *floreros* e *bodegones*, de que não restam, infelizmente, quaisquer testemunhos plásticos².

No entanto, apesar da sua importância no seio da pintura nacional, até aos estudos de Luís de Moura Sobral este artista não passava de um nome pouco conhecido, nomeado *en passant* nas histórias de arte nacionais, sendo a sua obra, conseqüentemente quase ignota.

A primeira nota biográfica sobre o pintor só aparece quase meio século depois do seu desaparecimento, pela mão de Pietro Guarienti, no *Abecedario Pittorico* publicado em 1753³, já que o célebre tratado da autoria do seu exacto contemporâneo Félix da Costa Meesen⁴, incompreensivelmente não se lhe refere.

Datam dos inícios do século XIX as primeiras – e únicas, praticamente até aos nossos dias – fortunas críticas de Bento Coelho, elaboradas por José da Cunha Taborda (1815) e Cirilo Wolkmar Machado (1823)⁵. A abordagem de Taborda consiste no primeiro ensaio de índole crítica e histórica acerca do pintor, apresentando uma lista das principais pinturas do artista, bem como dos locais onde à data se conservavam. Tanto Taborda como Cirilo fazem íntegros juízos à obra e estilo do pintor, ambos se referindo, por um lado, à sua grande capacidade de composição mas, por outro, ao seu estilo por vezes incorrecto, resultante de uma certa negligência do traçado⁶.

Duas décadas depois de Cirilo, em 1846, surgem as publicações de Rackzynski, muito embora estas não fizessem jus à genialidade do artista, classificada que foi pelo Conde de «pincelada descuidada» e «mediocre» alguma da produção de Bento Coelho⁷, a que não seria por certo indiferente a sua condição de *fa presto*⁸.

Já no século XX saem a lume os trabalhos de Sousa Viterbo (1903) e Reinaldo dos Santos (1927 e 1950), este último, como observou Luís de Moura Sobral, faz notar a influência da pintura seiscentista espanhola na arte de Bento Coelho, tal como Martin Sória (1959), que fez notar as semelhanças de estilo entre o mestre português e os seus contemporâneos andaluzes Valdés Leal e Matias de Arteaga⁹.

¹ Cf. SOBRAL, L. de M. (1998) - *Bento Coelho e a Cultura do seu Tempo*. Lisboa: IPPAR, p. 19.

² SERRÃO, Vitor (2003) - *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa: Ed. Presença, volume IV, p. 68.

³ Sobral, *op. cit.* p. 20.

⁴ Trata-se da obra intitulada *Antiguidade da Arte da Pintura*, publicado em 1696.

⁵ TABORDA J. da C. (1815) - *Regras da Arte da Pintura* e MACHADO C. W. (1922) - *Colecção de Memórias*.

⁶ Entenda-se por *traçado* o contorno de formas e de figuras.

⁷ Rackzynski, *apud* L. M. Sobral, *op. cit.* p.475.

⁸ Tradução livre: “faz depressa”, sendo bem conhecido o seu modo de pintar com inusitada rapidez.

⁹ Soria *apud* Sobral, *op. cit.*, p. 478.

Mais recentemente, para além de alguns estudos pontuais de historiadores como Túlio Espanca e Vítor Serrão, são referência, como se disse, as investigações de Luís de Moura Sobral, sendo este historiador o autor dos estudos de maior alcance existentes até à data sobre o pintor português.

Segundo Sobral, são escassos os conhecimentos actuais acerca da personalidade de Bento Coelho, da sua vida familiar e profissional, pouco mais se sabendo para além daquilo que é transmitido pela sua própria arte e pela *Homenagem da Academia dos Singulares* – um laudatório tributo ao pintor, pelos poetas do seu tempo, publicado em 1670 e sem paralelo na Europa coetânea, o qual confirma a importância artística deste mestre do Barroco nacional¹⁰.

De acordo com o mesmo historiador, o único documento encontrado até hoje que se refere ao nascimento e morte de Bento Coelho da Silveira guarda-se na Biblioteca Pública de Évora e data de 1834. Trata-se do manuscrito intitulado *Statística Dos Pintores* e que dá Bento Coelho como nascido no ano de 1620 e falecido em Lisboa em 1708¹¹.

Sobre a formação artística do pintor também pouco se conhece, sendo que Sobral aponta o seu início para meados da década de 30 de Seiscentos, tendo possivelmente aprendido na oficina de Marcos da Cruz (c^a de 1610-1683), um mestre penumbriista muito louvado mas, também ele quase desconhecido até há pouco tempo, não fora a investigação do mesmo historiador.

O citado autor aponta a data 1649 como aquela em que o pintor aparece mencionado pela primeira vez na Irmandade de S. Lucas – teria então à volta dos vinte e nove anos de idade – só voltando a ser mencionado na mesma documentação cerca de trinta anos depois, em 1679, altura em que já era pintor consagrado, nomeado que fora no ano anterior pintor régio do monarca D. Pedro II, substituindo no cargo o pintor Domingos Vieira, o *Escuro*.

Depois desta data, a Irmandade de S. Lucas volta a dar notícias de Bento Coelho em mais quatro ocasiões: nos anos de 1690, 1694, 1698 e por último em 1701.

O período entre 1665 e 1670 é a fase melhor documentada da vida do pintor pois corresponde aos anos em que esteve integrado na *Academia dos Singulares*, como poeta e como artista. Luís de Moura Sobral considera este período como determinante na carreira de Bento Coelho, pois para além de lhe ter possibilitado a aquisição de uma cultura ímpar, permitiu-lhe o contacto com uma vasta clientela, o que terá contribuído directamente para o seu grande sucesso¹².

Da descendência de Bento Coelho apenas se sabe da existência de um filho, um monge agostinho de seu nome Frei José de Jesus Maria, desconhecendo-se tudo o mais a respeito do pintor, desde a sua filiação, ao casamento ou até restante (?) descendência.

Bento Coelho da Silveira terá falecido no ano de 1708 e sido sepultado em S. Domingos.

Sobral situa o período mais intenso da carreira artística do pintor entre 1683 e o ano do seu desaparecimento, época em que pintou dezenas de quadros para a Igreja e para particulares, um pouco de norte a sul do país, incluindo as ilhas, Brasil e até a Índia.

¹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 25 e 471.

¹¹ *Idem, Ibidem*.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 27.

Aquele que tradicionalmente tem sido considerado como o seu primeiro quadro conhecido, uma *Lamentação* pintada a óleo sobre cobre, outrora pertencente à coleção particular da Viscondessa de Sacavém, está assinado e datado de 1656. No entender de Moura Sobral, esta é uma obra ecléctica e desconcertante¹³, a fazer lembrar os modelos maneiristas de Morales e Valdés, apresentando simultaneamente semelhanças com as primeiras obras de Josefa d' Ayala.

Porém, este investigador aponta para o lugar de primeiro quadro de Bento Coelho, uma outra obra considerada de feitura mais recuada, uma *Anunciação* – semelhante a tantas outras pintadas pelo artista e inspirada na obra do pintor português Fernão Gomes – pertencente às coleções da Misericórdia de Lisboa, hoje no Museu de S. Roque. Tanto um quadro como outro revelam ainda, segundo Sobral¹⁴, uma evidente procura de definição formal e estilística por parte do artista.

O mesmo historiador reconhece a Bento Coelho um excelente debuxo¹⁵ na fase anterior a 1670 – contrariando muito do que sobre o artista se tem dito a este respeito – marcando a sua produção desta altura um importante momento de evolução para uma pintura propriamente barroca, o que se verifica, portanto, antes do que se pensava, já por volta do referido ano.

O pintor apresenta um estilo virtuosista, fácil no compor, com pinceladas largas, rápidas e vigorosas, pessoalizado de receitas e solto no colorido, aberto a influências tenebristas de sinal castelhano e modelos de inspiração nórdica, mormente *rubensiana*, como adiante se explicitará, mas também francesa e italiana¹⁶.

As suas fisionomias são cheias, as formas largas e amplas e os panejamentos apresentam tratamentos fluidos e vaporosos. De típica composição, resultando quase como que numa marca autoral, são os grupos de anjinhos a esvoaçar ou tocando harpa.

A paleta do artista apresenta tons quentes, com violáceos e vermelhos a acentuar a preferência, embora também predominem os brancos, pretos, cinzas e azuis. Alguns estudos laboratoriais, realizados por investigadores como Filipa Moniz ou António Cruz¹⁷, vieram revelar a existência dos mesmos pigmentos constituintes da camada pictórica em diversas obras atribuídas ao artista.

Em final de carreira, o estilo do artista evolui para a desmaterialização das formas, para um dinamismo expressionista e uma abertura de cores, que reflectem já uma viragem estética. A arte de Bento Coelho distingue-se ainda pela realização de temas pouco comuns, de que são exemplo as *Alegorias da Cruz*, da igreja do Convento de Nossa Senhora da Quietação, antigo Convento das Flamengas de Alcântara, em Lisboa, *Jesus recolhendo as Vestiduras*, da

¹³ *Idem, Ibidem* p. 29.

¹⁴ Tanto a *Lamentação* como a *Anunciação* podem ser apreciadas em Sobral, *op. cit.* pp. 192-193.

¹⁵ *Desenho*, em linguagem artística.

¹⁶ Serrão, *op. cit.*, p. 68.

¹⁷ Como MONIZ, F. D. (2010) - *Bento Coelho da Silveira na Igreja Matriz de S. João Baptista*. [Lisboa?]: FCT/UNL, texto policopiado e CRUZ, A. J. (1999) - *Da Sombra para a Luz – Materiais e Técnicas na Pintura de Bento Coelho da Silveira*. [Lisboa?]: Instituto Português do Património Arquitectónico. As conclusões de tais estudos permitiram identificar, a título de curiosidade, o uso do vermelho (HgS) e do vermelho chumbo (Pb₃O₄) para a cor vermelha, do branco de chumbo (2 PbCO₃Pb(OH)₂) para a cor branca, do negro de carvão (composto de carbono) para a cor preta e do esmalte (vidro de cobalto) para a cor azul. Cf. Moniz, *op. cit.* pp 13-18; 20.

Igreja do Convento da Ordem de S. Salvador, actual igreja de Santo Agostinho, ou o *Menino Jesus deitado na Cruz*, retábulo do Altar da Sacristia da Sé de Castelo Branco, estas últimas duas obras ainda *in situ*.

De inspiração flamenga, a tela do *Juízo Final* do MRDL segue modelos homónimos de Hans Memlig (c.ª 1430-1494) e Maarten de Vos (1532-1603) e está atribuída a Bento Coelho da Silveira (Figura 3 e Figura 4).

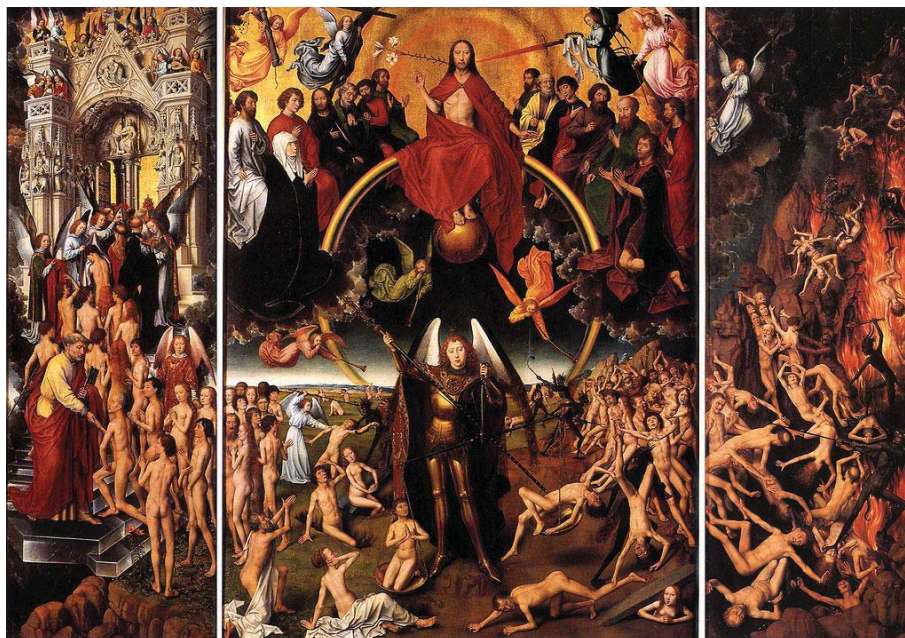


Figura 3. Hans Memling (c.ª 1430-1494), Juízo Final. Foto do Museu Nacional de Gdansk, Polónia.



Figura 4. Maarten de Vos (1532-1603), Juízo Final. Foto do Museo de Bellas Artes de Sevilla.

Embora desconheçamos a autoria desta atribuição, dela não discordamos, desde logo devido às mais que evidentes analogias composicionais, que imediatamente saltam à vista, com um painel do mesmo tema, intitulado *S. Miguel e as Almas do Purgatório*, da autoria de Bento Coelho, existente na Igreja de Almacave, em Lamego (Figura 5).



Figura 5. Bento Coelho da Silveira (1620-1708), *S. Miguel e as Almas do Purgatório*, final do séc. XVII, Lamego, Igreja de Almacave. Foto Vítor Serrão, 2003.

De facto, no cotejo das duas obras contam-se inúmeras semelhanças, a começar pelos protagonistas, que são os mesmos em ambos os painéis, ocupando até, embora com ligeiras variações, praticamente os mesmos posicionamentos. Todavia, enquanto as posições de alguns personagens acentuam as semelhanças, o traçado e o dimensionamento dos mesmos salientam as diferenças entre ambas as pinturas, sublinhando a solenidade do quadro pacense face a um cariz intimista, mundano e familiar transmitido na pintura de Lamego.

Assim, tanto num como noutro painel, a localização central da Virgem é semelhante, relembando ao espectador o Seu papel de mediação no contexto de salvação das almas. Contudo, na tela de Beja, a Virgem apresenta-se numa atitude introspectiva, alheada do momento, como que intercedendo pelos homens unicamente através das suas preces. Já na composição de Lamego, a Virgem – para além de apresentar uma localização ligeiramente mais consentânea com a sua condição de mediadora, sentada quase ao lado do Cristo e do Padre Eterno – surge interveniente, interpelando Cristo em direcção às almas em agonia, numa postura aqui particularmente enfatizada pela posição de ambas as mãos: a esquerda apoiada sobre o peito e a direita, de palma virada para cima, estendida na direcção da cena, num gesto de compaixão, como que rogando ao Salvador clemência para com os mortais.

Quanto às posições de Cristo e do Arcanjo S. Miguel, são elas que em ambas as pinturas particularizam os momentos representados, como partes de um acontecimento maior, e bem assim, as distintas titulações dadas às duas obras, sublinhando as grandes diferenças que afinal existem entre obras tão semelhantes.

No painel de Lamego, Cristo acha-se sentado à direita do Padre Eterno, posição contrária à que ocupa na composição de Beja, onde, momentaneamente, parece ter abandonado o Seu lugar à direita do Pai, para justamente dirigir toda a acção a partir do topo central da composição. A conjugação do seu posicionamento com a “diluição” da figura do arcanjo no seio da “desordem” cénica – apesar do seu lugar central, S. Miguel apresenta aproximadamente as mesmas dimensões de alguns dos restantes personagens, encontrando-se inclusive, perspectivamente no mesmo plano que outros intervenientes – justifica naturalmente o título, *Juízo Final*, o exacto momento do julgamento eterno feito por Deus Pai sobre todas as nações, liderado por Jesus Cristo, numa segunda vinda à Terra.

Todavia, é na figura do Arcanjo S. Miguel que residem as maiores diferenças entre as duas pinturas, pois, apesar de ambos os arcanjos se apresentarem em destaque, tal importância é bem diferenciada de um painel para outro, desde logo porque o arcanjo de Beja não se constitui como único protagonista da acção, contrariamente ao de Lamego.

De facto, na composição de Almacave, o momento profano, intimista e quase alheio que parecem protagonizar Cristo, a Virgem e Deus Pai, conjugado com as dimensões e o excelente enquadramento do arcanjo – num plano avançado sobre a composição que o parece elevar da agitação circundante, conferindo-lhe como que proporções tridimensionais – imprimem-lhe todo o protagonismo, tornando-o senhor da cena (daí a muito bem atribuída titulação *S. Miguel e as Almas do Purgatório*), o que não acontece de todo no painel pacense, onde o arcanjo, não sendo o único, é apenas um dos protagonistas.

À semelhança da mão da Virgem, também a figura do arcanjo de Beja constitui cópia fidelíssima daquela do quadro de Lamego, muito embora outras semelhanças com obras de outros pintores não sejam de menosprezar, como as que vamos encontrar, desta feita, numa pintura de Villalpando, contemporâneo de Bento Coelho. Efectivamente, o arcanjo assemelha-se na pose e nas roupagens ao *S. Miguel Arcanjo*, pertencente aos pincéis do pintor mexicano Cristóbal de Villalpando (1649-1714), hoje no Wadsworth Atheneum (Hartford – Connecticut), inspirado num modelo de igual titulação de Maarten de Vos (Figura 6 e Figura 7).



Figura 6. Juízo Final – pormenor (S. Miguel). Foto da Autora.



101 *S. Miguel Arcanjo*, Cristóbal de Villalpando
Foto Wadsworth Atheneum

Figura 7. Cristobál de Villalpando (1620-1708), S. Miguel Arcanjo. Foto Luís de Moura Sobral, 1998.

O posicionamento geral do corpo do arcanjo pacense, ligeiramente voltado à direita e sobretudo a posição dos membros, com o braço direito erguido segurando o mesmo tipo de cruz que o seu homónimo segura na mão contrária (cruz idêntica ao modelo que se observa no S. Miguel Arcanjo de Crispin de Passe, inspirado no protótipo do antuerpiano Maarten de Vos), o braço esquerdo em baixo (segurando uma balança) e a perna direita ligeiramente avançada em relação à esquerda (embora no modelo de Villapando se observe posição contrária das pernas, com a esquerda a avançar sobre a direita), são indícios que revelam a proximidade destas duas artes, confirmando os pareceres de Taborda e Martin Sória, que perspicazmente a observaram.

Considere-se ainda algumas particularidades das roupagens do arcanjo de Beja, as quais se assemelham às do S. Miguel de Villalpando, como o colorido idêntico da parte superior do uniforme, a exuberância do elmo ou a leveza dos tecidos, que lhe deixam a descoberto a perna direita, fazendo simultaneamente lembrar a “ousadia” do anjo Gabriel, da *Anunciação coelhesca* das Comendadeiras de Avis.

Apesar da relevância do S. Miguel no painel do MRDL, o protagonismo pertence à figura do Salvador, que de igual modo nos merece atenção redobrada.

Encimando a cena, o desenho da figura de Cristo é desde logo marcado por alguns erros de anatomia: o incorrecto traçado do tronco, de volumetria imperfeita e desproporcional, não suporta as dimensões da cabeça devido a um quase inexistente enquadramento dos ombros. Esta ausência é acentuada pelo comprimento e vigor do braço e mão direitos, que erguidos deixam perceber uma dimensão corporal contraditória, incompatível com o raquitismo do tronco, talvez justificado pelas dimensões da cruz que Cristo sustém. De facto, a cruz deixa-nos a impressão de ter faltado ao artista espaço na tela para a dimensionar (Figura 8).

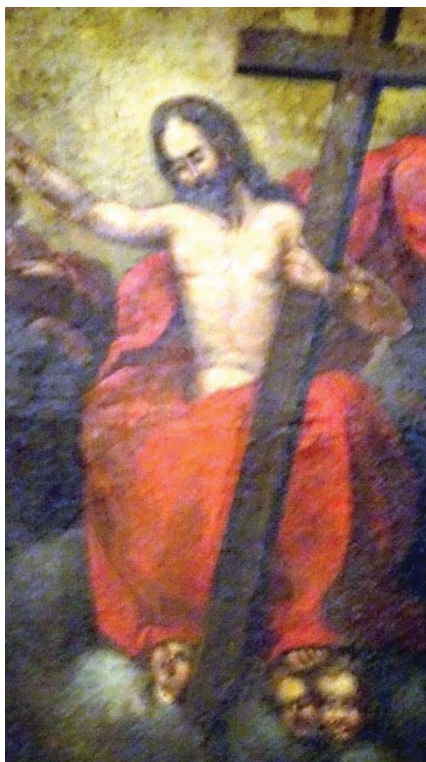


Figura 8. Juízo Final – pormenor (Cristo). Foto da Autora.

À primeira vista, tais aspectos quase parecem dar razão a Cirilo Machado nas críticas que tece ao pintor, ao afirmar que Bento Coelho «pintava de prática e quase sempre improvisando»¹⁸ e que não são, de todo, consentâneos com a posição de protagonista que o Salvador ocupa no seio da composição.

Outra hipótese que se poderia considerar para justificar a incorrecção da dimensionalidade do corpo de Cristo seria a da intervenção de outro pintor, de menores recursos, responsável por aquela execução. Porém, não nos parece provável que o mestre deixasse a cargo de quaisquer outras mãos o traçado de uma personagem principal, antes nos remetendo para uma opção estética pessoal muito própria do Barroco: «a manifestação da individualidade do artista através da liberdade e rapidez do gesto criador»¹⁹, o que motivou a sua condição de *fa presto*, por que veio a ficar conhecido.

Apesar da fragilidade do traçado do corpo do Salvador é ele que demarca o único ponto de fuga existente na composição, aberto até ao infinito, como que a relembrar ao espectador que é n' Ele que reside a Vida Eterna.

Este luminoso ponto de fuga, a par de outros elementos, como a moderação nos semblantes, que se apresentam menos cheios, contribuem largamente para acentuar a solenidade da cena, que ganha imponência para o painel de Lamego. Este surge mais liberto na cor e no debuxo, onde as fisionomias, mais cheias, concorrem para gerar uma cena plena de movimento, mais mundana, quase a fazer lembrar a maneira ingénua de Josefa.

Para além das inúmeras semelhanças da pintura de Beja com a de Lamego, são perceptíveis no quadro do MRDL, afinidades várias com a restante obra de Bento Coelho, desde logo por se tratar de uma composição marcada pelo dinamismo, com grupos de figuras dispersos, como é comum no pintor, assim como algumas tipologias de desenho, os já referidos semblantes, rostos e corpos cheios que embora menos intensos que os de Lamego, se observam, mormente, na Virgem e na personagem genuflectida, em baixo, à esquerda e de uma maneira geral, nas restantes almas desnudas que povoam a cena (Figura 9).



Figura 9. Juízo Final – pormenor (semblante – em baixo, à esquerda). Foto da Autora.

¹⁸Cirilo Volkmar Machado *apud* Moura Sobral, *op. cit.*, p. 20.

¹⁹ Serrão, *ibidem*.

A fisionomia e postura da Virgem do MRDL são muito semelhantes às de outras “Virgens” e de algumas figuras femininas da lavra de Bento Coelho, tanto no traçado do rosto como sobretudo na acentuada inclinação da cabeça (Figura 10 e Figura 11).

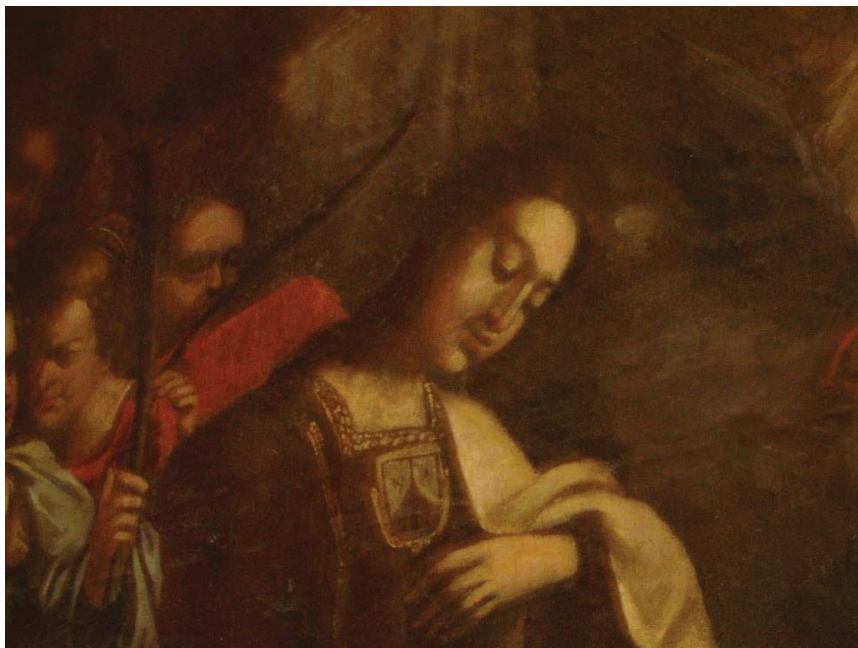


Figura 10. Juízo Final – pormenor (Virgem). Foto da Autora.

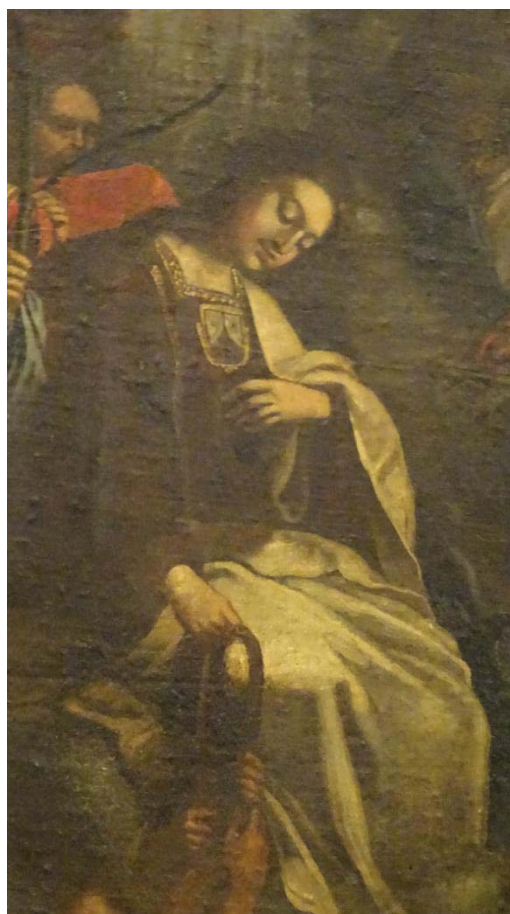


Figura 11. Juízo Final – pormenor (Virgem). Foto da Autora.

Ambos os aspectos são observáveis nas “Virgens” da *Apresentação do Menino no Templo*, de Vila Fresca de Azeitão – colecção particular de Vítor Manuel Dinis Oliveira – da *Adoração dos Pastores* do Museu Nacional de Machado de Castro, da *Virgem com o Menino e a visão da Cruz* do Departamento de Gestão da Universidade Nova de Lisboa e da *Anunciação* da Igreja da Encarnação das Comendadeiras de Avis, em Lisboa, todas obras da autoria do pintor. Idênticas semelhanças encontrámos ao nível do posicionamento geral da figura de Sta. Ana (mas sobretudo no posicionamento da cabeça), da tela intitulada *Virgem Menina com Sta. Ana e S. Joaquim*, proveniente do Convento de S. Félix de Chelas²⁰.

Também a posição e o traçado da mão da Virgem, colocada horizontalmente sobre o peito, com o seu dedo indicador ligeiramente afastado dos restantes, fazem lembrar as mãos de outras “Virgens” *coelhescas*, nomeadamente a de Lamego, cópia quase fiel, bem como outras, de que são exemplos: a da *Anunciação* de Estremoz e a das referidas “Virgens” das telas do Gabinete de Gestão da Universidade Nova de Lisboa e da *Anunciação* da Igreja da Encarnação.

Igualmente são características deste mestre do Barroco nacional, certas tonalidades, com destaque para os típicos tons púrpura, que emanando força, se encontram especialmente presentes nos panejamentos, devolvendo às figuras neles envolvidas, vigor e dinamismo.

Segundo a investigadora Carmina Montezuma de Carvalho, «o sistema visual e estrutura mental de cada individuo geram preferência por determinadas cores, as quais reflectem estados cognitivo-emocionais diversos, revelando as paletas dos artistas estas tendências cromáticas»²¹. Assente neste pressuposto, as preferências cromáticas individuais de Bento Coelho parecem traduzir uma personalidade artística também ela pujante e repleta de vitalidade.

Na tela de Beja, os tons vermelhos observam-se maioritariamente nos panejamentos de Cristo e de outra personagem a seu lado, embora aqueles que se vislumbram por detrás da Virgem não sejam de somenos importância. De facto, em qualquer dos casos tais tons contribuem para que a composição saia realçada por uma nota de cor de forte intensidade, a qual identifica os protagonistas de entre a amálgama de personagens, como que secundarizando outras figuras importantes em redor – nomeadamente o Padre Eterno e o arcanjo S. Miguel – relembrando ao espectador os papéis primordiais do Filho de Deus e de Sua Mãe no julgamento final, um pouco à semelhança do que acontece no painel do *Encontro de Jesus com sua Mãe* (que integra o ciclo da *Via Crucis* pintado por Bento Coelho para a Catedral de S. Luís do Maranhão, no Brasil), onde o tom forte do manto de S. João quase desvanece a figura da Virgem, acentuando a sua fragilidade²². Também no painel de Lamego, os tons púrpura – aqui mais intensos – realçam e dinamizam os dois personagens mais importantes da acção.

Em variadíssimos painéis do artista se pode observar esta característica, que dada a frequência com que se repete apresenta-se quase como que mais uma marca autoral. De facto, escassas são as pinturas de Bento Coelho onde os contrastes de tonalidade não se mostram marcados pela introdução de um ou outro elemento púrpura, que maioritariamente intensifica o dinamismo das composições. Os exemplos são numerosos, dos quais destacamos a *Adoração dos Magos* e a *Aparição de Cristo à Virgem* do Museu de S. Roque, a *Adoração dos*

²⁰ Estas pinturas podem ser apreciadas em Sobral, *op. cit.*, pp. 273, 216, 363, 365 e 293, respectivamente.

²¹ Cf. CARVALHO, M. C. M. (2012) - *A luz na interpretação visual da obra de arte*. [Lisboa?]: UL/FBA, texto policopiado, p. 143.

²² Sobral, *op. cit.* p. 78.

Magos das Comendadeiras da Encarnação e as “Anunciações” do Museu Nacional de Machado de Castro e da Igreja das Flamengas em Lisboa. Nesta última tela, a posição do anjo Gabriel, prostrado diante de Maria, é dinamizada pelas rubras vestes, assim como na *Crucificação*, proveniente do Convento da Penha de França, hoje no MNAA, onde a tonalidade das roupagens do carrasco da direita acentua o horror e a tenebrosidade da cena²³.

Esta preferência cromática remete-nos, inevitavelmente, para influências *rubensianas*, ainda que incoerências temporais demonstradas por Luís de Moura Sobral contrariem notícias sobre a passagem simultânea dos dois artistas por Espanha²⁴. No entanto, tal não invalida que Bento Coelho não possa facilmente ter adquirido em Lisboa conhecimentos sobre a obra de Rubens, nomeadamente através do contacto com inúmeras estampas e gravuras, que amplamente difundiram por toda a Europa a obra deste mestre flamengo. Em variadas pinturas de lavra *rubensiana* saltam à vista vestes em tons púrpura, que à semelhança do que acontece na obra de Bento Coelho, impregnam as figuras que as envergam, de protagonismo, robustez e vitalidade²⁵.

Toda a composição pacense é marcada pela linha de força diagonal que lhe imprime o posicionamento da cruz de Cristo, que do alto da sua posição parece conduzir toda a cena. Para além desta linha de força, considere-se também a que é marcada pela cruz do arcanjo e a extremidade dos dedos da mão direita da figura de Deus. A importância de ambas as diagonais parece hierarquizar a autoridade de duas das principais figuras sobre a acção.

No que diz respeito ao enquadramento deste painel dentro da obra pictórica do artista, consideramos que o mesmo talvez possa pertencer a uma fase intermédia, anterior ao de Lamego, embora possivelmente não muito longe da derradeira fase da sua produção, se considerarmos determinados aspectos que a aproximam e outros que pelo contrário, a desviam do novo estilo que então despontava. A ainda perceptível separação entre os mundos celeste e terrestre, a revelar algum distanciamento face ao Barroco, é um exemplo claro do que se acabou de dizer, uma vez que em fase final de carreira, como bem notou Sobral, Bento Coelho abandona este esgotado modelo tridentino a favor de uma concepção claramente barroca, fundindo ambos os universos, à semelhança do que acontece na *Anunciação das Comendadeiras de Avis*. Por outro lado, a já referida ousadia do arcanjo S. Miguel, que de perna descoberta revela uma maior proximidade à nova arte, a qual, em finais do séc. XVII já havia destronado por completo o ultrapassado decoro tridentino.

Da sua proveniência, a prospecção arquivística realizada não trouxe a lume qualquer informação. Todavia, declinamos a hipótese de poder ter pertencido às colecções de Frei Manuel do Cenáculo – de onde provem aliás, cerca de sessenta a setenta por cento da colecção exposta do MRDL²⁶ – uma vez que dos inventários do espólio do clérigo não consta qualquer painel com título semelhante ou aproximado, sendo que, pelas suas características, o painel não teria decerto passado despercebido aos inventariantes.

²³ Cf. toda a descrição dos variados cotejos nos quadros-síntese, anexos ao presente artigo.

²⁴ Cf. Sobral, *op. cit.*

²⁵ Como exemplo do que se acabou de dizer, veja-se, entre muitos outros casos, *O Rapto das Filhas de Leucipo*, c. 1617, da Alte Pinakothek – Munique; *Vênus e Adónis*, do Metropolitan Museum of Art – Nova Iorque; ou *A Educação de Maria de Médici*, c. 1622-1625, integrado no ciclo de Maria de Médici, do Musée du Louvre - Paris.

²⁶ Para mais informações sobre esta matéria, cf. a dissertação de mestrado da autora intitulada *Contributos para o Estudo da Colecção de Pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja)*, 2013.

São precisamente tais dimensões que nos induzem na possibilidade de poder ter integrado o retábulo de alguma capela de igreja ou convento da cidade pacense, conforme aliás parecer de Túlio Espanca²⁷, que o dá como proveniente da igreja Paroquial de S. João (Beja), entretanto demolida.

O quadro encontra-se exposto na Sala de Pintura Setecentista Portuguesa, mais precisamente na parede Nascente, estando neste local pelo menos desde o ano de 1983.

Encontra-se em bom estado de conservação apesar de apresentar uma película cromática algo escurecida, o que dificulta uma apreciação mais fidedigna da composição e faria, por certo, passar despercebido o seu merecimento artístico, não fora as suas assombrosas proporções.

Até à data não chegou a sofrer qualquer tipo de restauro ou estudo material, pois as suas dimensões fora do comum inviabilizam a saída para fora da sala onde se encontra exposto, cuja porta de entrada teve de ser parcialmente demolida para lhe permitir a passagem.

O restauro desta obra poderia constituir uma oportunidade ímpar para os tão necessários estudos materiais que, aliados às interpretações ora expostas, trariam eventuais novidades interpretativas, que certamente iriam muito para além daquilo que a vistoria estética consegue alcançar.

O estudo material da obra *in situ* poderia constituir-se como alternativa a outras mais radicais ou arriscadas como a deslocação da obra do seu local de exposição – o que implicaria uma incontornável demolição parcial da parede – ou a desincorporação da própria tela da respectiva moldura, soluções contudo inevitáveis, no que concerne a possíveis participações futuras em exposições da especialidade.

Entre outras, técnicas como a reflectografia de infravermelho ou a radiografia poderiam revelar a existência de desenho subjacente sob a camada pictórica, mediante a reflexão e/ou absorção selectiva de radiação por parte dos diferentes materiais constituintes²⁸.

Desenhos, traços, inscrições, entre outras alterações ocultas debaixo da tinta, poderiam assim ser revelados, viabilizando maiores conhecimentos sobre a técnica de execução do artista e, no limite, esclarecer a autoria²⁹.

Questões como o “incorrecto” traçado do corpo de Cristo ou o tipo de pigmentos utilizados poderiam vir a ser esclarecidas, mediante recurso a estas tecnologias. Poder-se-ia assim confirmar se a figura de Cristo é efectivamente da lavra do artista, ou, por outro lado, se houve lugar à intervenção de outras mãos, de menores recursos. Também a comprovação da existência dos mesmos pigmentos, já identificados por investigadores citados, em outras obras de Bento Coelho, seria mais um reforço à questão da autenticação.

Contudo, a mesma razão que estorva o restauro e adia o estudo material levanta ainda outros problemas, como o da segurança/salvaguarda e divulgação da obra. A fragilidade da sua condição física torna-a também numa peça em risco, porque a deixa à mercê das agruras que o

²⁷ Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Beja*, vol. I, Lisboa: Gráfica MaiaDouro, 1992, p. 201.

²⁸ INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (2011) - *Primitivos Portugueses: 1450-1550 – O Século de Nuno Gonçalves*. Lisboa: MNAA/Athena, p. 294.

²⁹ *Idem, ibidem*.

tempo pode infligir, tanto na própria obra como na estrutura desta parte do edifício onde se encontra situada, à semelhança do que já aconteceu com a ala que alberga as salas de pintura primitiva e espanhola, onde um desabamento parcial do tecto colocou em risco a segurança de peças e visitantes.

Da mesma forma, tem impedido que integre qualquer exposição para lá das instalações do MRDL, muito embora esta questão traga à colação outras reflexões, que vão muito para além das particulares e especiais características desta peça.

Apesar das suas invulgares dimensões, este painel já poderia ter sido dado a conhecer em eventos da especialidade, assim houvesse atenção e disponibilidade por parte dos especialistas, cujo contacto com a obra tem sido ténue, ou mesmo nulo.

Em boa verdade, tanto a museologia, como a pintura portuguesa – apesar das importantes investigações efectivadas por peritos de renome, essencialmente na área da pintura – são terrenos ainda pouco desbravados, sobretudo no que respeita a instituições, obras e colecções geograficamente fora dos grandes centros, urbanos e artísticos, salvo algumas excepções consideradas por um ou outro especialista mais atento.

Os espaços museológicos situados na província teimam em ser encarados como culturalmente periféricos, relativamente à macrocefalia da capital, sendo que esta circunstância tem contribuído para subvalorizar a sua importância e a riqueza dos seus espólios, quase desconhecidos e desatentamente apreciados³⁰.

A instituição que tem à sua guarda o painel que ora estudamos, tem sido e continua a ser actualmente pouco valorizada, tanto mais que alguns daqueles que maior estima lhe deveriam nutrir são os primeiros a negligenciá-la, ao ponto de o risco de encerramento ser uma realidade preocupante e que tem vindo a ganhar forma nos últimos tempos.

Do mesmo modo se encontra o seu acervo pictural injustamente esquecido pelos especialistas, de tal forma que apesar dos seus longos anos de existência, a colecção ainda não dispõe de catálogo de pintura.

Este espaço, onde o desinvestimento é notório – e se faz sentir de forma cada vez mais acentuada, devido quer à conjuntura socioeconómica que afecta o país em particular e a Europa de forma generalizada – constitui um dos mais importantes conjuntos arquitectónicos da capital do Baixo-Alentejo, cuja fundação remonta ao século XV. Alberga actualmente, entre outras, uma variada e rica colecção de pintura, que conta com exemplares de pintura primitiva portuguesa, pintura espanhola do séc. XVII, pintura flamenga dos sécs. XVI e XVII e pintura portuguesa setecentista, atribuídos a consagrados mestres nacionais (ou que em Portugal desenvolveram a sua arte) e estrangeiros, que importa reconhecer, estudar e divulgar³¹.

³⁰ TADEIA, Helena (2013) - *Contributos para o Estudo da Colecção de Pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja)*. [s.l.]: [s.n.], texto policopiado, p. 17.

³¹ *Idem, ibidem.*

Uma obra quase ignota, uma colecção pouco valorizada, num museu insuficientemente divulgado, mas de importância fundamental, ainda que adormecida.

Conforme às palavras de Santiago Macias, o Museu Regional de Beja, qual «Bela Adormecida», urge reerguer do «seu esquife»³².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, M. C. M. (2012) - *A luz na interpretação visual da obra de arte*. Lisboa: UL/FBA, texto policopiado.

CRUZ, A. J. (1999) - *Da Sombra para a Luz – Materiais e Técnicas na Pintura de Bento Coelho da Silveira*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESPANCA, T. (1992) - *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Beja*. Lisboa: Gráfica MaiaDouro, vol. I.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (2011) - *Primitivos Portugueses: 1450-1550 – O Século de Nuno Gonçalves*. Lisboa: MNAA/Athena.

MACHADO C. W.; BERGER, F. (pref.) (2002) - *Tratado de Arquitectura & Pintura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACIAS, S. (17/01/2014) - O Museu Regional faz lembrar uma bela adormecida no seu esquife. *Diário do Alentejo*.

MONIZ, F. D. (2010) - *Bento Coelho da Silveira na Igreja Matriz de S. João Baptista*. Lisboa: FCT/UNL, texto policopiado.

SERRÃO, V. (2003) - *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa: Ed. Presença, vol. IV.



SOBRAL, L. de M. (coord.) (1998) - *Bento Coelho da Silveira e a Cultura do seu Tempo: 1620-1708*. Lisboa: IPPAR, catálogo de exposição.

TABORDA, J. da C. (1815) - *Regras da Arte da Pintura*. Lisboa: Imp. Régia.

TADEIA, H. R. D. (2013) - *Contributos para o Estudo da Colecção de Pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja)*. [s.l.]: [s.n], texto policopiado.

³² MACIAS, S. (17/01/14) - O Museu Regional faz lembrar uma Bela Adormecida no seu esquife. *Diário do Alentejo*.

QUADROS-SÍNTESE

	SEMELHANÇAS	DIFERENÇAS		
		Virgem	Cristo	Arcanjo S. Miguel
		Atitude da Virgem	Posições de Cristo e da Cruz	Protagonismo e dimensões
 <p>Bento Coelho da Silveira (1620-1708), <i>Juízo Final</i> – óleo sobre tela –, MRDL, Beja.</p> <p>[Foto da Autora]</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mesmos protagonistas: Cristo, Arcanjo S. Miguel, Virgem, Padre Eterno; Localizações semelhantes da Virgem, Arcanjo S. Miguel e Padre Eterno; Fisionomias cheias; Traçado e posição da mão esquerda da Virgem; 	<p>Introspectiva, alheada do momento, como que intercedendo pelos homens unicamente através das suas preces;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Posição de Cristo: Erecta, dirige a acção a partir do topo central da composição; Posição da Cruz: Cruz colocada em diagonal, da direita para a esquerda; 	<ul style="list-style-type: none"> Protagonismo: Não é o único personagem principal da acção, dividindo o protagonismo com Cristo; Dimensões: Idênticas às de Cristo Deus Pai e Virgem;
 <p>Bento Coelho da Silveira (1620-1708), <i>S. Miguel e as Almas do Purgatório</i>, final do séc. XVII, Lamego, Igreja de Almacave</p> <p>[Foto Vítor Serrão, 2003]</p>	<ul style="list-style-type: none"> Figura e posicionamento geral do Arcanjo S. Miguel e respectivos atributos; Grupos dispersos de figuras; Panejamentos púrpura, identificando e conferindo dinamismo aos protagonistas. 	<p>Interveniente, interpelando Cristo em direcção às almas em agonia, numa postura particularmente enfatizada pela posição de ambas as mãos: a esquerda apoiada sobre o peito e a direita, de palma virada para cima, estendida na direcção da cena, num gesto de compaixão, como que rogando ao Salvador clemência para com os mortais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Posição de Cristo: Sentado, à direita do Padre Eterno; Posição da Cruz: Cruz colocada em diagonal, da esquerda para a direita. 	<ul style="list-style-type: none"> Protagonismo: É o protagonista da acção; Dimensões: Superiores às de Cristo Deus Pai e Virgem.

	SEMELHANÇAS	COTEJO (com outras obras do artista)
VIRGEM	Fisionomia e postura (traçado do rosto e sobretudo a acentuada inclinação da cabeça)	<i>As virgens das obras:</i> - <i>Apresentação do Menino no Templo</i> (coleção particular de Vítor Manuel Dinis Oliveira – Vila Fresca de Azeitão); - <i>Adoração dos Pastores</i> (Museu Nacional de Machado de Castro); - <i>Virgem com o Menino e a visão da Cruz</i> (Departamento de Gestão da Universidade Nova de Lisboa); - <i>Anunciação</i> (Igreja da Encarnação das Comendadeiras de Avis - Lisboa); - <i>Virgem Menina com Sta. Ana e S. Joaquim</i> - posicionamento geral da figura de Sta. Ana - (Convento de S. Félix de Chelas).
	Mão (posição e traçado da mão da Virgem, colocada horizontalmente sobre o peito, com o seu dedo indicador ligeiramente afastado dos restantes)	- <i>S. Miguel e as Almas do Purgatório</i> (Igreja de Almacave em Lamego); - <i>Anunciação</i> (Estremoz); - <i>Virgem com o Menino e a visão da Cruz</i> (Departamento de Gestão da Universidade Nova de Lisboa); - <i>Anunciação</i> (Igreja da Encarnação de Lisboa);
	Panejamentos em tons púrpura	- <i>Encontro de Jesus com sua Mãe (ciclo da Via Crucis)</i> (Catedral de S. Luís do Maranhão, Brasil); - <i>S. Miguel e as Almas do Purgatório</i> (Igreja de Almacave, Lamego); - <i>Adoração dos Magos e Aparição de Cristo à Virgem</i> (Museu de S. Roque); - <i>Adoração dos Magos</i> (Igreja das Comendadeiras da Encarnação); - <i>Anunciação</i> (Museu Nacional de Machado de Castro); - <i>Anunciação</i> (Igreja das Flamengas em Lisboa)

DEAMBULANDO PELO SANTUÁRIO DE PANÓIAS: UM ESTUDO DOS PÚBLICOS DA CULTURA

Rute Teixeira

Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da
Universidade do Porto
Investigadora no Instituto de Sociologia da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
rteixeira@letras.up.pt

Deambulando pelo Santuário de Panóias: um estudo dos públicos da cultura

Rute Teixeira

Artigo recebido: 2014-05-05;

Artigo revisto recebido: 2014-06-19;

Artigo aceite: 2014-06-30.

Resumo

O trabalho de investigação aqui enunciado teve como principais objetivos caracterizar os públicos que visitaram o Santuário entre 1996 e 1999 e entre 2006 e 2011, e ouvir as suas opiniões e propostas de melhoria.

Palavras-chave: Públicos da cultura, valorização cultural, sítios patrimoniais, Santuário de Panóias.

Abstract

The research hereby presented focused the characterization of the public, whom has visited the Sanctuary between 1996 and 1999 and between 2006 and 2011, and listen to their opinions and their suggestions of improvements.

Keywords: Culture audiences, cultural development, heritage sites, Sanctuary of Panóias.

1. A VALORIZAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Nos dias que correm, a cultura possui uma centralidade singular, sendo condição essencial da existência humana, pois é pela cultura que o homem adquire o seu verdadeiro significado e o sentido do seu próprio destino.

Vivemos num mundo onde tudo está interligado, onde a cultura é entendida como o “modo de relacionamento humano com o seu real” (Certeau, 1993: 8), ou ainda, como o conjunto dos artefactos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem a sua vida material e simbólica.

A par do seu carácter simbólico, o que melhor define a cultura é o seu carácter criativo, sem este não existiria o produto cultural nem mesmo a atividade. A cultura traduz-se num

esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais que caracterizam um povo.

Mas refletir sobre a cultura implica também referenciar a importância dos conceitos de valorização cultural e de património, isto porque, estas conceções permitiram-nos fazer uma abordagem em termos de atratividade, autenticidade e diferenciação de uma região, condição através da qual esta será revalorizada em termos de imagem e de identidade.

Desta forma, a discussão em prol da valorização cultural deverá assegurar a “sustentabilidade futura de uma região, construindo e consolidando uma imagem credível e consistente, respeitando o património cultural enquanto bem não renovável” (Barata, 2002: 70).

Dada a relevância que estas temáticas possuem na nossa sociedade, torna-se fundamental consciencializar os indivíduos para a importância da conservação e valorização do património cultural.

Ao nível da temática da cultura encontramos autores como Ruiz (2006: 190) e Jorge (2000: 6) que entendem a valorização da cultura e do património cultural como um “elo de sustentação, de identificação, de herança e de riqueza histórica, bem como um suporte de diferenciação, atratividade e singularidade de uma região”.

De acordo com estes autores, interessa preservar o património como forma de perpetuar a memória coletiva, para dar a conhecer os valores culturais que transcendem a nossa sociedade, como relíquias que trazem consigo o legado histórico e a identidade de uma sociedade.

Ruiz (2006: 160) considera que a grande finalidade da cultura é a “orientação crítica para o desenvolvimento da vida intelectual, sendo os seus valores: verdade, beleza, justiça, santidade, realizados como produtos culturais concretos”.

Ainda debatendo este tema, o autor entende que “a cultura diz respeito a todas as criações positivas do homem, quer sejam de carácter material ou de índole espiritual, e a sua transmissão se processa simultaneamente das gerações mais velhas para as mais jovens, sendo muitas vezes geradora de conflitos e de resistência por parte dos indivíduos que constroem a nossa sociedade” (Ruiz, 2006: 166). Neste sentido, conclui-se que a cultura diz respeito a toda a criação diária que o Homem concretiza e que foi fruto das suas aprendizagens enquanto ser social.

Ora se a cultura detém uma forte relevância na sociedade atual, não poderemos também de deixar remeter tal proeminência, para a questão da valorização do património cultural. Mais uma vez, Ruiz (2006: 165) dedica-se a esta temática referindo que o património cultural “contempla tudo aquilo que caracteriza um povo, desde os vestígios pré-históricos, cidades antigas, monumentos e todo o legado herdado pelas gerações anteriores em termos de tradições, lendas e gastronomia, que nos atribuem uma identidade cultural e nos permite reconhecer como algo que faz parte do nosso Ser”.

Partilhando a mesma ideia, Cassola (1990: 31) argumenta que o “património cultural de uma região é constituído por todas as manifestações tangíveis e intangíveis produzidas na sociedade, constituindo-se como factores de identificação e de diferenciação de um povo”, incluindo simultaneamente “monumentos, lugares e objetos representativos de um legado histórico, bem como exemplos da cultura, arte popular, tradições, costumes e valores de um Povo” (Cassola, 1990: 31).

Fica desta forma patente, a relevância do conceito de património cultural imaterial, enquanto “reforço de um sentimento de identidade e continuidade que promovem o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana” (Manontoff, 2010: 158).

Ao analisarmos as atitudes e comportamentos da sociedade atual, verificamos que os indivíduos têm cada vez mais a percepção, de que é imprescindível a proteção cultural do seu património, bem como a transmissão destes valores às gerações vindouras, como forma de perpetuar um legado histórico que confere uma identidade social e cultural a cada cidadão.

É importante viver num país onde os bens culturais sejam entendidos como tesouros ou relíquias, portadores da história de cada nação, que nos concedem uma identidade única, e que nos distinguem dos outros povos, também eles portadores de uma vivência singular. Mas também, é fundamental que todos os cidadãos tenham a possibilidade de participar ativamente no usufruto do património cultural, como forma de desenvolvimento pessoal e de integração social, conferindo-lhes um sentimento de pertença e de patriotismo, mas também de sabedoria e conhecimento, tão relevantes no incremento de uma consciência social ativa.

Neste âmbito, o património cultural tem cada vez maior impacto na mobilização da população, sendo importante que a cultura, enquanto elemento transmissor de conhecimento e de valorização do indivíduo esteja á disposição de todos os públicos como fator de inclusão e de igualdade social.

De acordo com a UNESCO (2001) “as políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz”. Só uma cultura inclusiva é que contribuirá para um efetivo desenvolvimento da sociedade e respetivos cidadãos. Seguindo esta perspetiva “o desenvolvimento social ocorre, em primeiro lugar, pela valorização dos cidadãos que constituem uma sociedade, pelo respeito às suas práticas culturais e pelo acesso ao conhecimento” (Brant, 2002: 18). Assim sendo, cultura e sociedade estão inteiramente interligadas.

É neste campo que a “sociologia da cultura constitui uma aposta completa para analisar a permeabilidade da cultura nas diferentes realidades sociais, convidando-nos a repensar as disposições metodológicas que serão necessárias para incidir na emocionalidade humana” (Alexander, 2000: 220).

Se cultura diz respeito a tudo aquilo que envolve o homem enquanto ser social, ficando este sujeito, à transmissão de valores morais e éticos, e de um legado histórico que por um lado, condiciona o seu desenvolvimento enquanto pessoa, e por outro, define a sua identidade, não se pode separar do conceito de “públicos da cultura”, na medida em que as dinâmicas sociais vão sofrendo mutações em função das variações culturais que emergem na sociedade.

Torna-se, desta forma, fundamental entender a questão dos públicos da cultura, pois segundo Santos (2004: 80) esta percepção permite “que as instituições culturais e as instâncias políticas possam encontrar respostas adequadas para a momentosa questão dos novos públicos”.

2. OS PÚBLICOS DA CULTURA

O conceito de públicos da cultura, em termos genéricos, diz respeito a todos aqueles e aquelas suscetíveis de consumir atividades culturais. No entanto, cada autor aborda a temática de acordo com a sua perspetiva, verificando-se uma evolução em termos sociológicos deste conceito, ao longo dos tempos.

Falemos primeiramente de Bourdieu (2005: 100), que “identifica os públicos da cultura na capacidade intelectual que têm na descodificação dos bens artísticos”. O autor limita os públicos culturais a uma classe social dominante que, independentemente do seu perfil socioeconómico (apesar de dar mais enfoque às classes mais abastadas da sociedade), domina um maior capital social e/ou educacional por comparação com outras camadas da sociedade.

Gomes (2004: 33) partilha da ideologia de Bourdieu (2005: 101), na medida em que concorda que “os lugares de classe correspondentes a recursos escolares elevados, bem como a elevada qualificação profissional se associam a uma maior probabilidade de consumo cultural regular e de frequência de eventos e equipamentos culturais” (Gomes, 2004: 33).

Partindo deste pressuposto, Santos (2003: 80) considera a existência de duas posições relativas aos públicos da cultura. A primeira apoia-se “de democratização do acesso aos patamares mais selectivos da criação e dos consumos culturais, que permanecem estreitamente correlacionados com o nível de instrução, e, por essa via, com a condição socioprofissional” (Santos, 2003: 82). A segunda posição apoia-se na “disseminação, do lado da oferta e da procura, das formas culturais mais próximas da cultura de entretenimento, audiovisual e mediática é, neste quadro, entendida como demonstrativa de uma reprodutibilidade pesada da “cultura de arte”, cujo combate requererá o aperfeiçoamento dos processos de familiarização precoce e prolongada com os campos culturais mais seletivos” (Santos, 2003: 82).

Outra ideia a ter em conta é a de Costa (2004: 95), na medida em que considera que o conceito de públicos da cultura “pode ser caracterizado, de maneira simples, mas precisa, como designando um tipo específico de relação social”. Que tipo de relação social é essa? Segundo o autor, “refere-se essencialmente às relações sociais das pessoas com as instituições”, que por sua vez têm sofrido algumas alterações devido a mudanças sociais em termos educativos, económicos e comunicacionais (Costa, 2004: 97). Ou seja, “assiste-se hoje a uma mudança profunda nos modos de relação das pessoas com as instituições” (Costa, 2004: 100).

Outro investigador da área entende que a análise dos públicos da cultura “pressupõe uma relação entre um conjunto de receptores mais ou menos activos e o campo da cultura objectivada e legitimada” (Lopes, 2004: 44). Na opinião deste “assiste-se a uma ruptura face a um modelo estático e hierarquizado de classificação das culturas, modelo este assente numa oposição entre indivíduos cultos ou cultivados e incultos. A grande massa de camadas populares era, assim, vista segundo um padrão de negatividade em oposição ao das camadas cultas, que eram vistas de um modo hierarquicamente superior” (Lopes, 2000: 35).

As tipologias criadas para definir públicos são variadas, como podemos comprovar após a análise de alguns estudos já efetuados por investigadores do Observatório das Atividades Culturais. Gomes (2004: 32) a partir da análise de estudos realizados anteriormente, como o Festival Internacional de Teatro de Almada e no Evento Porto 2001 – Capital da Cultura, distingui três categorias de públicos da cultura. Esta categorização foi efetuada com base na análise entre os capitais escolares dos públicos e as suas práticas culturais. Em primeiro lugar diferencia os públicos cultivados, que segundo o autor dizem

respeito “à parcela do público em que é mais clara a articulação entre elevados recursos qualificacionais e a regularidade das práticas culturais” (Gomes, 2004: 33). São públicos que frequentam de uma forma mais intensiva a cultura em prol das suas elevadas qualificações académicas. Um segundo perfil diz respeito aos públicos retraídos, estes são compostos pela população com “recursos qualificacionais relativamente reduzidos e frágeis hábitos culturais” (Gomes, 2004: 33). Ou seja, são públicos cujos hábitos culturais são extremamente reduzidos, estando estes relacionados com a diminuta qualificação escolar. Por fim, o autor define um terceiro perfil, públicos displicentes “caracterizados por elevadas qualificações, designadamente escolares, hábitos de saída convival regulares, que se ligam a uma forte juvenildade, e, ao mesmo tempo, pela rara frequência de eventos e equipamentos culturais” (Gomes, 2004: 38). O autor define este público, como um “potencial público relativamente ao consumo de bens culturais” (Gomes, 2004: 38).

Ainda sobre esta temática, abordaremos outro autor de grande relevo na caracterização dos públicos da cultura. Lopes (2004: 44) classificou os públicos da cultura em três categorias. Um primeiro perfil, designado como habituais, “são os que têm menor representatividade na população portuguesa” (Lopes, 2004: 45). Dizem respeito, no geral, a indivíduos altamente escolarizados, qualificados e jovens, “prevalecendo disposições estéticas fortemente interiorizadas, fruto de um capital cultural consolidado” (Lopes, 2004: 45). Lopes (2004: 46) designa como públicos irregulares os que são essencialmente “jovens e que frequentam de forma irregular os eventos culturais”. O autor entende que “a escolaridade é uma condição necessária mas não suficiente para a prática cultural regular” (Lopes, 2004: 47). Estes jovens estão mais relacionados com as formas mediáticas de cultura, e estão sujeitos aos fenómenos de regressão, por duas vias: a familiar, através do retorno a situações de convivência com gerações muito menos escolarizadas; e a posicional, com tarefas rotineiras que desmobilizam potenciais competências de inovação e criatividade. Por fim, os públicos retraídos (denominação idêntica em ambos os autores) movem-se quase exclusivamente fora da esfera cultural. Estes caracterizam-se pelo seu baixo capital escolar, e reduzida frequência nos eventos culturais. Estes públicos “movem-se quase exclusivamente na esfera das práticas doméstico-recetivas e de sociabilidade local” (Lopes, 2004: 49). E acrescenta que estas “categorias são ideias-tipo, que podem eventualmente ser transversais, ou seja, um “público retraído face à cultura erudita, pode ser um público habitual de um outro tipo de cultura (popular, massificada, etc.)” (Lopes, 2004: 49).

O mesmo autor refere a necessidade de “alargar e fidelizar novos públicos”, no sentido de alcançarmos “patamares mínimos de democratização cultural” (Lopes, 2004: 52). Este é um conceito atualmente importante e debatido, na medida em que nos permite refletir sobre estratégias de captação de novos públicos e de envolvimento de toda uma sociedade num processo de valorização da cultura enquanto fenómeno de valorização pessoal.

Se analisarmos o cerne desta questão, poderemos questionar: “Quem são os novos públicos da cultura?” Pelo que temos analisado na literatura, “novos” significa “mais dos mesmos”. No fundo trata-se de um esforço em trazer mais pessoas aos eventos culturais. De facto, um grande desafio é colocado aos profissionais da cultura e à sociedade em geral. Como refere Vlachou (2011) um dos desafios dos ambientes culturais será o envolvimento das pessoas como proposta individualmente enriquecedora.

E desta forma, um breve eco tem elaborado a teoria de que os agentes terão de ser envolvidos na *cena cultural*, enquanto elemento estruturador e responsável pelo seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

3. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

3.1. O Santuário de Panóias

A investigação que foi levada a cabo no âmbito da temática “Deambulando pelo Santuário de Panóias: um estudo dos públicos da cultura”, só foi possível ser concretizada num espaço culturalmente enriquecido por um legado histórico de extremo valor, como o Santuário de Panóias, em Vila Real.

O Santuário de Panóias, durante muitos anos denominado por Fragas de Panóias, está classificado como Monumento Nacional desde 1910, é propriedade do Estado, e está afeto à Direção Regional de Cultura do Norte. É conhecido desde o séc. XVIII (Argote, 1734). Foi objeto de estudos e investigação até aos nossos dias, por parte de investigadores nacionais e estrangeiros, sendo que com os trabalhos e a interpretação de Géza Alföldy (1997) foi possível de fato identificar este espaço como um espaço sagrado, um Santuário, da época romana, dedicado a Serápis, divindade oriental.

Conservam-se hoje no lugar várias rochas talhadas, tendo três delas sido templos. Também se conservam numa delas quatro inscrições, uma em grego e três em latim, dedicadas a divindades.

Restam também as diferentes cavidades retangulares que serviam para queimar as vísceras, uma cavidade redonda-gastra, para assar a carne, e ainda uma outra onde se procedia à limpeza do sangue, gordura e azeite. Outras cavidades estavam relacionadas com os pequenos templos existentes, e destinar-se-iam a guardar os instrumentos sagrados usados nos rituais.

Temos, portanto em Panóias testemunhos de um rito de iniciação dos mistérios das divindades infernais. As prescrições identificam-se como partes de uma lei sagrada, mas aplicadas a um local concreto e preciso.

A escolha deste local não foi, portanto feita ao acaso, mas sim fruto de critérios específicos e previamente estabelecidos.

3.2. Metodologia

O grande intuito desta investigação foi averiguar: “Quais os Públicos visitantes do Santuário de Panóias, e qual a sua opinião sobre o Monumento?”.

O estudo de caso foi a estratégia de investigação utilizada no desenvolvimento deste trabalho. Para Yin (2005: 32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”. Também Yacuzzi (2005: 299), em relação aos estudos de caso refere que” (...) o seu valor reside em que não apenas se estuda um fenómeno, mas também o seu contexto. Isto implica a presença de tantas variáveis que o número de casos necessários para as tratar estatisticamente seria impossível de estudar”.

O estudo de caso rege-se dentro da lógica que guia as “sucessivas etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos” (Latorre et al., 2003: 230).

A vantagem do estudo de caso é a sua “aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real” (Dooley, 2002: 334). Dooley (2002: 333) refere ainda que “investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenómeno”.

A metodologia de qualquer estudo de investigação deve ser definida com base nas questões que se pretendem investigar, na medida em que são estas que determinam o quadro concetual e a metodologia a seguir. Desta forma, a investigação pode adquirir um “cariz quantitativo, qualitativo ou ainda a conjugação de ambos” (Guerreiro, 2003: 34).

Segundo Rocha (1999: 23) o investigador que se coloca na “perspectiva quantitativa, valoriza mais os resultados que os processos, acredita na objectividade da avaliação” e coloca-se fora da subjetividade dos fenómenos culturais valorizando mais o carácter estável do que o dinâmico da realidade.

Por sua vez, um investigador que recorre à investigação qualitativa considera a cultura sempre ligada a valores, problematiza a objetividade da avaliação, valoriza mais os processos do que os resultados e mais o carácter dinâmico e subjetivo da realidade.

Embora, o paradigma qualitativo esteja a ganhar terreno em relação ao quantitativo, um grande número de autores chama a atenção para as vantagens que se podem obter com “a combinação de métodos vindos dos dois paradigmas” (Fragoso, 2000: 16).

É o caso deste estudo, cujos dados recolhidos primariamente foram de natureza quantitativa e qualitativa, sendo os últimos utilizados num contexto meramente descritivo.

Para evitar enviesamentos, aconselha-se que neste tipo de investigação, “sejam utilizadas três técnicas de recolha de dados: inquéritos (por entrevista e/ou por questionário), observação directa e análise de documentos” (Merriam, 1988: 120).

Atendendo ao âmbito da presente investigação e aos seus objetivos, os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram: inquérito por entrevista, inquérito por questionário e grelha de observação direta.

Esta observação foi construída com base num modelo analítico teórico-prático, na medida em que os dados recolhidos foram trabalhados posteriormente e, em conformidade com os que primariamente emergiram da interação com os atores sociais.

3.3. Construção dos instrumentos de recolha de dados

Para a realização deste estudo foram construídos instrumentos de investigação que se adaptassem aos objetivos da pesquisa.

Esses instrumentos foram:

- Inquérito por questionário (aplicado a todos os visitantes do Santuário de Panóias);
- Inquérito por entrevista (aplicado ao Responsável e Guia do Santuário de Panóias);
- Grelha de observação direta (utilizada para observar no “terreno” aspetos de grande relevo).

3.3.1. Inquérito por questionário

“O questionário é tanto um ponto de chegada de uma reflexão como o ponto de partida para análises ulteriores” (Albarello, 1997: 85) e, segundo Tuckman (2000: 100), é “utilizado pelos investigadores, para transformar em dados a informação recolhida mediante interrogação de pessoas (ou sujeitos) e não observando-as ou recolhendo amostras do seu comportamento”.

Através deste processo, é possível medir o que uma pessoa sabe (informação ou conhecimento), o que gosta e não gosta (valores e preferências) e o que pensa (atitudes e crenças).

O mesmo autor considera ainda que “esta informação pode ser transformada em números ou dados quantitativos, utilizando técnicas de escalas de atitudes e escalas de avaliação, contando o número de sujeitos que deram determinada resposta, dando assim origem a dados de frequência” (Tuckman, 2000: 102).

A construção do inquérito por questionários, não foi da responsabilidade do investigador, mas sim da Direção Geral de Cultura do Norte, que elaborou dois modelos a serem aplicados em momentos diferentes: um entre 1996 e 1999 e o seguinte entre 2006 e 2011.

Os dois exemplares utilizaram os seguintes tipos de questões:

- Questões abertas, em que o “sujeito responde a uma questão com as suas próprias palavras” (Damas & De Ketele, 1985: 24);
- Questões semifechadas (questões de cafeteria), “possibilitando aos inquiridos não só da produção de algumas propostas” (dada a impossibilidade de sermos exaustivos nos itens por nós propostos) como também a valorização das suas próprias opiniões” (Damas & De Ketele, 1985: 56);
- Questões de “produção numerada e escolha múltipla”, (Damas & De Ketele, 1985: 67), a partir das quais foi possível a caracterização da amostra.

Relativamente ao processo de amostragem, do qual depende a validade que permite a posterior generalização de resultados, não deve ser deixada ao acaso, pois pretende-se uma amostra o mais representativa possível. Nesta Investigação o universo da amostra contou com 711 indivíduos.

Desta forma, para evitar a distorção dos resultados, tivemos o cuidado de encorajar os visitantes a responder individualmente ao inquérito, após finalizarem a visita ao Santuário de Panóias.

Designamos por inquérito A, aquele que foi aplicado no período entre 1996 e 1999 e entre 2006 até 2009; o inquérito B ao que foi introduzido durante os anos de 2010 e 2011.

O inquérito A teve como objetivos:

- Caraterização dos inquiridos relativamente ao sexo e a localidade de onde provinham;
- A perceção dos visitantes em relação a aspetos positivos do Santuário de Panóias;
- A opinião dos inquiridos quanto aos aspetos susceptíveis de melhorarias no Santuário de Panóias;
- Avaliação global da visita numa escala entre “Muito fraco” e “Muito bom”.

O inquérito B teve como objetivos:

- Caraterização dos inquiridos, relativamente ao sexo, profissão e localidade de onde eram provenientes;
- A perceção dos visitantes acerca do Santuário de Panóias, através de um conjunto de questões, onde estes tinham de avaliar numa escala de “Muito fraco” a “Muito Bom”: as acessibilidades, as instalações, o atendimento ao público, o material de apoio e a interpretação do sítio;
- Avaliação global da visita numa escala entre “Muito fraco” e “Muito bom”.

Mediante a análise dos 711 inquéritos, que constituíram a amostra do estudo, foi possível categorizar diferentes dimensões relativas ao Santuário de Panóias (Quadro 1: Teixeira, 2013: 67), sendo estas o suporte da análise e da conclusão dos resultados finais da investigação.

Categorias	
Subcategorias	
Acolhimento	Receção ao visitante Profissionalismos e simpatia dos funcionários
Visita Guiada	
Acessos ao Santuário	Acessibilidades Estacionamento
Sinalética	
Apresentação do espaço	Limpeza Conservação Organização Vedação Infraestruturas de apoio Vestígios arqueológicos
Divulgação	
Recursos Didáticos	Apresentação multimédia Informação fornecida pelo Santuário de Panóias
Melhorias sentidas	
Interesse para a cultura e Sociedade Portuguesa	

Quadro nº 1. Dimensões analisadas no Santuário de Panóias. Fonte: Teixeira (2013: 67).

3.3.2. Inquérito por entrevista

“A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações” (De Ketele & Rogiers, 1999: 150).

Para investigar um leque de aspetos relevantes acerca do Santuário de Panóias, tais como o seu funcionamento, barreiras arquitetónicas que prejudicam a circulação durante a visita, contributo para a cultura e sociedade portuguesa, foi aplicada a entrevista por permitir a obtenção de respostas diretas e informações mais completas.

Neste estudo, em particular, foi importante a entrevista porque “ajuda-nos a melhorar o nosso conhecimento do terreno e pode, ainda, fazer surgir questões insuspeitas que ajudarão o investigador alargar o seu horizonte e a colocar o problema da forma mais correcta possível” (Quivy & Campenhoudt, 2003: 45).

“O planeamento da entrevista é uma situação que se impõe como em qualquer outra tarefa de investigação” (Carmo & Ferreira, 1998: 234).

Para as entrevistas foram planeadas os seguintes procedimentos: a definição de objetivos, bem como a construção de um guião, no qual foram operacionalizadas as categorias adequadas à investigação em curso.

Como um dos objetivos deste estudo foi também compreender o funcionamento do Santuário de Panóias nas suas diferentes dimensões, bem como considerar estratégias a programar como forma de promover o seu crescimento e o desenvolvimento deste, enquanto Património Nacional, resolvemos entrevistar o responsável pela gestão do Monumento, bem como o único funcionário existente – Guia.

A entrevista A, aplicada ao responsável pela gestão do Santuário de Panóias, foi subdividida em dezassete questões, nas quais o entrevistado teria de apontar os aspetos positivos, aspetos negativos e melhorias a implementar nas diferentes vertentes. Estas centraram-se nos seguintes aspetos: acolhimento, profissionalismo dos funcionários, visita guiada, acessibilidades, estacionamento, sinalética, limpeza, conservação do espaço, organização do espaço, vedação, infraestruturas de apoio, vestígios arqueológicos, divulgação, recursos didáticos, informação fornecida pelo Santuário, melhorias sentidas ao longo dos tempos e Interesse para a cultura e sociedade portuguesa.

A entrevista B, aplicada ao guia do Santuário de Panóias, foi baseada nas mesmas dimensões que a Entrevista A, no entanto o entrevistado teria que dar apenas o seu parecer em relação a esses aspetos, focando algumas opiniões que lhe foram transmitidas pelos visitantes.

Na elaboração do guião de entrevista, tivemos em consideração as pessoas a serem entrevistadas e a função que desempenhavam no local selecionado para o estudo. Durante a realização da entrevista houve a preocupação de fornecer aos entrevistados uma breve explicação acerca da finalidade de cada conjunto de questões.

A maioria das questões formuladas eram de formato aberto, terminando algumas na forma “porquê?”, “para evitar respostas curtas com pouca especificidade e para incentivar o entrevistado a aprofundar certos aspectos particularmente importantes” (Quivy & Campenhoudt, 2003: 70).

3.3.3. Grelha de observação direta

Segundo os teóricos, os “métodos de observação directa constituem os únicos métodos de investigação que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem, sem a mediação de um documento ou de um testemunho” (Quivy & Campenhoudt 2003: 72). Desta forma, o investigador pode estar atento ao aparecimento ou à transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos em que são observados.

A observação direta e participante foi também utilizada neste estudo, dado que o próprio investigador procedeu diretamente à recolha de algumas informações. Neste caso, a observação incidu sobre as dimensões mencionadas anteriormente, e teve como suporte uma grelha que foi construída a partir desses indicadores.

Pretendeu-se verificar quais os itens que se destacaram no contexto de uma visita ao Santuário de Panóias. Neste instrumento foi introduzido uma escala que variou entre “Insuficiente” e “Muito bom”, com o objetivo de o investigador avaliar de forma precisa todas as dimensões propostas.

3.3.4. Recolha de dados

A seleção destes instrumentos de recolha de dados justificou-se pelo facto de os mesmos garantirem “a recolha de informação sobre os pontos mais relevantes da investigação, tornar mais específicos os objetivos da investigação e motivar o entrevistado de modo a que pudesse partilhar aspectos importantes para a investigação” (Merriam, 1988: 24).

Como anteriormente referido, no final de cada visita ao Santuário de Panóias, solicitava-se a cada visitante o preenchimento de um inquérito por questionário, com o objetivo de procedermos a uma posterior análise dos dados.

A aplicação dos questionários ocorreu entre dois períodos distintos: 1996 a 1999 e 2006 a 2011.

Os dados resultantes das entrevistas ao Gestor do Santuário de Panóias e ao respetivo Guia foram recolhidos em Dezembro de 2011, após marcação prévia.

3.3.5. Tratamento e análise de dados

Para o tratamento dos dados, utilizaram-se como métodos de análise a estatística descritiva e a análise de conteúdo. Desta forma, os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário (A-B) foram tratados através da estatística descritiva, enquanto os dados recolhidos através dos inquéritos por entrevista, e grelha de observação, foram tratados através da análise de conteúdo.

4. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DA AMOSTRA

A amostra para esta investigação foi recolhida entre 1996 e 1999 e entre 2006 e 2011 e contou com 711 inquiridos, aos quais foi aplicado o inquérito por questionário, após o término da visita guiada ao Santuário.

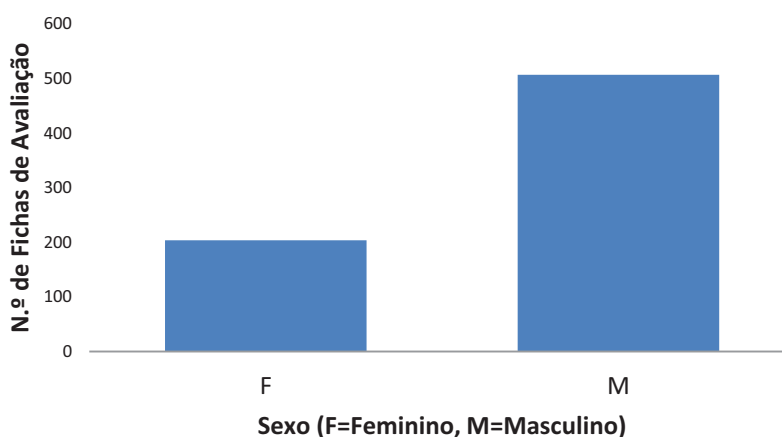


Gráfico nº 1. Classificação por sexo dos inquiridos. Fonte: Teixeira (2013: 72).

Num universo de 711 questionários analisados entre 1996 a 1999 e 2006 a 2011, confere-se que 28,7% (n=204) dos visitantes pertencem ao sexo feminino e 71,% (n=507) ao sexo masculino. Desde já notamos uma grande discrepância que foi melhor entendida nas entrevistas realizadas. Ou seja, não havia preocupação do Monumento em solicitar a participação de todos os visitantes, assim quando viajavam em grupo, geralmente quem preenchia o inquérito era o elemento masculino. Embora não se retirem dados concretos sobre o género dos visitantes, a análise deste gráfico e o entendimento da diferença entre o género dos visitantes, permitiu que no futuro a preocupação aumentasse quanto ao preenchimento dos questionários.

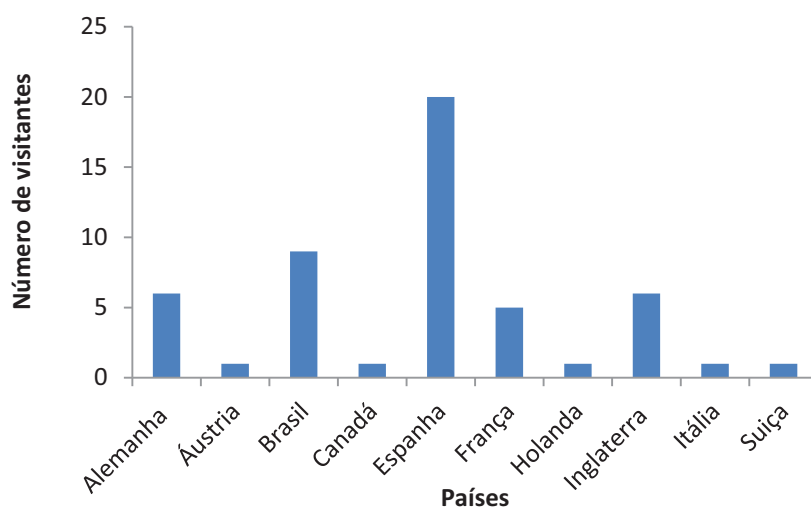


Gráfico nº 2. Distribuição geográfica dos visitantes estrangeiros. Fonte: Teixeira (2013:73).

No que concerne à nacionalidade dos inquiridos, constata-se um predomínio de visitantes portugueses, 83,2% (n=592) em contraponto com 16,8% (n=119) de visitantes de nacionalidade estrangeira. Dos 119 inquiridos de nacionalidade estrangeira, apenas 45 divulgaram o seu país de origem, dos quais destacamos 20 espanhóis, 9 brasileiros, 6 alemães, 6 ingleses, 1 austríaco, 1 canadense, 1 italiano e 1 suíço. Note-se que a visita de estrangeiros é muito parca pelo que nos aponta para uma diminuta informação nas redes turísticas locais, regionais ou nacionais.

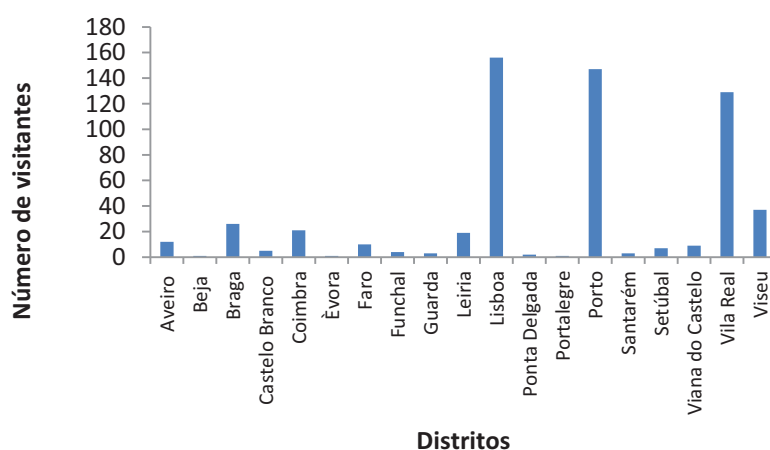


Gráfico nº 3. Distribuição geográfica dos visitantes portugueses. Fonte: Teixeira (2013: 74).

Dos 592 visitantes portugueses constata-se que 26,4% (n=156) provém do distrito de Lisboa, 24,8% (n=147) do distrito do Porto, 21,8% (n=129) do distrito de Vila Real, 6,3% (n=37) do distrito de Viseu, 4,4% (n=269 do distrito de Braga, 3,5% (n= 21) do distrito de Coimbra, 3,2% (n=19) do distrito de Leiria, 2,0% (n= 12) do distrito de Aveiro, 1,7% (n=10) do distrito de Faro, 1,5% (n= 9) do distrito de Viana do Castelo, 1,2% (n=7) do distrito de Setúbal, 0,8% (n=5) do distrito de Castelo Branco, 0,5% (n=3) do distrito de Santarém, 0,5% (n= 3) do distrito da Guarda, 0,7% (n=4) do distrito do Funchal, 0,3% (n=2) do distrito de Ponta Delgada, 0,2% (n=1) do distrito de Portalegre, 0,2% (n=1) do distrito de Évora.

Observa-se, assim, uma predominância de visitantes das grandes áreas urbanas, Porto e Lisboa, e do próprio distrito onde o monumento se localiza. Os públicos das restantes áreas nacionais é muito restrito. Aqui podemos destacar a questão da falta de informação e da sua distribuição pelo território nacional ou, por outro lado, a falta de interesse dos públicos fora das grandes áreas urbanas.

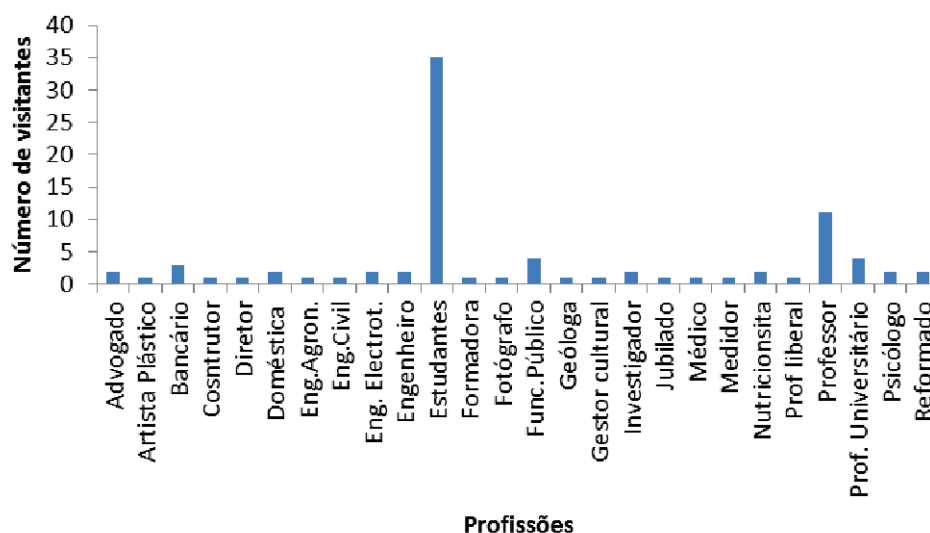


Gráfico nº 4. Profissão dos inquiridos. Fonte: Teixeira (2013: 75).

Dos 711 visitantes que contemplaram o universo da amostra, 88% (n=624) não mencionaram a sua profissão. Note-se que a enorme lacuna que acompanha esta situação e permite, mais uma vez, concentrar a atenção no preenchimento dos questionários e na sensibilização do público para os mesmos.

Dos 12% que responderam (n=87), pode-se constatar que existe uma vasta variedade em termos de estrutura profissional dos visitantes. De acordo com o Gráfico nº4, 40% (n= 35) dos inquiridos são estudantes, 17% (n=11) são professores, 9% (n=6) são engenheiros, 5% (n=4) são professores universitários, 5% (n=4) são funcionários públicos, 3,4% (n=3) são bancários, 2,2% (n=2) são psicólogos, 2,2% (n=2) são reformados, 2,2% (n=2) são nutricionistas, 2,2% (n=2) são investigadores, 2,2% (n=2) são domésticos, 2,2% (n=2) administradores, 1 é profissional liberal, 1 é medidor orçamentista, 1,1% (n=1) é médico, 1,1% (n=1) é jubilado, 1,1% (n=1) é geólogo, 1,1% (n=1) é gestor cultural, 1,1% (n=1) é fotógrafo, 1,1% (n=1) é

formador, 1,1% (n= 1) diretor, 1,1% (n=1) consultor, 1,1% (n=1) artista plástico e 1,1% (n=1) advogado.

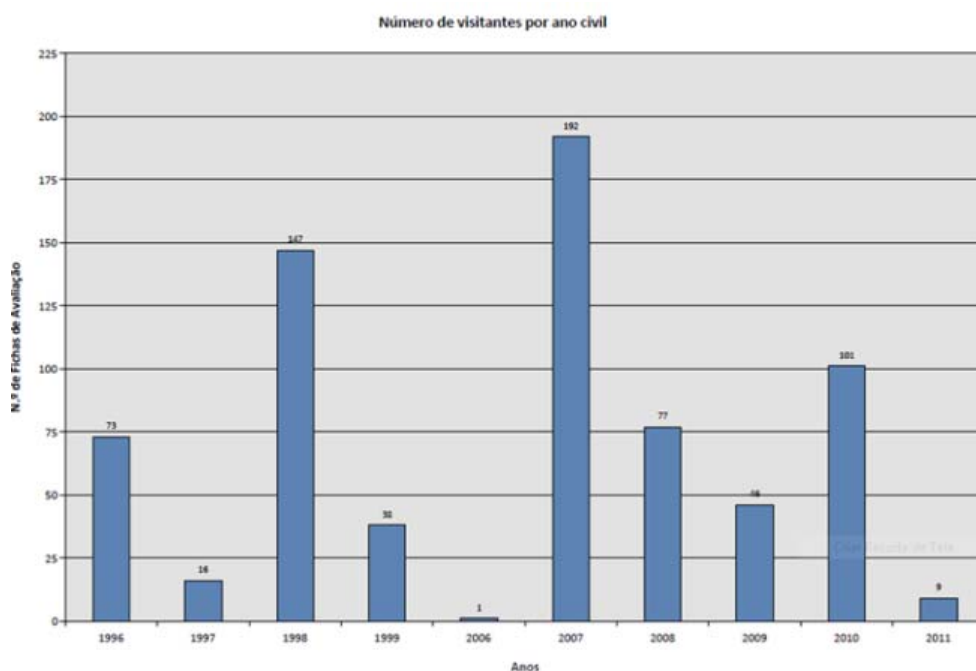


Gráfico nº 5. Número de visitantes, por ano civil. Fonte: Teixeira (2013: 76).

Analisar o número de visitantes ao Santuário de Panóias tornou-se preponderante para a nossa investigação, pelo facto de se terem registado variações consideráveis no número de visitas ao longo dos anos.

O período de análise contemplado ocorreu entre os anos de 1996 e 1999 e entre 2006 e 2011. Este interregno na aplicação dos questionários deveu-se ao facto de terem ocorrido no Monumento algumas mudanças em termos logísticos, que contribuíram para uma total ausência de respostas neste período, e para uma variação considerável da aplicação do mesmo, ao longo dos restantes anos.

No entanto é de ressaltar, que em certos casos, visitantes recusaram o preenchimento do Inquérito, e em grupos numerosos, regra geral, apenas uma pessoa é que preenchia o documento.

Constatou-se que no ano de 1996 visitaram o Santuário de Panóias 73 visitantes, em contraponto com o ano de 1997, em que apenas 16 visitantes estiverem presentes no monumento.

Em 1998, o número de visitantes aumentou significativamente para 147; já em 1999 verificou-se uma quebra para 38 visitantes.

Em 2006, o Santuário de Panóias contou apenas com a presença de 1 visitante; este número disparou em 2007 para 192 visitantes. Voltou a sentir-se uma quebra nos anos de 2008 e 2009, onde o monumento contou apenas com 77 e 46 visitantes prospectivamente.

Em 2010 estes valores voltaram a subir para 101 visitantes e, em 2011 apenas de verificou a presença de 9 visitantes.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

5.1. Avaliação global do Santuário de Panóias pelos inquiridos

Um dos principais objetivos deste trabalho foi questionar os visitantes a respeito da sua satisfação global no que concerne à visita ao Monumento.

Esta análise, conforme anteriormente referido, foi baseada nos parâmetros incluídos nos dois inquéritos desenvolvidos pela Direção Regional da Cultura do Norte: acessibilidades, condições materiais do espaço, atendimento ao público, materiais de apoio, interpretação do sítio, aspetos positivos e aspetos negativos do Monumento.

De forma geral, podemos concluir que a opinião dos inquiridos é unânime, demonstrando um elevado nível de satisfação, o que demonstra que a visita cultural é do agrado de quem a visita, promovendo-se uma maior visibilidade deste espaço e termos culturais.

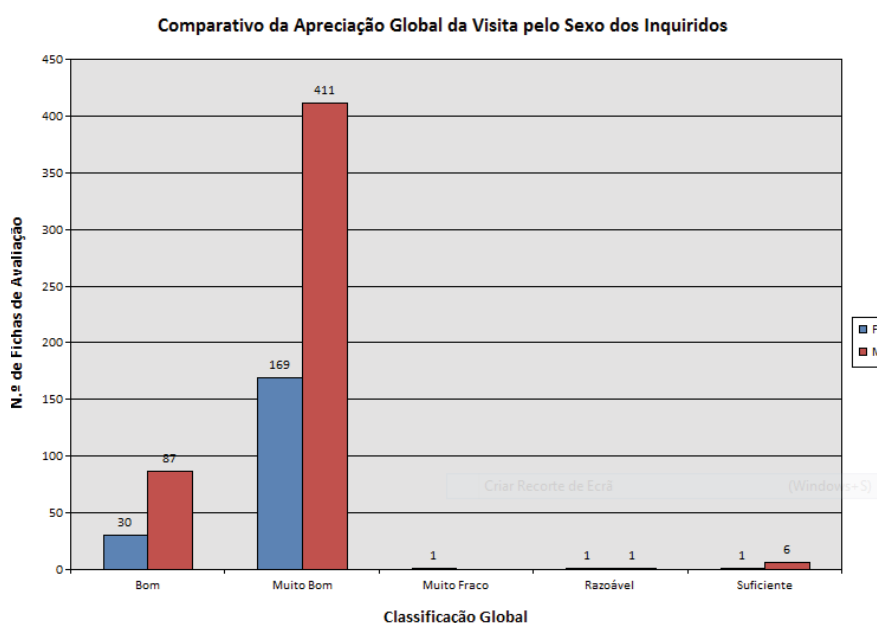


Gráfico nº 6. Análise comparativa da apreciação global da visita por sexo. Fonte: Teixeira (2013: 9).

Concluimos que é coincidente a opinião dos 79% (n=411) dos inquiridos do sexo masculino e 83% (n=169) do sexo feminino, avaliaram o Santuário de Panóias como sendo muito bom. Por outro lado, 17,1% (n=87) dos inquiridos do sexo masculino e 15% (n=30) do sexo feminino, consideraram o Monumento como sendo bom. Por fim, 1,1% (n=6) inquiridos

do sexo masculino e 0,4% (n=1) do sexo feminino julgaram o Santuário como sendo suficiente; 0,2% (n=1) inquiridos do sexo masculino e 0,4% do sexo feminino (n=1) avaliaram o Monumento como razoável e apenas 0,2% (n=1) inquiridos do sexo masculino avaliaram o Santuário de Panóias como sendo muito fraco. Proporcionalmente parece que homens e mulheres mantêm o mesmo nível de avaliação e de exigência perante a visitante, não transparecendo maior a exigência nuns que noutros, no entanto, a conclusão não é de forma alguma fiável dada a diferença de amostragem.

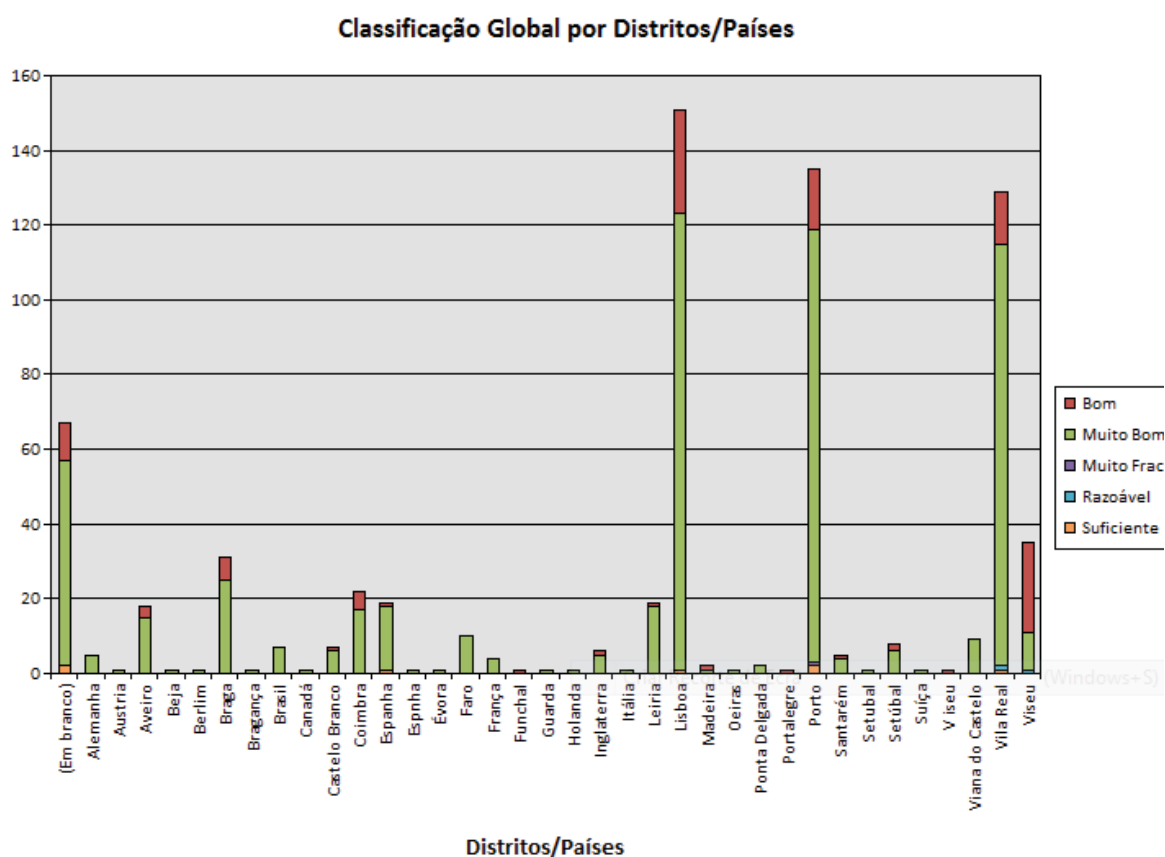


Gráfico nº 7. Análise comparativa da apreciação global por área de residência dos inquiridos.
Fonte: Teixeira (2013:10).

A partir da análise do gráfico, foi possível concluir que os 711 inquiridos que constituíram a amostra avaliaram o Monumento em termos de classificação global. Sendo assim, 8,4% (n=60) visitantes consideraram-no como muito bom, 1% (n=7) como bom e apenas 0,2% (n=2) como suficiente.

Analisando os visitantes de origem portuguesa, destacam-se primeiramente aqueles que avaliaram unanimemente o Santuário como sendo muito bom e bom. Estes provêm de Beja, Bragança, Évora, Oeiras, Ponta Delgada, Setúbal, Guarda, Viana do Castelo, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Vila Real, Viseu e Faro.

Analogamente, os visitantes estrangeiros, na sua generalidade avaliaram o Monumento na sua maioria como sendo muito bom, o que denota uma satisfação do público estrangeiro com este espaço cultural.

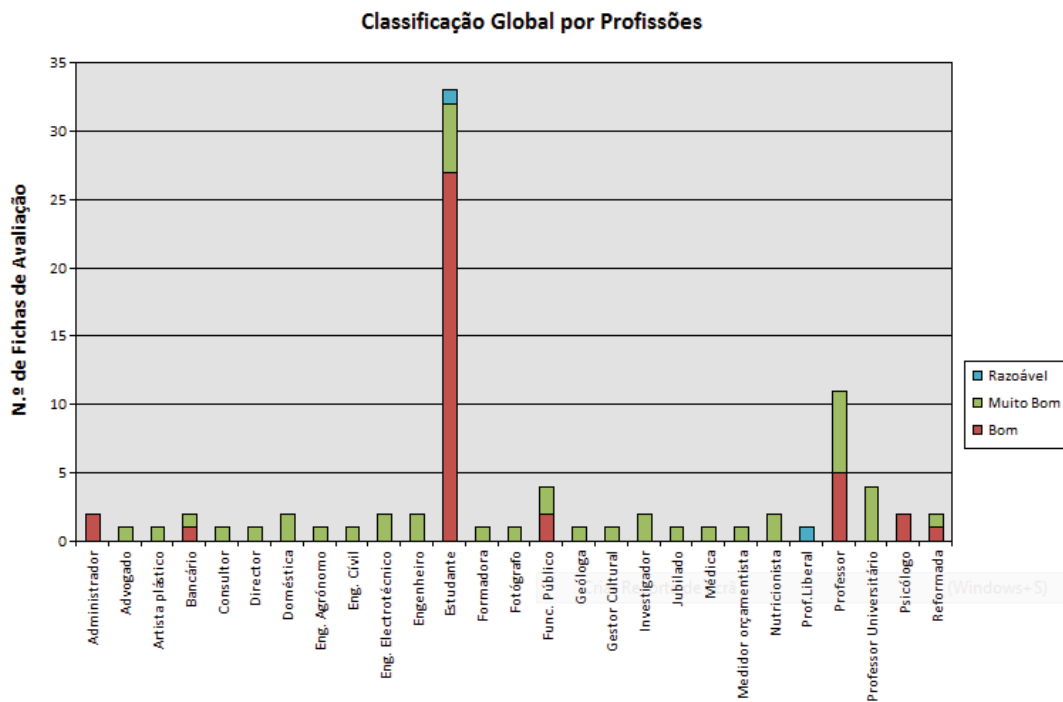


Gráfico nº 8. Análise comparativa da apreciação global por profissões dos inquiridos. Fonte: Teixeira (2013:11).

Destacamos que todos consideraram o Monumento de muito bom ou bom. Apenas uma pessoa registou como razoável. Pretendemos destacar a opinião do público escolar e verificar se esta tendia em sentido inverso à generalidade das classificações. Verificou-se que se mantém inalterável a classificação de muito bom e bom, registando apenas uma opinião de razoável.

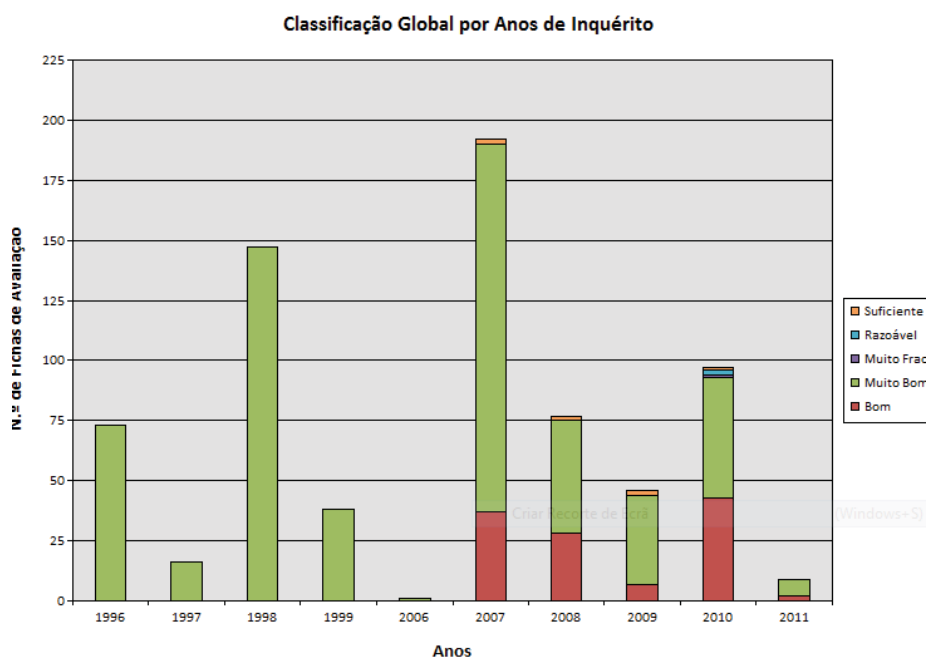


Gráfico nº 9. Análise comparativa da Classificação Global por ano civil. Fonte: Teixeira (2013:11).

Mediante a análise do gráfico, concluímos que nos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2006 o Santuário de Panóias foi avaliado unanimemente por todos os visitantes como sendo muito bom, em termos de classificação global. No ano de 2007, 79% (n=153) dos visitantes avaliaram o Monumento como muito bom; 19,2% (n=37) como bom e apenas 1% (n=2) dos visitantes como suficiente. O mesmo fenómeno ocorreu em 2008.

5.2. Pequenos relatos dos inquiridos

A partir dos dados recolhidos pela análise dos inquéritos por questionário, foi possível categorizar um conjunto de dimensões, que estiveram na base da análise de conteúdo e da conclusão dos resultados finais deste trabalho.

Neste caso em concreto, a análise de conteúdo “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um grau de profundidade e de complexidade e permite, quando incide sobre um material rico e pertinente, satisfazer as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy & Campenhoudt, 2003:80).

Segundo estes autores, “a análise de conteúdo tem um campo de aplicação muito vasto e os métodos utilizados obrigam o investigador a manter uma grande distância em relação a interpretações espontâneas, particularmente das suas próprias” (Quivy & Campenhoudt, 2003: 81).

Assim sendo, iremos citar algumas das opiniões dos nossos inquiridos acerca das várias dimensões que foram categorizadas através do método da análise de conteúdo.

Foi-nos possível concluir que a receção ao visitante foi considerada, pela maioria dos inquiridos, como sendo “muito calorosa e agradável”, com “excelentes condições de tratamento aos mesmos” e “funcionários exemplares, muito conhecedores” “sempre disponíveis”. O acolhimento foi ainda avaliado como sendo “excelente”, “exemplar”, com uma “receção de alta qualidade” e com “ótimo apoio por parte dos funcionários” do Santuário de Panóias.

A visita guiada foi avaliada como “excelente”, muito bem “dirigida, organizada e orientada”, bem como “motivadora”, “elucidativa” e “esclarecedora” na medida em que “proporcionou novos conhecimentos”, pela generalidade dos visitantes que constituíram a amostra. Destacaram o “excelente trabalho do guia, Sr. Herculano”, na medida em que proporcionou aos visitantes “um acompanhamento muito personalizado” e “explicações muito esclarecedoras” acerca do Santuário de Panóias.

Os acessos foram considerados por alguns visitantes como apresentando “boas condições” e com “fácil acesso às ruínas”. No entanto uma grande maioria considerou que estes deveriam “ser melhorados”, bem como deveriam existir “transportes diretos para o local”.

A sinalização até ao Santuário de Panóias foi avaliada como “péssima e sem informação visível” pela grande maioria dos visitantes.

Relativamente à conservação do Monumento, conclui-se que este foi considerado pela maioria dos visitantes como sendo “um local muito bem cuidado e preservado”, com “excelentes condições de tratamento do recinto envolvente”.

De uma forma geral, as infraestruturas de apoio foram entendidas pela grande generalidade dos inquiridos como sendo “apropriadas” e estando em “boas condições”. Algumas das mesmas poderiam ser “melhoradas” de forma a garantir um “melhor funcionamento e segurança do Santuário”, relatam os visitantes.

A grande maioria dos inquiridos considerou que “deveria existir uma maior divulgação do Santuário de Panóias a nível nacional e internacional”.

O apoio multimédia foi avaliado como sendo “excelente” e “muito interessante”, destacando-se o filme de apresentação inicial do Santuário de Panóias avaliado como “muito interessante”, “conciso”, “elucidativo” e “excelente”.

Finalizando, os visitantes consideraram o Monumento “um local apaixonante e de grande importância para a cultura portuguesa”, referindo que “ficaram mais enriquecidos culturalmente” e “aprofundaram os seus conhecimentos sociais, culturais e religiosos”.

Dimensões	Aspetos positivos	Aspetos negativos
Acolhimento ao visitante	Excelente: muito caloroso e agradável.	
Visita Guiada	Excelente: muito bem dirigida e organizada. Guia do Santuário.	
Acessos	Acessos no interior: boas condições, fácil acesso às ruínas,	Acessos no exterior: deveriam ser melhorados: parque de estacionamento. Acessos no interior: melhoria nos acessos para deficientes motores.
Sinalética		Exterior: Insuficiente: pouco clara e precisa. Interior: Pouco pormenorizada.
Apresentação do espaço	Muito bem cuidado e organizado. Excepcional preservação do Santuário. Infraestruturas de apoio.	
Divulgação		Insuficiente
Recursos didáticos	Excelente: Filme de apresentação, audioguias, folhetos informativos.	
Melhorias sentidas	“Um aperfeiçoamento em relação às visitas anteriores” considerando-o um “local renovado””.	
Interesse para a Cultura e Sociedade Portuguesa	Maior enriquecimento cultural e aprofundamento dos conhecimentos sociais, culturais e religiosos.	

Quadro nº.2. Quadro síntese. Fonte: Teixeira (2013).

5.3. Sugestões de enriquecimento à investigação

Foi também intenção do investigador, a fim de tornar este trabalho mais profundo e pertinente, delinear um conjunto de propostas de melhorias nas diversas dimensões, tendo por base a observação direta, a fim de tornar a visita ao Monumento, mais apelativa ao consumo cultural.

Durante o período da investigação, foi possível observar que o acolhimento do visitante foi realizado em ótimas condições, na medida em que este é extremamente bem recebido, dispondo de todas as informações sobre o Monumento e respetiva visita. Esta foi muito bem orientada em termos de conteúdo e duração, sendo direcionada em função de o visitante ficar bastante familiarizado com a história do Santuário. No entanto, consideramos a relevância de existir um maior número de guias, para que em todos os horários fosse assegurado um acompanhamento mais personalizado ao visitante. Desta forma, iria ser conseguida uma melhoria na qualidade da visita guiada, na medida em que os grupos iriam ser menores, tendo estes uma maior capacidade de observação.

Ao nível das acessibilidades exteriores, salientamos a importância de estas serem sujeitas a alguns ajustes, no sentido de deixarem de ser tão críticas em alguns pontos específicos, tais como as inclinações acentuadas. Alguns dos caminhos exteriores não são adequados a deficientes motores, pelo que se sugere uma adaptação do terreno ou construção de acessos que facilitem a deslocação de todos os visitantes pelo espaço. Já os acessos interiores caracterizam-se por serem bastante confortáveis, existindo um percurso alternativo que evita a subida de escadas e permite uma circulação mais facilitada a pessoas com mobilidade reduzida.

Quanto à sinalização, verificamos que esta é insuficiente, quer no exterior, quer no interior do Monumento. Neste campo, seria fulcral a existência de um maior número de placas indicativas nas estradas e na cidade de Vila Real; e no interior seria pertinente a colocação de placas informativas, junto a cada inscrição rupestre. Focamos ainda, a necessidade de existência de um maior número de informações relevantes junto à entrada do Santuário, tais como horários, preços; bem como uma planta numerada da área, onde deveriam ser identificados os principais locais do recinto, de forma a facilitar a orientação ao visitante

As infraestruturas de apoio são excelentes: salas de apoio, sala de visionamento do filme, bem como a casa típica onde é realizada a receção ao visitante. Observamos porém, que seria importante o predomínio de aquecimento no interior das instalações, para um maior conforto durante a visita.

Apesar de o Santuário de Panóias possuir algumas fontes de divulgação (página no facebook, vídeo no Youtube e folheto informativo), concluímos que estes materiais são insuficientes, na medida em que se verifica um forte desconhecimento por parte da população em relação à existência deste local. Neste sentido, admitimos ser imprescindível o desenvolvimento de projetos de difusão a nível local (posto de turismo local, casas de turismo rural), nacional e internacional, aqui poderemos referir a importância do papel institucional da Direção Geral do Património Cultural e da política representada na CCDR-comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional; bem como o estabelecimento de parcerias com outras instituições, tais como, escolas, universidades nacionais e internacionais, e com outras instâncias nacionais e internacionais, relacionadas com o turismo e a cultura, projetando-se o Monumento, através da realização de eventos locais, nacionais e internacionais.

Os recursos didáticos estão muito bem conseguidos: o filme de apresentação é excelente, muito claro e informativo; o audioguia é muito útil a qualquer visitante nacional ou

estrangeiro, pois permite um acompanhamento mais personalizado em termos explicativos, na medida em que a informação transmitida é muito clara. Todavia, consideramos pertinente a conceção de um filme de apresentação legendado em inglês, para uma maior compreensão de visitantes estrangeiros, tal como a sua comercialização.

A informação fornecida, através do material de apoio é suficiente, destacando-se o guia sobre o Monumento, ilustrado com imagens e explicações sobre o mesmo, sendo traduzido em vários idiomas. Seria porém muito importante, elaborar uma revisão do folheto informativo entregue gratuitamente a cada visitante, tornando-o mais atrativo e atualizado. Seria também interessante e lucrativo, a existência de literatura sobre Panóias como forma de dar a conhecer a história dos antepassados deste marco simbólico da história nacional.

O Monumento encontra-se muito bem conservado em termos de granito. Verifica-se um grande cuidado com o edifício existente, bem como com todo espaço envolvente, no entanto apesar dos vestígios arqueológicos existentes serem de uma riqueza peculiar e de estarem muito bem preservados, conferindo uma singularidade única ao local, sugere-se a conceção de um projeto de monitorização das inscrições rupestres de forma a retardar o seu “envelhecimento” natural.

Fica patente, que o Santuário de Panóias é um grande pilar da cultura e sociedade portuguesa, pela sua riqueza em termos históricos e arqueológicos, remetendo-nos aos nossos antepassados, aguçando-nos desta forma, a vontade de uma investigação mais aprofundada sobre o local, como forma de projetarmos no futuro a importância de reviver e de dar a conhecer esta riqueza singular; mas também, poderá ser um elemento fulcral na projeção do turismo cultural local.

Segundo o ICOMOS (1996) “o turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos”.

Quando uma região consagra um Projeto de valorização cultural, a sua imagem vai ser reforçada com novas oportunidades de investimento. A realização de eventos culturais vai gerar novos recursos financeiros, quer para os cidadãos quer para as instituições locais ligadas ao comércio, restauração, turismo e lazer, possibilitando uma maior projeção da região e consequente crescimento económico.

Tal como refere a Carta de Bruxelas (2009) reforça esta ideia ao referir que “o setor do Património Cultural, constitui um sector estratégico e de oportunidades para o desenvolvimento presente e futuro”.

Desta forma “valorizar a Cultura implica colocá-la ao serviço da “criatividade social”, convertendo-se num novo fator de desenvolvimento e de crescimento económico, em termos turísticos e hoteleiros” (Menguin, 1989: 7).

6. CONCLUSÕES

Tendo em conta a nosso objetivo de classificar os públicos da cultura que mais se destacaram durante a investigação, concluímos que quem maioritariamente visitou o Santuário de Panóias, no período analisado, foi o que Lopes (2004: 45) designou nos seus trabalhos como *Habituais*, aqueles que tem menor representatividade na população portuguesa, um público escolarizado e qualificado. Assim, analogamente ao que Lopes (2004: 46) referencia nos seus estudos, os públicos do Santuário de Panóias caracterizaram-se por possuir habilitações académicas elevadas, profissões qualificadas e por serem detentores de um forte capital cultural já intrínseco e enraizado.

Este desfecho vem também, ao encontro do que Santos (2003: 77) salienta nos seus estudos: “os consumos culturais permanecem estreitamente correlacionados com o nível de instrução, e, por essa via, com a condição socioprofissional” (Santos, 2003: 77).

O mesmo autor, nos seus estudos obteve outra conclusão muito pertinente para o presente trabalho: “os perfis sociais dos públicos mantêm-se tendencialmente inalterados, mesmo quando, no geral, se pode verificar um aumento do volume dos mesmos” (Santos, 2003: 77).

A incrementação de uma maior proximidade entre os públicos menos habilitados e a “cultura da arte” requererá segundo Santos (2003: 78) “um aperfeiçoamento dos processos de familiarização precoce e prolongada com os campos culturais mais seletivos”.

Por outro lado, o resultado desta investigação vem confirmar a importância destes Monumentos no processo de enriquecimento cultural dos seus visitantes, uma vez que facultam a possibilidade de adquirirem competências imprescindíveis em contextos diferenciados.

Além de potenciarem um forte enriquecimento em termos culturais, não podemos deixar de salientar a sua importância enquanto locais que complementam a função da instituição escolar, na medida em que proporcionam aos alunos um vasto leque de saberes não apreendidos em espaços formais.

É neste sentido, que reconhecemos o Santuário de Panóias como um espaço pedagógico por excelência, que reafirma a identidade local, recupera tradições atualmente em declínio, promove a cultura local e reforça a autoestima das populações residentes, constituindo um foco dinamizador de cultura e de desenvolvimento.

A valorização deste património cultural associado à sua projeção nacional e internacional serão a chave de promoção para o desenvolvimento local.

Do ponto de vista económico, esperam-se resultados ao nível do acréscimo das receitas das atividades relacionadas com o turismo; o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, promovendo e diversificando a economia local, encorajando à produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos.

Neste sentido, a “valorização de um bem com características patrimoniais é um marco no desenvolvimento e na planificação turística da região, sendo um esforço coordenado e sistemático destinado ao desenvolvimento económico e social local” (Duis, 2010: 11).

Os benefícios passam também pela promoção do bem-estar, pelo apoio à educação ambiental para visitantes e locais e pelo estimular do desenvolvimento e valorização da cultura.

Em suma, podemos afirmar que este espaço histórico segue os pressupostos apresentados pela Nova Museologia, assumindo-se como uma instituição com um vasto leque de funções de natureza pedagógica, cultural, social, de preservação de valores, de desenvolvimento local e de fator capaz de atrair fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Segundo Santos (2002: 94) “o Movimento da Nova Museologia um dos momentos mais significativos da Museologia Contemporânea, pelo seu caráter contestador, criativo, transformador, (...) um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museológicos mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando o desenvolvimento social”.

No Seminário de Quebec, firmaram-se os seguintes pontos sobre a Nova Museologia (Santos, 2002):

- Museologia atua com vistas a uma evolução democrática das sociedades;
- A intervenção dos museus no quadro dessa evolução passa: por um reconhecimento e uma valorização das identidades e das culturas de todos os grupos humanos inseridos no seu meio ambiente, no quadro da realidade global do mundo; por uma participação ativa desses grupos no trabalho museológico;
- Existe um movimento, caracterizado por práticas comuns, que pode assumir formas diversas, em função dos países e dos contextos, que deverão conduzir ao surgimento de um novo tipo de museu correspondente a estas novas perspectivas;
- Nestas condições, a interdisciplinaridade é a função social que conduz a uma mudança do papel e da função do museólogo, o que implica uma formação nesse sentido.

Assim, o Santuário de Panóias ao assentar a sua ação nestes pressupostos pode organizar a sua ação de forma criativa, “interagindo com os grupos sociais, aplicando as ações de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objetivo principal utilizar o património cultural, como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social (Santos, 2002: 117).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBARELLO, L. *et al.* (1997) - Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. *Trajectos*. Lisboa: Gradiva, p. 84-116.
- ALEXANDER, C. (2000) - Sociologia cultural. Formas de clasificación en las sociedades complejas. In *Region y Sociedad*. Espanha: Editorial Anthropos, vol. VIII, p. 219- 226.
- ALFOLDY, G. (1997) - Die Mysterien von Panóias (Vila Real – Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Berlin: Deutsches Archäologisches Institut, nº 38, p. 176-246.
- ARGOTE, J. (1734) - *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*.
- BARATA, F. (2002) - *Preservando a memória do território: O parque natural de Tourega/Valverde*. Évora: Edição do Centro de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, p. 1-164.
- BOURDIEU, P. (2005) - *A distinção crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk.
- BRANT, L. (2002) - Faces da Cultura: Desenvolvimento Social e Investimento Cultural Privado. *Revista Ide Estudos Históricos*. [S.l.: s. n.], Nº 50, p. 1-31.
- CARMO, H.; FERREIRA, M. (1998) - *Metodologia da Investigação: Guia para Auto – aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 1-354.
- CASSOLA, L. (1990) - *Turismo y ambiente*. México: Ed. Trillas.
- CERTEAU, M. (1993) - *La culture au pluriel*. Paris: Éditions Minuit.
- COSTA, A. (2004) - Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação. In AAVV – *Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, p. 93-121.
- DAMAS, M. J.; DE KETELE, J.M. (1985) - *Observar para avaliar*. Coimbra: Livraria Almedina.
- DE KETELE, J.M.; ROGIERS, X. (1999) - *Metodologia da Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 1-258.
- DOOLEY, L. M. (2002) - Case Study Research and Theory Building. *Advances in Developing Human Resources*. U.K: SAGE, nº 4, p. 335-354.
- DUIS, U. (2010) - La valorización cultural, social y turística de los recursos culturales y naturales como instrumento para la planificación turística, la conservación del Paisaje Cultural Cafetero y el desarrollo sostenible del territorio turístico. In *Turismo y Sociedad*. Colômbia: Facultad de Administración de Empresas Turísticas y Hoteleras, p.1-12.
- FERNANDEZ, A. (1999) - *Introducción a la nueva Museología*. Madrid: Alianza Editorial, S.A.
- FRAGOSO, A. (2000) - Avaliação de Projetos Sociais: O Caso do Projeto “Entre-mães”. *Revista de Educação*. Lisboa: FCUL, vol. IX, nº 2, p. 15-25.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1993) - *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora, p. 1-336.

- GOMES, R. (2004) - A Distinção Banalizada? Perfis Sociais dos Públicos da Cultura. In AAVV - *Os Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, p. 31-41.
- GUERREIRO, M. (2003) - Educação Ambiental em Áreas Protegidas: Avaliação do Impacto de Acções Educativas em Alunos do Ensino Básico. Faro: Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente. Universidade do Algarve, dissertação de Mestrado, texto policopiado.
- ICOMOS (1996) - Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, 1964. *Textos Fundamentais*. Évora: SPPC, nº 1.
- IGESPAR, IP. (2009) - *Carta de Bruxelas sobre o papel do património cultural na economia, e para a criação de uma rede europeia de seu reconhecimento e divulgação*.
- JORGE, V. F. (2000) - Património e Identidade Nacional. *Engenharia Civil*. Braga: Universidade do Minho, nº 9, p. 1-8.
- LATORRE, C., BETANCOURT, J.L., RYLANDER, K.A., QUADE, J.; MATTEHI, O. (2003) - *A vegetation history from the arid prepuna of northern Chile (22-23°S) over the last 13500 years*. Chile: Laboratorio de Palinologia, Departamento de Biología, Facultad de Ciencias, Universidad de Chile, p. 223-246.
- LOPES, J. (2000) - *A Cidade e a Cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.
- LOPES, J. (2004) - Experiência Estética e Formação de Públicos. AAVV - *Os Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, p. 43-54.
- MANONTOFF, A. (2010) - Poblaciones sin fronteras y valorización del patrimonio cultural intangibles: el caso de los gitanos. *Teoría y Praxis*. Perpignan-Via Domitia: Universidad de Perpignan-Via Domitia – Institut Catalan de Recherches en Sciences Sociales, nº 8, p. 157-169.
- MERRIAM, B. (1988) - *Case Study Research in Education: A Qualitative Approach*. San Francisco: Jossey-Bass.
- MENGUIN, J. & Masson, G. (1989) - *Guide du développement local et du développement social*. Paris: L' Harmattan, p.1-9.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. (2003) - *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- ROCHA, A. (1999) - *Avaliação de Escolas*. Porto: Edições Asa.
- RUIZ, R. (2006) - *Historia y evolución del pensamiento científico*. México: Juan Carlos Martínez Coll, p. 1-162. Disponível em <http://www.monografias.com/trabajos-pdf/historia-pensamiento-cientifico/historia-pensamiento-cientifico.pdf>.
- SANTOS, H. (2003) - A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, nº 67, p. 75-97.
- SANTOS, H. (2004) - Labirintos: alguns contextos atuais dos públicos da cultura, com ilustração empírica portuguesa. In GOMES, R. (coord. técnico) - *Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, p. 153-162.

SANTOS, M. (2002) - Reflexões sobre a Nova Museologia. *Cadernos de Sóciomuseologia*. Lisboa: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nº 18, p. 93-139.

TEIXEIRA, R. (2013) - Cultura e a Diversidade de Públicos - um estudo de caso. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação Social, texto policopiado.

TEIXEIRA, R. (2013) -O não-formal e o informal em educação: Centralidades e periferias. In PALHARES, J.A.; AFONSO, A.J. (Orgs.) (2013) - *Atas do I colóquio internacional de ciências Sociais da Educação / III Encontro de Sociologia da Educação*. Braga: Centro de Investigação em Educação / Universidade do Minho. ISBN: 978-989-8525-27-7.

TUCKMAN, B.W. (2000) - *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1-742

UNESCO (2001) - *Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural*. Adotada pela 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris.

VLACHOU, M. (2011) - *Por falar em 'novos' públicos*. Disponível em www.musingonculture.com

YACUZZI, E. (2005) - El estudio de caso como metodología de investigación: teoría, mecanismos causales, validación. *Working Papers: Serie documentos del trabajo*. Buenos Aires: Universidad del CEMA, p. 296-306.

YIN, R. (2005) - *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Antropologia

**INDIOS, NEGROS E CAIÇARAS: ETNOGRAFIA E IMAGEM NA
ANTROPOLOGIA PARANAENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1940
E 1950**

Maria Fernanda Campelo Maranhão

Governo do Estado do Paraná
Museu Paranaense
Setor de Antropologia
mariafernanda@seec.pr.gov.br
fernandaantropologia@gmail.com

Índios, Negros e Caiçaras: Etnografia e imagem na Antropologia Paranaense entre as décadas de 1940 e 1950

Maria Fernanda Campelo Maranhão

Artigo recebido: 2014-05-30;

Artigo revisto recebido: 2014-06-22;

Artigo aceite: 2014-07-01.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo contextualizar a pesquisa antropológica desenvolvida no Museu Paranaense pelo antropólogo José Loureiro Fernandes¹ e registrada pelas lentes do fotógrafo e cineasta tcheco Vladimír Kozák², entre as décadas de 1940 e 1950. Esta temática insere-se na linha de pesquisa História da Antropologia no Paraná, desenvolvida pelo Setor de Antropologia do Museu Paranaense.

Desde 2003, o Setor de Antropologia tem feito uma reflexão sobre a história da disciplina no Paraná, enfatizando o papel pioneiro do Museu Paranaense neste processo. Foram abordados até o momento temas relacionados ao desenvolvimento das ciências sociais e naturais no Museu Paranaense entre 1940 e 1950, a trajetória intelectual do antropólogo José Loureiro Fernandes e sua atuação na pesquisa e na institucionalização da antropologia no Estado.

¹ José Loureiro de Ascensão Fernandes nasceu em Lisboa, em 1903. Formou-se em medicina pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, em 1927. Especializou-se nas áreas de urologia, Arqueologia e Antropologia na Universidade de Paris, na década de 1950. Exerceu atividades como médico, político, cientista social e professor universitário. Foi eleito vereador por Curitiba em 1948 e nomeado Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná no mesmo ano. Nesta pasta criou a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, dedicando-se ao tombamento e preservação de sítios arqueológicos e do patrimônio histórico do estado. Foi Diretor do Museu Paranaense (1936-1943 e 1945-1946) e Chefe da Seção de Antropologia e Etnografia, onde iniciou pesquisas científicas nas áreas de Antropologia e Arqueologia. Em 1938 foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da universidade do Paraná. Ministrou aulas de Antropologia, Etnografia Geral e do Brasil na FFCL, e posteriormente também na Universidade Católica do Paraná. Na FFCL foi diretor e responsável pelo projeto de criação e instalação do Instituto de Pesquisas, em 1950, do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas em 1956, do departamento de Antropologia em 1958 e do Museu de Arqueologia e Artes Populares em 1963. Foi membro de diversas instituições culturais, como o Círculo de Estudos Bandeirantes (PUC-PR), o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e Academia Paranaense de Letras. Faleceu em Curitiba em 1977 (Maranhão, 2005: 156-157).

² Vladimír Kozák, cineasta, fotógrafo, pintor, etnógrafo e engenheiro, nascido na República Tcheca em 1897, chegou ao Brasil em 1924. Além de suas atividades em companhias de energia elétrica no Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, registrou a exuberância da paisagem e do povo brasileiro, através da pintura, da fotografia e do cinema. Em 1938, contratado pela Companhia Força e Luz do Paraná, fixou residência em Curitiba. Em 1946, recebeu o convite do diretor José Loureiro Fernandes, para trabalhar no Museu Paranaense, passando a documentar pesquisas de campo voltadas ao conhecimento da diversidade cultural e do território paranaense. Por iniciativa particular, Kozák também pesquisou diversos povos indígenas brasileiros entre as décadas de 1950 a 1960, como os Bororo, Karajá, Ka'apór, Kayapó, Wauja, Yawalapiti e Kamaiurá, entre outros. Faleceu em Curitiba no início de 1979, legando uma obra de valor inestimável que pertence hoje ao Estado do Paraná, sob a guarda do Museu Paranaense. Este acervo é formado por filmes, fotografias, desenhos, pinturas e uma vasta documentação manuscrita como correspondências e cadernetas de campo (Maranhão, 2012).

Esta pesquisa tem sido fundamental para contextualizar o acervo etnográfico, imagético e documental do Museu Paranaense. Os resultados obtidos até o momento forneceram subsídios para a montagem da exposição “Loureiro Fernandes e os Precursores da Antropologia no Paraná”,³ além da apresentação de comunicações em reuniões científicas, e da produção de artigos e textos acadêmicos (Maranhão, 2005, 2006 a, 2006 b).

No ano de 2007, as atividades do Setor de Antropologia voltaram-se para os 110 anos de nascimento de Vladimir Kozák, diretor da Seção de Cinema Educativo do Museu Paranaense entre 1947 e 1963. O acervo imagético produzido por Kozák compreende 8 mil fotografias, 50 horas de filmes coloridos, além de desenhos e pinturas, e constitui uma importante documentação antropológica, histórica e artística, que pertence atualmente ao Museu Paranaense.

A reflexão sobre a produção e o conteúdo das imagens registradas por Kozák, sobre o homem e a paisagem paranaense, foi objeto da exposição “Povos Indígenas e Paisagens na Arte dos Irmãos Kozák”, tema do seminário “110 anos de Vladimir Kozák (1897-2007): Imagem e Etnografia” e fonte de inspiração para este artigo.

Palavras-Chave: Sul do Brasil, História da Antropologia, Museu Paranaense, Etnografia e Imagem.

ABSTRACT

O artigo trata da pesquisa antropológica produzida no estado do Paraná no sul do Brasil, entre as décadas de 1940 e 1950. Destaca o pioneirismo do Professor José Loureiro Fernandes e do Museu Paranaense, as pesquisas, os pesquisadores, as teorias abordadas e o registro imagético de Vladimir Kozák.

The article deals with the anthropological research produced in Paraná state in southern Brazil, between the 1940s and 1950s. Highlights the pioneering Professor José Loureiro Fernandes and Paranaense Museum, research, researchers, discussed the theories and Vladimir Kozák's imagistic record.

KEYWORDS: South of Brazil, History of Anthropology, Paranaense Museum, Ethnography and image.

³ A exposição “Loureiro Fernandes e os precursores da Antropologia no Paraná” foi realizada pela antropóloga Maria Fernanda Maranhão, Chefe do Setor de Antropologia do Museu Paranaense e fez parte do calendário de eventos dos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, promovido pela UFPR em 16 de junho de 2005, em Curitiba.

1. O MUSEU PARANAENSE E A PESQUISA CIENTÍFICA

O Museu Paranaense, desde a sua fundação em 1876, esteve diretamente relacionado aos diversos momentos de construção de uma identidade regional para o Paraná. Criado inicialmente para guardar os produtos agrícolas e industriais, que retornavam das exposições nacionais e internacionais, o museu ao longo de sua trajetória procurou reunir e expor um acervo relacionado ao homem, ao território e à paisagem paranaense (Carneiro, 2013).

Devido ao expressivo acervo relacionado as populações indígenas, primeiros habitantes do território paranaense, o Museu Paranaense, foi convidado a participar da Exposição Antropológica Brasileira, organizada pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro em 1882. Da mesma forma, o primeiro Guia do Museu Paranaense, publicado em 1900, revela o pioneirismo da instituição na guarda e exposição de material etnográfico (Fernandes, 1956).

Até o final da década de 1930, o Museu Paranaense, assim como os primeiros museus brasileiros fundados no século XIX, seguiu o modelo europeu dos museus de história natural e gabinetes de curiosidades, marcado pela perspectiva evolucionista, pelo colecionismo e coleta assistemática de acervo (Schwarcz, 1993).

A pesquisa científica na instituição teve início somente em 1936, na gestão do médico e antropólogo de origem portuguesa José Loureiro Fernandes⁴. Profundamente identificado com as ciências humanas, Loureiro Fernandes, desde 1929, participava ativamente do Círculo de Estudos Bandeirantes⁵, instituição cultural que reunia a intelectualidade católica local, onde eram realizados debates sobre temas históricos, culturais, filosóficos e teológicos. Responsável pela organização de uma biblioteca especializada, Loureiro Fernandes iniciou já neste período intensa correspondência com o Museu Nacional e o Museu Paulista, construindo um vínculo determinante na transição de sua trajetória profissional em direção à Antropologia (Furtado, 1999).

Nomeado diretor pelo governador Manoel Ribas, Loureiro Fernandes procurou transformar o Museu Paranaense em um centro de pesquisas nas áreas de ciências sociais e naturais. O projeto de estruturação elaborado para o museu propunha a criação de um Conselho Administrativo e de Seções Científicas especializadas nas áreas de Antropologia e Etnografia, História, Zoologia, Botânica, Geologia e Paleontologia (Fernandes, 1956).

Por decreto governamental de 1939, foram nomeados os seguintes diretores para as Seções do Museu Paranaense: História - Dr. Arthur Martins Franco; Botânica - Dr. Antônio Martins Franco; Geologia e Paleontologia - Dr. Francisco de Assis Fonseca; Zoologia - Pe. Jesus Moure; e, para a Seção de Antropologia e Etnografia, o Prof. José Loureiro Fernandes.

Posteriormente, também participaram das seções científicas da instituição: o botânico Carlos Stellfeld, o historiador Júlio Moreira, além de Reinhard Maack e João José Bigarella, especialistas em Geografia e Geologia (Fernandes, 1956).

⁴ O professor José Loureiro Fernandes foi diretor do Museu Paranaense nos seguintes períodos: 1936 a 1943 e 1945 a 1946. Também ocupou outros cargos na instituição, como o de Presidente do Conselho Administrativo do MP e Diretor da Seção de Antropologia e Etnografia, entre 1939 e 1963.

⁵ O Círculo de Estudos Bandeirantes foi fundado em 1929, por um grupo de intelectuais católicos formado por padres, professores e profissionais liberais de Curitiba. Durante os primeiros anos da instituição, os bandeirantes reuniam-se na casa do Dr. Loureiro Fernandes, onde também teve início a formação de uma biblioteca especializada.

Esta equipe de “homens de ciência” dedicou-se voluntariamente ao Museu Paranaense, acumulando as funções de pesquisa com as demais atividades profissionais. Muitos desses pesquisadores destacaram-se através de sua produção científica, contribuindo para o desenvolvimento das ciências sociais e naturais no Paraná.

Juntamente com a equipe de pesquisadores e assistentes do Museu Paranaense, Loureiro Fernandes deu início à reestruturação da instituição, através da organização de uma biblioteca especializada e da criação da revista científica “Arquivos do Museu Paranaense”.



Figura 1. Nomeação dos auxiliares voluntários do Museu Paranaense⁶. Acervo: Museu Paranaense – Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Paraná.

Publicada regularmente entre 1941 e 1953, a Revista Arquivos do Museu Paranaense, além de divulgar as pesquisas realizadas pela equipe da instituição, contou também com artigos de pesquisadores convidados, como os etnólogos Herbert Baldus⁷, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Wanda Hanke, da Sociedade Científica do Paraguai; os

⁶ Da esquerda para direita, no primeiro plano: Joram Leprevost assistente de zoologia, Arthur Martins Franco Presidente do Conselho Administrativo e Diretor da Seção de História Pátria, Manoel Lacerda Pinto Secretário do Interior e Justiça, José Loureiro Fernandes Diretor do Museu Paranaense e da Seção de Antropologia e Etnografia, Padre Jesus Moure conselheiro e diretor da Seção de zoologia. Segundo plano: Heitor Dall'Igna Rodrigues assistente de Geologia, Rudolf Bruno Lange assistente de zoologia, Júlio Estrela Moreira assistente da Seção de História Pátria, Orlando Freitas assistente de Botânica, Máximo Pinheiro Lima, assistente de Antropologia. No terceiro plano: Airton de Mattos assistente de zoologia, Rosário Farani Mansur Guérios assistente de Antropologia e Linguística e Gert Gunter Hatschbach, assistente de Zoologia.

⁷ Herbert Baldus (1899-1970). Etnólogo nascido na Alemanha, Herbert Baldus mudou-se para São Paulo em 1923, sendo convidado a assumir a disciplina de Etnologia Brasileira na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1939. Em 1946, tornou-se diretor da Seção de Etnologia do Museu Paulista, sendo também responsável pela edição da revista científica daquela instituição. Pela importância de suas pesquisas junto às sociedades indígenas, Baldus é considerado um dos fundadores da Antropologia Brasileira (Silva, 2000).

biólogos Lauro Travassos, Frederico Lane e Ferreira de Almeida, do Museu Paulista; além de Ernesto Marcus e Paulo Sawaya, do Departamento de Zoologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (Fernandes, 1941).

Pela documentação do Museu Paranaense, constata-se que a criação desta revista científica possibilitou uma intensa troca de correspondências entre os pesquisadores das áreas de ciências sociais e naturais da instituição e colegas do Rio de Janeiro e São Paulo. São freqüentes nos relatórios do museu as referências à colaboração interinstitucional, como a realização de visitas técnicas e a participação de pesquisadores do Museu Paulista, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Escola de Sociologia e Política e da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, em viagens de campo realizadas pelas secções científicas do Museu.

Também neste período, a instituição deu suporte à recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, FFCL-PR. Muitos dos diretores e assistentes das secções do Museu Paranaense passaram a fazer parte do quadro docente da faculdade, como José Loureiro Fernandes⁸, Arthur Martins Franco, Máximo Pinheiro Lima, Padre Jesus Moure, Carlos Stellfeld, Rudolf Bruno Lange, João José Bigarella e Reinhard Maack. Da mesma forma, a estrutura física do museu, como os laboratórios, a biblioteca e até mesmo suas coleções científicas, foi disponibilizada para a realização de aulas práticas, com alunos dos diversos cursos das áreas de ciências naturais e sociais (Maranhão, 2006a).

Na década seguinte, os vínculos entre as secções do Museu Paranaense e as respectivas cadeiras da FFCL- PR tornaram-se cada vez mais estreitos. As atividades de pesquisas de campo, que vinham sendo realizadas em parceria entre as duas instituições, foram intensificadas com a fundação do Instituto de Pesquisas⁹ da Universidade Federal do Paraná - UFPR, e, também, através de um acordo assinado com o governo do Estado, normatizando a criação de um fundo estadual de pesquisas e propondo a extensão do mandato universitário para o Museu Paranaense, entre 1951 e 1960.

O desenvolvimento de pesquisas, a publicação e o intenso intercâmbio com as principais instituições de pesquisa do país, além da parceria com a FFCL-Pr, projetaram o Museu Paranaense e conseqüentemente o Paraná no cenário científico nacional entre as décadas de 1940 e 1950.

⁸ José Loureiro Fernandes integrou o grupo de intelectuais que fundou a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná, em 1938. Na documentação do Museu Paranaense, de 1939 a 1942, encontram-se correspondências entre Loureiro Fernandes e o diretor da FFCL-PR, prof. Brasil Pinheiro Machado, e também entre ele e o diretor do Curso de Ciências Naturais desta faculdade. Estes ofícios tratam da indicação de professores e do empréstimo das coleções científicas do Museu Paranaense para a FFCL-PR.

⁹ Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná. Fundado em setembro de 1950, este instituto estava vinculado diretamente à reitoria da universidade e teve como diretor nos primeiros sete anos de existência o Prof. Loureiro Fernandes. Integrava o Conselho Diretor do Instituto de Pesquisas um representante da FFCL-PR e um representante do Museu Paranaense. Cabia ao Instituto a realização das atividades extracurriculares da FFCL-PR, tais como viagens de pesquisas, publicações, cursos com professores convidados, participação de professores e alunos em congressos, além da participação de professores em bancas e concursos (Furtado, 1999: 72).

2. LOUREIRO FERNANDES E O DESENVOLVIMENTO DA ANTROPOLOGIA PARANAENSE

Filho de imigrantes portugueses¹⁰, José Loureiro de Ascensão Fernandes nasceu em Lisboa em 1903, tendo sido registrado no consulado brasileiro, uma vez que seus pais já residiam em Curitiba, desde o final do século XIX. Proveniente de uma família de comerciantes abastados, Loureiro Fernandes teve a oportunidade de estudar medicina pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, graduando-se naquela cidade em 1927. Paralelamente à Medicina, Loureiro Fernandes desenvolveu um profundo interesse pela Antropologia, podendo ser considerado um dos representantes da primeira geração de antropólogos brasileiros que, na década de 1930, sem formação especializada¹¹, dedicara-se à pesquisa científica e à institucionalização da Antropologia no país.

O interesse pela disciplina entre as décadas de 1940 e 1960 marcou a trajetória intelectual de Loureiro Fernandes, o qual desenvolveu intensa atividade científica, acadêmica e política. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1938, onde ministrou aulas de Antropologia, Etnografia Geral e do Brasil. Na Universidade Federal do Paraná, criou o Instituto de Pesquisas, em 1950, o Departamento de Antropologia, em 1958, e o Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá, em 1963 (Maranhão, 2005; Helm, 2006).

Atuando na política, Loureiro Fernandes foi secretário de Educação e Cultura do Paraná, sendo responsável pela criação da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado, onde desenvolveu as primeiras políticas públicas voltadas para o tombamento e preservação de sítios arqueológicos e do patrimônio histórico (Kersten, 1998).

Como antropólogo, iniciou sua carreira dentro da estrutura institucional do Museu Paranaense, desenvolvendo pesquisa pioneira sobre índios, negros, caiçaras¹², cultura popular e arqueologia no Paraná (Maranhão, 2005).

Atuando como diretor da Secção de Antropologia e Etnografia¹³ do Museu Paranaense, de 1939 a 1963, Loureiro Fernandes realizou diversas “expedições” para o litoral e o interior

¹⁰ Loureiro Fernandes era filho e neto de imigrantes portugueses. Seu avô José Fernandes Loureiro nasceu em Portugal, na freguesia de Bodiosa, provavelmente em 1839, e veio para o Brasil aos vinte anos de idade. Em 1860 instalou sua casa de comércio em Curitiba, José Fernandes e Cia, trabalhando com importação e venda de fazendas, molhados, ferragens, armarinhos, entre outras mercadorias. Casou-se em 1863 com Amélia Joaquina de Campos, neta de um importante industrial da erva-mate, de origem portuguesa. Paralelamente ao comércio, exerceu outras atividades relevantes na sociedade da época. Foi diretor da Companhia Impressora Paranaense em 1890, foi um dos fundadores da Associação Comercial do Paraná e do Clube Curitibano, vereador por Curitiba, provedor da Santa Casa de Misericórdia e, no começo do século XX, exerceu o cargo de diretor do Banco Commercial do Paraná. Como era costume na época, casou sua filha Julieta com um dos seus sócios, o português Manoel de Ascensão Fernandes, pais de José Loureiro Fernandes. Uma das ruas de Curitiba recebeu o nome José Loureiro, em homenagem a José Fernandes Loureiro (Cardoso, 2011).

¹¹ Posteriormente, José Loureiro Fernandes especializou-se nas áreas de Antropologia, Arqueologia e Etnologia na Universidade de Paris e na Escola de Antropologia de Paris, entre 1952 e 1953 (Garcia, 2000: 201).

¹² Este termo de origem indígena Tupi-Guarani tem sido utilizado para caracterizar as comunidades litorâneas dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Adams, 2000). Para Willems (2002) a cultura caiçara faz parte da cultura crioula ou cabocla, sendo fruto do aporte cultural de europeus, negros e índios. Por outro lado, "ainda que tenham base comum, a cultura caiçara se distingue da caipira por ter desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ligadas ao mesmo tempo ao mar e à terra, ao passo que a última é, essencialmente, baseada na agricultura em outras atividades ligadas à mata, sem ter contato com o ambiente marinho" (Diegues, 2005: 274).

¹³ Artur Ramos explica a terminologia utilizada pelos antropólogos da década de 1940, segundo as diferentes influências (francesa, alemã, inglesa e americana). Neste período, havia uma antropologia geral, que se dividia em Antropologia Física e Etnologia ou Antropologia Cultural. O termo etnografia também era utilizado como sinônimo de etnologia (Ramos, 1943: 9).

do Paraná, muitas delas devidamente registradas nos relatórios anuais de atividades do Museu Paranaense.

Encontramos as primeiras referências a estas pesquisas de campo no relatório de 1939, onde consta a realização de quatro viagens. Destas, três foram organizadas pelo diretor do Museu Paranaense e da Secção de Antropologia e Etnografia, Dr. José Loureiro Fernandes.

A primeira expedição dirigiu-se ao município de Palmas e teve como objetivo o desenvolvimento de pesquisas junto aos índios Kaingang. As demais dirigiram-se ao litoral do Estado, onde foram efetuados levantamentos arqueológicos em sambaquis e abrigos sob rocha. A quarta viagem daquele ano foi realizada pela Secção de Zoologia do Museu, para a coleta de espécies da fauna paranaense.

No ano de 1939, o pessoal do Museu realizou quatro excursões ao interior do Estado com o fim de colher não só material para as coleções do Museu como também dados para futuros estudos da terra paranaense.

A primeira em janeiro de 1939 ao Município de Palmas, onde foram coligidos dados e material etnográfico entre os índios Caingangues dos Toldos das Lontras e da Campina dos Índios; a segunda em abril ao Sambaqui do Guaraguassú a margem da Estrada do Mar.

Na terceira organizada em agosto de 1939 (...) visava a colheita de craneos humanos e a exploração de hipogeus existentes no Morro da Pedra Branca, em zona sertaneja do Município de Guaraquessaba. Não se logrou o exito desejado pois dois anos antes elementos estrangeiros ai haviam inutilizado com o uso de explosivos esses vestígios dos primitivos ocupantes da região. É um fato para o qual tomamos a liberdade de chamar a atenção de V. Exa. afim de evitar futuras depredações em jazidas de tanto interesse científico (Fernandes, 1940).

Os resultados da pesquisa de campo entre os Kaingang, realizada com o apoio do Serviço de Proteção aos Índios - SPI¹⁴, foram divulgados no primeiro artigo etnológico de Loureiro Fernandes – “Notas Hemato-antropológicas sobre os Caingangues de Palmas”, de 1939. Para esta pesquisa, o autor não se restringiu à descrição dos caracteres somáticos do grupo. Utilizando uma metodologia inovadora para a antropologia da época, coletou e analisou o sangue de 40 índios Kaingang:

A determinação dos grupos sangüíneos figura como um dos mais recentes capítulos da antropobiologia, e, não obstante serem numerosas as contribuições recebidas dos diferentes pontos do ecumênio, são ainda excepcionais estas pesquisas em populações primitivas no Brasil” (Fernandes, 1939: 1).

¹⁴ O Serviço de proteção aos índios (SPI) foi criado em 1910 e operou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI. [http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi)).



Figura 2. Da esquerda para direita Deocleciano de Souza do Serviço de Proteção ao Índio, o líder Kaingang kōikāng e o antropólogo José Loureiro Fernandes, do Museu Paranaense. Terra Indígena Toldo das Lontras, Palmas, 1939. Acervo: Museu Paranaense – Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Paraná.

O interesse inicial de Loureiro Fernandes pelo estudo da antropologia física se deve tanto à sua formação médica quanto à própria constituição da disciplina naquele período. Os antropólogos da década de 1930 praticavam uma antropologia geral, muitos deles atuando simultaneamente nos ramos cultural e biológico da antropologia, a exemplo de Thales de Azevedo (1947) Emílio Willems (1947) e Herbert Baldus (Baldus & Ginsberg 1947) (MELLATI, 1990).

Posteriormente, Loureiro Fernandes retomou suas pesquisas de campo entre os índios Kaingang, publicando em 1941, no primeiro volume dos Arquivos do Museu Paranaense, o artigo “Os Caingangues de Palmas”. Este mesmo grupo já havia sido estudado anteriormente por Herbert Baldus, em 1933, cuja etnografia “O Culto aos Mortos entre os Caingangues de Palmas” fora publicada nos Ensaios de Etnologia Brasileira, em 1937.

Pela bibliografia e pelas referências à obra de Baldus, percebe-se uma forte influência funcionalista neste artigo. Reunindo importantes informações históricas e etnográficas, Loureiro Fernandes organizou seus dados agrupando-os conforme as seguintes temáticas: habitat, povoações e habitações, vestuário e adorno, colheita, caça e pesca, cultivo, armas, utensílios, instrumentos de música, indústrias (trançados e cestaria, cerâmica, fiação e tecelagem), transportes, organização social e noções de direito, organização da família, capacidade intelectual e acuidade sensorial, práticas terapêuticas e ritos funerários.

Por outro lado, também é possível perceber na conclusão desta etnografia a influência da teoria norte-americana da aculturação:

Assistimos nesses sobreviventes da horda Caingangue de Palmas às últimas etapas da sua transição para a cultura sertaneja; cada vez se torna mais difícil a individualização dos elementos indígenas, e queremos crer que, se fatores externos não continuarem a influenciar decisivamente no isolar destes remanescentes, dentro em pouco, dada perda total de sua cultura, serão autênticos caboclos” (Fernandes, 1939 p.208).

É importante lembrar que, entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, foram introduzidas no Brasil influências teóricas, tanto européias quanto americanas, pelos professores estrangeiros contratados pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, e pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Conforme analisa Júlio Melatti (1990) era comum aos antropólogos brasileiros deste período o uso híbrido das teorias funcionalista e de aculturação em suas análises.

Influenciado pelo amigo Herbert Baldus, Loureiro Fernandes iniciou em 1946 as primeiras experiências com o filme etnográfico, em suas pesquisas de campo com as populações caiçaras do litoral paranaense. Estas imagens foram registradas pelo cineasta tcheco Vladimir Kozák, diretor da Seção de Cinema Educativo do Museu Paranaense, entre 1945 e 1963.

O uso da fotografia e do filme na pesquisa antropológica brasileira era considerado um método de documentação extremamente inovador no início da década de 1940, tendo sido utilizado de forma pioneira enquanto prática institucional por Harald Schultz¹⁵, assistente de Herbert Baldus na Seção de Etnologia do Museu Paulista, entre 1944 e 1965.

¹⁵ A experiência de Harald Schultz com o registro fotográfico e cinematográfico das populações indígenas brasileiras teve início no final da década de 1930. Convidado pelo Marechal Rondon, Schultz passou a acompanhar as expedições do Serviço de Proteção ao Índio - SPI entre 1939 e 1945, ficando responsável pela criação de um centro de documentação fotográfica. Seu primeiro filme, “Danças de Culto aos Mortos”, sobre a sociedade Umutina, data de 1945 (Campos, 1995: 145-160).



Figura 3. Dr. José Loureiro Fernandes, Pe Jesus Moure e equipe do Museu Paranaense partindo para pesquisas de campo na década de 1950. Foto Vladimir Kozák. Acervo Círculo de Estudos Bandeirantes – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O registro etnográfico de Loureiro Fernandes, associado às imagens de Vladimir Kozák, colocou o Museu Paranaense entre as principais instituições de pesquisa antropológica do país, neste período. Entre as pesquisas mais aprofundadas, realizadas pelo Museu Paranaense em parceria com a FFCL-Pr, destacam-se a Congada da Lapa, as populações caiçaras do litoral e os índios Xetá. Os resultados destas pesquisas, juntamente com os filmes etnográficos, foram apresentados em reuniões científicas no Brasil e no exterior.

Esta visibilidade no cenário científico nacional fez com que o Paraná participasse da pequena comunidade de antropólogos brasileiros reunida em novembro de 1953, no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Deste encontro, realizado com o objetivo de fundar uma associação e discutir diretrizes para a pesquisa e o ensino da Antropologia no país, nasceu a Associação Brasileira de Antropologia - ABA. Organizado por Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, o evento contou com a participação de pesquisadores e professores vinculados às instituições de pesquisa da época, como os museus e as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Corrêa, 2003).

Ao lado de Herbert Baldus, Thales de Azevedo, Egon Schaden, Darcy Ribeiro, Luís de Castro Faria e Édison Carneiro, José Loureiro Fernandes participou das discussões científicas, em que foram abordados os seguintes temas: problemas de ensino de antropologia, possibilidades de pesquisa e de exercício de atividade técnico-profissional, o indígena, o negro, o branco povoador, imigrantes de diferentes origens, estudos de comunidades, áreas regionais, cultura e personalidade, antropologia física, arqueologia e lingüística (Schaden, 1954).

Convidado para o grupo de estudos “Possibilidades de pesquisa e de exercício de atividades técnico-profissionais”, Loureiro Fernandes apresentou um balanço dos estudos antropológicos realizados sob sua coordenação pelo pequeno núcleo de pesquisadores¹⁶ vinculados ao Museu Paranaense e ao Instituto de Pesquisas da UFPR.

Nesta síntese, destacou os temas de pesquisa em andamento no Paraná: os índios Kaingang de Palmas, a festa de São Benedito e a Congada da Lapa, as populações caiçaras do litoral, os imigrantes italianos e alemães das colônias de Santa Felicidade e de Entre Rios, além dos estudos arqueológicos sobre o Sambaqui de Matinhos. Comentou, também, sobre os avanços alcançados no Paraná com a utilização de recursos audiovisuais na pesquisa antropológica, citando a experiência com a câmara 16mm (Fernandes, 1999).

Em diversas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia, realizadas entre as décadas de 1950 e 1960, Loureiro Fernandes apresentou os resultados de suas pesquisas entre os índios Xetá, denunciando o descaso das autoridades, e o processo de extermínio que estava sofrendo aquele grupo étnico (Silva, 1998).

Ao longo de sua carreira, Loureiro Fernandes participou ativamente da Associação Brasileira de Antropologia, exercendo diversos cargos, inclusive o de presidente da instituição, tendo sido responsável pela realização da 4.ª Reunião da ABA, em Julho de 1959, em Curitiba (Helm, 2006).

3. VLADIMIR KOZÁK: IMAGEM E ETNOGRAFIA

Durante o período em que foi diretor da Seção do Cinema Educativo do Museu Paranaense, Vladimir Kozák¹⁷ produziu um importante registro das pesquisas realizadas na instituição, entre 1947 e 1963. Com a sua morte, em 1979, todo o seu acervo particular foi inventariado¹⁸, passando a pertencer ao Estado do Paraná, sob a guarda do Museu Paranaense. O curador no processo de herança jacente de Vladimir Kozák foi o diretor do Museu Paranaense, na época o arqueólogo Oldemar Blasi, o qual foi responsável pelos primeiros levantamentos deste acervo.

A coleção Vladimir Kozák compreende 50 horas de filmes coloridos em 16mm não sonorizados, fotografias, aquarelas, esboços, óleos sobre tela, acervo etnográfico, além de uma rica documentação manuscrita – correspondências, cadernetas de campo e esboços de roteiros. Os filmes de Kozák podem ser classificados como documentários, pois possuem a preocupação com a narrativa das imagens. Produzidos a partir de um roteiro minucioso e

¹⁶ Entre as décadas de 1940 e 1950, diversos acadêmicos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná colaboraram nas pesquisas desenvolvidas pelo prof. José Loureiro Fernandes. No Museu Paranaense: Oldemar Blasi, Marília Duarte Nunes, Igor Chmyz, Máximo Pinheiro Lima, do Curso de História e Geografia; além de Rudolf Bruno Langue e Airton de Mattos, do Curso de Ciências Naturais. No Instituto de Pesquisas: Eny Maranhão, Máximo Pinheiro Lima, Maria José de Menezes, Margarida Andreatta, Maria de Lourdes Muniz e Ney Barreto, do Curso de História e Geografia, e Newton Freire Maya, do Curso de Ciências Naturais.

¹⁷ Sobre a obra cinematográfica de Vladimir Kozák, ver a curta-metragem “O Mundo Perdido de Kozák”, produzido em 1988, com roteiro e direção de Fernando Severo. No ano de seu lançamento, este filme recebeu diversos prêmios nos Festivais de Cinema de Gramado, de Brasília, e do Rio Cine. Ver também as biografias de Vladimir Kozák escritas por Oldemar Blasi (1983) e Edilberto Trevisan (1979).

¹⁸ Processo de Herança Jacente de Vladimir Kozák. Autos n.º 12.094/79, da 8.ª Vara Cível de Curitiba.

didático, é uma constante a presença de títulos e legendas explicativas em seus filmes (Trevisan, 1979).

Kozák foi ao mesmo tempo idealizador, roteirista, produtor, cinegrafista, diretor e editor dos filmes que produziu. Os filmes eram revelados nos Estados Unidos, enquanto a edição era feita de forma artesanal, em uma mesa de corte improvisada na casa de Kozák. Durante os dezoito anos de atividades na Secção de Cinema Educativo do Museu Paranaense, Kozák exerceu seu trabalho voluntariamente, custeando com recursos próprios a compra e a revelação dos filmes (Trevisan, 1979).

Essas e outras dificuldades encontradas por Vladimir Kozák, em suas atividades como documentarista no Museu Paranaense, podem ser constatadas no relatório apresentado ao diretor da instituição, Dr. Júlio Moreira, em 1949.

Embora com absoluta falta de facilidade, material e equipamento (até bem pouco tempo), e as mais necessárias verbas para poder desenvolver qualquer atividade regular - sempre esta secção em pouco tempo apresentou mais de 30 sessões cinematográficas, entre as quais são dignas de citação as projeções dos filmes no Seminário Seráfico da cidade de Rio Negro, numerosas projeções na Santa Casa de Misericórdia e outros hospitais, bem como em colégios desta cidade.

Citamos ainda uma projeção na cidade de Londrina e a última nestes dias na Universidade. Serviço este que em geral sofreu e continua sofrendo por falta de verba pois estão sendo projetados os filmes incompletos, em positivo original, de coleção particular, quando se torna imperativo existiram cópias dos filmes editados e completos para que este possam ser projetados. Estas atividades nunca foram registradas, porém acho importante que este serviço seja pela primeira vez anotado.

As excursões organizadas para colecionar material de documentação, não foram realizadas por duas razões. A primeira é a falta de verbas, fato de que V. S. está a par. A Segunda é a falta de transporte. Não se pode esperar que seja possível alcançar os nossos objetivos focalizados, carregando-se aparelhamento cinematográfico nas costas - uma vez que o peso deste ultrapassa 30 kg e as distâncias são de dezenas e dezenas de quilômetros. A caminhonete ou caminhão há dois anos prometida pelo D. D. Governador para nossos serviços, continua até hoje apenas prometida.

Embora com essas dificuldades, continuei trabalhando e colecionando material, pagando as despesas de meu bolso como de costume, e consegui colecionar boa documentação, a qual será preciosa para futuras atividades do Museu.

O fato mais importante a ser anotado, é ter a secção recebido, já quase no fim do ano, uma remessa de aparelhamento e algum material, obtidos das verbas congeladas. Este fato é notável, e pelo resultado devemos agradecer ao Dr. José Loureiro Fernandes, que se esforçou pela aquisição por estas verbas.

Além disso, ficou recondicionado um já imprestável aparelho projetor de 35

mm, sonoro, e cuja despesa de seu acondicionamento, importando em Cr\$ 1.800,00, adiantei de meu bolso. Mandamos fazer uma bolsa protetora de couro para o tripé da câmara, cujo pagamento, para facilitar, foi feito com meu próprio dinheiro.

Dos filmes há pouco recebidos de Nova Iorque, neste momento estão sendo utilizados para execução do filme científico "Abelhas", filmado e preparado em conjunto com o Reverendo Pe. Jesus Moure, e esperamos completar este serviço em poucos meses. Além disso, um outro filme de documentação está em preparo e andamento.

Este relatório aliás devia ser uma série de reclamações a respeito das dificuldades que se apresentam no serviço da seção, pois V. S. não ignora, que esta seção não possui nenhum armário disponível para armazenagem dos aparelhos, menos ainda uma sala para os trabalhos mais simples que sejam, por isso as condições são as mais deprimentes que podemos imaginar, e nestas condições torna-se impossível de organizar e menos ainda, trabalhar (Kozák,1949: 1-3).

Uma parte da coleção cinematográfica de Vladimir Kozák, que constitui acervo do Museu Paranaense, refere-se especificamente ao registro das pesquisas antropológicas realizadas pela instituição. Este acervo, além de documentar as populações caiçaras do litoral, a congada da Lapa e os índios Xetá, também registra o período pioneiro da pesquisa antropológica no Paraná.

Com o objetivo de contextualizar as pesquisas de campo em Antropologia realizadas por Loureiro Fernandes e registradas pelas lentes de Vladimir Kozák, procurou-se reunir o maior número possível de informações. Além da bibliografia especializada, foram pesquisadas as seguintes fontes: livros de correspondência e relatórios do Museu Paranaense de 1939 a 1960, bibliografia de Loureiro Fernandes, além de manuscritos de Vladimir Kozák, como esboços de roteiros, correspondências, cronogramas de atividades e cadernetas de campo.

A partir desta documentação, foram analisados os filmes de dez expedições de campo organizadas pela Seção de Antropologia e Etnologia do Museu Paranaense, realizadas entre 1946 e 1961, em direção ao litoral e ao interior do Paraná.

4. CAIÇARAS

O primeiro registro cinematográfico das excursões de campo data de agosto de 1946 e teve como destino a Ilha de Superagüi, município de Guaraqueçaba. Neste mesmo ano, Loureiro Fernandes havia organizado um curso de extensão na FFCL-PR, para o qual convidara grandes especialistas em Antropologia da época, como Herbert Baldus, Emílio Willems e Harold Schulz, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, os quais falaram sobre suas distintas áreas de interesse (Furtado, 1999: 58).

Aproveitando a oportunidade, Loureiro convidou o antropólogo Emílio Willems¹⁹,

¹⁹ Emílio Willems. Doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim, Emílio Willems chegou ao Brasil em 1931, tornando-se mais

especialista na teoria de aculturação, para participar da expedição à Ilha de Superagüi, no litoral do Paraná, conforme relatório do Museu Paranaense de 1946.

Em agosto, em companhia do Professor Willems e seus Assistentes, foi realizada uma viagem ao litoral, e pelo Canal do Varadouro foram atingidas Arirí e Ararapira. Da primeira vila a comitiva do Museu, integrada pelos Drs. Osvaldo Lacerda e Wladimir Kossak, demandava a barra do Ararapira para na manhã seguinte iniciar a exploração geográfica e antropogeográfica da Praia Deserta da península do Superagüi. Dessa excursão colheu magnífica documentação cinematográfica em technicolor o Dr. Wladimir Kossak (Fernandes, 1947a: 10).

Com o título “Praia Deserta”, Kozák filmou a expedição coordenada por Loureiro Fernandes que, partindo de Paranaguá, viajou de barco pelos canais até Guaraqueçaba, atingindo seu destino final na Ilha de Superagüi. Ao longo da travessia, Kozák filmou as vilas de pescadores, com suas casas às margens dos canais (Maranhão, 2006 b: 43).



Figura 4. Dr. José Loureiro Fernandes, Prof. Emílio Willems e demais assistentes, em pesquisas de campo no município de Guaraqueçaba, em 1946. Foto: Vladimir Kozák. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

tarde, em 1941, o primeiro professor da cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Lecionou também na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde foi um dos fundadores da Revista de Sociologia, em 1939 (Corrêa, 1995: 25-106).

Em Guaraqueçaba, além da magnífica paisagem natural, foram registradas imagens da arquitetura da cidade, a exemplo do casario, da fonte de água, da Igreja de Bom Jesus dos Perdões, fundada em 1838, e do sobrado que abriga atualmente a sede da Estação Ecológica administrada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA (Maranhão, 2006b: 43).

Antes de chegar à Ilha de Superagüi, a equipe parou em uma praia para observar as conchas de um sambaqui. Mais à frente, o grupo desembarcou novamente para almoçar, aproveitando para conversar com os pescadores. Kozák documentou, então, a confecção de uma rede de pesca, o trançado de balaios de taquara e de um tipiti. Aproveitou também para filmar a fauna aquática, representada por camarões, águas-vivas e baratas-d'água. Na praia, os pescadores mostraram o resultado da pesca, segurando um golfinho, um tubarão e uma arraia (Maranhão, 2006b).



Figura 5. Pescador confeccionando uma rede de pesca. Praia Deserta - Ilha de Superagüi, 1946. Foto: Vladimir Kozák. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

No dia seguinte, continuando a viagem pelos canais, a equipe chegou ao extremo norte da Ilha de Superagüi, atingindo a Praia Deserta. Após desembarcar, almoçaram em uma cabana de pescadores. Na cena seguinte, um pescador, enquanto conversa com os pesquisadores, entalha na madeira uma gamela. Em seguida, depois de observar uma grande quantidade de pássaros biguás nas pedras, o grupo volta para o barco, iniciando a viagem de retorno (Maranhão, 2006b).

Outra viagem de pesquisas para o litoral do Paraná foi registrada no filme “Ilha dos Currais”, com duração de 64 minutos, realizada em fevereiro de 1948 por Loureiro Fernandes e equipe, com destino a Paranaguá, Matinhos e Ilha dos Currais.

No roteiro do filme, percebe-se a preocupação de Kozák em organizar de forma didática todas as etapas da viagem. As primeiras imagens se referem à descida de trem pela serra do mar e a chegada em Paranaguá. Naquela cidade, foram registradas as edificações representativas do patrimônio histórico e arquitetônico local: as Igrejas do Rosário e de São Benedito, a Casa Brasília Itiberê, a Fonte da Gamboa e o Colégio dos Jesuítas, hoje Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (Maranhão, 2006b).

Em seguida, o filme apresenta cenas do carnaval de rua de Paranaguá, com interessantes imagens que retratam a diversidade dos blocos carnavalescos, os quais reuniam foliões vestindo fantasias de palhaços, índios carijós e diabos. Desfilaram também os grupos folclóricos locais, representando o boi-de-mamão e a dança da balainha, além de carros alegóricos conduzindo personagens como um faraó egípcio e a realeza do carnaval: o rei Momo e sua rainha (Maranhão, 2006b).

Um corte na cena conduz o espectador às próximas etapas da viagem, a descida de trem a Paranaguá e a chegada em Matinhos. Em seguida, a ênfase das filmagens recai sobre atividades de trabalho dos pescadores como o processo de confecção de redes de pesca e a limpeza dos peixes. Um grupo de pescadores retorna do mar e é recebido pela comunidade local, que se aproxima das canoas para comprar peixes (Maranhão, 2006b).



Figura 6. Pescadores vendendo peixes na praia de Matinhos, em 1948. Foto: Vladimir Kozák. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Loureiro Fernandes e os demais pesquisadores contratam um pescador como guia e partem em uma canoa para a Ilha dos Currais. Lá, o grupo observa os ninhos dos albatrozes, enquanto os pescadores se mantêm ocupados, pescando diversas variedades de peixes e tartarugas. O filme termina com a equipe retornando a Matinhos.

A produção intelectual de Loureiro Fernandes sobre a temática caiçara revela uma aproximação inicial com a geografia, influência substituída a partir da metade da década de 1940, quando inicia-se a aproximação com os cientistas sociais da Faculdade de Filosofia de São Paulo.

Dentro da antropologia brasileira, estudos etnográficos mais complexos e sistemáticos, sobre as populações litorâneas paulistas e paranaenses, tiveram início entre as décadas de 1940 e 1950, e foram realizados em sua maioria por pesquisadores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Reunidos em torno de Emílio Willems, este grupo, formado por Gioconda Mussolini (1945, 1953), Aziz Simão (Simão & Goldman, 1958), Ary França (1954) e Carlos Borges Schmidt (1947), do qual Loureiro Fernandes fazia parte, "postulava problemas de pesquisas comuns como também engendrava sociabilidades científicas" (Silva, L. G, 2005).

Dominaram a produção acadêmica deste grupo duas concepções fundamentais. A percepção de uma homogeneidade do universo cultural caiçara no sul do Brasil, cujas comunidades partilhavam, além de um passado histórico, um patrimônio simbólico e material comum. Além disso, ao contrário das abordagens próprias dos estudos de comunidades comuns neste período, os autores privilegiaram em suas análises questões referentes à mudança cultural decorrente dos impactos de modernização e urbanização do litoral do sudeste e do sul do Brasil (Âreas & Simões, 2003).

Considerando-se o imenso litoral brasileiro, verifica-se que existem elementos culturais e sociais comuns a todo êle. Esta identidade se explica, em grande parte, pelas mesmas influências que contribuíram para sedimentar as primitivas bases culturais da vida litorânea, nossa primeira área de povoamento e por muito tempo quase que a única. Ademais podemos considerar, pelo menos no que diz respeito ao sul do país, uma situação histórica também comum, que fez com que o litoral também se convertesse em área de deserção à medida que o povoamento avançava para o interior e as frentes de pioneirismo se localizavam principalmente no planalto meridional, cada vez mais afastadas da costa (Mussolini, 1953, p. 81).

Tal foi o que aconteceu, por exemplo, no litoral paulista com o desenvolvimento progressivo do pôrto de Santos e, principalmente, da organização de sua pesca em plano capitalista. Motivação suficiente para os moradores dos pequenos núcleos litorâneos se entregarem a uma mobilidade pronunciada, com a conseqüente quebra da organização dos grupos locais e a perda dos elementos de sua cultura de folk (Mussolini, 1953, p.93).

O primeiro artigo de Loureiro Fernandes sobre a temática caiçara, "Caiobá esboço médico-geográfico", foi publicado em 1937 e apresentado a seus colegas de trabalho, na

Associação Médica do Paraná. Neste artigo, o antropólogo reuniu informações sobre aspectos climáticos, meteorológicos, geomorfológicos, geológicos, botânicos, demográficos, socio-econômicos e médico-sanitários de Caiobá, nesta época vinculada ao município de Guaratuba, no litoral do Paraná.

Ainda que sua preocupação fundamental estivesse centrada na vila balneária de Caiobá e no bem-estar da população flutuante de turistas, Loureiro Fernandes muito provavelmente iniciou nesta viagem suas primeiras observações sobre as tradições caiçaras. Encontram-se neste texto breves descrições sobre a construção das casas, a mobília, a agricultura de subsistência, os hábitos alimentares, a medicina caseira, a pesca artesanal e o beneficiamento da farinha de mandioca.

Estes temas foram aprofundados em artigos posteriores (Fernandes, 1947b, 1957, 1964, 1996a, 1996b) nos quais Loureiro Fernandes produziu uma densa etnografia caiçara, enfocando principalmente a pesca artesanal, a produção de farinha de mandioca, a descrição do mobiliário e dos utensílios da casa, além de fazer um levantamento sobre o vocabulário caiçara.

Destacam-se os artigos "Contribuição à geografia da praia de Leste" e "O interesse da investigação lingüística nos domínios do folclore do mar". O primeiro foi premiado em 1942 pelo Conselho Nacional de Geografia, e o segundo foi apresentado no Terceiro Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em Salvador, em 1957.

O interesse de Loureiro Fernandes pelo estudo do universo cultural caiçara paranaense, iniciado no final da década de 1930, perdurou ao longo de toda a sua carreira. Com a fundação do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá²⁰, em 1963, Loureiro Fernandes deu continuidade às pesquisas no litoral, reunindo um rico acervo da cultura material caiçara e elaborando exposições sobre esta temática.

5. NEGROS

A partir do final da década de 1940, Loureiro Fernandes passou a colaborar ativamente com a Comissão Nacional de Folclore - CNFL, movimento intelectual voltado à pesquisa, preservação e defesa das tradições populares. Fundada por Renato Almeida, em 1947, no Rio de Janeiro, a CNFL procurou estender suas atividades pelos diversos estados brasileiros, através da criação de comissões estaduais (Vilhena, 1997). No Paraná, Loureiro Fernandes foi nomeado por Renato Almeida para exercer a função de secretário-geral da Comissão Paranaense de Folclore (Roderjan, 1998).

Interessado no registro e na pesquisa da Congada da Lapa, cujo auto há alguns anos não vinha sendo realizado, Loureiro Fernandes procurou reunir esforços para que esta manifestação da cultura popular afro-brasileira voltasse a ser encenada na cidade da Lapa. Nos relatórios do Museu Paranaense encontramos as seguintes informações:

Congada da Lapa: com a colaboração do Instituto de Pesquisas da

²⁰ Atual Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, MAE-UFPR.

Universidade do Paraná e da Prefeitura da Lapa, será realizada em março próximo a tradicional Congada, de tão grande interesse para os estudos folklóricos.

Alem do auxílio monetário até Cr\$2.500,00 o Museu Paranaense contribuirá com a secção de cinema educativo devendo ser filmadas em cores as cenas completas e os personagens das festas dos pretos e que tendem a desaparecer, tanto pela dispersão de seus adeptos, como devido ao custo elevado da montagem, com seus vestuários típicos e vistosos (Stellfeld, 1950).

Desta forma, Kozák filmou em 1951 a retomada da encenação da Congada, organizada com recursos do Museu Paranaense e com a colaboração do Instituto de Pesquisas da UFPR e da prefeitura da cidade da Lapa.

O filme “Congadas da Lapa”, com duração de 50 minutos, tem início com a apresentação do mapa do Paraná onde está localizada a cidade da Lapa. Em seguida, uma sequência de fotografias e legendas apresenta os principais personagens da Congada da Lapa de 1951: guias, músicos, porta-bandeiras, duque, chefe, embaixador, nobre, marquês, secretário, príncipe, a rainha e o rei do Congo (Maranhão, 2006 b).



Figura 7. Personagens da Congada da Lapa. Em primeiro plano da esquerda para direita: João Ferreira – o Príncipe, Celeste Ferreira - o Rei do Congo e o Principezinho. Foto: Vladimir Kozák, 1951. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Para a apresentação do auto propriamente dito, Kozák optou por incluir no roteiro do filme dois guias, um homem e um menino negros, os quais conduzem o espectador em sua visita à cidade da Lapa. As primeiras cenas do filme mostram os guias conversando, comendo caquis e caminhando pela zona rural da Lapa.

Na primeira parada, vê-se um grupo de músicos limpando seus instrumentos de percussão, enquanto alguns homens manuseiam suas espadas e uma coroa de papel. Prosseguindo em sua caminhada, os guias apresentam o centro histórico da Lapa e visitam o Memorial do Cerco da Lapa (Maranhão, 2006b).

Na zona rural, tem início o auto da Congada. Os componentes do grupo já trajados dirigem-se à casa do rei e da rainha. O séquito real desfila pelas ruas da cidade até o local de realização do auto, onde já está montado um palco em frente ao Santuário de São Benedito. Ao som de instrumentos como a rabeça, o tambor e o acordeão, o auto se desenvolve com apresentação de danças cantos e declamações dos diversos personagens que compõem o auto.



Figura 8. Músicos da Congada da Lapa de 1951. Foto: Vladimír Kozák. Acervo: Museu Paranaense – Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Paraná.

É encenada a visita da embaixada da rainha Ginga de Angola ao rei do Congo Zumbi Ganaíame. Esta ruidosa embaixada chega em um momento impróprio, interrompendo os festejos de devoção a São Benedito e causando um incidente diplomático. Após a dramatização de uma guerra, o rei do Congo vence a contenda e convida a embaixada de Angola para participar das homenagens ao santo. O filme termina com Celeste Ferreira, o personagem do Rei do Congo, acordando em um campo de araucárias, como se o auto tivesse sido apenas um sonho.

Como membro da Comissão Paranaense de Folclore²¹, Loureiro Fernandes procurou preservar, documentar e estudar a Congada da Lapa. A pesquisa de campo realizada entre os integrantes do grupo da Congada da Lapa resultou em uma minuciosa etnografia, com o registro dos textos e da sequência coreográfica do auto.

Os resultados da pesquisa e o filme "Congadas da Lapa" foram apresentados por Loureiro Fernandes no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1951. No ano seguinte, Loureiro Fernandes, juntamente com o presidente do Conselho Nacional do Folclore, Renato Almeida, organizou em Curitiba, o II Congresso Brasileiro de Folclore. Além da apresentação dos trabalhos dos folcloristas, foi incluída na programação do evento uma apresentação da Congada, no estádio Durival de Britto, em Curitiba (Vilhena, 1997; Blasi, 2005).

As pesquisas de Loureiro sobre a Congada da Lapa foram publicadas em 1951 nos Anais do I Congresso de Folclore e, em 1977, nos Cadernos de Folclore, organizados pelo Ministério da Educação e Cultura. Este último artigo foi recentemente reeditado pela UFPR, tendo sido incorporado ao texto de Loureiro Fernandes, as fotografias e pinturas de Vladimir Kozák, que integram o acervo do MAE-UFPR.

6. ÍNDIOS

As pesquisas de Loureiro Fernandes, entre os índios Xetá, tiveram início em 1955 e estenderam-se até o princípio da década de 1960. Convidado por Dival José de Souza, inspetor da 7.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, Loureiro Fernandes assumiu a coordenação de pesquisa de duas das três expedições oficiais de contato com os índios Xetá, promovidas por aquele órgão indigenista (Maranhão, 2005; Helm, 1994; Silva, 2005).

A primeira expedição, realizada em outubro de 1955 à região da Serra dos Dourados, não conseguiu localizar nenhum grupo familiar Xetá. A equipe registrou um acampamento abandonado e coletou os artefatos encontrados, os quais foram incorporados aos acervos do Departamento de Antropologia da UFPR e do Museu Paranaense²².

Em novembro de 1955, uma nova expedição foi organizada pelo SPI, mas Loureiro Fernandes não pôde participar. Nesta segunda expedição, Vladimir Kozák integrou a equipe e registrou em filme 16mm os primeiros contatos do SPI com os índios Xetá, mais precisamente com o grupo local de Adjatukã. Em uma terceira expedição do SPI, realizada em fevereiro de 1956, a equipe de pesquisadores e indigenistas localizaram o grupo local de Nhengo (Silva, 2005), conforme pode-se ver na foto abaixo.

²¹ Nomeado por Renato Almeida, Loureiro Fernandes foi secretário geral da Comissão Paranaense de Folclore de 1952 a 1954, e de 1964 a 1968 (Roderjan, 1998).

²² A primeira expedição oficial do Serviço de Proteção aos Índios - SPI à Serra dos Dourados foi realizada em outubro de 1955. Integraram esta expedição: os meninos Xetá Tuca e Kaiuá, os funcionários do SPI, Dival José de Souza e Durval Antunes Machado, José Loureiro Fernandes, do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, o acadêmico Ney Barreto, os jornalistas da Revista Guairá e o deputado estadual Antônio Lustosa de Oliveira (Silva, 1998: 4).



Figura 9. Grupo local de Nhengo, na Serra dos Dourados, em fevereiro de 1956²³. Foto: Vladimir Kozák. Acervo: Museu Paranaense – Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Paraná.

Entre 1956 e 1961, Loureiro Fernandes organizou diversas expedições de pesquisas aos índios Xetá, em parceria com o Instituto de Pesquisas da Universidade, e o Museu Paranaense. Vladimir Kozák foi o responsável pela documentação cinematográfica e fotográfica destas expedições.

Os dados coletados nas pesquisas de campo entre os índios Xetá foram publicados em artigos escritos em diversos idiomas, entre 1959 e 1962. Destacam-se os trabalhos apresentados no XVIII Congresso Internacional de Geografia (*Le Peuplement du Nordouest du Paraná et Les Indiens Setá*), realizado em Curitiba em 1956; na 3.ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia -ABA realizada em Recife, em 1958 (*Os Índios da Serra dos Dourados*); no International Committee on Urgent Anthropological Research (*The Xetá a dying people in Brazil*), em Viena, em 1959; e no VI Congrès International des Sciences Anthropologiques, et Ethnologiques de Paris (*Les Xetá e les palmiers de la forêt de Dourados*), em 1960 (Silva, 2005).

No final da década de 1960, o próprio Loureiro dirigiu um documentário sonorizado de 40 minutos, utilizando as imagens registradas por Kozák das expedições realizadas aos índios Xetá entre 1955-1957. Com o título “Os Xetá na Serra dos Dourados”, este documentário foi editado na França, pelo Museu do Homem de Paris, e exibido em congressos científicos no Brasil e no exterior, trazendo grande notoriedade para Loureiro Fernandes (Silva, 2005).

²³ Da esquerda para a direita: Antônio Lustosa de Freitas, índio Xetá Nhengo, Loureiro Fernandes abraçado com índio Xetá Adjatukã, índio Xetá Tuca; em pé, Durval Antunes Machado e Afonso Pereira.

Neste filme, assim como em suas publicações, Loureiro Fernandes privilegiou fundamentalmente os aspectos da cultura material e o registro da história do contato com os índios. Entretanto, o antropólogo também tinha consciência da importância do estudo da organização social e da cosmovisão Xetá – é o que se percebe na leitura do “Plano de Pesquisa Antropológica Sistemática dos Índios da Serra dos Dourados”, para os anos de 1961 e 1962.

Nas expedições realizadas de 1955 a 1959 foi possível, sobretudo, documentar aspectos da cultura material. Esta documentação consiste principalmente numa coleção etnográfica de 47 peças depositadas no departamento de Antropologia da Universidade do Paraná, em vários rolos de filmes kodakcrome e em uma coleção de fotografias, além de muitas notas etnográficas. As duas expedições de 1960 permitiram ampliar a documentação cinematográfica e fotográfica e aumentar de 37 peças a coleção etnográfica, mas sobretudo efetuar a gravação de lendas, mitos, narrativas e cantos (cerca de oito horas de gravação) e a recolha de material para análise linguística.

Sobre a estrutura social muito pouco se pode observar, porque na aldeia destas duas famílias falta indivíduos para que a vida social possa se desenvolver normalmente. Da cultura espiritual, salvo observações isoladas, feitas incidentalmente, só a análise dos textos míticos gravados em 1960, irá permitir algum conhecimento; a interpretação destes textos só poderá ser feita, entretanto após adiantar-se a análise da língua. Um etnólogo deverá ser convidado mais tarde a participar da pesquisa, quando o adiantamento do estudo da língua e o estabelecimento do contato com o grupo maior possibilitar o estudo da organização social (Fernandes, s.d.).

Desta forma, seguindo a indicação de Alfred Mettraux, na época presidente da Unesco, e de Herbert Baldus, diretor do Museu Paulista, Loureiro Fernandes convidou para estudar os Xetá o “etno-sociólogo”²⁴ Roberto Cardoso de Oliveira, o qual infelizmente não pode aceitar, pois já estava comprometido com pesquisas em andamento na região amazônica.

²⁴ Étno-sociólogo: termo utilizado por Herbert Baldus em suas correspondências com José Loureiro Fernandes na década de 1960. Estas correspondências fazem parte do acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes/PUC-PR.



Figura 10. Expedição do linguista Cestmir Loukotka, da Academia de Ciências de Praga, à Serra dos Dourados para levantamento do vocabulário Xetá. Foto: Vladimir Kozák, 1958. Acervo: Museu Paranaense – Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Paraná.

Sensibilizados por Loureiro Fernandes, outros especialistas de áreas próximas participaram de algumas das expedições de pesquisas de campo aos índios Xetá (Maranhão, 1989; Chmyz, 2005), a exemplo da arqueóloga francesa do Museu do Homem de Paris, Annette Laming-Emperaire (Laming-Emperaire *et alii*, 1964; Laming-Emperaire, 1978), dos lingüistas Cestmir Loukotka (1929, 1960) e Aryon Dall'Igna Rodrigues (1978) e do geólogo e geógrafo Reinhard Maack (1962).

Além do interesse pela pesquisa dos índios Xetá, Loureiro Fernandes dedicou-se à política indigenista, procurando sensibilizar as autoridades estaduais e federais para o processo de extermínio deste grupo indígena, cujo território vinha sendo devastado pela frente agrícola cafeeira. Apesar de seu empenho na criação de um parque florestal e de uma reserva para os indígenas Xetá, na região da Serra dos Dourados, Loureiro enfrentou o desinteresse do governo estadual e os entraves burocráticos do governo federal (Silva, C. 2005).

Nos livros de correspondência do Museu Paranaense, encontramos um ofício endereçado ao governador do estado Moisés Lupion, com data de 19/03/1956, assinado pelo diretor e pelo corpo técnico da instituição, solicitando urgentes medidas para a preservação dos índios Xetá.

O Museu Paranaense o mais antigo centro de estudos indianistas no Paraná vem, através do seu Conselho Administrativo, a presença de Vossa Excelência para ponderar a urgente interferência do governo do Estado,

com medidas enérgicas no sentido de impedir que as populações indígenas da Serra dos Dourados seja esbulhada do território que lhe pertence por uma ocupação secular e cuja posse lhe é assegurada pela Constituição Federal.

Possui hoje, a Antropologia, documentário comprobatório da segregação essa que permitiu a referida população perpetuar até nossos dias nos sertões do oeste do Paraná, métodos e técnicas utilizados outrora pelos homens da era da pedra polida.

Concomitantemente ao dever, que temos a assegurar a esses brasileiros o direito de sobreviver no território que lhes foi berço, soma-se um alto interesse de serem um "fósseis" vivo da pré-história brasileira.

Não assegurar o território a esse grupo indígena, ainda não convenientemente identificado por estes estudos etnológicos será cometer um dos maiores erros administrativos no Paraná, pois é fugir as tradições de humanidade de nossa gente e destruir a última fonte viva da pré-história paranaense.

Certos de que do alto espírito patriótico de Vossa Excelência emanarão medidas para defesa dos interesses da referida população indígena, subscrevendo-nos. Atenciosamente. Frederico Waldemar Lange - Diretor, José Loureiro Fernandes - Antropologista, Pe. Jesus Moure - Zoólogo, Vladimir Kozák - Diretor da Secção Cinematografia, Julio Moreira - Diretor da Secção de História (Moreira, 1956).

Entretanto, a tardia criação do Parque Nacional de Sete Quedas, concretizada apenas em 1961, não garantiu a preservação do grupo. Parte dos sobreviventes Xetá foi encaminhada pelo Serviço de Proteção aos Índios para as Terras Indígenas de Marrecas dos Índios e Pinhalzinho, localizadas respectivamente nos municípios de Guarapuava e Tomazina, onde passaram a conviver com índios Kaingang e Guaraní (Silva, 2005).

Encerradas as expedições de pesquisas, Vladimir Kozák continuou acompanhando os índios Xetá até 1976. Nos registros em cadernetas de campo, Kozák relata suas visitas aos sobreviventes Xetá, transferidos para os postos indígenas Marrecas dos Índios e Pinhalzinho. Nestas ocasiões, Kozák deu continuidade às filmagens e à coleta de dados etnográficos. Da mesma forma, em sua casa no bairro do Uberaba, Kozák recebeu inúmeras visitas do índio Xetá Tuka, que na época morava em Curitiba.

A coleção particular de filmes e fotografias de Vladimir Kozák, que hoje faz parte do acervo do Museu Paranaense, constitui importante registro dos índios Xetá, que após 10 anos de contato já se encontrava extremamente reduzido. Os filmes de Vladimir Kozák foram produzidos entre 1955 e 1969 e correspondem a seis horas de gravações. São imagens dos índios Xetá registradas tanto na floresta da Serra dos Dourados como nas Terras Indígenas de Marrecas dos Índios e Pinhalzinho, que retratam atividades cotidianas, como a obtenção e o preparo dos alimentos, a confecção de utensílios e a prática de rituais.

Vladimir Kozák também publicou suas anotações sobre os índios Xetá, não se limitando ao registro de imagens para as pesquisas de Loureiro Fernandes. Além dos filmes e das fotografias de Kozák, fazem parte do acervo do Museu Paranaense uma importante coleção

etnográfica dos índios Xetá, além de uma farta documentação composta de desenhos, pinturas e anotações em cadernetas de campo.

Segundo anotações pessoais do próprio Kozák, alguns fatos narrados pelos índios Xetá, que não puderam ser observados, foram por ele registrados em diversas pinturas em óleo sobre tela. Kozák também registrou em crayons diversos desenhos representando atividades cotidianas e rituais, além de retratos, de alguns dos índios Xetá com quem conviveu mais proximamente. Alguns desses desenhos e pinturas integraram a exposição de Vladimir Kozák "Portraits of Brazilian Indians", realizada no Canadá em 1968 e patrocinada pelo Institute Glenbow-Alberta (Baxter, 1968).



Figura 11. Cotidiano na aldeia Xetá. Óleo sobre tela de Vladimir Kozák. Acervo: Museu Paranaense – Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Paraná.

Juntamente com pesquisadores do Museu de História Natural de Nova Iorque, Kozák publicou em 1972 no periódico desta instituição suas observações e registros fotográficos, dos índios Xetá. Este artigo foi traduzido por Edilberto Trevisan e publicado posteriormente em 1978, pelo Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense com o título "Os índios Hetá: peixe em lagoa seca".

Uma parte das fotos e trechos dos filmes de Vladimir Kozák constam do CD-ROM "Quem são os Xetá?", produzido em parceria entre o Museu Paranaense e a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR, em janeiro de 2000 (Cardoso & Posse, 2000).

No final da década de 1990, Carmem Silva, durante suas pesquisas de mestrado e doutorado, conseguiu reunir os oito últimos sobreviventes Xetá, registrando suas histórias de vida e a versão do grupo sobre o contato e o extermínio de seu povo. As imagens dos filmes e fotografias de Vladimir Kozák foram fundamentais no processo de reconstrução da memória coletiva do grupo (Silva, 2003).

7. ACERVO MUSEOLÓGICO, IDENTIDADE CULTURAL E CONSCIÊNCIA PRESERVACIONISTA

Os resultados materiais das pesquisas de José Loureiro Fernandes em parceria técnico-científica com Vladimir Kozák constituem atualmente importante acervo antropológico e arqueológico do Museu Paranaense. Parte deste acervo, encontra-se em exposição no circuito de longa duração e contribui para a construção de uma narrativa sobre o povoamento e a ocupação do território paranaense. Os filmes, fotografias e objetos expostos, devidamente contextualizados ao longo do circuito, retratam no tempo e no espaço, a diversidade dos povos que contribuíram para a formação cultural do povo paranaense. Caçadores - coletores, povos indígenas horticultores, negros escravizados, colonizadores portugueses e espanhóis, além de imigrantes de origem europeia e asiática, formaram ao longo dos últimos 500 anos um tecido social multicultural.

A atual expografia do circuito de longa duração do Museu Paranaense, pensada a partir de uma linha temporal, contextualiza a história do povo paranaense dentro da História do Brasil. A divisão da exposição segundo os períodos da História do Brasil: Pré-Colonial, Colônia, Império e República, atende aos conteúdos do currículo escolar brasileiro, promovendo um diálogo com as escolas do estado do Paraná.

Em 2013 o Museu Paranaense recebeu 297 escolas públicas e privadas, com alunos na faixa entre 7 a 11 anos, em sua maioria. Diariamente em grupos de 20, os alunos percorrem as salas do museu acompanhados por professores do Setor Educativo da instituição. O circuito expositivo é visto pelos professores e alunos como uma extensão da escola e dos conteúdos tratados no livro didático.

Entretanto, a experiência da visita ao museu não se limita a aprendizagem informal e lúdica, através dos bens culturais. Mais do que isso, possibilita ao visitante uma experiência densa e múltipla, através da ativação de mecanismos de pertencimento, identidade e memória. Como em um jogo de espelhos (Eco, 1989; Novaes, 1993) a percepção da identidade ocorre de forma contrastiva (Barth, 1969) através do contato com o outro, o diferente. Este outro pode ser os indígenas, os negros, as populações caiçaras, ou até mesmo os imigrantes europeus, vistos através do distanciamento que o tempo proporciona.

No circuito expositivo, a temática da diversidade dos povos é tratada em todos os períodos da história do Brasil. O período pré-colonial, representado pelo acervo arqueológico, datado entre 9.000 AP até o século XVI, termina com a chegada dos portugueses e o início da colonização. Nesta parte da exposição, vê-se materiais líticos, ósseos e malacológicos, além de imagens de pinturas rupestres, recuperadas em pesquisas realizadas pelo Museu Paranaense em sítios arqueológicos de diversas tipologias, tais como: sambaquis e abrigos sob rochas. Na sequência, estão expostos material etnográfico, do final do século XIX até a atualidade, obtido por coleta ou em pesquisas antropológicas, realizadas entre os povos indígenas do Paraná: Guarani, Kaingang e Xetá.

Em seguida, maquetes das caravelas marcam a colonização portuguesa no Brasil. Os objetos retratam o surgimento de povoações e cidades no litoral e primeiro planalto paranaense, a exemplo de Paranaguá, em 1648, e Curitiba, em 1693. A fundação de missões jesuíticas para catequese dos índios, e de cidades espanholas no centro e oeste do Paraná, e as disputas entre as coroas de Portugal e Espanha pelo território.

Na sequência a exposição apresenta o Paraná no período Imperial Brasileiro (1822-1829). Destaca o imperador Dom Pedro II, e o seu projeto de incentivo a entrada de imigrantes europeus no país, para trabalhar em lavouras de café na região sudeste, ou para fundar colônias e povoar o interior do sul do Brasil. A consequência deste processo migratório foi o confinamento dos indígenas em aldeamentos oficiais, ao mesmo tempo em que progressivamente substituía-se a mão de obra escrava. O fim da escravidão negra em 1888, e a independência do Brasil em 1889, marcam o fim do Império e o começo da República. A exposição termina nas primeiras décadas do século XX, destacando a vinda de grandes contingentes de imigrantes europeus para o Paraná, principalmente italianos, poloneses, ucranianos, alemães, japoneses e árabes, os quais fixaram-se tanto nas cidades quanto na área rural.

Paralelamente a exposição de longa duração a instituição tem promovido outras atividades tais como: exposições temporárias, palestras, cursos, oficinas, visitas as reservas técnicas e laboratório de conservação e restauro. Públicos específicos vem sendo atendidos através de parcerias do Museu Paranaense com universidades, órgãos oficiais, organizações não governamentais e entidades culturais. O público alvo são professores do ensino básico, fundamental e superior, estudantes e professores indígenas e quilombolas²⁵, grupos vinculados a movimentos sociais, entre outros. Contempla-se desta forma, conteúdos históricos, antropológicos e arqueológicos, fomentando reflexões sobre identidade, diversidade, memória, patrimônio e preservação.

Dentre destes temas destaca-se a crescente demanda relacionada a história e cultura indígena e africana no Paraná. A lei federal número 11.645²⁶, tornou obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de escolas públicas e privadas, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Por outro lado desde a década de 1980 o ensino bilíngüe, português e guarani, ou português e kaingang vêm sendo praticado nas 22 terras indígenas demarcadas no estado, as quais reúnem uma população de aproximadamente 15.000 índios. Estas novas leis e demandas, inserem-se dentro de uma política nacional de ações afirmativas, objetivando fortalecer segmentos da cultura brasileira que por muitos anos permaneceram ora na invisibilidade, ora vistos sobre uma ótica preconceituosa, estereotipada e simplista.

Ao trabalhar conteúdos relacionados aos distintos segmentos da população, tanto nas

²⁵ Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Desde 2004, o governo brasileiro vêm cadastrando estas comunidades rurais, com o objetivo de assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Mais de 1.500 comunidades já foram certificadas, destas 35 situam-se no Paraná. Fundação Palmares (2014) http://www.palmares.gov.br/?page_id=88.

²⁶ Lei N°11645 de 10 de março de 2008. Artigo 26 A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Parágrafo 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Parágrafo 2o - Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." Presidência da República/ Casa Civil. Site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm (NR).

exposições quanto nas demais atividades, o Museu Paranaense procura fazer com que grande parte dos visitantes sintam-se incluídos e representados, passando a compreender e valorizar diferenças e semelhanças, como heranças antropológicas da diversidade cultural paranaense e brasileira.

CONCLUSÕES

Utilizando como fonte de pesquisa o acervo documental e imagético do Museu Paranaense, procurei contextualizar uma parte das pesquisas antropológicas desenvolvidas pela instituição entre as décadas de 1940 e 1950. Desta forma, através de uma reflexão sobre as pesquisas etnográficas desenvolvidas por José Loureiro Fernandes e as imagens registradas por Vladimir Kozák, sobre grupos indígenas, comunidades afro-descendentes e populações caiçaras, foi possível correlacionar estes estudos com o processo de desenvolvimento da Antropologia no Paraná.

Para compreender as temáticas de estudo e as metodologias de pesquisas desenvolvidas no Museu Paranaense no período estudado, é preciso refletir sobre o desenvolvimento das Ciências Sociais no país. Historicamente, considera-se o final da década de 1930 e a década de 1940 um período de transição da produção do conhecimento dos museus para as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que estavam sendo fundadas em diversos estados brasileiros.

Até a implantação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, os museus etnográficos e de história natural constituíam centros de referência na pesquisa antropológica no país, a exemplo do Museu Nacional, do Museu Paulista, do Museu Goeldi de Belém do Pará e do Museu Paranaense. Estas instituições desenvolviam estudos de antropologia física, arqueologia, etnologia indígena, além de pesquisas sobre permanência e aculturação de comunidades afro-descendentes e caiçaras.

A metodologia científica utilizada baseava-se na realização de levantamentos regionais para identificação de temáticas de estudo, e na realização de pesquisas de campo de curta duração. Privilegiava-se a formação de acervos etnográficos e imagéticos, representativos da identidade cultural, nacional ou regional.

A institucionalização, das Ciências Sociais nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras inicia-se a partir da década de 1930, tendo como consequência a transferência de cientistas, bem como de suas pesquisas, dos museus e dos institutos históricos para o espaço acadêmico. Durante toda a década de 1950 e início da década de 1960, a contratação de professores com formação especializada, e o surgimento de cursos de pós-graduação nas universidades, propiciaram a diferenciação e a consolidação dos campos da Antropologia e da Sociologia no Brasil (Oliveira, 2006).

No Paraná, o Museu Paranaense, entre as décadas de 1940 e 1950, destacou-se como instituição pioneira no desenvolvimento de pesquisas antropológicas no Estado, além de contribuir significativamente para a consolidação da pesquisa científica nos primeiros anos de existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A história da instituição, bem como o seu importante acervo etnográfico, imagético e documental, com destaque para a coleção Vladimir Kozák, são testemunhos desta atuação.

Atualmente o Museu Paranaense continua desenvolvendo pesquisas nas áreas de Antropologia, História e Arqueologia. Os acervos das décadas de 1940 e 1950 tem sido estudados e re-significados, possibilitando novas abordagens e atendendo a demandas relacionadas a educação e a cidadania.

BILIOGRAFIA

ADAMS, C. (2000) - As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, volume 43, número 1.

ÂREAS, F. P.; SIMÕES, A. (2003) - A Revista de Antropologia e as Ciências Sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, volume 46, nº2, p. 383- 409.

AZEVEDO, T. (1947) - Determinação da cor da pele: a propósito de um método quantitativo. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Antropologia N.S., v olume 8, p.1-19.

BALDUS, H.; GINSBERG, A. (1947) - Aplicação do Psico-Diagnóstico de Rorschach a índios Kaingang. *Revista do Museu Paulista*. Nova série. São Paulo. Volume I, p.75-106.

BARTH, F. (1969) - *Ethnic Groups and Boundaries - The Social Organizatios of Culture Difference*. Boston: Little, Brown and Company.

BLASI, O. (1983) - Vladimir Kozák. *Arquivos do Museu Paranaense*. Nova série, Etnologia Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, volume 3, p. 11-15.

BLASI, O. (2005) - Depoimento. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de Nascimento do Prof. Dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Curitiba:Universidade Federal do Paraná. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – CEPA, volume 3, p. 37-46.

BAXTER, D. (1968) - *Portraits of Brazilian Indians by Vladimir Kozák*. Glenbow Art Gallery. Glenbow - Alberta Institute Museum. Catalogue 4, p.1-16.

CAMPOS, S. L. (1995) - Por uma antropologia do olhar: a coleção Harald Schultz no Museu de Arqueologia e Etnologia. *Cadernos de Antropologia da Imagem*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Núcleo de Antropologia da Imagem. Volume 8, p.145-160.

CARDOSO, J.; POSSE, Z. (2000) - CD-ROOM Quem são os Xeta? Curitiba: Museu Paranaense/Secretaria de Estado da Cultura, CELEPAR.

CARDOSO, M.W.(2011) José Fernandes Loureiro: Um Imigrante Português em Curitiba (1860-1908). Monografia de Bacharelado do Curso de História. Universidade Federal do Paraná.

CARNEIRO, C. B. (2013) - *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná*. Curitiba: Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, 202 p.

CHMYZ, I. (2005) - Relembrando José Loureiro Ascensão Fernandes. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de Nascimento do Prof. Dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003).

Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - CEPA. Volume 3, p.81-108

CORRÊA, M. (1995) - A Antropologia no Brasil. In MICELLI (org.) - *História das Ciências Sociais do Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré FAPESP. Volume 2, p.25-106.

CORRÊA, M. (2003) - *As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinqüenta anos (1953-2003)*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia - ABA. 108 p.

ECO, U. (1989) - Sobre os Espelhos. In *Sobre os Espelhos e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

DIEGUES, A.C. (2005) - Esboço de História Ecológica e Social Caiçara. In DIEGUES (org.)- *Enciclopédia Caiçara. História e Memória Caiçara*. São Paulo: Hucitec -NUPAUB. Volume 4, p.273-319.

FERNANDES, J. L. (1939) - Nota hemato-antropológica sobre os Caingangues de Palmas. *Revista Médica do Paraná*. Curitiba. Volume 8 (1-2), p.1-8. Separata.

FERNANDES, J. L. (1940) - Relatório do período de 1937 a 1939, apresentado pelo diretor do Museu Paranaense, professor José Loureiro Fernandes, em 16 de fevereiro de 1940, ao Dr. Manoel Lacerda Pinto, Secretário do Interior e Justiça do Estado do Paraná. Curitiba.

FERNANDES, J. L. (1941) - Arquivos do Museu Paranaense, *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba. Volume 1, p.3-5.

FERNANDES, J. L. (1947a) - Relatório do Museu Paranaense relativo ao exercício de 1946, apresentado pelo Dr. José Loureiro Fernandes, Diretor do Museu, ao Exmo. Dr. Oswaldo Pilotto, Diretor Geral de Educação, em 20 de janeiro de 1947.

FERNANDES, J. L. (1947b) - Contribuição à geografia da praia de Leste, *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba. Volume 6, p.3-35.

FERNANDES, J. L. (s.d) - Plano de Pesquisa Antropológica Sistemática dos Índios da Serra dos Dourados. Documento mimeografado, s/data. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirantes/Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

FERNANDES, J. L. (1957) - O Interesse da Investigação Lingüística nos Domínios do Folclore do Mar. *Separata da Revista Letras*. Nova Série. Curitiba:Tipografia João Haupt & Cia. Ltda. p. 7-8,

FERNANDES, J. L. (1964) - Sobrevivências de Tecnologia Arcaica Portuguesa nas Prensas de Mandioca Brasileiras. *Etnologia*. Curitiba. Publicação do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná. Departamento de Antropologia, número 1, p. 1-26.

FERNANDES, J. L. (1996a) - Indústrias Locais. In POSSE, Z. (org.) *A Arte das Tradições Populares*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, p. 9-45.

FERNANDES, J. L. (1996b) - Contribuição ao Estudo do Mobiliário e dos Utensílios. In POSSE, Z. (org.). *A Arte das Tradições Populares*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, p. 47-63.

FERNANDES, J. L. (1999) - Possibilidades de pesquisas e o exercício das atividades técnico-profissionais. In FURTADO, R. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. Curitiba. Nova fase. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Número 13, Julho, p. 115-125.

FERNANDES, J.L.; NUNES, M. D. (1956) - *Oitenta Anos de Vida do Museu Paranaense*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia Ltda. Edição Comemorativa ao 80º Aniversário de Fundação do Museu Paranaense.

FRANÇA, A. (1954) - *Perequê uma Unidade Regional Típica*. Boletim 178, Geografia, n.º 10. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, p. 158-86

FURTADO, M. R. (1999) - José Loureiro Fernandes e as possibilidades de pesquisas e o exercício das atividades técnico-profissionais. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. Nova fase. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Número 13, Julho, 472 p.

GARCIA, A. (2000) - *Dr. Loureiro Fernandes Médico e Cientista*. Curitiba: Vicentina.

HELM, C. M. V. (1994) - *Xetá: a trajetória de um grupo Tupi-Guarani em extinção no Paraná*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Número 92, p. 105-111.

HELM, C. M. V. (2006) - A Antropologia no Paraná. In SANTOS, S. (org.), *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina/Associação Brasileira de Antropologia, p. 81-123.

KERSTEN, M. (1998) - *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

KOZÁK, V (1949) - *Relatório da Secção de Cinema Educativo do Museu Paranaense*. Curitiba. Apresentado por Vladimir Kozák ao diretor do Museu Paranaense Júlio Moreira, em 22 de dezembro de 1939, p. 1-3.

LAMING-EMPEREIRE, A.; MENEZES, M. J.; ANDREATA, M. D. (1978) - O Trabalho da pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados, Estado do Paraná. *Coleção Museu Paulista*. Série ensaios. São Paulo. Número 2, p. 19-82.

LAMING-EMPEREIRE, A (1964) - Les Xetá, survivants de L'age de la Pierre, *Revue du Musée de l'Homme*. Paris. Tome IX.

LOUKOTKA, C. (1929) - Le Setá: un nouveau dialecte Tupi", *Journal Société des Americanistes*. Paris. N.21, p. 373-398.

LOUKOTKA, C. (1960) - Une Tribu indienne peu connue dans L'État bresilien Paraná, *Separatum: Acta Ethnographica*. Budapest. Tomus IX, n.3-4.

NOVAES, S. C. (s.d.) - *Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de si através dos Outros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MAACK, R. (1962) - Unbekannte indianer in west-Paraná: das drama eines neuentdeckten indianerstammes. In *Brasilien Franchsch Verlagshandlung*, Kosmos. Vol. LVIII, n.9, p. 385-394.

MARANHÃO, M.F.C. (1989) - *Etnoarqueologia Xetá*. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Antropologia Social. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

MARANHÃO, M.F.C. (2005) - Do Museu Para a Academia: a trajetória intelectual de Loureiro Fernandes e a Institucionalização da Antropologia no Paraná. *Arqueologia*. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de

Nascimento do Prof. Dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - CEPA. Volume 3, p.155-171.

MARANHÃO, M.F.C. (2006a) - A Institucionalização da Antropologia no Paraná: Loureiro Fernandes, o Museu Paranaense e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In OLIVEIRA (org.). *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Prottexto. p. 69-84.

MARANHÃO, M.F.C. (2006b) - *Contextualizando Imagens Paranistas (1940-1950): O Filme Etnográfico de Vladimir Kozák e as Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História e Geografia do Paraná da Faculdade Padre João Bagozzi.

MARANHÃO, M.F.C. (curadoria) (2012). Exposição Vladimir Kozák: o olhar de um viajante. Curitiba: Museu Paranaense.

MELLATI, J. C. (1990) - *O que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez e ANPOCS. Volume 3, p. 123-211.

MOREIRA, J.E. (1956) - Ofício de 19 de março de 1956, encaminhado pela direção e pelos diretores das seções científicas do Museu Paranaense ao governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion. Livro de Correspondências do Museu Paranaense de 1956-1957.

MUSSOLINI, G. (1945) – O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião. *Revista de Sociologia*. São Paulo. Volume 2, n.3, p. 135-147.

MUSSOLINI, G. (1953) - Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Brasileiro, *Revista de Antropologia*. São Paulo. Volume 1, número 2, p. 81-97.

OLIVEIRA, M. (2006) - Sociologia nas Ciências Sociais no Paraná. In OLIVEIRA (org.) *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Prottexto, p. 9-37.

RAMOS, A. (1943) - *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro. Coleção Estudos Brasileiros. Volume I.

RODERJAN, R. V. (1998) - *Comissão Paranaense de Folclore 50 anos (1948-1998)*. Curitiba: Gráfica Comunicare.

RODRIGUES, A. (1978) - A língua dos índios Xetá como dialeto Guarani. *Separata de Cadernos de Estudos Lingüísticos*. São Paulo. Numero 1, p.7-11.

SCHADEN, E. (1954) - 1.ª Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista de Antropologia*. São Paulo. Volume 2, Junho.

SCHMIDT, C. B. (1947) - Alguns Aspectos da Pesca no Litoral Paulista, *Revista do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, volume 1, p. 3-29.

SCHWARCZ, L.M. (1993). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, C. L. da (1998) - *Sobreviventes do Extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da Sociedade Xetá*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, C. L. da (2003) - *Em Busca da Sociedade Perdida: O trabalho da memória Xetá*. Brasília. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

SILVA, C. L. da (2005) - Loureiro Fernandes e os Xetá. *Arqueologia*. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de Nascimento do Prof. Dr. José Loureiro Ascenção Fernandes (1903-2003). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – CEPA. Volume 3, p. 197-215.

SILVA, L. G. (2005) - *História Caiçara e Ciências Sociais no Brasil*. In DIEGUES, A. C. (org.) Enciclopédia Caiçara. São Paulo: Editora HUCITEC. Volume IV, p. 15-28.

SILVA, O. S. (2000) - O Antropólogo Herbert Baldus. *Revista de Antropologia*. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Volume 43, número 2.

SIMÃO, A.; GOLDMAN, F. (1958) - Itanhaém: estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. *Boletim n.º 226. Sociologia II, n.º 1*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São PAULO, p. 15-53.

STELLFELD, C. (1950) - *Relatório de Atividades do Museu Paranaense*. Curitiba. Relatório apresentado pelo diretor da instituição, prof. dr. Carlos Stellfeld, ao Secretário de Estado de Educação e Cultura, prof. Erasmo Pilotto, em dezembro de 1950.

TREVISAN, E. (1979) - Vladimir Kozák (1897-1979): O Braide Pemegare dos Borôro, *Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba. Volume XXXVI, p.7-46,

VILHENA, L. R. (1997) - *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, Fundação Getúlio Vargas.

WILLEMS, E. (1947) - Contribuição para o estudo antropométrico dos índios Terena. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo. Nova série, volume I, p. 129-151.

WILLEMS, E. (2002) - A Ilha de Búzios. São Paulo: Nupaub - Hucitec.

Arqueologia

PRÉ-HISTÓRIA: NA RAIA ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO?

Ana Cruz

Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M, Estrada da Serra 2300 Tomar,
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD
Quinta de Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal
Grupo de Quaternário e Pré-História
Centro de Geociências da UC, CGeo
anacruz@ipt.pt/www.cph.ipt.pt.

Ana Graça

Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar
Grupo de Quaternário e Pré-História
Centro de Geociências da UC, CGeo
anagraca@ipt.pt/www.cph.ipt.pt.

Pré-História: Na Raia entre Ciência e Religião?

Ana Cruz, Ana Graça

Artigo recebido: 2014-04-09;

Artigo revisto recebido: 2014-05-07;

Artigo aceite: 2014-05-28.

Por vontade dos autores, o artigo não obedece ao acordo ortográfico.

Resumo

O estudo da Pré-História surge nos nossos dias indissociável do estudo da Arqueologia. O propósito deste artigo é compreender e interpretar as sociedades sem escrita recorrendo a várias disciplinas. Para além do recurso às disciplinas da área das Ciências Naturais e Exactas, recorreremos também às disciplinas na área das Ciências Sociais e Humanas. A nossa postura ao nível da compreensão do fenómeno conhecido como “Simbólico”, passa pela compreensão deste fenómeno na Filosofia e na Religião, aglutinando também a Ciência e algumas manifestações em Arqueologia como é o caso da Arte Rupestre. O resultado da pesquisa bibliográfica que fizemos leva-nos a propor um modelo interpretativo do Simbólico que se apelida “Cosmogonia Mutualista”.

Palavras-Chave: Pré-História, Ciência, Religião, Cosmogonia Mutualista.

Abstract

Nowadays Prehistoric studies are tightly bond with Archaeology. We aim to understand and interpret societies before writing testimonies through several disciplines. These are Natural and Exact Sciences as well as Social Sciences and Humanities. We think that the way to understand the concept of “Symbolic” comes from understand the Philosophy and Religion phenomenon, also joining Science and some Archaeologic branches as Rock Art. As result of our bibliographic research we come up with an interpretative model of Symbolic named “Mutualistic Cosmogony”.

Keywords: Prehistory, Science, Religion, Mutualistic Cosmogony.

1. A PRÉ-HISTÓRIA REGIONAL: CONTEXTOS DO SAGRADO

O Médio Tejo Português é uma região muito diversificada caracterizada por uma trilogia geomorfológica que inclui o Maciço Calcário, o Maciço Hespérico e os Terraços Quaternários do rio Tejo. A acrescentar a esta diversidade biofísica destacamos também a rede hidrográfica subsidiária do rio Tejo que marca as diferentes paisagens.

Diversidade geomorfológica, biofísica e hidrológica dão lugar a uma diversidade ao nível dos tipos de arqueossítios e do seu respectivo espólio.

Esta é uma região arqueologicamente razoavelmente rica, tanto na Pré-História Antiga como na Pré-História Recente, muito embora não possua sítios que verdadeiramente deslumbrem o visitante em termos de visibilidade patrimonial. São sítios “*modestos*” na sua monumentalidade possuindo uma diversidade de espólio e de manifestações artísticas que lhe dão um cariz muito próprio de zona de confluência da Estremadura Portuguesa, do Alto Alentejo e das Beiras.

Ao nível do espólio exumámos quer em contexto cársico, quer em contexto aluvial, quer em contexto do Maciço Antigo recipientes cerâmicos lisos e decorados, macrolascas, pontas de seta, geométricos, machados polidos, objectos manufacturados em osso: espátulas e furadores, adornos: contas de colar e alfinetes de cabelo.

Vários foram os trabalhos científicos no âmbito restrito da arqueografia produzidos com o intuito de compreender não só o quotidiano como as manifestações funerárias destas comunidades e, ainda, no âmbito dos paleoambientes, da zooarqueologia, da antropologia física, dos estudos ceramológicos (Oosterbeek, 1985; Zilhão, 1992; Lillios, 1993; Oosterbeek, 1994; Cruz, 1997; Batata, 1997; Rosina, 2004; Batista, 2004; Figueiredo, 2006; Tomé, 2006; Freitas, 2007; Fuying, 2007; Graça, 2007; Lopes, 2007; Carvalho, 2007; Campos, 2008; Cardoso, 2009; Silva *et al*, 2009; Cruz, 2011).

Apesar de nos dedicarmos à Pré-História Recente desde 1983 e de termos publicado regularmente, necessitamos de ir mais longe no plano interpretativo.

Temos uma ideia relativamente robusta das relações económicas, sociais e culturais destas comunidades e também da forma como elas progrediram no tempo longo (Oosterbeek, 1994; Cruz 1997; Cruz, 2011). Porém, algo nos falta: tentar compreender e explicar o plano cognitivo que se relaciona não só com o simbólico ao nível doméstico, como também do simbólico ao nível funerário e artístico.

Essa necessidade surgiu fundamentalmente das questões simbólicas por nós levantadas relativamente aos ambientes funerários e da interpretação por nós feita relativamente à cadeia operatória de gestos ritualizantes na deposição dos cadáveres ou na manipulação de ossadas em ambiente de sepultamento secundário (Cruz, 2011). Ela decorre ainda das decorações nos recipientes cerâmicos e da tentativa de compreensão dos motivos que levaram à execução de uma determinada decoração em detrimento de outra. Decorre também das representações de arte rupestre no concelho de Abrantes (Cruz, 2011) compostas por covinhas e, de representações zoomórficas, antropomórficas e de círculos concêntricos detectados no concelho de Mação (Oosterbeek, Cura, Pereira, 2004; Oosterbeek, Cardoso, 2004).

Para além da dimensão estética da “*cultura material*”, das “*modas*” na execução da decoração em recipientes cerâmicos e em objectos de adorno em osso, existe também a materialização de sentimentos concretos, pensamentos abstractos, sonhos ou diabolizações marcados nas rochas.

A propósito de “*cultura material*” não podemos deixar de referir Leroi-Gourhan. Os seus estudos estão implicitamente relacionados com a evolução do homem, da tecnologia e das sociedades. Nesta trilogia, as comunidades mantêm relações com o meio físico através da tecnologia (os objectos) interiorizando de forma vívida os conjuntos da memória e da cultura (Leroi-Gourhan, 1988).

Enquadramento biofísico, inteligência, tecnologia e cultura foram de facto combinações que estruturaram as sociedades humanas do passado. Todavia, existe uma manifestação humana de valor estético incontestável que apenas encontra explicação ao nível cognitivo. Essa expressão está patente na estilística da Arte Móvel e da Arte Rupestre.

Num contexto geográfico mais vasto que o Médio Tejo Português, já a nível Peninsular, a convergência entre Ciência e Religião na Pré-História é patenteada no trabalho desenvolvido por diversos autores. Dada a extensa bibliografia temática, escolhemos o exemplo daquele no âmbito da Arte Pré-Histórica Pleistocénica e Holocénica, apresentado pelos investigadores da Universidade de Alcalá (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2007; Rodrigo Balbín-Behrmann, 2008; Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2010; Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2011; Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, Carrera Ramírez, Alfonso Carbalho, Alosco Vasco, Barbado Carreras; Berzas Bravo, Martín Espósito, Salgado Cilleros, 2010; Bueno Ramírez, Barroso Bermejo, Balbín Behrmann, 2012a; Bueno Ramírez, Barroso Bermejo, Balbín Behrmann, 2012b).

A Arte Rupestre é constituída por signos e códigos expressos materialmente através da experiência vivida no quotidiano, por um lado, e da experiência intuitiva, sensória e abstracta ao nível do que chamamos simbólico. Estas grafias tinham certamente um significado e tornavam-se numa forma de comunicação escrita partilhada por toda a comunidade.

Esta “escrita” elaborada na paisagem e em diversos suportes, juntamente com a arte móvel, dão-nos um vislumbre de uma mentalidade cosmogónica que se vai aprimorando ao longo de milénios.

Uma das temáticas discutidas está relacionada com a ausência de aparelho conceptual entre a arte realizada ao ar livre e aquela que se produziu em grutas. Balbín Behrmann tem uma concepção explicativa que coloca a Arte Rupestre como um objecto complementar e mutuamente explicativo, numa aparente dicotomia entre a execução ao ar livre e a execução em gruta (Balbín Behrmann, 2008: 58).

Inicialmente, os estudos foram direccionados para áreas geográficas compreendidas pelas margens dos rios Tejo, Guadina e Douro e, ainda, para a investigação de cariz megalítico. As conclusões são de facto desafiantes relativamente às investigações nas zonas baixas da Ibéria: os mesmos territórios geográficos foram ocupados de forma continuada desde tempos pleistocénicos até à Idade do Ferro, nos quais se verificam uma evolução em termos artísticos, sendo conceptualizados como “*territórios tradicionais*” (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, 2008: 37). De salientar ainda, relativamente aos construtores de megálitos, a correlação entre habitats mesolíticos e a sua associação com os produtores de alimento, da mesma maneira que as sequências megalíticas obtidas são prova de um percurso ideológico no tempo longo (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, 2008: 37).

Em termos técnicos, o estudo da arte megalítica ibérica, comprova a contemporaneidade e complementaridades entre gravação e pintura fazendo induzir a existência de hierarquias temáticas e ideológicas. Do ponto de vista da implantação territorial verifica-se também uma convergência entre marcadores gráficos ao ar livre e os monumentos megalíticos decorados (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, 2008: 41).

Com base nas evidências megalíticas estudadas Primitiva Bueno Ramírez e Rodrigo Balbín Behrmann construíram um modelo explicativo preditivo, que se aplica inicialmente à zona geográfica compreendida pelo Tejo Internacional, mas que se estende posteriormente ao Guadiana e ao Douro (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, 2008: 42-43). Neste modelo, com suporte também de datações absolutas, é afirmada uma continuidade nos códigos simbólicos

desde os primórdios do processo de neolitização até ao primeiro milénio a.C., perdurando uma ideologia que contempla comunidades agro-pastoris e comunidades agro-pastoris-metalúrgicas e que se revê na tradição técnica e gráfica (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, 2008: 49).

Num plano onde o estudo da Arte Rupestre e o estudo Arqueológico se conjugam verificou-se um mesmo conteúdo e as mesmas convenções em termos dos estilos e das modas; uma sincronia (Balbín Behrmann, 2008: 59).

Adentro da mesma temática são de destacar os signos abstractos que transportam consigo um conteúdo simbólico codificado (mãos, triângulos, barras, semi-círculos) apenas conhecido pelos artistas que o produziam (Balbín Behrmann, 2008: 59).

Neste momento a equipa é possuidora de datações absolutas que começam no VI e V milénios cal BC e que se estendem por toda a Pré-História Recente. A conclusão retirada direcciona-se para valorizar a génese das simbologias das comunidades produtoras no Ocidente Peninsular, por um lado, e a evolução do simbólico e do social em comunidades caçadoras-recolectoras; são ainda contextualizadas num universo mitológico dedicado aos mortos (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2007: 285; 290).

Estes investigadores concordam com os colegas que afirmam que, no plano da organização social, existe uma relação umbilical entre construções para os mortos e construção para vivos que perdura durante 3.000 anos (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2007: 304).

Relativamente aos monumentos megalíticos (meníricos e dolménicos) estamos perante uma proposta processualista, na qual a implantação dos monumentos é indissociável do meio biofísico e da execução da arte ao ar livre, permitindo concluir que se trata de marcadores artísticos na paisagem (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2004, 2008), (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, Carrera Ramírez, Alfonso Carballo, Alonso Vasco, Barbado Carreras, Berzas Bravo, Martín Expósito, Salgado Cilleros, 2010: 198). Estas reflexões têm como base outras interpretações relativamente à dicotomia entre a arte executada por gravação enquanto elemento distintivo de pendor Atlântico e, o pendor Mediterrânico representado pelas pinturas ao ar livre (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2008), foi ainda comprovado a associação das duas técnicas na área de influência Atlântica da Ibéria (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann 1992, 2003) (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, Carrera Ramírez, Alfonso Carballo, Alonso Vasco, Barbado Carreras, Berzas Bravo, Martín Expósito, Salgado Cilleros, 2010: 198). Os estudos foram ainda conclusivos relativamente à partilha territorial da Arte entre a execução ao ar livre e a execução em gruta (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, Carrera Ramírez, Alfonso Carballo, Alonso Vasco, Barbado Carreras, Berzas Bravo, Martín Expósito, Salgado Cilleros, 2010: 207).

A Arqueologia Rupestre permite ainda retirar conclusões, não somente ao nível artístico e simbólico, mas ainda ao nível do comportamento económico das comunidades (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2011: 65). Com o apoio nos dados arqueológicos, antracológicos e carpológicos foi possível concluir que estas comunidades usufruíam de um padrão alimentício auto-suficiente que regularia a mobilidade (Bueno Ramírez, Balbín Behrmann, Barroso Bermejo, 2011: 67).

Já no plano das discontinuidades arqueológicas e da diacronia tornou-se fundamental compreender a relação dos processos simbólicos das populações Pleistocénicas com uma constante de perenidade nas comunidades Holocénicas (Bueno Ramírez, *et al.* 2012b: 141).

Quer a pintura, quer a gravação, surgem como um sistema decorativo proveniente de um discurso gráfico quotidiano, baseando-se na cultura e na simbologia, isto é, vida e morte são uma simbiose, embora tenhamos que admitir a sua polissemia (Bueno Ramírez, *et al.* 2012b: 145; 151; 152).

O seu contributo arqueológico e académico permite-nos, partindo da investigação em Arte Rupestre, ter uma leitura abrangente ao nível dos aspectos económicos, sociais e políticos perante o elemento agregador que é representado pela cultura nos âmbitos da Arte, do Quotidiano e da Morte das sociedades holocénicas da Ibéria.

Quanto a nós, estamos convictas que, em sociedades sem escrita, tentar compreender a postura “religiosa” só poderá ser conseguida através de um processo metodológico dedutivo intuitivo. Contudo, para o fundamentarmos teremos de explorar um quadro de pensamento que englobe as vertentes do pensamento filosófico, do pensamento religioso e do pensamento científico.

2. FILOSOFIA: VEÍCULO INTERPRETATIVO DO COMPORTAMENTO HUMANO À LUZ DO AMOR À SABEDORIA

Para recuperarmos o Passado vale a pena socorreremo-nos de alguns pensadores que fizeram História e compreender como se constituiu o pensamento da Filosofia no Velho Mundo.

Desde os primórdios da escrita observamos a existência de preocupações relativamente ao sagrado e ao profano. Essas preocupações foram passadas a escrito salientando-se as características do “pensamento” mítico veiculado através da tradição oral, na qual as narrativas tinham um carácter geracional. A escrita, em contraposição à oralidade, irá dar corpo à magia, ao imaginário, ao meio sonoro, às adaptações subjectivas das narrativas, proporcionando a existência da “personagem histórica” e dos seus feitos gloriosos.

Ao longo de toda a História do Ocidente vamos assistir paulatinamente à substituição das referências simbólicas por um “aparelho conceptual” mais ou menos racionalizante consoante o contexto histórico (económico, social, político e cultural).

Com origem na Grécia, a palavra símbolo (*sýmbolon*), tem o sentido de coincidência de duas partes (Pereira, 2004: 3) surgindo principalmente, associado à linguística, “como signo que mantém uma relação convencional ou arbitrária (terminologia da semiótica de Peirce, filósofo americano, 1839-1914) com aquilo que representa” (*símbolo* In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014). Na lógica da hermenêutica do símbolo, Ricoeur apresenta o conceito em dois contextos: o símbolo semântico e não semântico (Ricoeur, 2013, 57). Especificamente associado ao que apelida de simbolismo do sagrado, a partir da lógica estruturada por Mircea Eliade, o discurso aparece subjacente à visibilidade de um acontecimento prévio que ocorre no plano da correspondência entre o Universo e o sagrado (Ricoeur, 2013: 73). Adoptamos o Verbo como uma forma de enunciar o pensamento através das palavras. Sendo a palavra uma “unidade linguística dotada de sentido, constituída por fonemas organizados numa determinada ordem (...)” (*verbo e palavra* In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014). Tomando a ideia de que a salvação provém do plano sagrado mais elevado e temos por contraponto o intelecto, figura lógica racional, que existe puramente nos dados físicos ou químicos (Hume, 2000: xiv).

Progressivamente, no tempo histórico, o *Símbolo* dá lugar ao *Verbo*, a procura da Salvação dará lugar à procura Intelectual.

O pensamento filosófico será abaixo sumariado, desde o início do período arcaico grego até ao século XX d.C. subjacente à ideia de apresentar, o que consideramos ser, os vários momentos principais de reflexão.

Este percurso indelével inicia-se no Ocidente entre os séculos VII a.C. a V a.C., a Sul da Península Balcânica, num contexto histórico no qual uma sociedade escravagista se organizava em Cidades-Estado, sendo marcada pelas desigualdades sociais hierarquizadas em categorias funcionais, com cariz económico-social: os cidadãos (eupátridas), os estrangeiros (metecos) e os escravos.

Vemos então surgir os primeiros movimentos escritos, pró-pensamento filosófico e também a teologia. É nestes primeiros movimentos onde as proposições sobre as inquietações humanas se alteram de um plano explicativo mitológico e divino para explicações lógicas (Jaeger, 1992: 28).

No âmbito da Filosofia Antiga “Metafísica” significa literalmente “o que está para além da física”. Este conceito possui tradições históricas diferenciadas e necessita de ser lido em função do enquadramento epistemológico, ontológico e histórico dos estudiosos.

Na Metafísica Platónica as ideias são expostas através de metáforas num discurso dialogado entre o ser iluminado e alguém que o acompanha nas suas divagações filosóficas:

“Sócrates — Agora, meu caro Glauco, é preciso aplicar, ponto por ponto, esta imagem ao que dissemos atrás e comparar o mundo que nos cerca com a vida da prisão na caverna, e a luz do fogo que a ilumina com a força do Sol. Quanto à subida à região superior e à contemplação dos seus objectos, se a considerares como a ascensão da alma para a mansão inteligível, não te enganarás quanto à minha ideia, visto que também tu desejas conhecê-la. Só Deus sabe se ela é verdadeira. Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo inteligível, a ideia do bem é a última a ser apreendida, e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem concluir que ela é a causa de tudo o que de recto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz e a soberana da luz; no mundo inteligível, é ela que é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública. (...)” (Platão, República, LIVRO VII).

O significado da *Alegoria da Caverna* resume-se a uma explicação tão simples e simultaneamente complexa – a caminhada humana da escuridão em direcção à luz. Esse percurso é um movimento que implica a interrogação das nossas crenças primárias, através de um método que implica disciplina, pensamento crítico e pensamento autocrítico. Deixar a escuridão para enfrentar a luz significa ainda procurar respostas racionais para justificar as nossas crenças.

“A contribuição filosófica de Platão consiste em ter dado fundamentação metafísica à reforma Sócrática” (Reale, 2003: 217), neste sentido, para Platão¹, o homem é uma “unidade accidental” onde corpo e alma se aglutinam apenas transitoriamente, ou seja, quando o corpo fenece a alma imortal liberta-se e retorna ao seu “lar” original; a alma é fundamentalmente espiritual e está imbuída das ideias que são permanentes.

¹ (428/427-348/347 a.C.). República, Timeu, Apologia de Sócrates.

A Metafísica Aristotélica revela-se através das suas proposições:

“[1069a 18] Este estudo é sobre a essência: procuram-se os princípios e as causas das essências. (...) [1069a 30] São três as essências: uma é sensível – desta, uma é eterna, outra, perecível, a qual todos admitem, por exemplo, as plantas e os animais – cujos elementos é necessário apreender se são um só ou muitos. Outra essência é não-susceptível de movimento, e esta, alguns dizem que existe separadamente, uns, dividindo-a em duas, outros, considerando as Formas e as coisas matemáticas como uma única natureza, outros, enfim, considerando apenas as coisas matemáticas. Aquelas competem à ciência da natureza (pois se dão com o movimento), mas esta compete a outra, dado que nenhum princípio lhes é comum.” (Lucas Angioni, 2005: 201-202 *apud* Aristóteles, Livro XII).

Na leitura de Aristóteles² o mundo que nos rodeia é real e concreto possuindo uma essência que se revela no pluralismo dos seres e na mudança constante. Essa essência é uma realidade nas coisas, nos homens e nas acções. No entanto, Aristóteles entende ser necessário distinguir a Metafísica das ciências e das técnicas, considerando que é na Metafísica que vamos encontrar as verdades primeiras apreendidas pelo pensamento, sem ter necessariamente, que passar pela sensação, imaginação ou memória (Moraes, 2011: 73).

Daremos agora um salto no tempo, ultrapassando a Escolástica Medieval, muito embora seja importante referir estudiosos religiosos como Santo Agostinho (Amaral, Souza, Pereira, 2012) e São Tomás de Aquino (Oliveira, Costa, 2011). Este marco da filosofia Ocidental nasceu nas escolas monásticas cristãs entre 1.100 d.C. e 1.500 d.C. promovendo a conciliação entre os pressupostos da fé religiosa católica e o pensamento racional advindo da filosofia grega.

Avançando na diacronia eis-nos chegados à Era Moderna. É uma época histórica do Velho Mundo pré-Era das Revoluções genericamente marcada pela transição, na terminologia marxista, do “modo de produção feudal” para “modo de produção capitalista”. Mas, é também a época da queda do Império Romano do Oriente, dos Descobrimentos, do Colonialismo e do Mercantilismo, do Renascimento Literário, Artístico e Científico, da Reforma Religiosa, do Absolutismo. No plano religioso assistimos ao movimento da Reforma e à doutrina de Martinho Lutero³, no plano científico-experimental teremos forçosamente que nos reportar a René Descartes⁴ e a Gottfried Leibniz⁵, apologistas do racionalismo dedutivo e, ainda, a David Hume⁶, John Locke⁷ e George Berkeley⁸ valorizadores do raciocínio indutivo.

² (384-322 a.C.). *Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Elencos sofisticos, Metafísica, Retórica, Poética.*

³ (1483-1546). *Os primórdios* (1517-1519), *O Programa da Reforma* (1520).

⁴ (1596-1650). *Regulae ad directionem ingenii* (1628), *La recherche de la vérité par la lumière naturelle* (1630–1631), *Discours de la méthode* (1637), *Principia philosophiae* (1644).

⁵ (1646-1716). *Hypothesis Physica Nova* (1671), *Nova methodus pro maximis et minimis* (1684), *Discours de métaphysique* (1686), *Nouveaux essais sur l'entendement humain* (1765).

⁶ (1711-1776). *A Treatise of Human Nature: Being an Attempt to introduce the experimental Method of Reasoning into Moral Subjects.* (1739–40), *Essays Moral and Political* (1741–2), *An Enquiry Concerning the Principles of Morals* (1751), *The Natural History of Religion* (1757).

⁷ (1632-1704). *Two Treatises of Government* (1689), *An Essay Concerning Human Understanding* (1690), *Some Considerations on the consequences of the Lowering of Interest and the Raising of the Value of Money* (1691), *Some Thoughts Concerning Education* (1693), *A Vindication of the Reasonableness of Christianity* (1695).

David Hume, vivendo num enquadramento histórico típico do século XVIII, baseia a sua Metafísica numa realidade que deve ser racionalmente compreendida através de conceitos produzidos pelo intelecto humano “*Se a verdade está ao alcance da razão humana, ela deve situar-se num lugar profundo e abstruso. Esperar alcançá-la sem o maior esforço, quando os maiores génios falharam ao cabo das maiores dificuldades, é uma atitude com toda a razão deve ser considerada vã e presunçosa. Da minha parte, eu não tenho a presunção de que a filosofia aqui desenvolvida goze de tal privilégio; e, se ela fosse demasiado fácil e óbvia, eu teria bons motivos para a desacreditar.*” (Hume, 2000: xiv). São dois os princípios que nortearam a sua pesquisa: 1. A realidade pode ser conhecida uma vez que ela existe em si; 2. O conhecimento da realidade faz-se através de ideias e de conceitos pois parte de um pressuposto no qual a verdade é a relação entre o intelecto e a realidade

“O único método eficaz para libertar o saber, de uma vez por todas, de questões abstrusas, é investigar a sério a natureza do entendimento humano e mostrar, através de uma análise exacta das suas capacidades e poderes, que ele de modo algum é talhado para tópicos tão remotos e abstrusos. Devemos submetemo-nos a essa fadiga, para então viver com tranquilidade; devemos cultivar com carinho a verdadeira metafísica, para destruir a falsa e adulterada.” (Hume, 2003:12).

Fala ainda sobre noções da ideia da substância, da ideia de essência, da ideia de causalidade, para concluir que são meios que o sujeito utiliza como nomes com a finalidade de aplicar o método experimental aos fenómenos mentais.

Mas, eis que surge, ainda no século XVIII, o movimento do Iluminismo que vai impulsionar a procura de conhecimento através do advento da Revolução Industrial. Em particular na Filosofia, vemos surgir um novo paradigma de filosofia crítica preconizado por Immanuel Kant⁹: o Idealismo Transcendental, que pretende demonstrar que o conhecimento se reconhece na experiência sob formas *a priori* relativamente à compreensão e sensibilidade da cognição humana (Lachièze-Rey, 1972: 63).

Não é nossa intenção fazer aqui um tratado de filosofia Kantiana, todavia, é importante reverenciar os quatro postulados que fundamentaram toda a sua produção filosófica: o que posso saber (Conhecimento), o que devo saber (Ética), o que posso esperar (Religião), o que é o Homem (Antropologia) (Marchionni, 2005: 187).

Relativamente ao enquadramento social, histórico e filosófico do século XVIII a Filosofia tradicional de natureza Metafísica era verdadeiramente contestada por David Hume, Denis Diderot¹⁰ e Immanuel Kant uma vez que consideravam o conhecimento dos “primeiros princípios e as causas primeiras” como uma impossibilidade racional.

A Religião Dentro dos Limites da Mera Razão (1793) revela uma abordagem simbólica da religião católica. Nesta obra, Kant pretende estabelecer uma dicotomia entre a fé histórica (eclesiástica) e a fé da razão (religiosa), a dicotomia existente entre Homem e Deus desaparece dando significativamente lugar ao Homem. Os “*limites da simples razão*” dão a entender no

⁸ (1685-1753). *An Essay towards a New Theory of Vision* (1709), *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge*, Part I (1710), *De Motu* (1721), *The Analyst: a Discourse addressed to an Infidel Mathematician* (1734), *A Word to the Wise, or an exhortation to the Roman Catholic clergy of Ireland* (1749).

⁹ (1724-1804). *Crítica da Razão Pura* (1781), *Fundamentos da metafísica da moral* (1785), *Crítica da Razão Prática* (1788), *A Metafísica da Moral* (1797), *Antropologia do ponto de vista pragmático* (1798).

¹⁰ (1713-1784). *Pensées philosophiques* (1746), *Pensées sur l'interprétation de la nature* (1751), *La Religieuse* (1760), *Éléments de physiologie* (1773-1774).

imediatamente que a “razão”, ou seja, o aspecto intelectual no homem, não tem qualquer possibilidade de compreender ou pensar o aspecto transcendental. A questão sobre a qual o pensamento de Kant se concentra nesta obra é a “coisa-em-si”, sendo a partir deste conceito que se revela a sua Metafísica Transcendental em contraposição à “Metafísica dos Dogmáticos” (Kant, 1992).

Enquanto na “Metafísica Dogmática” o conhecimento possui uma relação intrínseca com o objecto, na Metafísica Transcendental vamos observar que o sensível tem uma relação directa com o acto de conhecer e apenas posteriormente o possui com o objecto e, está também, directamente relacionada com a interiorização do sujeito na medida em que a sua actividade tem correspondência com o mundo real. O que existe fora, ou para além do sujeito, são representações da coisa, sendo a mente o elemento estruturante (Maréchal, Castellani, 1946: 22)

A manifestação da “coisa-em-si” depende da subjectividade “ (...) ou seja, a forma do fenómeno conhecido não é da realidade independente da subjectividade, mas a que reflecte a estrutura cognoscitiva do sujeito. Daí, a sua idealidade transcendental.” (Rosales, 1993: 27). O “númeno” é um conceito que significa resumidamente, o conhecimento sem apoio nos sentidos, assim, apenas o criador, ou seja, Deus, conhece o “númeno”. Para o ser criado, o Homem, este conceito está para além das suas capacidades. A intuição humana é sensível uma vez que o objecto lhe é dado, enquanto a intuição intelectual é a criadora do próprio objecto. Quanto à temática religiosa Kant apenas define a religião moral “a priori” e não define qualquer conteúdo religioso, essa religião moral absorve conceitos como liberdade, Deus e imortalidade.

A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (Kant, 1785) é a proclamação da Razão como o conceito impulsionador da distinção efectiva entre o homem e os outros seres vivos. Esta diferenciação será então realizada através da procura de uma Moralidade que seja reguladora dos “costumes”, do “agir moral”, da “boa vontade”, do “dever” e só pode estar presente através da racionalidade. A Moral estabelece-se através do mecanismo das Leis “a priori”. Estas Leis são completamente racionais, sem qualquer vestígio de Antropologia Prática (empirismo). O desenvolvimento destes conceitos conduz à teorização da liberdade enquanto premissa na qual cada indivíduo é livre, constituindo-se como um fim em si.

Diz Kant: “O método que adoptei neste escrito é o que creio mais conveniente, uma vez que se queira percorrer o caminho analiticamente do conhecimento vulgar para a determinação do princípio supremo desse conhecimento, e em seguida e em sentido inverso, sinteticamente, do exame deste princípio e das suas fontes para o conhecimento vulgar onde se encontra a sua aplicação. A divisão da matéria é, pois, a seguinte: 1. Primeira Secção: Transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico. 2. Segunda Secção: Transição da filosofia moral popular para a Metafísica dos costumes. 3. Terceira Secção: Último passo da Metafísica dos costumes para a Crítica da Razão pura prática.” (Kant, 2007: 19-20).

Ocupa-se com a Lei Objectiva-Prática “da relação de uma vontade consigo mesma enquanto essa vontade se determina tão-somente pela razão” (Kant, 2005: 57) introduzindo no raciocínio um novo conceito – o da Boa Vontade. Este conceito tem como alcance orientar virtudes como o discernimento, a argúcia do espírito, a coragem, a constância, a capacidade de julgar.

Kant sublinha que a liberdade só pode ser conhecida através da lei moral tornando-se na condição a priori da Vontade humana (Chauí, 1996: 5-6) “A presente fundamentação nada mais é, porém, do que a busca e fixação do princípio supremo da moralidade (...), tarefa

completa em seu propósito, devendo separar-se de qualquer investigação moral.” (Kant, 2005: 18).

A acção moral verdadeira consubstancia-se no cumprimento do dever respeitando a Lei Moral. A moralidade é circunscrita à Actividade da Vontade: *“não é possível conceber coisa alguma no mundo, ou mesmo fora do mundo, que sem restrições possa ser considerada boa, a não ser uma boa vontade*” (Kant, 1987: 53). Através da criação de uma Lei Universal resolve-se o problema de verificação se a acção humana deve ser considerada moral.

Interpretando esta obra diríamos que existe uma aparente contradição inerente ao conceito de liberdade. Por um lado, Kant considera que as acções humanas não são livres, quer seja no plano biológico, quer no plano psicológico. Por outro, no plano metafísico, as acções são livres, porque são morais. Há ainda a considerar o binómio entre moralidade e liberdade.

Assim, a introdução da *“Metafísica dos Costumes”* propicia uma interpretação kantiana da Metafísica, pois ela é compatível com o conhecimento racional (não-empírico). O conceito de *“Costumes”* está indelevelmente ligado com um composto de leis que regulam a acção humana e, o estudo dessas leis realizado de forma racional, resume o conceito kantiano de Metafísica. Mas, mais do isso, *“Metafísica dos Costumes”* tem para Kant o mesmo significado que *“Filosofia Moral Pura”*, ou seja, ela está directamente dependente da própria legitimação da *“Lei Moral”* enquanto *“Imperativo Categórico”*: *“A regra prática é sempre um produto da razão, porque prescreve a acção como meio para o efeito, como intenção (Absicht). Mas, para um ser, no qual a razão não seja o único princípio determinante da vontade, esta regra é um imperativo, isto é, uma regra que é designada por um dever (Sollen), que exprime a obrigação (Nötigung) objectiva da acção, e significa que se a razão determinasse inteiramente a vontade, a acção dar-se-ia inevitavelmente segundo esta regra.”* (Teixeira, 2007: 101). Os deveres possuem um momento específico e são independentes do conceito de Natureza, assim, a fundamentação da *“Lei Moral”* conduz à legitimação de uma *“Filosofia Prática”*.

Pensamos que esta perspectiva, vista à luz dos tempos Contemporâneos, impede a diferenciação individual, a não-padronização, já que quaisquer que sejam os interesses (condições psíquicas e físicas ou aspectos emocionais ou racionais) são incompatíveis por uma *“sintetização”* apriorística da Razão Pura.

Já no século XX, Edmund Husserl, contribui com uma nova abordagem à teoria do conhecimento que apelidou de Fenomenologia. Esta abordagem pressupõe: 1. tornar a Psicologia independente da Filosofia; 2. Acentuar a prerrogativa do sujeito sobre o conhecimento (consciência reflexiva); 3. Reinventar a noção de fenómeno.

Para justificar o seu método de crítica do conhecimento enuncia-o em três graus:

“Num primeiro momento, duvida-se de se uma tal ciência é em geral possível. Se põe em questão todo o conhecimento, como pode ela encetar-se, já que cada conhecimento escolhido como ponto de partida é, enquanto conhecimento, posto em questão? (Husserl, 1989: 22) (...) Como pode o fenómeno puro do conhecimento atingir algo que lhe não é imanente, como pode o conhecimento (absolutamente dado em si mesmo) atingir algo que não se dá em si absolutamente? E como pode compreender-se este atingir? (idem:27) (...) Até onde se estende o que em si está dado? Está encerrado no [âmbito do] dar-se da cogitation e das ideações que genericamente a captam? Até onde ele se estende, ‘estende-se’ a nossa esfera fenomenológica, a esfera da claridade absoluta, da imanência no sentido autêntico.” (idem:30).

Assim, a sua Fenomenologia reportar-se-ia à apresentação das coisas ao nível da experiência da consciência. Propõe que o estudo das essências não se submeta aos acidentes do mundo real, da teoria e de preposições.

Também no século XX, surgem-nos filósofos que se dedicam à Ontologia Contemporânea. O contributo de Martin Heidegger, em 1927, com a sua obra “*Ser e Tempo*” pretende recolocar a problemática do ser e interpretar o sentido do ser através do tempo, como noção inteligível,

“ (...) [o Dasein] não tem somente a propensão a decair em seu mundo, ou seja, no mundo em que ele é e de interpretar a si mesmo pelo modo como se reflecte nele, senão que o Dasein se mantém também, e ao mesmo tempo, à mercê de sua própria tradição, mais ou menos explicitamente assumida.” (Heidegger, 1998: 45).

Para dar por terminado este ponto, observamos que desde Andrónico de Rodes até aos nossos dias a preocupação dos filósofos por “*o que está além da física*” se manifestou em diversas formas de pensamento paulatinamente complexificado. As preocupações foram ao longo de dois mil anos centradas no primado das coisas, no diáfano das coisas, no transcendental das coisas, cujo problema fundamental se baseia em “*o que é enquanto é*” e se estabelece entre a dúvida e a certeza.

Observámos a sucessão conhecida desde os primórdios do pensamento filosófico onde se racionaliza a religião e a génese da ciência enquanto forma de conhecer o Cosmos abstraído de conotações sagradas, onde no nosso parecer se dá um afastamento paulatino do que seria a forma de ligar as comunidades pré-históricas ao Universo.

3. RELIGIÃO: VEÍCULO INTERPRETATIVO DO COMPORTAMENTO HUMANO À LUZ DE RELIGARE

Não estamos longe da verdade quando pensamos que a Religião é uma expressão do pensamento e do comportamento humano, propiciadora do estabelecimento de relações intercomunitárias que se repercutem no ambiente social. Por outras palavras, a Religião criou ao longo dos séculos sistemas de crenças – os valores morais – através dos quais os seguidores demonstram a sua humanidade e a sua espiritualidade, enquadrando-se nas hierarquias clericais.

Os racionalistas do século XVIII detinham uma postura anti-clerical, laica, que pressuponha a dessacralização das Igrejas enquanto instituições, bem assim como das suas doutrinas. Estavam, podemos dizer, insatisfeitos com a explicação teológica concretizada em crenças no sobrenatural que não respondiam às novas necessidades dos fenómenos sociais da época. Por esta razão estabelece-se um cisma entre as concepções da Ciência e da Religião que tem como pressupostos o facto de os fenómenos sociais terem uma natureza humana, logo, não divina; serem objecto de reflexão por parte da Ciência, nomeadamente a ideia de imutabilidade social que é contraposta com a ideia de progresso social.

Auguste Comte¹¹ e Karl Marx¹² foram os expoentes mais significativos desta nova postura, na segunda metade do século XIX, influenciando posteriormente várias gerações de estudiosos.

Pensadores proponentes de vários caminhos sobre o entendimento e o conhecimento da Religião recorreram a trabalhos intra-disciplinares com o objectivo não só de conhecer, mas também de caracterizar e categorizar metodologicamente o sistema de crenças, práticas e ritos envolventes do universo do Sagrado, independentemente da sua institucionalização, ou da sua narrativa de características simbólico-mitológicas.

Max Müller é comumente considerado como o fundador da Ciência Moderna das Religiões (1882) dedicando-se à procura de respostas acerca da natureza e origem da religião.

É pois entre o século XIX e inícios do século XX que assistimos ao surgimento de várias perspectivas perante esta disciplina: a) A Escola Filológico-Naturista de Max Müller¹³; b) A Escola Antropológica, onde deve ser destacado o Animismo de Edward B. Tylor¹⁴; c) o Manismo / Novo-Evemerismo de Herbert Spencer¹⁵; d) o Magismo de James G. Frazer¹⁶; e) o Totemismo de John F. McLennan¹⁷; f) A Escola Sociológica Francesa que possui como principais marcos Émile Durkheim¹⁸, Marcel Mauss¹⁹, Gilbert Durand²⁰, Claude Lévi-Strauss²¹; g) A Escola Psicológica de Sigmund Freud²² e de Carl Gustav Jung²³.

Como acabámos de ver as abordagens Contemporâneas à Religião são indicativas de uma diversidade acentuada, cabendo-nos a tarefa de simplificar as abordagens e de optar por uma que seja consentânea com a nossa realidade Pré-Histórica.

Deveremos destacar a abordagem funcionalista da Escola Sociológica Francesa que cria uma dicotomia distintiva entre Religião e Magia (Pinezi, Jorge 2012: 97). Esta dicotomia expressa-se no alinhamento institucional da Religião na Igreja, com base num pressuposto

¹¹ (1798-1857). *Apelo aos conservadores* (1855).

¹² (1818-1883). *The Decay of Religious Authority* (1854).

¹³ (1823-1900). *Lectures on the Science of Language* (1864), *Introduction to the Science of Religion* (1873), *The Science of Thought* (1887).

¹⁴ (1832-1917). *Primitive Culture* (1871).

¹⁵ (1820-1903). *Principles of Sociology* (1874-1875; 1882; 1896).

¹⁶ (1854-1941). *The Golden Bough: a Study in Magic and Religion* (1890).

¹⁷ (1827-1881). *Primitive Marriage* (1876), *Studies in Ancient History* (1876).

¹⁸ (1858-1917). *Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália* (1912).

¹⁹ (1872-1950). *Sociologia e antropologia* (1950).

²⁰ (1921-2012). *Les Structures anthropologiques de l'imaginaire* (1960).

²¹ (1908-2009). *Myth and Meaning* (1979).

²² (1875-1961). *Psicologia e Religião* (1940).

²³ (1856-1939). *A Interpretação dos Sonhos* (1990), *A Psicopatologia da Vida Quotidiana* (1900-1902), *Os Chistes e suas Relações com o Inconsciente* (1905).

funcional: é necessário dar significado à injustiça, ao sofrimento e à morte, é também necessário fornecer uma finalidade à vida.

Se nos dedicarmos à Psicologia da Religião verificamos que ela se dedica ao estudo das variáveis que podem originar o *“Impulso Religioso”*: medo, impotência, traumas não resolvidos, frustrações, desejos não satisfeitos, ânsias de superação. Damos destaque a Sigmund Freud²⁴ que se foca no estudo sobre a correlação entre religião e neurose obsessiva e na procura de compreensão da origem da religião.

Já a Fenomenologia da Religião possui duas variantes: Uma, de perfil germânico, imprime à investigação da religião o método husserliano, sendo Max Scheller²⁵ o estudioso mais proeminente nesta área; outra, de perfil anglo-saxónico, que caminha a par com a Ciência Comparada das Religiões, tendo como postulado *“a interpretação descritiva e não normativa do facto religioso a partir das suas inumeráveis manifestações, descrição que procura compreender a sua estrutura significativa e a lei que rege o seu desenvolvimento”* (Velasco, 1982: 65), ou seja, a postura religiosa do homem no âmbito do sagrado é o Mistério (*idem*: 109). Mistério e *“Transcendência Activa”* são sinónimos e pressupõem a intangibilidade do homem que implica uma situação de entrega confiada e passiva através da qual o homem atinge a salvação (*idem*: 112-152).

A Filosofia da Religião questiona-se no plano racional: o que é a religião na sua essência? (Welte, 1982: 23). Da leitura feita a algumas passagens das obras de Richard Schaeffler²⁶ e de Leszec Kolakowski²⁷ parece-nos que esta corrente se apoia indubitavelmente na razão e, através dela, procura o significado do humano, do divino, da vida, do mundo. O paradigma da Modernidade que Kant tão bem representa, é também o alicerce da Filosofia da Religião. A questão está em saber de que forma esta disciplina reage à Pós-Modernidade, ao pluralismo de opiniões, ao multiculturalismo, à globalização. Como Raimon Panikkar²⁸ propõe, o símbolo não é o sinal contrário do conceito e inclui em si razão e coração, logos e afectividade (Panikkar, 1990: 746).

Para a interpretação da religiosidade em Pré-História são os Antropólogos e os Sociólogos (Lévi-Strauss, 1975; Durkheim, 1978; Van Gennep, 1978; Frazer, 1982; Thornton, Skalník, 1993; Durand, 1997; Eliade, 1999; Mauss, 2003; Bourdieu, 1997; Cazeneuve, 1971) que procuram encontrar soluções inteligíveis, relativamente aos comportamentos religiosos humanos. Estas soluções são fundamentais e objecto de estudo aprofundado numa clarificação do modelo, cuja fundamentação apresentamos neste artigo, e se encontra em fase de maturação.

²⁴ (1856–1939). *Comportamentos obsessivos e práticas religiosas* (1907), *Totem e Tabu* (1912-1913).

²⁵ (1874–1928). *O eterno no homem* (1921).

²⁶ *Religions-Philosophie* (1983).

²⁷ *Se Deus não existe - Sobre Deus, o diabo, o pecado e outras preocupações da chamada filosofia da religião* (1982).

²⁸ *La Religión del Futuro* (1990).

4. CIÊNCIA: VEÍCULO DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO À LUZ DO MÉTODO CIENTÍFICO

Correndo o risco de proceder a uma abordagem eurocêntrica e bastante limitativa, focaremos apenas a Europa Ocidental no seu contexto cronológico restrito ao século XIX, uma vez que, em termos de enquadramento histórico esta região geográfica é o núcleo central da produção do pensamento e do conhecimento científico.

A concretização de uma metodologia com procedimentos concretos e a simbiose ocorrida entre Ciência e Técnica criariam uma enorme implementação tecnológica que teria repercussões profundas na sociedade de então. Na segunda metade do século XIX, a incorporação progressiva de um pensamento científico crítico concretizou um significado histórico profundo no estudo dos fenómenos físicos, humanos e sociais que pode ser caracterizada como “*positivista*”.

Até então, contribuições como as de René Descartes²⁹, Robert Boyle³⁰, Blaise Pascal³¹ ou Isaac Newton³² tiveram também como objectivo glorificar o divino, tendo sido, por essa razão, aceites pelas autoridades eclesiásticas. Vale a pena recordar, apenas a título de exemplo, as consequências nefastas operadas no século XVI em escritos de autores como Giordano Bruno³³ ou Galileo Galilei³⁴.

Todavia, a Ciência é também devedora de intervenientes que, embora integrados em contextos históricos diferentes, possuíam objectivos científicos nos seus estudos, mantendo uma ligação umbilical ao Clero e, que, em simultâneo, não colocavam em causa os dogmas doutrinários. Podemos enumerar alguns desses estudiosos que se enquadram numa baliza cronológica que vai desde o século XIV até ao século XIX: Nicole d’Oresme³⁵, Nicolau de Cusa³⁶, Albrecht von Bollstädt (Santo Alberto Magno)³⁷, Nicolaus Koppernigk (Nicolau Copérnico)³⁸.

²⁹ (1596-1650). *Regulae ad directionem ingenii* (1626–1628), *La recherche de la vérité par la lumière naturelle* (1630–1631), *Discours de la méthode* (1637), *Meditationes de prima philosophia* (1641), *Principia philosophiae* (1644), *Les passions de l’âme* (1649), Kepler (1571-1630) *Astronomia Nova* (1609), *Harmonices Mundi* (1619), *Epitome astronomiae Copernicanae* (1618–1621).

³⁰ (1627-1691). *Experiments, Notes, &c., about the Mechanical Origin or Production of Divers Particular Qualities* (1675), *Memoirs for the Natural History of Human Blood* (1684), *Excellency of Theology, Compared with Natural Philosophy* (1674).

³¹ (1623-1662). *De l’Esprit géométrique* (1657 ou 1658), *Les Provinciales* (1656-1657), *Pensées* (1670).

³² (1643-1727). *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* (1687) *Method of Fluxions* (1671), *Opticks* (1704), *Tractatus de Quadratura Curvarum* (1704), *Arithmetica Universalis* (1707), *Optical Lectures* (1728).

³³ (1548-1600). *De compendiosa architectura* (1582), *Sigillus sigillorum* (1583), *De l’infinito universo e mondi* (1584), *De la causa, principio e uno* (1584), *Figuratio Aristotelici Physicauditus* (1585), *Summa terminorum metaphisicorum* (1595).

³⁴ (1556-1642). “*De motu*” (1590), *Sidereus Nuncius* (1610), *Discorso al serenissimo Don Cosimo II Gran Duca di Toscana intorno alle cose, che stanno in su l’acqua, che in quella si muovono* (1612), *Dialogo di Galileo Galilei sopra i due Massimi Sistemi del Mondo Tolemaico e Copernicano* (1632), *Discorsi e Dimostrazioni Matematiche In torno a Due Nuove Scienze* (1638).

³⁵ (1323-1382). *Questiones super De celo*, *Questiones de spera De proportio nibus proportionum*, *Tractatus contra astrónomos*, *De visione stellarum*, his *Questiones super geometriam Euclidis*, *Tractatus de configuratio nibus qualitatum et motuum*, *De origine, natura, jure et mutatio nibus monetarum*.

³⁶ (1401-1464). *In principio erat verbum* (1430), *De concordantia catholica* (1434), *Idiota de mente*, *Idiota de sapientia*, *Idiota de staticis experimentis* (1450), *De apicetheoriae* (1464). (1256), *Quindecim problemata contra averroistas* (1270).

³⁷ (1206?-1280) *De unitate intellectus contra Averroem*.

³⁸ (1473-1543). *De revolutionibus Commentariolus* (1515?), *De revolutionibus orbium coelestium* (1543), *Dissertatio de optima*

Pierre Gassendi³⁹, Marin Mersenne⁴⁰, Athanasius Kircher⁴¹, Nicolaus Steno⁴², René Just Haüy⁴³, Ferdinand de Saussure⁴⁴, Gregor Johann Mendel⁴⁵.

O Iluminismo vem trazer uma lufada de “*ar fresco*” alterando as mentalidades que, ao rejeitar a tutela teológica, pugnavam pela liberdade de pesquisa científica com carácter racional, experimental, quantificador e positivista, procurando leis universais que regulariam os fenómenos naturais e sociais. Contudo, deveremos lembrar um facto decisivo para esta concretização de alteração de mentalidades. Esse facto, apresenta-se relacionado com a função social da Ciência. De referenciar ainda, a criação de instituições, laboratórios, bibliotecas, museus e centros dedicados à pesquisa das inúmeras disciplinas de investigação com carácter experimental, substituindo a tradicional pesquisa individual e solitária suportada por investigadores como Tycho Brahe⁴⁶, Robert Boyle⁴⁷, Henry Cavendish⁴⁸, Antoine Lavoisier⁴⁹, Johannes Kepler⁵⁰, Christiaan Huygens⁵¹, Robert Hooke⁵², Isaac Newton⁵³, Carolus Linnaeus (Lineu)⁵⁴, Georges-Louis Leclerc (Buffon)⁵⁵, Daniel Bernoulli⁵⁶, Charles Darwin⁵⁷.

monetae cudende ratione (1526), *De hypothesibus motuum caelestium a se constitutis commentariolus* (1509).

³⁹ (1592-1655). *Exercitationes Paradoxicae Adversus Aristotelos* (1624), *Mercurius in sole visus et Venus invisus* (1632), *Institutio astronomica juxta hypotheses tam veterum quam Copernicium Tychonis. Dictata a Petro Gassendo. E jus demoratio inaugurali siterato edita* (1647), *Syntagma philosophiae Epicuri, cum refutationibus dogmatum quae contra fidem christianam ab eo asserta sunt* (1649), *Animadversiones in decimum librum Diogenis Laertii, qui est de vita, moribus placitis quae Epicuri* (1649), *Animadversiones* (1649).

⁴⁰ (1588-1648). *Quaestiones celeberrimae in Genesim* (1623), *La vérité des sciences contre les sceptiques et les pyrrhoniens* (1625), *Les mécaniques de Galilée* (1634), *Cogitata physico-mathematica* (1644), *Universae geometriae mixtae quae mathematicae synopsis* (1644).

⁴¹ (1601, 1602? – 1680). *Magnessive de arte magnetica* (1643), *Ars Magna Lucis et Umbrae* (1646), *Obeliscus Pamphilius: hoc est, Interpretatio noua & Hucusque Intentata Obelisci Hieroglyphici* (1650), *Mundus subterraneus, quo universae denique naturae divitiae* (1678).

⁴² (1638-1686). *De Musculis et Glandulis Observationum Specimen* (1664), *Elementorum Myologiae Specimen* (1667), *Discours sur l'anatomie du cerveau* (1669), *De solido intrasolidum naturaliter contento dissertationis prodromus* (1669).

⁴³ (1743-1822). *Essai d'une théorie sur la structure des cristaux* (1784), *Exposition abrégée de la théorie de la structure des cristaux* (1793), *Traité élémentaire de physique* (2 volumes, 1803, 1806), *Traité de cristallographie* (2 volumes, 1822).

⁴⁴ (1857-1913). *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1878), *De l'emploi du génitif absolu en Sanscrit: Thèse pour le doctorat présentée à la Faculté de Philosophie de l'Université de Leipzig* (1881).

⁴⁵ (1882-1884). *Versuche über Pflanzenhybriden* (1865).

⁴⁶ (1546-1601). *De Nova Stella* (1572), *De Nova et Nullius in Aevi Memoria Prius Visa Stella* (1573), *De Mundi Aetherei Recentioribus Phaenomenis* (1588), *Astronomiae Instauratae Mechanica* (1598), *Astronomiae Instauratae Progymnasmata* (1602).

⁴⁷ (1627-1691). *Of the Systematical or Cosmical Qualities of Things* (1670), *Excellency of Theology, Compared with Natural Philosophy* (1674), *Experiments, Notes, &c., about the Mechanical Origin or Production of Divers Particular Qualities* (1675), *A Discourse of Things above Reason* (1681), *Memoirs for the Natural History of Human Blood* (1684), *A Free Enquiry into the Vulgarly Receiv'd Notion of Nature* (1686), *A Disquisition about the Final Causes of Natural Things* (1688), *The Christian Virtuoso* (1690).

⁴⁸ (1731-1810). *On Fractious Airs* (1766), *Experiments on Arsenic* (1764).

⁴⁹ (1743-1794). *Traité élémentaire de chimie* (1789), *Opuscules physiques et chimiques* (1774).

⁵⁰ (1571-1630). *Mysterium Cosmographicum* (1596), *Astronomia nova* (1609), *Epitome astronomiae Copernicanae* (1617), *Harmonice Mundi* (1619), *Tabulae Rudolphinae* (1627), *Somnium* (1634).

⁵¹ (1629-1695). *De Cyclometriis* (1651), *Theoremata de quadratura hyperboles, ellipsis et circuli* (1651), *Saturni Luna observatio nova* (1656), *Cosmotheoros* (1698), *Novus cyclus harmonicus* (1724).

O novo paradigma científico assentava em pressupostos ainda hoje utilizados. Conceitos e definições, de natureza precisa e clara, direccionados aos resultados. Colocação de objectivos, hipóteses, constituídos por procedimentos sistemáticos baseados no raciocínio lógico, construídos através do método que pode ter uma natureza indutiva ou dedutiva.

Terminamos este ponto com uma observação interessante de Einstein que resume as duas faces da moeda.

“O método do teórico implica que, como base em todas as hipóteses, ele utilize aquilo que se chama princípios, a partir dos quais pode deduzir consequências. Sua actividade portanto se divide principalmente em duas partes. Em primeiro lugar, tem de procurar estes princípios e em seguida desenvolver as consequências inerentes a eles. Para a execução do segundo trabalho recebe na escola excelentes instrumentos. Se então a primeira de suas tarefas já estiver realizada em dado sector ou por um conjunto de relações, não há dúvida de que terá êxito por um trabalho e reflexão perseverantes. Mas a primeira chave destas tarefas, quer dizer, a de estabelecer os princípios que servirão de base para sua dedução, se apresenta de maneira totalmente diferente. Porque aqui não existe método que se possa aprender ou sistematicamente aplicar para alcançar um objectivo. O pesquisador tem antes que espiar, se assim se pode dizer, os princípios gerais na natureza, enquanto detecta, através dos grandes conjuntos de fatos experimentais, os traços gerais e exactos que poderão ser explicitados nitidamente. Quando esta formulação obtiver êxito, começa então o desenvolvimento das consequências, que muitas vezes revelam relações insuspeitadas que ultrapassam muito o campo dos fatos donde foram tirados os princípios. Mas, enquanto os princípios básicos para a dedução não forem descobertos, o teórico não tem absolutamente necessidade dos factos individuais da experiência. Nem mesmo pode empreender qualquer coisa com as leis mais gerais, descobertas empiricamente. Deve antes confessar seu estado de impotência diante dos resultados elementares da pesquisa empírica até que se lhe manifestem princípios, utilizáveis como base de dedução lógica” (1981: 61).

Para uma panorâmica geral da Ciência referimo-nos aos estudiosos que mais se destacaram desde os seus primórdios. Desde finais do século XIX e, já no século XX e inícios do século XXI, incontáveis são os investigadores que desenvolveram Ciência nas mais diversas áreas do conhecimento onde incluímos as Ciências Sociais e Humanas, as Ciências da Natureza e Exactas e as Tecnologias.

⁵² (1635-1703). *Micrographia* (1665).

⁵³ (1643-1727). *Method of Fluxions* (1671), *Philosophiae naturalis principia mathematica* (1687); *Opticks* (1704); *Tractatus de Quadratura Curvarum* (1704); *Arithmetica Universalis* (1707); *Optical Lectures* (1728).

⁵⁴ (1707-1778). *Systema naturae* (1735), *Fundamenta botanica* (1736), *Flora lapponica Genera plantarum* (1737).

⁵⁵ (1707-1788). *Histoire naturelle, générale et particulière* (1789), *Les époques de la nature* (1778).

⁵⁶ (1700-1782). *Exercitationes mathematicae* (1724), *Hidrodinâmica* (1738).

⁵⁷ (1809-1882). *The Structure and Distribution of Coral Reefs* (1842), *Geological Observations of Volcanic Islands* (1844), *Geological Observations on South America* (1846), *Geology from A Manual of scientific enquiry; prepared for the use of Her Majesty's Navy: and adapted for travellers in general* (1849), *On the Perpetuation of Varieties and Species by Natural Means of Selection* (1858), *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (1859), *Variation of Plants and Animals Under Domestication* (1868), *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (1871), *The Expression of the Emotions in Man and Animals* (1872).

É precisamente na convergência de variadas disciplinas científicas que, ainda nos dias de hoje, vamos encontrar explicações em Pré-História, numa tentativa de compreender e reconstruir a história do passado humano, enquadrado no meio ambiente em que viveu e deixou a sua marca.

É fundamental, quando falamos em Ciência aplicada à Pré-História e à Arqueologia, recriar de forma sintética o seu percurso ao longo da História, que agora apresentaremos.

Verificamos que entre os séculos XIV a XVII houve uma postura “*especulativa*” (Robrahn-González, 1999-2000: 12) que originou a criação dos “*gabinetes de curiosidades*” enquadrados numa lógica de “*História Natural*”, com o objectivo de guardar variado tipo de material com um alcance que incluía a Paleontologia, a Geologia e a Arqueologia (Stow, 1603; Van Mellen, 1679; Browne, 1658; Groevius, Gronovius, 1694). No século XVIII e no início do século XIX num contexto histórico marcado pelo Iluminismo, a arqueologia tornou-se numa óptima ferramenta social para melhor defesa da ideia do progresso humano. Para além do aspecto de utilização política da Arqueologia, que busca e interpreta factos sobre as comunidades, tornou-se incontornável a associação de artefactos a sociedades humanas antigas.

No período designado como “*descritivo-classificatório*”, centrado entre 1840 e 1914 (Robrahn-González, 1999-2000: 14) observamos que os estudiosos se debruçam pela descrição de achados e arquiteturas, emprestando-lhe uma roupagem de sistematização científica. É a fase de implementação da Arqueologia em universidades, sociedades científicas e museus (Willey, Sabloff 1993: 38-9).

Entre 1914 e 1960 estamos perante o período “*histórico-classificatório*” (Willey, Sabloff, 1993; Robrahn-González, 1999-2000: 17). É uma etapa caracterizada pelo pensamento de que os achados são representativos do comportamento cultural e social das comunidades (Martin, 1974; Rouse, 1939; Bennett, 1943; Taylor, 1948; Willey, Phillips 1955, 1958); da procura da compreensão dos padrões de povoamento ligando-os ao ambiente biofísico (Willey, 1953; Meggers, 1956; Chang, 1958; Trigger, 1963, 1966, 1968; Sears, 1961; Naroll, 1962), a explicação, através de uma postura holística, da interacção entre cultura e ambiente (Helm, 1962; Fox, 1932; Wedel, 1953; Meggers, 1954, 1957; Meggers, Evans, 1957).

Entre 1960 e 2000 entramos no período “*moderno*” (Robrahn-González, 1999-2000: 20). Gordon Willey e Philip Phillips (1958) colocam-se a favor do modelo processual, o qual dá maior relevância às questões sociais, e, em simultâneo, assumem-se partidários das teses do evolucionismo cultural de Julian Steward (1942) e de Leslie White (1959). Lewis Binford (1962, 1968) torna-se numa figura paradigmática a partir do momento em que sistematiza as linhas orientadoras da investigação processual que se preocupa com a caracterização e identificação no tempo e no espaço histórico dos processos culturais, as suas permissas identificam-se com Carl Hempel (1966). Outros estudiosos seguiram esta rota, Flannery (1967, 1968, 1976, 1986), Hole e Heizer (1966), Watson, LeBlanc e Redman (1971), Deetz (1960, 1968), Longacre (1968), Hill (1968), Leone (1968).

Entretanto, pouco tempo depois, surge uma nova corrente, a “*pós-processual*” que recorre às Ciências Naturais e Exactas, ao Neomarxismo, ao Pós-Positivismo e à Hermenêutica para criar a sua plataforma teórica, Shanks e Tilley (1987, 1989) e Hodder (1985, 1991a, 1991b) são investigadores que possuem uma abordagem relativizada do passado no sentido em que ele é uma construção social (Hodder 1987; Salmon 1992). Michael Shanks e Christopher Tilley (1987, 1989).

5. PRÉ-HISTÓRIA: VEÍCULO INTERLOCUTOR DO COMPORTAMENTO HUMANO À LUZ DAS EVIDÊNCIAS MATERIAIS

Esta disciplina é recorrente no recurso a paradigmas explicativos do que hoje nós pensamos que teria sido o comportamento das comunidades, que ocuparam o nosso território durante a Pré-História. Pensamos poder alicerçá-los nas diversas correntes teóricas criadas em Arqueologia, que operam enquanto modelos explicativos de uma realidade passada; onde interpretação e explicação são os objectivos últimos a atingir em conformidade com pré-conceitos criados em ordem a uma teorização.

Vários são os paradigmas que se vinculam teoricamente ao contexto histórico em que cada teorizador viveu.

A corrente Histórico-Cultural pretende evidenciar a explicação através do conceito de Cultura Material numa óptica funcionalista, determinando as culturas humanas no plano cronológico e no plano de mecanismos externos de difusão ou de migração (Thomsen, 1836).

A corrente Processual coloca o Homem no meio ambiente e no plano social interpretando a cultura como um todo constituído por várias partes, propondo Leis que regulamentam os procedimentos em sociedade (Alarcão, 1996: 11-12). Tem como preocupação central o estudo das dinâmicas do processo cultural, incidindo nas variáveis ecológicas, nos padrões de povoamento e no contexto funcional da cultura material (Renfrew e Bahn, 2004: 41; Whitley, 1998: 3).

A corrente Marxista organiza a sua interpretação em função das tensões e fissões existentes nas sociedades, através do modo de produção e da formação social (McGuire, 1992).

A corrente Contextual pretende estudar as ideias que determinaram a produção da cultura material e das relações sociais (Hodder, 2001). A cultura material é um factor dinâmico nas relações internas e externas de uma comunidade, sendo possível ser observada nos estilos artísticos, no simbolismo e na religião.

A corrente Cognitivo-Processualista tem como preocupação dominante o produto da mente humana através da percepção, da concepção do universo, do sobrenatural (religião), da ideologia (ética e valores) e da iconografia (Zubrow, 1997: 187).

Essas explicações teóricas apoiam-se quase exclusivamente em elementos palpáveis, mensuráveis, estatisticamente comprováveis, tipologicamente organizados, em variáveis que se organizam em categorias:

1. Cultura Material (artefactos, ecofactos, estruturas) entendida como o estudo e análise do micro-espço (Camps, 1979; Brézillon, 1983; Balfet, Berthelot, Monzon, 1989; Pereira, 1993; Debénath, Dibble, 1994; Brandherm, 1995; Grimaldi, Rosina, 1999; Inizan, Ballinger-Reduron, Roche, Tixier, 1999; Cardoso, Carvalhosa, Pais, 2000; Carvalho, 1995-1996; Andrefsky, 1998; Benito Del Rey, Benito Álvarez, 1998; Cardoso, Caninas, Henriques, 2000; Barge, s.d.; Bégou, Clottes, 2007);
2. Análise Espacial processada sincrónica e diacronicamente e entendida como a análise do macro-espço (Orejas, 1991; Ruiz Zapatero, 1991; Ruiz Zapatero, Fernández Martínez, 1991; Burillo Mozota, 1996; Nocete, 1996; Anastácio, Cruz, Oosterbeek, Pizziolo, Santos, Rodrigues, Rosina, 2001; Chapa Brunet, Uriarte, González, Vicent García, Mayoral Herrera, Pereira Sieso, 2003);
3. Paleo-Ambientes recuperam um cenário relativo ao meio ambiente e estudam a morfologia física e patologias das comunidades passadas (Coutinho, 1913; Brothwell,

1965; Dolukhanov, 1979; Davidson, Bailey, 1984; Cohen, Srjeantson, 1986; Davis, 1987; Rowley-Conwy, 1993; Allué, 2000; Boton Garcia, 2000; Mozzi, 2000; Callapez, 2002; Callapez, 2003; Antunes-Ferreira, 2005; Coghlan, s.d.);

4. Arqueometria que, com o apoio da Física e da Química, nos fornece dados sobre datações absolutas (Whittle, Arnaud, 1975; Soares, Cabral, 1993; Coroado, 1994; Soares, Cardoso, 1995; Prudêncio, Soares, Araújo, Gouveia, Dias, Waerenborgh, Alves, 1999; Soares, 1999).

Torna-se então necessário o recurso a várias disciplinas não só da área das Ciências Sociais e Humanas, mas também das áreas das Ciências Naturais e Exactas e das Tecnologias, com o intuito de reconstruir e recuperar uma Memória do Passado construída no Presente.

Neste sentido, a Pré-História propõe-se desvendar o universo das comunidades que não possuíam escrita através das ferramentas facilitadoras destas disciplinas.

Todavia, se a Pré-História enquanto Ciência consegue ser recuperada, ainda que parcialmente, através de factos tangíveis; não podemos afirmar o mesmo quando falamos na relação entre Pré-História e Religião.

Para nós é um dado adquirido que os aspectos Simbólico e Mitológico tiveram um papel determinante no comportamento cultural das comunidades passadas, muito embora esse universo esteja perdido para nós. Muitos são os autores que se socorrem da Antropologia Cultural (Malinowski, 1968; Bégouen, 1993; Alexeeva, Bader, 2000; Dutour, Hublin, Vandermeersch, 2005), da Sociologia (Andersen, 1993; Balfet, 1993; Baales, Street, 1996; Beaune, 2000; Bril, Roux, 2002; David, 2004), da Psicologia (Gallay, 1999; Bonnemaision, 2004; Koehler, 2010; Bar-Yosef, Belmaker, 2011), da Filosofia (Clist, 2004-2005; Guillaumie, 2009; Otte, 2009; Tolstoy, 2009; Husserl, 2012), de estudos sobre sociedades residuais (Tovar, 1973; Cohn, 2001; Davis, 2008; Carvalho, 2009), como resultado da influência anglo-saxónica pós II Grande Guerra com o objectivo de explicar a ideologia das sociedades sem escrita.

6. PRÉ-HISTÓRIA: NA RAIA ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO?

Analisemos a filosofia enquanto veículo interpretativo do comportamento Humano à luz do Amor à Sabedoria.

Notamos uma ligação entre as interpretações filosóficas e o contexto histórico em que cada uma delas é proferida. A “Metafísica” enquanto forma de pensamento é marcada durante séculos pela religiosidade fazendo-nos crer que os impulsos filosóficos advêm da contemporaneidade das religiões. Outro aspecto curioso é o facto de a Filosofia, desde os Pré-Socráticos, ter estado indelevelmente ligada aos fenómenos naturais, ao estudo do Cosmo, da Física, da Matemática (diríamos nós hoje, da Ciência). O berço do conhecimento surge interligado numa dimensão religiosa-científica do mundo observável e, também, da essência que está para além dela.

Este eclectismo estaria porventura já em incubação nas sociedades pré-escrita que, através de uma postura “analítica-experimental”, trabalharam ideias sobre o que hoje chamamos Conhecimento.

Os estudos em Pré-História têm dado muito pouca importância às correntes filosóficas, talvez porque não encontram nesta disciplina soluções fáceis para interpretar os dados

exumados em escavação. É plausível que o pensamento filosófico escrito possa causar desvios na interpretação arqueológica criando problemas de analogia difícil de justificar.

Contudo, entendemos que a procura de identificação de características típicas do carácter sensível do ser humano se encontra radicado na Filosofia precisamente porque, nos primórdios, se tentava explicar racionalmente o início do mundo e da vida através do sincretismo dos elementos da Natureza.

Pensamos poder extrair dos sistemas mentais da Filosofia Pré-Socrática uma lógica de pensamento similar à das comunidades pré-históricas, onde os rituais do Simbólico, ou seja, da Metafísica, seriam indissociáveis das Práticas Quotidianas, ou seja, do Empirismo.

A corrente da Arqueologia Cognitiva dá um passo na aproximação da explicação dos fenómenos cognitivo-filosóficos na medida em que pretende conhecer o pensamento dos nossos antepassados através dos vestígios materiais. Fundamenta-se num modelo Psico-Biológico com cambiantes estruturalistas que guia o pensamento global (Zubrow, 1997; Mithen, 1998; Renfrew, Bahn, 1998; Hernando, 2002; Rivera Arrizabalaga, 2005).

A união destas ideias poderá estruturar uma nova filosofia de pensamento que permita estabelecer umnexo causal entre os vestígios recolhidos e o conjunto simbólico não escrito mas verbalizado e parcialmente representado.

Uma aproximação à religião como forma de interpretar o comportamento humano na sua abordagem às divindades, reporta-nos para traços deste fenómeno em contextos capazes de suportar a sua validade enquanto vector sustentador de uma interpretação extra temática.

Assim, entre estes temas, ainda antes do aparecimento da Arte Rupestre, os enterramentos Neandertais como primeiros vestígios de preocupação perante o significado de humanidade do cadáver, legitimando a colocação de premissas que justifiquem uma Vida para além da Morte.

Um testemunho arqueológico inequívoco de “*práticas religiosas*” que promovem leituras interpretativas, sobre a postura pré-histórica do Simbólico, são a posição em que o corpo é colocado, as oferendas votivas de cariz material, a existência de vestígios de ocre nas ossadas humanas, *vestígios de impressão de plantas locais (Salvia judaica selvagem) na Gruta de Shanidar, no Iraque (Trinkaus, 1982).*

Finalmente, a ciência como veículo de aquisição de conhecimento à luz do método científico remete-nos para a Arqueologia e a Pré-História.

Com o intuito de racionalizar o que é do foro ideológico criámos o modelo explicativo “Cosmogonia Mutualista” tendo por base variados conceitos definidos por outros estudiosos que debatem a relação do homem com o simbólico através da cosmogonia pré-socrática e de elementos construtivos do Simbólico como a mitologia, mito, rito, ritual, magia, sacrifício, crença, alma, mago, empírico, intuição, morte, ontologia, mutualismo. Este modelo está ainda em fase preliminar de estudo. Será apresentado estruturalmente em breve.

Para a construção deste modelo “apropriamo-nos” de conceitos como: o de Génesis, o sistema de conotação e denotação da imagem, o conceito de Hierofania, o conceito de Prestações Totais, o conceito de Energia Psíquica, o conceito de Intuição, o conceito de Arquétipo, a Intuição em Henri Bergson, o conceito de Comunidade Ecológica, os modelos da evolução da mente (Bergson, 1946; Kuhn, 1970; Jung, 1987; Barthes, 1990; Eliade, 1999; Mithen, 2002; Mauss, 2003; Ricklefs, 2003; Reegen, 2005; Aristóteles, 2010).

Este modelo pretende associar a postura dos comportamentos de determinadas espécies animais que realmente funcionam numa lógica de contratualização da partilha, aos comportamentos puramente humanos que, também eles se organizam numa óptica de partilha negociada, plasmada no mundo simbólico xamânico.

Temos também em atenção a influência dos ciclos da Natureza marcados pelas quatro estações do ano, que determinaram o comportamento de sociedades que adoptaram a agricultura e a pastorícia. A influência da contradição da Natureza através do binómio dia/noite. A influência da observação do céu no período nocturno com variantes representadas pelas fases da Lua. A influência de fenómenos, hoje explicados pela Ciência, mas que na Pré-História poderiam integrar posturas “religiosas” ou a criação de mitologias que explicassem a existência de fenómenos como quazar, pulsares, dragn, blasares, radio galáxia, que proporcionam uma clara visibilidade luminosa no firmamento terrestre, em determinados momentos, os eclipses, a queda de meteoritos que atravessam a atmosfera terrestre, as erupções vulcânicas.

Esta panóplia de acontecimentos estranhos pode ter desencadeado uma atitude de negociação, colaboração e empenho do colectivo, numa sociedade que vivia fundamentalmente do esforço físico que emprega nas tarefas que tinha que executar em ordem à sobrevivência.

É na interacção do mutualismo ecológico com a intuição filosófica que iremos encontrar a ponte para o entendimento do universo do simbólico das sociedades sem escrita.

Assim, a necessidade humana de deixar a sua marca nas “coisas” é o ponto de partida das nossas interrogações e a ferramenta para a compreensão de um Universo, percepçionável, na raia entre Ciência e Religião.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1996) – *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Lisboa: Afrontamento.
- ALEXEEVA, T.; BADER, N. (2000) – *Homo sungirensis. Upper Paleolithic man: ecological and evolutionary aspects of the investigation*. Moscou: Moscow Scientific World.
- ALLUÉ, E. (2000) – Pollen and charcoal analyses from archaeological sites from the Alto Ribatejo (Portugal). In CRUZ; OOSTERBEEK (ed.) – *Arkeos- Territórios da Pré-História em Portugal*. Tomar: CEIPHAR. 9, p. 37-57.
- AMARAL, R.; SOUZA, C.; PEREIRA, C. (2012) – O Tempo e a Eternidade em Santo Agostinho. *Revista Vozes dos Vales - Publicações Académicas*. Minas Gerais: UFVJM. Nº 2. Ano I, p. 1-22.
- ANASTÁCIO, R.; CRUZ, A.; OOSTERBEEK, L.; PIZZILOLO, G.; SANTOS, L.; RODRIGUES, A.; ROSINA, P. (2001) – Ecos Overture: A aplicação de um SIG como base de uma plataforma de análise. *Comunicação apresentada ao VI Encontro de Utilizadores de Informação Geográfica 28-30 de Novembro*. Oeiras: Tagus Park.
- ANDERSEN S. (1993) – Mesolithic coastal settlement. In SHYASS, STORGAAD, KØBENHAVN (eds.) *Digging into the Past, 25 years of Archaeology in Denmark*. Aarhus Universitetsforlag, p. 65-69.

- ANDREFSKY, W. (1998) – *Lithics – macroscopic approaches to analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ARISTÓTELES (traduzido) – *Metafísica*. Livro XII. Série 3. In ANGIÓN, L., (tradutor) (2005) – *Cadernos de História e Filosofia das Ciências*. Campinas: UNICAMP, v. 15, nº 1, p. 201-221.
- ARISTÓTELES, (2010) – Sobre a Alma. In MESQUITA (coord.) – *Obras Completas de Aristóteles*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Vol. III. Tomo I. (Tradução de Ana Maria Lóio).
- ANTUNES-FERREIRA, N. (2005) – Paleobiologia de grupos populacionais do Neolítico Final / Calcolítico do Poço Velho (Cascais). *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 40.
- BAALES M.; STREET M. (1996) – Hunter-gatherer behavior in a changing Late Glacial landscape: Allerød archaeological in the Central Rhinland (Germany). *Journal of Anthropological Research*. 52, p. 281-316.
- BALBÍN BEHRMANN, R. (2008) – Arte Paleolítico extremeño en el contexto del interior peninsular. SANABRIA MARCOS (ed.) – *Actas del Congreso El Mensaje de Maltravieso 50 años después (1956-2006)*. Cáceres: Consejería de Cultura y Turismo. Museo de Cáceres. Junta de Extremadura. Memorias. 8, p. 57-83.
- BALFET H. (1993) – Tendence et analyse des documents matériels. *Technique et Culture*. 21, p. 27-36.
- BALFET, H.; BERTHELOT, M.; MONZON, S. (1989) – *Lexique et Typologie des Poteries – pour la normalisation de la description des poteries*. Paris: Presses du CNRS.
- BAR-YOSEF O.; BELMAKER M. (2011) – Early and Middle Pleistocene Faunal and hominins dispersals through Southwestern Asia. *Quaternary Science Reviews*, nº29, p. 1318-1337.
- BARGE, H. (s.d.) – *Les parures du neolithique ancien au début de l'âge des métaux en Languedoc*. Marselha: CNRS.
- BARTHES, R. (1990) – A retórica da imagem. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 28.
- BATATA, C. (1997) – *As Origens de Tomar – Carta Arqueológica do Concelho*. Tomar: Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar.
- BATISTA, A. (2004) – Carta Arqueológica do Concelho de Constância. Constância: ESCORA – Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo.
- BEAUNE S.-A. (2000) – *Pour une archéologie du geste : broyer, moudre, piler. Des premiers chasseurs aux premiers agriculteurs*. Paris: Éditions du C.N.R.S.
- BÉGOU, N. R.; CLOTTE, J. (2007) – Compléments aux plaquettes gravées d'Enlène. In *Cuadrenos de Arte Rupestre*. Murcia: Comunidad Autónoma de la Region. 4, p. 51-80.
- BÉGOUEN, R. (1993) – Les figurations imaginaires. III. Les animaux irréels. In GRAPP (ed.) - *L'art pariétal paléolithique. Techniques et methods d'étude*. Paris: C.T.H.S., p. 207-210.
- BENITO DEL REY, L.; BENITO ÁLVAREZ, J. M. (1998) – *Métodos y materias instrumentales en prehistoria y arqueología – la edad de la piedra tallada más antigua*. Salamanca: Gráficas Cervantes. II.

- BENNETT, J. (1943) – Recent developments in the functional interpretation of Archaeological Data. *American Antiquity*. Washington: Society for American Archaeology, vol. 9, issue 2, p. 208-219.
- BERGSON, H. (1946) – *La pensée et le mouvant*. Paris: PUF.
- BINFORD, L. (1962) – Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*. Washington: Society for American Archaeology, vol. 28, issue 2, p. 217-225.
- BINFORD, L. (1965) – Archaeological systematics and the study of culture process. *American Antiquity*. Washington: Society for American Archaeology, vol. 31, issue 2, p. 203-210.
- BINFORD, L. (1968) – Methodological considerations in the use of ethnographic data. LEE; DEVORE (eds.) *Man the Hunter*. Chicago: Aldine Publishing Company, p. 268-73.
- BONNEMAISON, J. (2004) – *La Géographie culturelle*. Paris: CTHS.
- BOTON GARCIA, F. (2000) – Estudos Sedimentológicos. *Arkeos – Perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR. 9, p. 83-126.
- BOURDIEU, P. (1997) – Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Le Seuil, n° 119, p. 48-66.
- BRANDHERM, D. (1995) – Os chamados “báculos” - para uma interpretação simbólico-funcional. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. (Actas V do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular). 35: 1, p. 89-94.
- BRÉZILLON, M. (1983) – *La dénomination des objets de Pierre taillé – Matériaux pour un vocabulaire des préhistoriens de langue française*. Paris: CNRS.
- BRIL B.; ROUX V. (dir.) (2002) – Le geste technique. Réflexions méthodologiques et anthropologiques. Technologies / Idéologies / Pratiques. *Revue d'Anthropologie des connaissances*. Paris: Éditions Érès. XIV. 2.
- BROTHWELL, D. R. (1965) – *Digging up bones – the excavation, treatment and study of human skeletal remains*. Londres: British Museum.
- BROWNE, T. (1658) – *Hydriotaphis. Urne burial*. Londres.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R. (1992) – L'Art mégalithique dans la Péninsule Ibérique. Une vue d'ensemble. *L'Anthropologie*. 96, p. 499-570.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2003) – Una geografía cultural del arte megalítico ibérico: las supuestas áreas marginales. In BALBÍN BEHRMANN, R., BUENO RAMÍREZ, P. (eds.) – El arte prehistórico desde los inicios del siglo XXI. Ribadesella 2001: Primer Symposium Internacional de Arte Prehistórico en Ribadesella, p. 291-313.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2008) – The Postglacial Art of the Iberian Peninsula, 2000–2004. In FRANKLIN; Strecker; BAHN (eds.) – *Rock Art Studies - News of the World*. vol. 3, p. 37-51.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R. (2004) – Application d'une méthode d'analyse du territoire à partir de la situation des marqueurs graphiques à l'intérieur de la Péninsule Ibérique: le Tâge International. In *L'Anthropologie* 108, p. 653-710.

BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R. (2007) – Ideología de los primeiros agricultores en el sur de Europa: las más antiguas cronologías del arte megalítico ibérico. *Cuadernos de Arte Rupestre*. Murcia: Centro de Estudios de Prehistoria y Arte Rupestre, nº 4, p. 281-312.

BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R. (2008) – Models of integration of Rock Art and Megalith builders in the International Tagus. In BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN BEHRMANN, R. (eds.) – Graphical markers & megalith builders in the International Tagus. Iberian Peninsula. Oxford: British Archaeological Reports International, series 1765, p. 5-15.

BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN; BARROSO BERMEJO, R. (2010) – Símbolos para los Muertos, Símbolos para los Vivos. Arte Megalítico en Andalucía. In MARTÍNEZ GARCÍA; HERNÁNDEZ PÉREZ (coord.) – *Actas Del II Congreso de Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica*. Comarca de Los Vélez, Almería: Grupo Desarrollo Rural Los Vélez, p. 25-47.

BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN; BARROSO BERMEJO, R. (2011) – Balance de un modelo integrador de Megálitos y Grafías Rupestres en el Tajo Internacional. *Açafa online. Nos 40 anos do Início da Descoberta da Arte Rupestre do Tejo*. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo. 4, p. 2-14.

BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R.; CARRERA RAMÍREZ, F.; ALFONSO CARBALHO, J.; ALONSO VASCO, J.; BARBDO CARRERAS, J.; BERZAS BRAVO, G. ; MARTÍN EXPÓSITO, M.; SALGADO CILLEROS, P. (2010) – Secuencias gráficas Paleolítico-Postpaleolítico en la Sierra de San Pedro. Tajo Internacional. Cáceres. In *Trabajos de Prehistoria*, vol. 67, nº 1, p. 197-209.

BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2012a) – *5.000 Años atrás - Primeros Agricultores y Metalúrgicos del Valle de Huecas (Huecas, Toledo)*. Universidad de Alcalá.

BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2012b) – La Frontera Ideológica: grafías postglaciares ibéricas. In SANCHES (coord.) *1.ª Mesa-Redonda - Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*. In *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, nº 54, p. 139–160.

BURILLO MOZOTA, F. (1996) – Sobre la territorialidade de los sedetanos. In VV.AA. – *Homenaje a Purificación Atrián*. Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, p. 103-134.

CALLAPEZ, P. (2002) – A malacofauna críptica da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal) e as faunas de gastrópodes terrestres do Plistocénico superior e Holocénico da Estremadura portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 5: 2, p. 5-28.

CALLAPEZ, P. (2003) – Moluscos marinhos e fluviais do Paleolítico superior da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal): evidências de ordem sistemática, paleobiológica e paleobiogeográfica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 6: 1, p. 5-15.

CAMPOS; L. (2008) – *Um olhar sobre a arte rupestre do Vale do Tejo*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

CAMPS, G. (1979) – *Manuel de Recherche Préhistorique*. Paris: Doin.

CARDOSO, G. (2009) – *Cronologias absolutas para a Península Ibérica – Sítios Pré-Históricos do Alto Ribatejo – Portugal*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

CARDOSO, J. L.; CANINAS, J.; HENRIQUES, F. (2000) – Arquitectura, espólio e rituais de dois monumentos megalíticos da Beira Interior: estudo comparado. In GONÇALVES, V., ed. – *Muitas Antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, Trabalhos de Arqueologia, nº 16, p. 195-214.

CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A.; PAIS, J. (2000) – Cromeleque de Portela de Mogos (concelho de Évora) – estudos geoarqueológicos e paleobotânicos. *A Cidade de Évora*. Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal. 4: II, p. 35-55.

CARVALHO, A. F. (1995-96) – O talhe da pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa: Colibri. 3/4, p. 41-69.

CARVALHO, M. (2007) – *Questions and Contributions on rock art development through the study of Tagus valley ideomorphs*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

CARVALHO, E. (2009) – Identidade Cultural Indígena: a Construção do Sujeito na Interação Social. *Letra Magna*. 5. 10, p. 1-12.

CAZENEUVE, P. (1971) – *Sociologie du rite (tabu, magie, sacré)*. Paris: P.U.F. 334 p.

CHANG, K. (1958) – Study of the Neolithic Social Grouping: examples from the New World. *American Anthropologist*. [S.l.]: American Anthropological Association, vol. 60, issue 2, p. 298-334.

CHAUÍ, M. (1996) – KANT - Vida e Obra. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores, p. 5-19.

CHAPA BRUNET, T; URIARTE GONZÁLEZ, A.; VICENT GARCÍA, J.; MAYORAL HERRERA, V.; PEREIRA SIESO, J. (2003) – Propuesta Metodológica para una Prospección Arqueológica Sistemática: El Caso del Guadiana Menor (Jaén, España). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: Instituto de Historia, Departamento de Prehistoria. 60: 1, p. 11-34.

CLIST, B. (2004-2005) – Des Premiers Villages aux Premiers Europeens Autour de L'estuaire du Gabon. Quatre Millenaires D'interactions entre L'homme et son milieu. Dissertação em Filosofia e Letras apresentada à Universidade Livre de Bruxelas para obtenção do grau de Doutor. Bruxelas.

COGHLAN, H. (s.d.) – *Notes on the prehistoric metallurgy of copper and bronze in the Old World*. Oxford: Pitt Rivers Museum. 4.

COHEN, A., SRJEANTSON, D. (1986) – *A manual for the identification of bird bones from archaeological sites*. Londres: Jubilee Printers.

COHN, C. (2001) – Culturas em Transformação - os índios e a civilização. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, volume 15, nº 2, p. 36-42.

COROADO, J. (1994) – *Contribuição para o estudo da correlação geoquímica entre cerâmicas calcolíticas do vale do Zêzere e as argilas do Tomar*. Aveiro: Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, dissertação de Mestrado, texto policopiado, p. 9.

- COUTINHO, A. (1913) – *A Flora de Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- CRUZ, A. (1997) – *Vale do Nabão. Do Neolítico à Idade do Bronze*. *Arkeos*. Tomar: CEIPHAR, nº 3, (Dissertação apresentada à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre).
- CRUZ, A. (2011) – *A Pré-História recente do vale do Baixo Zêzere – Um Olhar Diacrónico*. In *Arkeos*. Tomar: CEIPHAR, nº 30, dissertação apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Doutor.
- DAVID, E. (2004) – Transformation des matières dures d'origine animale dans le Mésolithique ancien d'Europe du Nord. *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique cahier XI. Matières et techniques*. Paris: Société Préhistorique Française, p. 113-149.
- DAVIDSON, I.; BAILEY, G. (1984) – Los Yacimientos, sus Territorios de Explotación y la Topografía. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional. II, p. 25-46.
- DAVIS, S. (1987) – *The Archaeology of Animals*. Londres: Batsford.
- DAVIS, S. (2008) – Diversidade Cultural e Direitos dos Povos Indígenas. *Mana*. Rio de Janeiro: Scielo Brasil, volume 14, nº 2, (<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132008000200014>), p. 571-585.
- DEBÉNATH, A., DIBBLE, H. (1994) – *Paleolithic Typology – lower and middle paleolithic of Europe*. Philadelphia: University Pennsylvania. I.
- DEETZ, J. (1960) – *Archaeological Approach to kinship change in eighteenth century Arikara Culture*. Cambridge: Mass, (Dissertação apresentada à Universidade de Harvard para obtenção do grau de Doutor).
- DEETZ, J. (1968) – The inference of residence and descent rules from Archaeological data. In BINFORD, S.; BINFORD, L. (eds.) – *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, p. 41-49.
- DOLUKHANOV, P. (1979) – *Ecology and Economy in Neolithic Eastern Europe. Approaches in Archaeology*. London: Duckword, p. 1-4.
- DURAND, G. (1997) – *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Lisboa: Ed. Presença.
- DURKHEIM, E. (1978) – Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; o suicídio; as formas elementares da vida religiosa. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, (Seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de Carlos Alberto Ribeiro de Moura et al.).
- DUTOUR O.; HUBLIN J.-J.; VANDERMEERSCH B. (2005) – *Origine et évolution des populations humaines*. Paris: Éditions du Comité des Travaux historiques et scientifiques. Orientations et méthodes. nº8.
- EINSTEIN, A. (1981) – *Como Vejo o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, (Tradução H. P. de Andrade).
- ELIADE, M. (1999) – *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução de Rogério Fernandes).

FIGUEIREDO, A. (2006) – *O Complexo Megalítico de Rego da Murta – Pré-História Recente do Alto Ribatejo (Vº-IIº milénio a.C.): Problemáticas e Interrogações*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor.

FILLMORE, C. (1968) - The Case for Case. In BACH; HARMS (coord.) - *Universals in Linguistic Theory*. Nova York: Holt, Rinehart and Ewinston.

FLANNERY, K. (1967) – Culture History vs. Cultural Process: a debate in American Archaeology. *Scientific American*. New York: Scientific American, Inc., vol. 217, nº 1, p. 119-22.

FLANNERY, K. (1968) – Archaeological Systems theory and Early Mesoamerica. In MEGGERS, B. J. (ed.) – *Anthropological Archaeology in the Americas*. Washington: Anthropological Society of Washington, p. 67-87.

FLANNERY, K. (1976) – *The early Mesoamerican village*. Nova York: Academic Press.

FLANNERY, K. (1986) – *Guila Naquitz: archaic foraging and the early agriculture in Oaxaca, Mexico*. Orlando: Academic Press.

FOX, C. (1932) – *The Personality of Britain: Its Influence on Inhabitant and Invader in Prehistoric and Early Historic Times*. Cardiff: National Museum of Wales.

FRAZER, J. (1982) – *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

FREITAS, A. (2007) – *Megalitismo e Povoamento no Alto Ribatejo: Quinta do Paço*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

FUYING, P. (2007) – *The ceramics of Gruta do Cadaval and Anta 1 da Val da Laje*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

GALLAY, A. (dir.) (1999) – *Comment l’homme? À la découverte des premiers hominidés d’Afrique de l’Est*. Paris: Errance.

GRAÇA, A. (2007) – *Análise da Indústria Lítica das Grutas dos Canteirões*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

GRIMALDI, S.; ROSINA, P. (1999) – 3. Geoarchaeology; 4. Technology and cronology. In CRUZ, A.; OOSTERBEEK, L.; GRIMALDI, S. *et al.* New advances on the prehistory of Alto Ribatejo. *Mediterranean Prehistory online*. Disponível em (WWW: <URL: www.med.abaco-mac.it>). [Consulta em 2009].

GROEVIUS, M.; GRONOVIVS, A. (1694) – *Thesaurus antiquitatum*. Traj. Ad Rhenum.

GUILLAUMIE, M. (2009) – *Rêver la Préhistoire: pseudo-darwinisme, idéologies et fictions. Littérature et Darwinisme*. Limoges: INRP.

HEIDEGGER, M. (1998) – *Ser y Tiempo*. Santiago do Chile: Editorial Universitária, S.A., 2ª edição, tradução Jorge Eduardo Rivera.

HELM, J. (1962) – The ecological approach to Anthropology. In *American Journal of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, vol. 67, nº 6, p. 630-639.

- HEMPEL, C. (1966) – *Philosophy of Natural History*. Nova Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- HERNANDO, A. (2002) – *Arqueología de la identidad*. Madrid: Edições Akal.
- HILL, J. (1968) – Broken K Pueblo: patterns of form and function. In BINFORD, S.; BINFORD, L. (ed.) - *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, p. 103-143.
- HODDER, I. (1985) – Postprocessual Archaeology. In SCHIFFER M. (ed.) – *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York: Academic Press, vol. 8, p. 1-26.
- HODDER, I. (1987) – The contribution of the Long Term. In HODDER (ed.) – *Archaeology as Long-Term History*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1- 8.
- HODDER, I. (1991a) – Postprocessual Archaeology and the Current debate. In PREUCCEL, R. W. (ed.) – *Processual and Postprocessual archaeologies: multiple ways of knowing the past*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, Occasional Paper, nº10, p. 30-41.
- HODDER, I. (1991b) – *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HODDER, I. (2001) – Introduction: A review of Contemporary Theoretical Debates in Archaeology. In HODDER, I. (ed.) – *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1-13.
- HOLE, F.; HEIZER, R. (1966) – *An introduction to Prehistoric Archaeology*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston.
- HUME, D. (2000) – *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: UNESP e Imprensa Oficial.
- HUME, D. (2003) – *Uma Investigação sobre o Entendimento Humano*. São Paulo: UNESP, tradução de José Óscar de Almeida Marques.
- HUSSERL, E. (1989) – A ideia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1989. Tradução de Artur Mourão.
- HUSSERL, E. (2012) – *La crise de l'humanité européenne et la philosophie*. Paris: La Gaya Scienza.
- INIZAN, M.; BALLINGER-REDURON, M.; ROCHE, H.; TIXIER, J. (1999) – *Technology and Terminology of knapped stone*. Nanterre: CREP. 5.
- JAEGER, W. (1992) – *La Teologia de los Primeiros Gregos*. México: FCE.
- JUNG, C. (1987) – *Tipos Psicológicos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- KANT, I. (1987) – *Crítica da razão pura Os pensadores Vol. I*. São Paulo: Nova Cultural.
- KANT, I. (1992) – *A religião nos limites da simples razão*. Lisboa: Edições 70, tradução de Artur Morão.
- KANT, I. (2005) – *Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, tradução Floriano de Sousa Fernandes.
- KANT, I. (2007) – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Textos Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, tradução de Paulo Quintela.

KUHN, T. S. (1970) – *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.

KOEHLER, H. (2010) – *Comportements et identité techniques au Paléolithique moyen (Weichsélien ancien) dans le Bassin Parisien: une question d'échelle d'analyse?* Nanterre: Dissertação em Pré-História entregue à Universidade de Paris Oeste para obtenção do grau de Doutor.

LACHIÈZE-REY, P. (1972) – *L'idéalisme Kantien*. [S.l.]: J. Vrin, bibliothèque d'histoire de la Philosophie, 3ª edição, 509 p.

LEONE, M. (1968) – Neolithic economic autonomy and social distance. *Science*. New York: American Association for the Advancement of Science, vol. 162, nº 3858, p. 1150-1151.

LEROI-GOURHAN, A. (1988) – *As Religiões da Pré-História*. Lisboa: Edições 70.

LÉVI-STRAUSS, C. (1975) – *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro.

LILLIOS, K. (1993) - Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, nº XXXIII, volume 3, volume 4, p. 261-291.

LONGACRE, W. (1968) – Some aspects of Prehistoric Society in East-Central Arizona. In BINFORD, S.; BINFORD, L. (eds.) - *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, p. 89-102.

LOPES, S. (2007) – *Estudo Paleoantropológico da Gruta do Cadaval*". Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

MALINOWSKI, B. (1968) – Le mythe dans la psychologie primitive. In MALINOWSKI; JANKELEVITCH (ed.) - *Trois essais sur la vie sociale des primitifs*. Paris: Payot, p. 119-190.

MARCHIONNI, A. (2008) – *Ética: a arte do bom*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Editora.

MARÉCHAL, J.; CASTELLANI, L. (1946) – *La crítica de Kant*. Buenos Aires: Ediciones Penca.

MARTIN, P. (1974) – Early development in Mogollon research. In WILLEY G. R. (ed.) - *Archaeological Researches in Retrospect*. Cambridge: Winthrop, p. 3-33.

MAUSS, M. (2003) – Esboço de uma Teoria Geral da Magia. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, p. 47-181. (Tradução de Paulo Neves).

McGUIRE, R. (1992) – *A Marxist Archaeology*. San Diego: Academic Press Inc.

MEGGERS, B. (1954) – Environmental limitation on the development of culture. *American Anthropologist*. [S.l.]: American Anthropological Association, vol. 56, issue 5, p. 801-824.

MEGGERS, B. (1956) – Functional and evolutionary implications of community patterning. In WAUCHOPE (ed) – *Seminars in Archaeology: 1955*. Washington D.C.: SAA, Memoir, 11.

MEGGERS, B. (1957) – Environment and culture in the Amazon Basin: an appraisal of the theory of environment determinism. In PALERM *et al.* (eds.) – *Studies in Human Ecology*. Washington D.C.: Pan American Union Social Sciences, Monograph, nº 3, p. 71-90.

MEGGERS, B.; EVANS, C. (1957) - Archaeological investigations at the Mouth of the Amazon. *Bureau of American Ethnology*. Washington D.C.: Smithsonian Institution, Bulletin 167.

- MITHEN, S. (1998) – *Arqueología de la mente*. Barcelona: Ed. Crítica.
- MITHEN, S. (2002) – *A Pré-História da Mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: UNESP.
- MORAES, F. de (2011) – Ser, dizer e pensar no livro IV da Metafísica de Aristóteles. *Anais de Filosofia Clássica*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, número 9, volume V, p. 61-76.
- MOZZI, P. (2000) – Geomorphological and geological investigations in the Zezere and Nabao river basins (Ribatejo, Portugal). *Arkeos – Perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR. 9, p. 127-142.
- MÜLLER, F. M. (1882) – Introduction to the science of religion: Four lectures. Oxford: Longman Green, and CO.
- NAROLL, R. (1962) – Floor area and settlement population. *American Antiquity*. Washington: Society for American Archaeology, vol. 27, issue 4, p. 587-589.
- NOCETE, F. (1996) – Un Modelo de aplicación de análisis multivariante a la prospección arqueológica: La definición de la Unidad Geomorfológica donde se establece el Assentamiento. *Arqueologia Espacial*. Teruel: Seminário de Arqueologia y Etnologia Turolense, 15, p. 7-35.
- OLIVEIRA, J.; COSTA, M. (2011) – A Felicidade na Filosofia de Tomás de Aquino. *Ágora Filosófica*. Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco. Ano 11. Nº 2, p. 65-77.
- OOSTERBEEK, L. (1985) – A Facies Megalítica da Gruta do Cadaval (Tomar). *Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, II volume.
- OOSTERBEEK, L. (1994) – *Echoes from the East: the western network. An insight to unequal and combined development, 7000–2000 BC*. Londres: University of London. (Ph Ddissertation; volume 1, volume 2).
- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; PEREIRA, A. (2004) – Cobragança – Relatório de Emergência. *Tecnhe*. Tomar: Arqueojovem. 9, p. 55-64.
- OOSTERBEEK, L.; CARDOSO, D. (2004) – Vale do Ocreza. Prospecção e Levantamentos. *Tecnhe*. Tomar: Arqueojovem, nº 9, p. 65-88.
- OREJAS, A. (1991) – Arqueología del Paisage: Historia, Problemas y Perspectivas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. 64: 163-164, p. 191-230.
- OTTE, M. (2009) – *La Préhistoire*. Paris: Éditions De Boeck et Larcier.
- PALAVRA In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consultado 2014-06-16]. Disponível na www: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/palavra>.
- PANIKKAR, R. (1990) – La Religión del Futuro. In FRAIJÓ, M (ed.) – *Filosofía de la Religión. Estudios y Textos*. Madrid: Ed. Trotta, p. 733-753.
- PEREIRA, J. (1993) – A análise dos vestígios de uso em quartzito. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, nº 33, volume 1, volume 2, p. 51-68.
- PINEZI, A. K. M.; JORGE, É. F. C. (2012) – *Revisitando dicotomias clássicas em As formas elementares da vida religiosa: sagrado x profano e religião x magia*. São Paulo: Pontifícia

Universidade Católica, (Revista de Estudos da Religião – REVER, v. 26, nº 42), Edição especial, p. 83-98.

PLATÃO (1991) – Diálogos / Platão. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa.

PLATÃO (2007) – *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PEREIRA, M. B. (2004) – Para uma filosofia do símbolo. *Revista Filosófica de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, nº 25, p. 3-30.

PRUDÊNCIO M.I.; SOARES, A.M.; ARAÚJO, M.F.; GOUVEIA, A.; DIAS, M.I.; WAERENBORGH, J.C.; ALVES, L.C. (1999) – Ciências aplicadas à Arqueologia: trabalho desenvolvido no Instituto Tecnológico e Nuclear. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa, Colibri, número 5, p. 1-7.

REALE, G. (2003) – *Per una nuova interpretazione di Platone*. Milano: Vita e Pensiero Università, p. 217.

REEGEN, J. (2005) – A Psyché na Filosofia Antiga. In KALATOS (ed.) – *Revista de Filosofia do Mestrado Académico em Filosofia da UECE*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, vol. 2, nº 3, p. 63-88.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1998) – *Arqueología. Conceptos clave*, Madrid: Edições Akal.

RENFREW, C., BAHN, P. (2004) – *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Londres: Thames & Hudson.

RICKLEFS, R. (2003) – *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., tradução Cecília Bueno, Pedro P. de Lima-e-Silva e Patrícia Mousinho.

RICOEUR, P. (2013) – Teoria da Interpretação. O discusso e o excesso de significação. *Biblioteca de Filosofia Contemporânea*. Lisboa: edições 70, nº 2, p. 57-87.

RIVERA ARRIZABALAGA, Á. (2005) – *Arqueología cognitiva: Origen del simbolismo humano*. Madrid: Arco Libros.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. (1999-2000) – Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de Prática e Reflexão no Estudo de Nosso Passado. *Revista USP*. São Paulo, nº 44, p. 10-31.

ROSALES, J. R. (1993) – *El punto de partida de la metafísica transcendental. Un estudio crítico de la obra kantiana*. Madrid: UNED.

ROSINA, P. (2013) – I depositi Quaternari della media valle del Tago e le industrialiatiche associata. *Antrope – Série Monográfica*. Tomar: CPH-IPT. Dissertação de Doutoramento (2004) - Dottorato Internazionale in “Dinamiche ambientali, umane e comportamentali”, Università di Ferrara. Disponível na [www: http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/1_SerieMonograf/MONO1antrope_ROSINA.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/1_SerieMonograf/MONO1antrope_ROSINA.pdf)

ROUSE, I. (1939) – *Prehistory in Haiti. A study in method*. Anthropology. New Haven: Yale Univ. Publications, n. 24.

ROWLEY-CONWY, P. (1993) – Mesolithic animal bones from Forno da Telha, Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 33, p. 45-50.

RUIZ ZAPATERO, G. (1991) – Teoria y Metodología en Arqueología. *Actas del XX Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, p. 11-21.

RUIZ ZAPATERO, G.; FÉRNANDEZ MARTÍNEZ, V. (1991) – Prospección de Superfície, técnicas de muestro y recogida de información. *Inventários y Cartas Arqueológicas*. Madrid: Departamento de Prehistoria da Universidad Complutense, p. 87-98.

SALMON, M. (1992) – Postprocessual explanation in Archaeology. In EMBREE (ed.) – *Meta-Archaeology*. Boston: Kluwer Academic Press, Boston Studies in the Philosophy of Science.

SEARS, W. (1961) – The study of social and religious systems in North American Archaeology. *Current Anthropology*. Chicago: The University of Chicago press, vol. 2, nº 3, p. 223-231.

SILVA, J. C. da; BATISTA, Á.; GASPAS, F. (2009) – *Carta Arqueológica do Concelho de Abrantes*. Abrantes: Câmara Municipal, suporte em CD e consultada a 14-06-2014, em linha na [www: http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html](http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html)

SÍMBOLO In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-06-16]. Disponível na [www: http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/s%C3%ADmbolo](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/s%C3%ADmbolo).

SHANKS, M.; TILLEY, C. (1987) – *Social Theory and Archaeology*. Cambridge: Polity Press.

SHANKS, M.; TILLEY, C. (1989) – Archaeology into the 1990s. *Norwegian Archaeological Review*. Cambridge: Routledge, Taylor and Francis Group, vol. 22, issue 1, p 1-12.

SOARES, A. M. (1999) – Megalitismo e Cronologia Absoluta. *II Congresso de Arqueologia Peninsular*. Zamora. 3, p. 689-706.

SOARES, A. M.; CABRAL, J. (1993) – Cronologia Absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do Iº Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: SPAE. 33: 3-4, p. 217-235.

SOARES, A. M.; CARDOSO, J. L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do Povoado Pré-Histórico de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 5, p. 263-276.

STEWART, J. (1942) – The direct historical approach to Archaeology. *American Antiquity*. Washington: Society for American Archaeology, vol. 7, issue 4, p. 337-433.

STOW, J. (1603) – *A survey of London*. Londres.

TAYLOR, W. (1948) – A study of Archaeology. *Memoir Series of the American Anthropological Association*. Menasha Press: Wis, nº 69.

TEIXEIRA, A. M. R. (2007) – *A soberania do inútil e outros ensaios de psicanálise e cultura*. São Paulo: Annablume.

THOMSEN, C. J. (1836) – *Ledetraad til Nordisk Oldkundskab*. Guide to Northern Antiquity. Publicado em inglês em 1848.

THORNTON, R. J.; SKALNÍK, P. (ed.) (1993) – *The early writings of Bronislaw Malinowski*. Cambridge: Cambridge University Press.

TOLSTOY, V. (2009) – Patrimoine et dialogue. In *Le patrimoine et au-delà*. França: Editions du Conseil de l'Europe.

TOMÉ, T. (2006) – *Estudo Paleoantropológico da Gruta dos Ossos*. Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar e à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Mestre.

TOVAR, A. (1973) – Tapuias, Tupis e Incas: paralelos no velho mundo. *Revistas de Cultura Vozes*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, ano 67, nº 5.

TRIGGER, B. (1963) – Settlement as an aspect of Iroquois adaptation at the time of contact. *American Anthropologist*. [S.l.]: American Anthropological Association, vol. 65, issue 1, p. 86-101.

TRIGGER, B. (1966) – Settlement Archaeology – its goals and promise. *American Antiquity*. Washington: Society for American Archaeology, vol. 32, issue 1, p. 149-161.

TRIGGER, B. (1968) – The determinants of settlement patterns. In CHANG, K. (ed.) – *Settlement Archaeology*. Palo Alto: Nation Press Books, p. 53-78.

TRINKAUS, E. (1982) – The Shanidar 3 Neandertal. *American Journal of Physical Anthropology*. [S. l.]: John Wiley & Sons, vol. 57, nº 1, p. 37-60.

VAN GENNEP, A. (1978) – *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

VAN MELLEN, J. (1679) – *Historia urnae sepulchralis sarmaticae*. Jena.

VELASCO, J. M. (1982) – *Introducción a la Fenomenología de la Religión*. Madrid: Ediciones Cristiandad.

VERBO In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-06-16]. Disponível na www: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/verbo>.

WATSON, P.; LEBLANC, S.; REDMAN, C. (1971) – *Explanation in Archaeology; an explicitly Scientific Approach*. New York: Columbia University Press.

WEDEL, W. (1953) – Some aspects of human ecology in the Central Plains. *American Anthropologist*. [S.l.]: American Anthropological Association, vol. 55, issue 4, p. 499-514.

WELTE, B. (1982) – *Filosofía de la Religión*. Barcelona: Ed. Herder, tradução de Raúl Gabas, p. 23.

WHITE, L. (1959) – *The Evolution of Culture*. Nova York: McGraw-Hill.

WHITLEY, D. S. (1998) – New Approaches to old problems: Archaeology in Search of an Ever Elusive Past. In WHITLEY D. S. (ed.) – *Reader in Archaeological Theory: Post-processual and Cognitive Approaches*. London: Routledge, p. 1-30.

WHITTLE, E. H.; ARNAUD, J. M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Calcolithic pottery from sites in Central Portugal. *Archaeometry*. Oxford: Oxford University, volume 17: issue 1, (DOI: 10.1111/j.1475-4754.1975.tb00112.x), p. 5-24.

WILLEY, G. (1953) – Comments on cultural and social Anthropology. In TAX *et al.* (eds.) - *An appraisal of Anthropology today*. Chicago: University of Chicago Press, p. 229-230.

WILLEY, G.; PHILLIPS, P. (1955) – Method and theory in American Archaeology: an operational basis for cultural-historical integration. *American Anthropologist*. [S.l.]: American Anthropological Association, vol. 57, issue 5, p. 615-633.

WILLEY, G.; SABLOFF, J. (1993) – *A History of American Archaeology*. Nova York: W.H. Freeman and C.

ZILHÃO, J. C. (1992) – Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPAAR, nº 6.

ZUBROW, E. (1997) – Cognitive archaeology reconsidered. In RENFREW, C.; ZUBROW, E. (eds.) - *The Ancient Mind – elements of cognitive archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 187-195.

**ARQUEOLOGIA PÚBLICA – EDUCAÇÃO PARA O
PATRIMÓNIO: SERVIÇOS EDUCATIVOS E DIAS ABERTOS NO
MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS. UMA ESTRATÉGIA DE
APROXIMAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL À COMUNIDADE.**

Jorge E. Lopes

Arqueólogo no Serviço de Planeamento Cultural
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

Ana F. Correia

Socióloga no Serviço de Planeamento Cultural
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos.

Arqueologia Pública – Educação para o Património: Serviços educativos e dias abertos no Município de Arruda dos Vinhos. Uma estratégia de aproximação da arqueologia e educação patrimonial à comunidade.

Jorge Lopes, Ana Correia

Artigo recebido: 2014-05-02;

Artigo revisto recebido: 2014-05-07;

Artigo aceite: 2014-06-02.

Resumo

Pretende-se com este artigo refletir e contribuir para o debate, sobre a relação entre a arqueologia contemporânea e a sociedade, no âmbito da Arqueologia Pública.

Para além da reflexão teórica, demonstram-se exemplos práticos, que conjugam o trabalho de divulgação arqueológica de campo, com a participação da comunidade, focada na Educação Patrimonial, numa escala local, regional e nacional, materializada através de projetos educativos e dias abertos à comunidade, nomeadamente desenvolvidos pelo Município de Arruda dos Vinhos.

Demonstra-se que, foram dados passos importantes, na forma como a arqueologia dialoga com a sociedade e, a sua contribuição para o desenvolvimento do pensamento, conhecimento científico e no desenvolvimento socio-económico, trilhando um caminho de educação cívica para a salvaguarda e proteção do património arqueológico.

Palavras-chave: Arqueologia-pública; Património; Divulgação; Educação; Sociedade;

Abstract

The aim of this article reflects and contributes to the debate on the relationship between archeology and contemporary society in Public Archaeology.

In addition to the theoretical discussion, practical examples are demonstrated, combining work of disseminating archaeological field, with community participation, focused on heritage education at a local, regional and national scale, materialized through educational projects and open days at community, particularly developed by the municipality of Arruda dos Vinhos.

It is shown that important steps were taken, the way archeology dialogue with society and its contribution to the development of thought, scientific knowledge and socio-economic development, treading a path of civic education for the safeguarding and protection the archaeological heritage.

Keywords: Archaeology-public; Heritage; Disclosure; Education; Society

1. A ARQUEOLOGIA PARA O PÚBLICO

Desde os inícios da arqueologia, como disciplina científica, do campo de conhecimento autónomo, da história da humanidade, que os investigadores têm a consciência e sentem a necessidade, de que, os resultados do objeto do seu estudo transponha o círculo académico e formal, para o público de forma didática e menos formal. Desde o século XIX até grande parte do séc. XX, os Museus desempenharam o papel de transmissores do saber académico.

Num mundo dinâmico e em transformação, as instituições académicas e museológicas, assim como o próprio estatuto de arqueólogo, têm vindo desde os finais do século XX a desligar-se do puro conservadorismo académico e, são estes os agentes a abrir as portas da arqueologia e do conhecimento científico ao público. A aproximação da arqueologia às autarquias, a criação de associações de estudo e defesa do património, e até mesmo a entrada no mundo empresarial, abriu as portas da arqueologia para o “mundo exterior”, a arqueologia para os cidadãos.

Para alertar e acentuar esta abertura, Maria José de Almeida, em 2008, escreve num artigo sobre o tema, na revista eletrónica da Associação Profissional dos Arqueólogos (APA), onde refere que se ouvem, cada vez mais, as vozes dos arqueólogos reclamando a necessidade da divulgação a par da investigação, enaltecendo a importância do retorno social dos trabalhos arqueológicos (Almeida, 2008). Este retorno social, não passa só pela divulgação e abertura do conhecimento por parte da comunidade arqueológica e envolvimento dos cidadãos com os trabalhos de descoberta, mas também, no “exercício da cidadania em contexto democrático, onde os cidadãos são convocados a participar em processos decisórios” (Valera, 2008: 12).

Existem diversas formas de aproximar os cidadãos à arqueologia, e que, têm vindo a ser postas em prática com êxito. Para esta aproximação, é necessário seguir várias estratégias e contextos de ação, de forma a atingir o público. Um dos caminhos a seguir é o contexto nacional, com tomada de medidas e iniciativas, por parte dos organismos governamentais de tutela, quer no que diz respeito a legislação sobre a proteção, quer em ações de prevenção e salvaguarda e musealização de sítios arqueológicos. O segundo caminho insere-se num contexto mais específico, a nível local e/ou regional, que envolve as autarquias, as escolas, as associações, e o cidadão anónimo, enquadrando-se sempre numa dinâmica académica, de forma a garantir a veracidade científica dos conhecimentos transmitidos. O conhecimento e consciencialização, individual e comunitária, sobre o património, são fatores indispensáveis no processo da aproximação da arqueologia aos cidadãos, do ponto de vista de uma preservação sustentável, com objetivo de acautelar a identidade cultural.

Enquanto os cidadãos não se relacionam com a arqueologia, de uma forma mais ativa e direta, como defende Valera (2008), a estratégia para a aproximação passa por entrar na vida das pessoas, ativamente, abrangendo toda a sociedade, e não só as “elites interessadas”, como escreve o autor, num *post* publicado no *blog* “Irrealidade Prodigiosa”, em Maio de 2013 (Valera, 2013).

Nas décadas de 80 e 90 do séc. XX, o associativismo foi o grande promotor, a nível local/regional, de uma série de ações na área da arqueologia pública, que foram perdendo chama na última década do século XX, levando à extinção de algumas destas entidades, que poucos ou nenhuns apoios contava da administração central e local, vivendo apenas do voluntariado. Os arqueólogos e instituições públicas e privadas, nos últimos quinze anos, tomaram consciência da necessidade de criar projetos, que não passam só pelas exposições, congressos e outras iniciativas destinadas a públicos específicos, mas tornar a arqueologia mais pública. No essencial, passa por promover uma “Arqueologia com participação de não arqueólogos e para não arqueólogos. Uma arqueologia que interpreta e o faz de forma acessível e inteligente. Uma arqueologia como parte da cultura. Mas também uma arqueologia preocupada com o desenvolvimento local, em diversos registos, incluindo a dimensão económica.” (Calado; Gonçalves; Francisco; Alvim; Rocha; Fernandes, 2009: 5).

O que é a arqueologia pública? Almansa Sánchez defende que, “...a Arqueologia é pública porque pertence a todos nós por lei” (Almansa Sánchez, 2010, p.1) e, porque é feita com dinheiros públicos e segundo políticas do poder executivo, que representa a população. “A Arqueologia Pública reúne, conceitualmente, a interação do trabalho técnico-científico com os diferentes interesses e preferências culturais, políticas e económicas que derivam da sociedade pluralista e democrática” (Montarroyos, 2009). O conceito de arqueologia pública não se deve prender apenas com a divulgação, mas também sob a forma de transmissão do conhecimento, “ideias, valores e cultura”, onde o público é chamado a, “na medida das suas possibilidades, participar, para se envolver, no processo de construção de conhecimento e da sua utilização” (Valera, 2013). Desta forma, consciencializando os cidadãos do ponto de vista cívico e cultural, para a salvaguarda e preservação do património, nomeadamente para o património arqueológico, e para a preservação da identidade coletiva.

No contexto económico e social que o país atravessa, a comunidade (arqueólogos e os outros cidadãos) deve focar o seu interesse e trabalho em temas cuja relevância social e económica contribuam para o desenvolvimento de âmbito nacional e local. O conhecimento científico tem de ser posto em prática a favor da sociedade, não apenas na aquisição de conhecimento, tal como tem sido referido, mas também com base na promoção do património arqueológico com fins turístico-culturais, através de uma participação comunitária interventiva, com base institucional autárquica e parcerias com instituições académicas e empresariais. Neste sentido, a recuperação do voluntariado associativo, deverá ser um dos caminhos a ser seguido, envolvendo a comunidade científica e a sociedade.

2. EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO

Devido ao trabalho realizado no âmbito da educação para o património, levado a cabo pelos diversos agentes científicos e culturais incluindo na arqueologia, faz com que a sociedade atual tenha uma conceção diferente do Património Cultural. Hoje em dia, o Património Cultural é associado a todos os vestígios, materiais e imateriais, do passado, sublinhando a sua diversidade e pluralidade de leituras, e destacando a sua relevância para a construção de múltiplos futuros (González Méndez, 2000).

Ao longo do século XX, foram elaborados documentos a nível internacional que visam a proteção e conservação de monumentos, sítios e coleções, o que tem levado a uma crescente preocupação, no seio político e académico, em relação à educação para o património

A Carta de Atenas (1931) estabelece princípios sobre a conservação e o restauro de monumentos e, pela primeira vez, aparece evidenciada a importância da educação dos indivíduos pelos monumentos. Em 1945, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), e cujos objetivos, contemplam a educação para o patrimônio, considerada um pilar na construção da paz e da segurança. No mesmo sentido, em 1946, é fundado o ICOM (Conselho Internacional dos Museus).

Na conferência da UNESCO, em Nova Delhi, em 1956, foram definidos princípios gerais, dentro da constituição de coleções centrais e regionais, onde refere que junto dos sítios arqueológicos importantes deveria existir: “...um pequeno estabelecimento de carácter educativo – eventualmente um museu – que permita aos visitantes compreender melhor o interesse dos vestígios que lhe são mostrados” (Primo, 1999a, p. 82).

Em 1958, no Seminário Regional da UNESCO, no Rio de Janeiro, sobre a Função Educativa dos Museus, foi elaborado um documento que transmite ideologias que renovam alguns aspetos na área educativa, entre eles, redefinir e melhorar a museografia, levando ao aperfeiçoamento do cariz educativo, levando ao aumento de participação e envolvimento dos públicos. Alguns dos intervenientes neste Seminário, consideraram os museus como local de educação formal, à semelhança da educação escolar e, só mais tarde será visto como um instrumento de transformação social, com espaço para a educação não formal (Primo, 1999b).

Em 1972, em Paris, surge da Conferência da UNESCO, sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, a Convenção do Património Mundial, onde se destaca a importância do envolvimento mais ativo dos Estados, aconselhando a criação de programas educativos e informativos, de modo a incentivar o respeito e a estima das populações em relação ao património cultural e natural (Primo, 1999a).

Em 1976, foi elaborada a Carta de Turismo Cultural, pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) tendo como objetivos de ação: alertar para a necessidade de estimular o respeito e conhecimento dos cidadãos pelo património.

Muitos outros documentos têm sido elaborados, e todos eles emitem reflexões e estabelecem diretrizes, para estimular e melhorar estratégias de educação patrimonial, abrindo caminho à participação dos cidadãos.

Os meios mais frequentes, para estabelecer a comunicação educativa com o público, são os museus que, têm tido um papel sócio-educativo fundamental, proporcionando a reflexão e o pensamento crítico (Leal, 2007).

A difusão do conhecimento arqueológico, no conceito de arqueologia pública, terá de ter por base uma formação e educação patrimonial, nomeadamente para o património arqueológico, tendo a atividade pedagógica como ponto de partida, e como objetivo final o enriquecimento individual e coletivo, com envolvimento ativo da sociedade.

A educação patrimonial é um instrumento “que possibilita o indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (Medeiros e Surya, 2009. p. 7). Assim, a educação para o património é um dos mecanismos fundamentais para a sua valorização e defesa. Deve ser realizada de forma lúdica, levando o processo ativo e contínuo de aquisição de conhecimento, a todas as faixas etárias, alertando e capacitando as pessoas para a valorização do património arqueológico.

O processo de educação para o património deve passar inevitavelmente por um processo inicial de sensibilização dos cidadãos, através dos mecanismos legislativos de salvaguarda do património arqueológico, que devem incluir de igual forma, legislação no âmbito educativo e formativo, através da inclusão de programas curriculares com esta temática, ao nível do “ensino obrigatório”, à semelhança do que acontece em alguns países do norte da Europa e da América do Sul, como o caso do Brasil. Desta forma, é conjugada a aquisição de conhecimento, com a sensibilização e motivação para as questões do património.

3. SERVIÇOS EDUCATIVOS

A arqueologia tem um papel fundamental no processo de proteção e salvaguarda do património arqueológico, nomeadamente quanto ao estudo de coleções e interpretação da cultura material, e tem o dever de o difundir junto dos cidadãos.

A Arqueologia, foi um tema que sempre despertou interesse na sociedade, sobretudo desde meados do século XX, onde chegou às grandes massas pela mão dos meios cinematográficos, com a saga dos filmes de “Indiana Jones”, o Arqueólogo aventureiro, à descoberta de tesouros escondidos e as histórias envoltas em lendas fantásticas, e que se transformaram em representações populares rejeitadas pelo meio académico. No entanto, esta representação da arqueologia e da imagem do arqueólogo, pode ser encarada como um recurso, que deve porém tratar-se com sentido crítico e servir de ponto de partida para uma desconstrução da imagem do arqueólogo aventureiro.

A difusão por meio de mecanismos da cultura de massas, pode ser encarada como uma estratégia de educação para o património, quando respeitada a componente do conhecimento científico, mas com um discurso adaptado, tornando-se num ponto de partida para a aproximação da arqueologia aos cidadãos.

Não estando ainda inserida e aculturada no meio escolar a educação para o património, e neste caso para o património arqueológico, são os museus e outros agentes, entre eles autárquicos e associativos, a nível nacional e local, que têm um papel importante na educação de públicos. Num contexto de uma educação mais livre e interventiva, as atividades lúdicas promovidas geralmente por museus municipais de arqueologia, inserem-se numa dinâmica informal, de envolvimento e interpretação do património.

A nível da administração central, têm sido tomadas medidas, traduzidas e iniciativas culturais e pedagógicas, destinado a todo o tipo de públicos. A Lei Orgânica do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março) (*In* <http://www.igespar.pt/pt/aprendercomopatrimonio/>, IGESPAR /DGPC), define como objetivos “promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa, valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, nomeadamente através da coordenação de ações educativas e de formação no âmbito da Educação para o Património”, sendo a Educação para o Património, uma das suas missões prioritárias (*In* <http://www.igespar.pt/pt/aprendercomopatrimonio/>, IGESPAR /DGPC). As ações são materializadas através da implementação de projetos a nível nacional, e atividades dos Serviços Educativos nos seis monumentos afetos ao IGESPAR/DGPC, focando-se sobretudo, no público infantil e juvenil, pois, estas são as faixas etárias mais acessíveis e abertas à sensibilização e aquisição de conhecimento, de forma voluntária.

O Serviço Educativo do IGESPAR, como os serviços educativos instituídos nos mais diversos museus municipais e de arqueologia do país, têm uma funcionalidade estratégica de difusão do património, desenvolvendo uma vasta ação de promoção, divulgação e valorização, num processo de comunicação educativa à escala local, regional e nacional e oferecem um leque diversificado de atividades culturais e educativas, abertas a todo o tipo de público, como são exemplo, o “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” e “Jornadas Europeias do Património”, que serão desenvolvidos mais à frente.

O Museu Nacional de Arqueologia (MNA), fundado em 1893 por José Leite de Vasconcelos, é há mais de um século, uma instituição de referência da Arqueologia Portuguesa e um dos maiores agentes de divulgação e de pedagogia da arqueologia em Portugal. Para além das exposições, da componente de investigação arqueológica e conservação e restauro, o arquivo bibliotecário, o maior a nível nacional da especialidade, o museu tem no seu âmbito de ação a componente de divulgação da arqueologia, quer para a comunidade científica, quer para o público em geral, que assume grande destaque no quadro estratégico de ação do MNA. Neste sentido, o trabalho desenvolve-se com a publicação da revista “O Arqueólogo Português”, editada desde 1895, a realização de seminários, conferências e cursos da especialidade e os serviços educativos, que desenvolvem diversas atividades destinadas a diversos tipos de públicos, nacionais e internacionais, de distintas faixas etárias. Os serviços educativos desenvolvem-se a partir de ateliês, envolvendo o espaço museológico e visitas guiadas.

Também o Museu Arqueológico do Carmo (MAC), fundado em 1864, instalado nas Ruínas da antiga Igreja do Carmo, segue os mesmos princípios do MNA. Fundado com o propósito de salvaguardar obras de arte que se encontravam ao abandono e em risco de destruição nos mosteiros e conventos portugueses, após a extensão das Ordens Religiosas, em 1834, foi também seu objetivo, aquando da fundação, criar um museu didático para que o público pudesse ter conhecimento da história e evolução das civilizações ao longo dos tempos. Desde então, esse propósito tem sido explorado e levado a cabo atualmente, pelo seu Serviço Educativo, com atividades interativas para públicos escolares.

É assim, uma estratégia de captação de públicos e de uma prática de arqueologia pública destinada a diversos grupos etários, graus de escolaridade, ou necessidades especiais, onde a dinamização cultural e acesso à informação são, por vezes, associadas aos grandes centros urbanos, nomeadamente a Lisboa, onde é dado relevo à aprendizagem e exploração pedagógica individual, através das coleções do Museu, adequados aos diferentes públicos.

Os serviços educativos de arqueologia em Portugal não são desenvolvidos em exclusividade por museus, como um serviço educativo vocacionado para a pedagogia e ao mesmo tempo a dinamização de um determinado espaço cultural. A componente *outdoor* da Arqueologia exige uma adaptação dos métodos pedagógicos que sejam criativos, de forma a cativar e fidelizar públicos.

4. ARRUDA DOS VINHOS – SERVIÇOS EDUCATIVOS E CULTURAIS: UMA ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL À COMUNIDADE

Educar para o Património, nomeadamente para o património arqueológico, passa pelo pressuposto de uma alteração e estimulação de mentalidades que só podem ser atingidos numa intervenção e interação direta da comunidade.

O património arqueológico é um testemunho essencial sobre as atividades humanas passadas, fornecido pelos conhecimentos adquiridos pela prática da arqueologia que englobam os vestígios da existência humana de todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, sejam do tipo estruturais ou qualquer tipo de vestígios abandonados, na superfície, no subsolo ou subaquático, assim como o material a eles associados, pressupostos evidenciados nas convenções de Laussane em 1990 e de Malta em 1992.

A sociedade tem vindo a desenvolver o interesse pelo seu passado e das suas regiões e o envolvimento ativo, embora que ocasional, dos membros da comunidade nos trabalhos arqueológicos, ou apenas nas visitas a sítios e escavações arqueológicas, possibilita uma melhor integração e aceitação da arqueologia na sociedade. A formação de uma consciência atenta e detentora de conhecimento, transporta o indivíduo para a preservação de outros valores culturais, como as diferenças culturais e religiosas ou as questões ecológicas - “...a busca pelo passado persegue várias temáticas que atraem a atenção da sociedade e simultaneamente lhe transmitem valores de identificação e compreensão intercultural” (Oosterbeek; Cura; Cura, 2006, p. 106).

Atualmente, os esforços da comunidade arqueológica em proporcionar uma arqueologia pública, tem vindo a contribuir para a importância que, cada vez mais, a sociedade atribui aos bens arqueológicos. Neste sentido, é importante que a arqueologia, deva seguir, através da sua componente multidisciplinar, uma perspectiva de envolvimento da comunidade, orientada para a educação para a cidadania. Torna-se essencial a interação entre a Arqueologia, Arqueólogos e as populações, com a implementação de projetos de sensibilização e formação, proporcionando a participação do público em torno dos trabalhos de Arqueologia. Para se atingir os objetivos de forma eficaz é necessário abordar a questão de vários pontos de vista anteriormente evidenciados. As ações de divulgação e educação não devem ser restritas a uma determinada faixa etária ou grupo social, nem confinados a um espaço cultural.

As ruínas arqueológicas são valiosas, e os sítios arqueológicos constituem uma parte importante da herança cultural. Combinar o património histórico e arqueológico com a educação ao ar livre, com a participação ativa dos cidadãos na arqueologia, tendo contacto com os métodos arqueológicos de campo, é uma área pouco explorada, mas que começa a ganhar consistência.

Os municípios, universidades, museus, associações e empresas têm tido uma participação fundamental na implementação de projetos que envolvem a comunidade, através da execução de processos eficazes para a educação de um público diverso e abrangente para as questões do património arqueológico. Para que estes projetos educativos se tornem atrativos e participados, a forma como é transmitido o conhecimento deve ter um carácter lúdico e pedagógico, de modo a que a comunicação seja eficaz (Medeiros e Surya, 2009).

Existem vários processos de divulgação e educação para o património arqueológico, vocacionado para o público, onde se privilegia a interação e, onde “...a prática desta disciplina combina tecnologias complexas com um forte envolvimento de pessoas com formações específicas, sendo os cidadãos, jovens ou não, atraídos pela possibilidade de participar em

algumas fases de investigação arqueológica (nomeadamente escavações) e na construção do conhecimento científico. Ao possibilitar esta participação, a arqueologia coloca os cidadãos numa verdadeira encruzilhada de conhecimentos humanos e científicos.” (Oosterbeek, 2006, p. 106). Estas atividades podem assumir formas muito diversificadas, desde exposições no sentido mais convencional do termo, até à promoção de encontros informais, “Workshops” (participação em escavações e prospeções), festas, entre outros.

Os dias abertos atrás referenciados, promovidos por várias instituições, fazem parte de uma educação informal, aberta à satisfação da curiosidade do participante. Os sítios arqueológicos já escavados e a abertura à visita e participação em trabalhos arqueológicos são, com certeza, uma estratégia para promover o património arqueológico na comunidade.

A criação de dias específicos, ou serviços permanentes, de participação aberta ao público, em escavações arqueológicas é, provavelmente, a forma mais direta de envolvimento da população. Apesar do carácter científico, os participantes podem envolver-se nos trabalhos, acompanhados de pessoal especializado e assim compreender os métodos arqueológicos utilizados e seus resultados, o que acrescenta um considerável conhecimento científico.

A Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, através da Unidade de Arqueologia (UNIARQ), associou-se ao Município de Arruda dos Vinhos, pelo Setor de Planeamento Cultural, no âmbito do projeto “Carta Arqueológica do Município de Arruda dos Vinhos” onde desenvolvem atividades abertas aos jovens residentes no município, entre os 14 e os 18 anos, numa verdadeira ação de Arqueologia Pública. O envolvimento da população jovem na elaboração da Carta Arqueológica, em conjunto com equipas de estudantes universitários e Arqueólogos, é uma oportunidade de educação não formal, com intuito de contribuir para a criação de alicerces necessários para uma relação madura entre a comunidade local e o património arqueológico, formando cidadãos interessados e sensibilizados para estas questões. Os objetivos específicos desta participação aberta aos jovens nos trabalhos de prospeção arqueológica, para além da deteção de novos sítios, são variados: proporcionar o contacto com a paisagem e estimular a relação com esta; dar a conhecer o território e os principais sítios arqueológicos; sensibilizar para algumas questões relacionadas com o património arqueológico do concelho; fornecer noções básicas sobre os vários vestígios existentes (estruturas, cerâmicas, líticos, etc.), períodos cronológicos (modo de vida, tecnologia, religião, arte), cartografia e técnicas de prospeção.

Hoje em dia, o papel das faculdades não passa só pela formação de técnicos, mas também na formação básica dos cidadãos, devendo este ser um dos planos de ação das instituições de ensino superior e a parceria com as autarquias faz com que chegue mais próximo das populações. As autarquias também desempenham um papel importante na aproximação dos cidadãos à arqueologia e ao património.

Não estando ainda inserida e aculturada no meio escolar, a educação para o património e, neste caso para o património arqueológico, são os museus e outros agentes, entre eles autárquicos e associativos, a nível nacional e local, que têm um papel importante, na educação de públicos.

Num contexto de uma educação mais livre e interventiva, as atividades educativas de cariz lúdico, inserem-se numa dinâmica informal, de envolvimento e interpretação do património. É importante que a educação para o património se faça de uma forma mais ativa e que chegue mais próximo das populações nomeadamente no que diz respeito ao trabalho educativo e pedagógico direcionado a toda a população local e público em geral, com especial atenção às crianças e jovens.

Devido ao trabalho realizado no âmbito da educação para o património, desenvolvido pela Divisão Sócio-cultural do município, grande parte da população do concelho tem uma conceção diferente do seu Património Cultural.

Em Portugal, não existindo ainda legislação no âmbito da formação e educação escolar, algumas iniciativas têm vindo a ser tomadas a nível autárquico, como é exemplo do Município de Arruda dos Vinhos. O envolvimento com o meio escolar é importante e, deste modo, a autarquia implementou, no Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância de Arruda dos Vinhos (AEJIA), desde o letivo 2011/2012 um projeto que promove o ensino da história e conhecimento do património arquitetónico e arqueológico local, regional e nacional, através da disciplina, *Percursos Culturais e Exploração do Meio*, inserida nas atividades lúdico-expressivas, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A disciplina tem como objetivo fazer uma abordagem ao património pela vertente prática, promovendo o contacto direto, com realização de visitas de campo a monumentos e sítios arqueológicos e realização de ateliers experimentais.

No âmbito da disciplina de *Percursos Culturais e Exploração do Meio* foram realizadas visitas de estudo com os alunos do AEJIA, às escavações da *Necrópole de Nossa Senhora da Salvação*, em 2012, e realização de trabalhos sobre a visita.

Em janeiro de 2014, o Município de Arruda dos Vinhos criou o Serviço Educativo e Cultural com o objetivo de proporcionar uma vivência cultural plena a todas as pessoas, uma estrutura que todos os anos renovará o seu compromisso com o público, ao envolvê-lo em atividades e projetos que se traduzem em experiências culturais marcantes. Este serviço contempla um conjunto de atividades diversificadas, transversais a todas as áreas do setor cultural, de desporto e juventude, visando dar resposta às necessidades quer do Município – através da promoção e divulgação do património, cultura, artes e tradições do concelho de Arruda dos Vinhos, quer dos utentes – que têm uma oferta variada de atividades de natureza lúdico-cultural. É, neste sentido, um serviço que inclui atividades na área da arqueologia, e destina-se a diversos públicos, dos “3 aos 80 anos de idade”, grupos escolares, familiares, empresariais ou, numa vertente mais integrada a ocupação de tempos livres, podendo vir a funcionar a tempo inteiro nos períodos não letivos.

Como referido anteriormente, o carácter lúdico e pedagógico de linguagem simples e acessível é essencial para atingir com mais facilidade o público, à parte da participação direta em projetos científicos de escavação.

Estas iniciativas têm o propósito de promover a aproximação do público ao património cultural, num contexto geral, destacando a sua importância e responsabilidade, enquanto, memória e documento histórico e do desenvolvimento das sociedades, e a sua contribuição para a construção do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Património Arqueológico é o legado material da história e memória de uma sociedade. O desinteresse quer pelo património arqueológico, quer pelo património cultural, num sentido mais lato, contribui para a degradação e perda de memória coletiva. Sendo o património, um bem de interesse público, é necessário mobilizar a sociedade, no sentido de o valorizar e sentir a necessidade de o preservar, tendo por base, não só a divulgação, mas o

desenvolvimento de uma cultura de educação para o património. O valor que a sociedade dá ao património é um grande passo para garantir o bem-estar social e o desenvolvimento cultural das futuras gerações.

Desde os primórdios da ciência arqueológica esteve presente a consciência da necessidade de que os resultados da investigação ultrapassassem o meio académico, sendo notória a vontade e o trabalho para uma maior abertura e aproximação da comunidade arqueológica ao público.

O trabalho educativo e pedagógico faz parte dos processos de divulgação da arqueologia, por forma de intervenção direta dos cidadãos nos processos de trabalho arqueológico, sob forma de diversas atividades de carácter lúdico. A Educação para o Património deve ser encarada como uma prioridade estratégica na sua missão de serviço público e privado, como uma obrigação cívica, de aquisição e transformação de “ideias, valores e cultura”, que podem ser adquiridos e desenvolvidos através da educação formal ou não formal. Quanto à educação formal, o tema património deve ser alargado aos programas escolares, como parte da formação para a cidadania, necessitando de legislação específica.

O futuro da Arqueologia e da preservação do património cultural passa por uma alteração de mentalidades sociais e por uma participação e intervenção mais ativa dos cidadãos. Para atingir este fim, é necessário um envolvimento político e social, através de parcerias institucionais de cariz público e/ou privado, nomeadamente, organismos da administração central, autarquias, universidades e empresas privadas. Estas instituições têm desenvolvido projetos educativos em contexto não formal, de carácter lúdico-pedagógico, em que é privilegiada a transmissão do conhecimento científico por experiência própria, com uma participação ativa do público.

A estratégia adotada pelo município de Arruda dos Vinhos, no âmbito da uma arqueologia pública e da educação patrimonial destina-se ao grande público, de diversas faixas etárias e níveis escolares. São parte de objetivos estratégicos de difusão do património e desenvolvem um importante papel de promoção, divulgação e valorização, assegurando a comunicação educativa do património edificado à escala local, regional, nacional e internacional. Os dias abertos, ou qualquer outro projeto educativo devem estabelecer um padrão de qualidade no discurso de sensibilização e educação para o património arqueológico, e devem ser avaliados e monitorizados, segundo estudo de opinião dos públicos, do ponto de vista de satisfação e de aquisição de conhecimentos.

Dada a situação económica e social do país, o futuro da Arqueologia em Portugal tem estado em constante debate pois, nos dias de hoje, a atenção da sociedade está direcionada com as preocupações económicas e sociais do país, o que pode afastar de questões que a arqueologia traz à luz do dia que, pelo seu grau de relacionamento com a atualidade, torna-os tão ou mais importantes, na ajuda da compreensão dos acontecimentos de transformação social. Não é fácil justificar junto do público o investimento na investigação arqueológica. É aqui que se torna importante o trabalho de educação para o património, nomeadamente através das diversas iniciativas que fazem parte dos dias abertos ao público, na perspetiva de uma Arqueologia para o público.

Divulgar o património arqueológico é entendido como uma forma de reforçar a autoestima das populações e, também, atrair turistas, numa perspetiva de dinamização do património arqueológico (ruínas e áreas museológicas), contribuindo para o desenvolvimento económico e social local, sendo o turismo o retorno mais rápido e mais visível que, em simultâneo permite avaliar a eficiência da mensagem transmitida pela comunidade arqueológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. J. (2008) - Avaliação de impactes e Património Cultural: Que papel para o para o arqueólogo e para o património arqueológico. *Praxis Arqueológica*. Lisboa: APA, p. 161-166.
- CALADO, M.; GONÇALVES, L.; FRANCISCO, R.; ROCHA, L.; FERNANDES, R. (2009) – *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. (2000) – *Memoria, historia y patrimonio: hacia una concepción social del patrimonio: toward a social concept of the heritage*. Madrid: CSIC.
- MEDEIROS, M.C. e SURYA, L. (2009) – *A importância da educação patrimonial para a preservação do património. Comunicação*, ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, Brasil, 2009.p.1-9.
- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; CURA, P. (2006) - *Educação, criatividade e cidadania no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação*. *Revista de Arqueologia*. Nº19, p. 103-110.
- PRIMO, J. (1999a). *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia nº 15, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- PRIMO, J. (1999b). *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. In: *Museologia: Teoria e Prática*. (pp.16-17). Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia, nº 16, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- VALERA, A. C. (2008) - A divulgação do Conhecimento em Arqueologia: Reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis Arqueológica*. Lisboa: APA, p. 9-23.

WEBGRAFIA

ALMANSA SÁNCHEZ (2010) – *Para uma Arqueologia Pública (Pré-editorial)*. Online Journal in Public Archaeology. Vol. 0, p. 1-3 [Consult. 22 Dez. 2013]

Disponível em WWW: [_http://www.arqueologiapublica.es/descargas/1271708693.pdf](http://www.arqueologiapublica.es/descargas/1271708693.pdf).

DIREÇÃO – GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – Aprender com o Património. [Consult. 15 Out. 2013]. Disponível em WWW: [_http://www.igespar.pt/pt/aprendercomopatrimonio/](http://www.igespar.pt/pt/aprendercomopatrimonio/).

DIREÇÃO – GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (2013) – Memorando, *Dia Internacional de Monumentos e Sítios – 18 de Abril de 2013, Património + Educação = Identidade*. P. 1-2. [Consult. 15 Out. 2013].

Disponível em WWW: [_http://www.igespar.pt/media/docs/2013/02/18/DIMSMemorando.pdf](http://www.igespar.pt/media/docs/2013/02/18/DIMSMemorando.pdf).

MONTARROYOS, H. (2009) – *O desenho Epistemológico da Arqueologia Pública: regras para construção de um relatório técnico-científico*. [Consult. 15 Out. 2013]. Disponível em WWW: [_http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=26,07/12/2012](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=26,07/12/2012).

VALERA, A. C. (2013) – *Arqueologia Pública versus Arqueologia para o Público*. [Consult. 13 Dez. 2013]. Disponível em WWW: [_http://irrealidadeprodigiosa.blogspot.pt/2013/05/0441-arqueologia-publica-versus.html](http://irrealidadeprodigiosa.blogspot.pt/2013/05/0441-arqueologia-publica-versus.html), blog Irrealidade Prodigiosa_.

**AÇÕES DO TERCEIRO SETOR NA DEFESA DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO E CULTURAL NO SUL DE MINAS GERAIS: O
EXEMPLO NO NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO
ALTO RIO GRANDE, BRASIL**

Márcio Mota Pereira

Doutorando em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha,
Belo Horizonte, MG, 31235-200 (Brasil)
drmmota@yahoo.com.br

Ações do terceiro setor na defesa do patrimônio arqueológico e cultural no Sul de Minas Gerais: o exemplo no Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande, Brasil

Márcio Mota Pereira

Artigo recebido: 2014-03-05;

Artigo revisto recebido: 2014-06-22;

Artigo aceite: 2014-07-01.

Resumo

No Brasil, as ações que congregam com a Pré-história e a Arqueologia são, salvo raras exceções, realizadas sob a tutela do Estado. Mais recentemente, com a aprovação de leis que determinam a salvaguarda do patrimônio arqueológico em áreas sob impacto de grandes obras da construção civil, proliferaram as ações particulares. Destarte, organizações não-governamentais (Ong's) – também conhecidas como “do terceiro setor” – que atuam diretamente na preservação de registros arqueológicos ainda são insignificantes no cenário nacional.

Este artigo tem por objetivo tratar das ações pioneiras de uma Ong, denominada Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande – NPA e situada na cidade de Andrelândia, estado de Minas Gerais, Sudeste do Brasil. Formada a partir de um grupo de jovens interessados em arqueologia e pré-história, o NPA vem realizando desde sua fundação, no início da década de 1980, diversas ações para a preservação do patrimônio arqueológico em sua região de atuação vindo a conseguir, inclusive, resultados que foram laureados nacionalmente e que destacam a entidade como sendo a pioneira no gênero.

Palavras-Chave: Patrimônio arqueológico, iniciativa privada, NPA, Pré-história, Brasil.

Abstract

In Brazil, the actions that congregate Prehistory and Archaeology are, with few exceptions, performed under the supervision of the State. More recently, with the approval of laws to protect the archaeological heritage in areas under impact of large construction works, multiplied the particular actions for this purpose. Non-governmental organizations - also known as "third sector" - that act directly on the preservation of archaeological heritage are still insignificant on the national scene.

This article aims to analyze the pioneering actions of a "third sector" institution called Center for Archaeological Research of the Upper Rio Grande (Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande – NPA) and located in the city of Andrelândia, state of Minas

Gerais, southeastern Brazil. Formed from a group of young students interested in archaeology and prehistory, the NPA has been performing since its founding in the early 1980s, several actions for the preservation of archaeological heritage in its region come to get even results that were awarded nationally and highlight the authority as being the pioneer in the genre.

Keywords: Archaeological heritage, private initiative, NPA, Pre-History, Brazil.

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) mais uma vez confirmou através de seu Artigo nº 23 a competência da União, dos Estados e dos Municípios em exercer o zelo pelos documentos, pelas obras de arte e por outros bens de valor histórico, artístico e cultural, além dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos. Todo esse discurso é de notório conhecimento daqueles que possuem as *nuances* do patrimônio histórico, artístico e cultural enquanto mote de pesquisas e de trabalho. No entanto, apesar da atribuição dada aos supracitados poderes executivos, são cada vez mais numerosas as ações particulares e aquelas oriundas do terceiro setor (representado pelas ONG's) que têm na defesa do patrimônio histórico um alvo em comum.

Não é nossa intenção discutir, através deste artigo, a validade ou legalidade de iniciativas não-governamentais que visem realizar tal premissa, mas sim expor um exemplo, enquanto estudo de caso, de uma iniciativa que pode ser caracterizada como modelo para tantas outras do gênero no país. Vamos, pois, tratar das ações empreendidas pelo Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande – NPA na defesa do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental na região de Andrelândia, Zona da Mata de Minas Gerais.

Meu primeiro contato com o NPA surgiu através de uma visita informal a uma exposição de divulgação do acervo sob a guarda do núcleo na cidade de Andrelândia, no ano de 2006, onde pude constatar o quanto era rica a coleção de artefatos ali depositada. Tomar ciência da existência de uma ONG que tinha por missão preservar o patrimônio arqueológico foi, para mim, um alento inédito e fascinante que se descortinava para um estudante prestes a completar a graduação. A falta de maiores estudos sobre um dos sítios arqueológicos por eles protegidos e, igualmente, sobre a própria iniciativa em exercer essa proteção foram sendo transformados paulatinamente em minha monografia de conclusão de curso (Pereira, 2007) na qual poderão ser observados os aspectos que versam sobre a pré-história do local em questão.

O NPA surgiu no início da década de 1980 a partir da iniciativa de jovens estudantes que possuíam grande interesse pela arqueologia e que se uniram para propor medidas que interrompessem as ações antrópicas sobre um conjunto de pinturas rupestres pré-históricas localizadas na Serra de Santo Antônio, próximo à Andrelândia, e que sequer tinham sido catalogadas e estudadas pela arqueologia.

Posteriormente, este sítio seria catalogado sob o nome “Toca do Índio” estando atualmente inserido no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Constitui-se como um abrigo de pedra que apresenta dois patamares rochosos: o primeiro medindo 35 metros e o segundo 20 metros de comprimento, onde estão localizadas as pinturas rupestres.

Desde o princípio, as atividades do grupo estavam voltadas para a preservação das referidas pinturas. O desconhecimento por parte da população da importância das pinturas rupestres enquanto legado deixado por populações migrantes há milhares de anos podia ser verificado nas constantes ações de destruição do sítio arqueológico. A prática da escrita

predatória sobre as pinturas, a confecção de fogueiras, a destruição da própria laje de pedra e o desmatamento do entorno do sítio, expondo as pinturas às ações dos raios solares, comprometiam de forma grave e irremediável a preservação do patrimônio arqueológico em questão.

No ano de 1984, o grupo logrou seu primeiro êxito. Mediante contato com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, foi realizada uma visita técnica composta por professores e técnicos da referida instituição de ensino, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mais tarde Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, doravante denominado neste artigo através de sua sigla, “IPHAN”.



Figura 01. Integrantes da visita técnica e dos futuros membros do NPA realizando a transcrição técnica das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio. 1984. Acervo do NPA.

Após esta primeira iniciativa, outras visitas técnicas foram realizadas e, a cada empreitada de estudos, novas possibilidades de pesquisas arqueológicas na região eram apontadas pelos pesquisadores. Concomitantemente, o grupo que daria origem ao NPA foi construindo um repertório de conhecimentos técnicos que eram utilizados, quando necessário, em apoio às equipes técnicas que atuavam nas pesquisas arqueológicas.

No ano de 1986, de modo a legalizar as iniciativas de preservação daquele patrimônio, foi oficialmente fundado o NPA enquanto associação civil legalmente constituída. Ainda na década de 1980, seria publicado o primeiro estudo prévio sobre o sítio arqueológico da Toca do Índio, através do artigo “Les peintures rupestres de la ‘Toca do Índio’, Andrelândia, Minas Gerais, Brésil” (Prous, Jesus, Malta, 1987).

A primeira atividade concreta do NPA descortinou-se no ano de 1994 quando do lançamento na cidade de Andrelândia de uma campanha para a aquisição do imóvel rural onde está localizado o sítio arqueológico da Toca do Índio. Segundo o NPA, mais de 10% da população andrelandense, ou aproximadamente mil e quinhentas pessoas, dentre as então 14 mil que compunham a população do município à época, atuaram enquanto colaboradores voluntários. Para tanto, além das doações em espécie, foram organizados espetáculos

musicais, gincanas e outras campanhas, além de terem sido confeccionadas camisetas e adesivos.

O resultado de toda esta mobilização converteu-se, enfim, na aquisição da área de 12 hectares junto a Serra de Santo Antônio. Nela, além das pinturas rupestres, consta ainda um muro de pedras construído, possivelmente, ao longo do século Setecentista, o qual atuou enquanto limite, em algum momento do passado, de uma sesmaria ou data de terra.



Figuras 02, 03 e 04. Aspecto das pinturas rupestres, preponderantemente policrômicas, do sítio arqueológico da Toca do Índio. 2007. Acervo do autor.

As primeiras medidas para a efetivação do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio constituíram-se na recuperação ambiental, através de atividades de reflorestamento, onde foram adotadas árvores do bioma predominante, a Mata Atlântica; uma nova delimitação de seus limites com a instalação de cercas, a construção da sede do parque, composta por recepção e guarita de segurança, além do treinamento de guias de turismo, recurso humano indispensável para a efetivação do parque junto à população.



Figura 05: Instalação da sinalização vertical do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio. 2001. Acervo do NPA.

No âmbito geográfico, o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas $21^{\circ}, 47' 25''$ S e $44^{\circ}, 19', 34''$ W, com altitudes variando entre 1.000 e 1.200 metros de altitude acima do mar. O parque está localizado há pouco menos de 10 quilômetros de distância do núcleo urbano de Andrelândia e é acessível através de uma estrada não pavimentada.

Convém destacar que o patrimônio pré-histórico de Andrelândia não está restrito ao sítio da “Toca do Índio”. Outros sítios pré-históricos no município de Andrelândia também estão catalogados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como o “Sítio Serra de Santo Antônio”; o “Sítio da Pedreira”; o “Sítio da Cavinha do Porto” (Figura 06) e o “Sítio da Pedra da Onça”.



Figura 06: Fragmento cerâmico in locus. Sítio arqueológico da Cavinha do Porto. 2007. Acervo do autor.

As atividades de preservação e de conscientização junto à sociedade andrelandense realizadas pelo NPA sobre a importância da preservação de tais acervos, assim como o empenho de seus membros na divulgação dos resultados obtidos em constantes pesquisas que buscavam localizar e catalogar junto ao IPHAN novos sítios arqueológicos na região do Alto Rio Grande culminaram na declaração do Núcleo enquanto instituição de utilidade pública municipal pela Lei nº 941, de 22 de novembro de 1994, e de utilidade pública estadual, pela Lei nº 11.921, de 22 de setembro de 1995.

No ano de 2001, através da Portaria nº 161, de 24 de outubro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – doravante IBAMA – reconhecia a área do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio enquanto Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, reforçando os ideais expansivos do NPA para a defesa e manutenção dos interesses ecológicos (BRASIL, 2001, 123).

No ano de 2003, as atividades de preservação do patrimônio arqueológico do NPA foram laureadas pelo IPHAN com o prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade, no qual o parque arqueológico concorreu com outras 125 ações desenvolvidas no Brasil por uma comissão formada por representantes da Unesco, Fundação Nacional da Arte, Ministério da Cultura, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ministério das Cidades, Universidade de Brasília, Ministério da Educação, Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Arqueológico Brasileiro, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Cultural Palmares, sendo escolhida como a vencedora na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico.

Desde sua fundação, as ações do NPA podem ser pautadas através da coleta e catalogação de artefatos de origem pré-histórica que se encontravam em poder de moradores de Andrelândia e entorno – sobretudo machados em pedra utilitários e cerimoniais, pontas de flecha e urnas funerárias, quase todos encontrados quando do preparo do terreno para a prática agrícola, e também pela realização de inúmeras exposições de caráter educativo, onde são apresentados a estudantes e demais interessados o rico acervo que consta em seu museu institucional.



Figura 07: Instrumentos líticos (pontas de flecha) e fragmentos cerâmicos (bordas decoradas de vasos utilitários) sob a guarda do NPA. 2007. Acervo do autor.

Mais recentemente, o NPA vem se dedicando às ações de pesquisa, localização e cadastramento de sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, além de ações destinadas ao incentivo do turismo de cunho cultural na região, a saber, o mapeamento do roteiro turístico entre Andrelândia e Lima Duarte, trecho da Estrada Real onde podem ser encontrados diversos atrativos históricos como marcos de sesmaria e antigas áreas mineradoras, além de locais de interesse para o turismo contemplativo, como mirantes, cachoeiras e grutas, e a possível localização da Toca do Avelino que, no imaginário popular da população andrelandense, teria sido usada na segunda metade do século XIX, como esconderijo para um escravo de nome Avelino, fugido de uma fazenda da região de Juiz de Fora e que viveu na Serra dos Dois Irmãos por cerca de três anos, até que foi descoberto, preso e remetido de volta ao seu proprietário, ambos em 2012.

Em 2013, membros do NPA atuaram na localização, na cidade de Serranos, também região do Alto Rio Grande, de um sítio arqueológico conhecido como Toca do Sabão, onde constam diversas pinturas pré-históricas; e a realização de visitas técnicas com estudantes andrelandenses ao Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio durante o 28º Festival de Férias de Andrelândia, quando mais de 200 estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o patrimônio arqueológico local.

Todo este acervo patrimonial suscitou, a partir de 2007, diversos estudos acadêmicos e que foram realizados, sobretudo, por alunos e professores da Universidade Federal de São João del-Rei, a saber, Pereira (2007); Vitral (2008) e Resende *et al* (2010), os quais auxiliaram ainda mais na difusão do acervo pré-histórico e patrimonial da região.

Atualmente, além de possuir uma vertente responsável por expor as necessidades da preservação ambiental da região, o NPA continua atuando na catalogação de sítios arqueológicos; na conscientização da população acerca da importância desta qualidade de patrimônio e na coleta de vestígios arqueológicos que ocasionalmente são encontrados na região por moradores, principalmente nas regiões rurais, dando-lhes destino adequado e impedindo que sejam considerados ornamentos típicos de “índios”, inventariando e resguardando, assim, o acervo arqueológico da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1988) - *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 140 p.

BRASIL (2001) - *Diário Oficial da União*. Número 205, 25 de outubro, p. 123.

GRUPO PIERRE MARTIN DE ESPELEOLOGIA (2012) - *Equipe do NPA localiza "TOCA DO AVELINO" na Serra dos Dois Irmãos*. [Consult. 06 Jan. 2014]. Disponível em WWW:_Url: <http://www.blog.gpme.org.br/?p=2866>.

NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO ALTO RIO GRANDE - *Divulgação*. [Consult. 06 Jan 2014]. Disponível em WWW:_URL:http://www.npa.org.br/npa_quem_somos.php.

PEREIRA, M. (2007) - *Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia*. Minas Gerais: Monografia – Universidade Federal de São João del-Rei, (Mimeo).

PROUS, A.; JESUS, S.; MALTA, I. (1987) - *Les peintures rupestres de la "Toca do Índio", Andrelândia, Minas Gerais, Brésil*. Paris: Musée de l'Homme, Institut d'Ethnologie, Archives et Documents, (Micro fichas - Archives et Documents).

RESENDE, M.; SALES, C.; ROCHA, L. e FONSECA, B. (2010) - Mapeamento da arte rupestres na Estrada Real. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLVI, nº 2, p. 109-125.

VITRAL, J. (2008) - Pinturas rupestres no Alto Rio Grande – Toca do Índio. Monografia – Universidade Federal de São João del-Rei, (Mimeo.).

